UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

Ellen Tamires Pedriali Colnago

Presidente Prudente (SP)
2015

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

Monografia apresentada ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP), para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Ellen Tamires Pedriali Colnago

Orientadora: Prof[a.] Dr[a.] Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente (SP)
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELLEN TAMIRES PEDRIALI COLNAGO

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

Trabalho de Graduação apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente, à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Orientadora: Profª. Drª. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Professora do Departamento de Geografia, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente.
(Orientadora)

Prof. Ms. Fernando Veloso
Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente.

Profª. Maryna Vieira Martins Antunes
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente.

Ellen Tamires Pedriali Colnago
(Graduanda)

Presidente Prudente, 25 de Fevereiro de 2015.

Resultado: Aprovada

Aos meus pais Elias e Sonia,
Que fizeram o possível e o impossível
para que essa conquista se concretizasse.
Muito obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer com todo o meu coração, a Deus, o Senhor da vida e de tudo, por me conceder a sabedoria, o discernimento, e por ter iluminado o meu caminho durante esta difícil caminhada, por ter me possibilitado chegar até aqui, com a concretização de um sonho de se formar em uma universidade pública. Obrigada meu Deus!

Agradeço também a Nossa Senhora, a qual consagrei todos os anos em que estive na graduação, a quem sempre recorri em minhas orações nos momentos de dificuldades, e de alegrias, o que eu só posso dizer é, obrigada Minha Mãezinha por ser o meu refúgio sempre!

Aos meus amados pais, Elias e Sonia, aos quais nenhuma palavra será suficiente para descrever a imensa gratidão que tenho por eles pelo seu caráter e integridade, pois são as pessoas mais lindas de coração que eu conheço. Pai, Mãe vocês são a minha fortaleza, o meu alicerce, obrigada por tudo que vocês fizeram e fazem por mim, obrigada por acreditarem em mim, por fazerem o possível e o impossível diante das dificuldades para que eu me formasse. Obrigada por serem o meu exemplo de vida, e por terem sido a minha fonte de inspiração para buscar a iniciação científica, pois foi se espelhando em agricultores como vocês e vivenciando ao longo da minha caminhada as dificuldades desta profissão, que eu busquei a Professora Rosangela, para estudar temas relacionados à agricultura familiar. Obrigada por tudo meu Pai e minha Mãe, eu Amo Muito vocês!

A Professora Rosangela, deixo de coração, os meus sinceros agradecimentos, pela orientação na iniciação científica, desde o 2° ano do Curso de Graduação em Geografia. Por ter confiado em mim e ter me integrado ao seu projeto de pesquisa. Professora, eu não tenho palavras para agradecê-la pela oportunidade de orientação, a paciência e suas contribuições tão valiosas, pelas conversas informais, pelas risadas, enfim por todos os momentos e, muito mais, muito obrigada pelos seus ensinamentos! E por ter me dado a chance de conviver com uma pessoa tão ética, profissional e amiga como a Senhora. Obrigada Professora!

A Professora de Geografia no ensino fundamental e médio, Simone Duela, que tive o privilégio de conviver com suas excelentes aulas, pois foi por meio delas que eu passei a gostar de Geografia e a querê-la como profissão. Professora, muito obrigada por seus ensinamentos, pelas nossas conversas e por ser um exemplo de Professora, apesar de todas as dificuldades que a rede pública do ensino fundamental e médio possuem. Muito obrigada!

Aos demais professores da rede pública estadual de ensino, Enilde, Íris, Rosi, Arlene, Cristiane, Elisete, e Claudia no qual pude conviver e que foram importantes na minha formação do ensino fundamental e médio. Muito Obrigada!

Ao quarteto fantástico, formado por mim e as minhas grandes amigas Juçara, Mariane e Mayara. É assim que eu me refiro a uma amizade tão especial e preciosa que se formou durante o curso na faculdade. Obrigada meninas por todos os momentos em que vivenciamos, pelas risadas, pelos choros, pelos trabalhos que sempre fizemos juntas, pelo apoio, pela confiança, pela amizade de vocês! Quero dizer que a faculdade foi apenas o início de uma grande amizade que se estenderá por toda a vida! Obrigada por tudo meninas!

Aos colegas do GEDRA (Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária), quero deixar o meu agradecimento, em especial ao Fernando Veloso, Carlos Neves, Lúcia Silva, Roberta Fonseca, Marina Antunes, Larissa Coutinho e Vania Pedro por terem me acompanhado nos trabalhos de campo que realizei no município de Dracena e que, grande parte dos resultados, se apresentam neste trabalho. Obrigada pessoal! A ajuda de vocês foi muito valiosa.

Aos demais colegas do GEDRA; Douglas Moura, Érika Moreira, Guilherme Whitacker, Flávio Saron, Anderson Marioto, Nil e Eliane da Silva pela convivência, pelas conversas informais, pelos ensinamentos e por todos os momentos compartilhados. Obrigada pessoal!.

A Marleide Aristides, e a Aline Weber membros do GEDRA, pelo apoio, contribuições e encorajamento. Obrigada meninas as palavras de vocês foram-me de grande valia.

A todos os colegas de Graduação, especialmente os que ingressaram comigo em 2010 e que fazem parte da turma 53 e, em especial a Talita, e a Claúdia.

A minha amiga Aline Santos, pelos anos dessa grande amizade construída antes de ingressarmos na universidade. Obrigada Aline, pelo apoio, pelo auxílio quando precisei, por tudo, sua amizade vale ouro!

Aos professores do Curso de Graduação em Geografia, agradeço pela oportunidade de ter convivido com profissionais tão competentes. Obrigada pelos seus ensinamentos, estes, foram de grande importância na minha formação profissional. Obrigada professores: Rosangela, César, Margarete, Thomaz, João Osvaldo, Ricardo, Bernardo, Edilson Flores, Marília, Eda, Everaldo, João Lima, Arthur, Ruth, Eliseu, Rosi, Magaldi, Renata, Érika, Cléris, Isabel, Mariano, Raul, Nécio, Enner, Tita, Jasckie, Girardi, Claudemira, Paulo Jurado, Cássio, Pablo, Caio, Julien, Carlos e Márcio Catelan.

Aos funcionários da FCT, em especial à Lúcia (secretária do Departamento de Geografia), Luciano (fotógrafo) e a Dona Altina (Tia do Café do Discente IV), que nos recepcionava todas as manhas com muita simpatia, e aos motoristas que me levaram aos trabalhos de campo em Dracena, Toninho, Lael e Marcos, obrigada!

Agradeço aos agrônomos do EDR de Dracena, Sebastião e Paulo; ao agrônomo Luiz Carlos Rizzi da Casa da Agricultura; à Gislaine, Presidente da Associação de Produtores Rurais

de Dracena e ao Danilo, secretário da associação; a nutricionista Mariana; e ao Senhor Wilson, presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), pelos dados fornecidos, pelas entrevistas, pela receptividade, muito obrigada!

Aos agricultores entrevistados no município de Dracena, obrigada pelas contribuições, pela paciência e pela disponibilidade de tempo durante as entrevistas.

Ao Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro.

E ao meu namorado, Cristiano, pelo apoio, incentivos e confiança depositada no meu trabalho. Amo você!

Confie no Senhor
com todo o teu coração,
e não te fieis em sua própria inteligência

PROVÉRBIOS, 3, 5-6.

RESUMO

A segurança alimentar e nutricional (SAN) vem ganhando cada vez mais destaque no cenário internacional, por ter se tornado um tema recorrente em vários países. Na escala nacional, um marco dessa preocupação com a alimentação de pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar foi dado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, no ano de 2003, criou o Programa Fome Zero que tinha, entre as ações previstas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2009, se consolidou também, por meio de lei, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir da criação desses dois programas, estabeleceu-se, portanto, um canal de comercialização para a agricultura familiar, a partir da entrega de produtos voltados as populações que apresentam insegurança alimentar, caso das entidades socioassistenciais atendidas pelo PAA e escolas de ensino fundamental e médio atendidas pelo PNAE. Este trabalho tem como principal objetivo analisar a importância que esses programas desempenham para a reprodução social e econômica dos agricultores familiares organizados em associações. O recorte espacial da pesquisa abrange o município de Dracena-SP, no qual os resultados empíricos obtidos por meio de elaboração e aplicação de roteiros de entrevista e questionários demostram que: os engenheiros agrônomos enfatizam a importância da assistência técnica, sobretudo das Casas de Agricultura para o desenvolvimento dos programas, juntamente com as organizações coletivas, no caso em especial as associações de produtores; a presidente da associação estudada também compartilha desta ideia, assim como defende uma maior participação dos produtores no PNAE, uma vez que os valores entregues em mercadorias são maiores além de ter uma flexibilização no que diz respeito à elaboração do cardápio da merenda escolar e na decisão do preço a ser pago nos produtos, dado o interesse e o envolvimento da nutricionista com o programa; o representante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) informou que cumpre seu papel de fiscalização da merenda e também dos produtos entregues no PAA dada ausência de um conselho que fiscalize o mesmo. Os agricultores familiares participantes dos programas entrevistados enfatizaram que os programas tem oferecido novas oportunidades de comercialização e renda, todavia, o valor pago aos produtos entregues no PAA, e a demanda de produtos alimentícios nos dois programas (PAA e PNAE), precisam ser melhoradas, pois trariam resultados positivos localmente para os produtores e para os beneficiários dos programas.

Palavras Chaves: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Agricultura familiar; Município de Dracena-SP.

ABSTRACT

Food and Nutrition Security (FNS) is gaining more international prominence by becoming a recurring theme in several countries. Nationally, a milestone of this concern about the feeding of people who are in a situation of food insecurity was given under President Luiz Inacio Lula da Silva who, in 2003, created the Zero Hunger Program that had, between actions provided, the Food Acquisition Program (PAA). In 2009, consolidated also, by law, the National School Feeding Programme (PNAE). Starting from the creation of these two programs, it was established, therefore, a marketing channel for family farms, from the delivery of products aimed populations that have food insecurity if the social assistance entities served by the PAA and elementary schools and Average served by PNAE. This academic paper aims to analyze the importance these programs make for social and economic reproduction of family farmers organized in associations. The area of study covers Dracena city in São Paulo state, in which the empirical results obtained through development and implementation of interview scripts and questionnaires demonstrate that: agronomists emphasize the importance of technical assistance, especially of Agriculture to House the development of programs, along with the collective organizations, in the case in particular associations of producers; the president of the association studied also shares this idea, as well as advocates greater participation of producers in the PNAE, since the values are greater goods delivered in addition to having greater flexibility with regard to the preparation of the menu of school meals and the decision the price to be paid in products because of the interest and involvement of nutritionist with the program; the representative of the School Feeding Council (CAE) reported that fulfills its supervisory role of meals and also the products supplied in the PAA given the absence of a board that oversees the same. Family farmers who participate in programs emphasized that programs has offered new opportunities for marketing and income, however, the amount paid to products delivered in the PAA, and the demand for food products in the two programs (PAA and PNAE), need to be improved, it would bring positive results locally for producers and program beneficiaries.

Key words: Food and Nutrition Security (FNS); Food Acquisition Program (PAA); National School Feeding Programme (PNAE); Family farming; Dracena city

LISTA DE QUADROS

1- Meios de produção utilizados pelos produtores..... 212
2- Técnicas empregadas pelos produtores na produção..... 213
3- Produtos entregues no PAA e no PNAE pelos produtores entrevistados..... 220
4- Principais produtos entregues pelos produtores entrevistados no PAA..... 228
5- Principais dificuldades enfrentadas pelos produtores na produção agropecuária..... 239

LISTA DE FIGURAS

1- Sede da APRD no recinto da Fapidra em Dracena-SP..... 70
2- Viveiro de mudas na APRD, no recinto da Fapidra em Dracena-SP..... 71
3- Distribuição dos recursos do PAA por regiões do Brasil em 2013..... 84
4- Evolução das modalidades – PAA de 2003 a 2013..... 86
5- Categorias de produtos dos agricultores familiares e comercializados através do PAA em 2013..... 87
6- Unidades Recebedoras beneficiadas pelo PAA em 2013..... 90
7- Mapa que contempla os municípios atendidos pelo PAA em 2013..... 93
8- Municípios em que 30% dos recursos repassados pelo FNDE ultrapassam R$100.000,00 em 2011..... 111
9- Microrregião Geográfica de Dracena-SP..... 120
10- A merenda Escolar no município de Dracena- EMEI Guilherme Tammerik..... 184
11- Local de armazenamento dos produtos entregues ao PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, situado no Recinto de Exposições da Fapidra em Dracena-SP..... 194
12- Produtos entregues na merenda escolar, no recinto de Exposição da Fapidra em Dracena-SP..... 195
13- Produtos entregues no PAA, no recinto de exposição da Fapidra em Dracena-SP..... 195
14-Situação civil dos produtores entrevistados..... 201
15- Escolaridade dos produtores entrevistados..... 202
16- Formas de aquisição das propriedades rurais pelos produtores entrevistados..... 205
17- Principais meios de divulgação da existência do PAA e do PNAE segundo os produtores entrevistados..... 219
18- Órgãos responsáveis por estimular a participação dos produtores no PAA e no PNAE... 220
19- Valores recebidos pelos produtos entregues ao PNAE pelos produtores entrevistados.... 225

LISTA DE TABELAS

1- Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2014..... 83
2- Distribuição dos recursos do PAA por regiões do Brasil entre os anos de 2003 a 2014..... 85
3- Número de agricultores participantes do PAA, por região, no período de 2003 à 2014…. 88
4- Beneficiários Fornecedores participantes do PAA em 2014..... 88
5- Número de atendimentos e de unidades recebedoras, por região em 2014..... 89
6- Números de municípios atendidos pelo PAA em 2014..... 90
7- Recursos financeiros e alunos atendidos no PNAE no período de 1995 a 2014..... 104
8- Utilização de terras na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1970, 1995 e 2006..... 134
9- Utilização de terras no município de Dracena nos anos de 1970, 1995 e 2006..... 135
10- Principais lavouras permanentes na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970, 1995 e 2006..... 136
11- Principais lavouras permanentes no município de Dracena em 1970, 1995 e 2006..... 137
12- Principais lavouras temporárias na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970, 1995 e 2006..... 138
13- Principais lavouras temporárias no município de Dracena em 1970,1995 e 2006..... 139
14- Total de bovinos, ovinos e caprinos na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970, 1995 e 2006..... 140
15- Total de bovinos, ovinos e caprinos no município de Dracena em 1970, 1995 e 2006... 140
16- Finalidade do rebanho na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970 e 2006..... 141
17-Finalidade do rebanho no município de Dracena em 1970 e 2006..... 141
18- Pessoal ocupado na agricultura e pecuária distribuídos por categoria e sexo na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970 e 2006..... 142
19- Pessoal ocupado na agricultura e pecuária distribuídos por categoria, sexo no município de Dracena em 1970 e 2006..... 142
20- Pessoal ocupado, segundo a faixa etária, por estabelecimentos agropecuários na Microrregião Geográfica de Dracena em 1995..... 143
21- Pessoal ocupado por estabelecimentos agropecuários no município de Dracena em 1995..... 144
22- Condição do Produtor na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1970, 1995 e 2006..... 144

23- Condição do Produtor no município de Dracena nos anos de 1970, 1995 e 2006..... 145
24- Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1970, 1995 e 2006..... 145
25- Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Dracena nos anos de 1970, 1995 e 2006..... 146
26- População por faixa etária na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010..... 147
27- População por faixa etária no município de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010..... 148
28- População Masculina e feminina por faixa etária na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010..... 149
29- População Masculina e feminina, por faixa etária, no município de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010..... 151
30-Variáveis do Censo na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1980; 1990; 2000 e 2010..... 152
31-Variáveis do Censo no município de Dracena nos anos de 1980; 1990; 2000 e 2010…. 153
32- Empregos formais em diferentes setores da economia na Microrregião Geográfica de Dracena para os anos de 1991, 2000 e 2010..... 153
33- Empregos formais em diferentes setores da economia no Município de Dracena para os anos de 1991, 2000 e 2010..... 154
34- Recursos federais enviados para a merenda escolar no município de Dracena (R$) 181
35- Recursos complementares aplicados pela prefeitura de Dracena e do governo do Estado de São Paulo para a merenda escolar..... 182
36- Número de toneladas de alimentos distribuídos na Alimentação Escolar no município de Dracena..... 183
37- Projetos da Modalidade CPR- Doação na APRD, no período de 2006-2014..... 189
38- Faixa etária dos produtores rurais entrevistados..... 200
39- Número de filhos por produtor rural entrevistado..... 201
40- Tempo de moradia dos produtores entrevistados na propriedade rural..... 203
41- Número de propriedades rurais dos produtores entrevistados..... 204
42:- Área em ha das propriedades dos produtores entrevistados..... 206
43- Principais lavouras cultivadas pelos produtores entrevistados..... 207
44- Produção pecuária exercida pelos produtores..... 209
45- Criação de suínos e outros pequenos animais realizada pelos produtores pesquisados.... 211

46- Renda familiar mensal dos produtores entrevistados..... 217
47-Quantidade (volume) entregue em mercadoria aos programas PAA e PNAE pelos produtores entrevistados..... 221
48-Quantidade (volume) entregue de mercadorias no PAA pelos produtores entrevistados.... 229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICs Acordos Internacionais do Café

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APP Áreas de Preservação Permanente

APRD Associação dos Produtores Rurais de Dracena

APRAE Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Engenho II

ASCOSUL Associação de Cooperação Agrícola dos Assentados da Região Sul

CAE Conselho de Alimentação Escolar

CAIC Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

CATI Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral

CDAF Compra Direta da Agricultura Familiar

CIBRAZEN Companhia Brasileira de Armazenagem

CICMA Companhia de Indústria, Comércio, Mineração e Agricultura

CFP Comissão de Financiamento da Produção

CGU Controladoria Geral da União

CME Campanha de Merenda Escolar

CNA Comissão Nacional de Alimentação

CNAE Campanha Nacional de Alimentação Escolar

CNAN Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição

CNME Campanha Nacional de Merenda Escolar

COBAL Companhia Brasileira de Alimentos

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERFAMILIAR Cooperativa Agropecuária de Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região

CPEF Companhia Paulista de Estradas de Ferro

CDS Compra para Doação Simultânea

DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf

DCONP Declaração de Conformidade ao PPAIS

E.E Entidades Executoras

EJA Educação de jovens e adultos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Reforma Agrária

ITESP Instituto de Terras do Estado de São Paulo

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FMI Fundo Monetário Internacional

INAN Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA Ministério Desenvolvimento Agrário

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC Ministério da Educação e Cultura

MS Ministério da Saúde

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PEMH Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

ONG Organizações Não-governamentais

ONU Organização das Nações Unidas

PNIAM Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno

PSA Programa de Suplementação Alimentar

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SIE Serviço de Inspeção Estadual

SIF Serviço de Inspeção Federal

SIM Serviço de Inspeção Municipal;

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SSAN Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

STR Sindicato de Trabalhadores Rurais

TCU Tribunal de Contas da União

UNICAMPO Cooperativa dos Trabalhadores do Campo

UNICEF Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência

UPAs Unidades de Produção Agropecuária

USAID Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, por meio do Programa Alimentos Para a Paz

USDA Departamento de agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 21

1. Segurança Alimentar e Nutricional: características e aplicação nas Políticas Públicas do Brasil..... 27

1.1 A segurança alimentar no contexto mundial..... 28

1.2 A segurança alimentar no contexto brasileiro..... 36

1.3 Aplicação do conceito de segurança alimentar no PAA e no PNAE e o desenvolvimento dos programas sob uma perspectiva territorial..... 47

2. O Associativismo como estratégia de reprodução social e econômica..... 57

2.1. Caracterização do associativismo como estratégia e sua viabilização por pequenos produtores rurais..... 58

2.2. O associativismo como processo de construção, consolidação e funcionamento..... 60

2.3 O processo histórico de surgimento, evolução e desenvolvimento da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) 63

3. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Características e análise de resultados..... 73

3.1 O funcionamento do PAA..... 74

3.2 Resultados alcançados com o PAA no Brasil..... 82

4. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Contextualização e aplicação..... 94

4.1. Contexto histórico de surgimento e evolução do PNAE..... 95

4.2. O PNAE analisado a partir dos recursos investidos no Brasil..... 103

4.3 O PNAE e seu desenvolvimento no Estado de São Paulo..... 105

4.4 Estrutura e funcionamento do PNAE na escala municipal..... 111

4.5 O PNAE e seus benefícios aos agricultores familiares e a merenda escolar..... 116

5. O município de Dracena: Análise do processo de formação e de indicadores sócioeconomicos..... 119

5.1. O início do processo de formação socioeconômica: A atuação do mercado especulador de terras, a prosperidade e o desenvolvimento da atividade cafeeira, o seu declínio e substituição na região. 120

5.2. O Município de Dracena: Particularidades do seu processo de formação..... 130

5.3. O desenvolvimento das atividades econômicas no período 1970 a 2006..... 133

5.4 A população da MRG de Dracena e do Município de Dracena no período 1980-2010.... 146
6. A Operacionalização do PAA e do PNAE no município de Dracena-SP..... 156
6.1 O PAA e o PNAE sob a ótica dos engenheiros agrônomos do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena..... 157
6.2. Análise do PAA e do PNAE de acordo com o engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura do município de Dracena.....167
6.3. O papel desempenhado pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em Dracena…. 173
6.4. O papel desempenhado pela nutricionista no PNAE no município de Dracena..... 178
7. O Desenvolvimento do PAA e PNAE na associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) 186
7.1 A APRD e o desenvolvimento do PAA e do PNAE..... 187
7.2 Análise das características dos produtores rurais pertencentes à APRD..... 199
7.2.1 Identificação do produtor rural associado..... 200
7.2.2 Característica da Unidade Produtiva..... 203
7.3 Políticas Públicas e inserção do produtor..... 218
7.3.1 *Participantes do PAA e PNAE*..... 218
7.3.2 *Participantes do PAA*..... 227
7.3.3 Políticas Públicas e a não participação do produtor..... 235
7.4 Perspectivas e Avaliação do Produtor..... 238
8. Considerações Finais..... 242
9. Referências..... 247
10. Apêndices..... 259

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar[1] vem se destacando no cenário nacional pela importância que a mesma tem apresentado na produção de alimentos. Observou-se que este segmento social é capaz de promover o acesso de produtos alimentícios saudáveis, às populações que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), mostram que, entre os anos de 1992 e 2013, o número de brasileiros que passavam fome diminuiu de 22,8 milhões para 13,6 milhões, uma redução de 40%. Além do que o número de brasileiros subnutridos reduziu nos últimos 20 anos, de 15% para 6,9% da população (ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014). Para o ano de 2014, o relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), divulgado no mês de setembro, aponta que o Brasil conseguiu avançar na redução do número de pessoas que passavam fome, de 40% em 2013 para 50% em 2014.

Resultados como estes confirmam que a criação de políticas públicas[2] pelo governo federal, sobretudo a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, direcionadas à garantia da segurança alimentar, tem gerado resultados positivos. Considerando que a agricultura familiar tem uma contribuição direta sobre esses resultados, o ano de 2014 foi decretado pela FAO, como o ano internacional da agricultura familiar, com o objetivo de dar maior visibilidade a este segmento social, que tem se mostrado, não somente importante na garantia da segurança alimentar, mas também na geração de novos postos de trabalho, sendo responsável por 77% dos empregos gerados no setor agrícola, como aponta o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2014).

Dessa forma, considerando a expressividade que a agricultura familiar vem alcançando nas políticas brasileiras, sobretudo no discurso do governo federal e menos em termos de recursos econômicos, destacamos duas dessas políticas: o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que buscam, em sua essência, garantir alimentação por meio da agricultura familiar presente na escala local, às populações atendidas por redes socioassistenciais e pela assistência social dos municípios, no

[1] Pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006, define-se como agricultor familiar aquele que não detenha, área maior que quatro (4) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

[2] Informações sobre Políticas Públicas consultar Teixeira (2002); Souza (2006).

caso do PAA, e para os alunos das escolas da rede pública municipal e estadual de ensino, no caso do PNAE.

Esses programas vêm abrindo novas oportunidades de comercialização para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, possibilitando a reprodução social dos mesmos no espaço rural, já que com a participação no PAA e no PNAE, os produtores acabam garantindo parte da venda da sua produção.

Diante das transformações locais que os programas podem trazer, sobretudo, para a agricultura familiar, consideramos que, este trabalho tem como objetivo central, analisar a importância das políticas públicas (PAA e PNAE), implementadas a partir dos anos 2000, contemplando as condições em que as mesmas possibilitam a reprodução econômica e social das famílias residentes em pequenas propriedades rurais, averiguando os efeitos dessas políticas para a dinâmica local, no caso do município de Dracena-SP, onde estão inseridos seus beneficiários, atentando-se as possibilidades em termos de arranjos institucionais[3] e os limites expressos para o desenvolvimento dos programas.

A partir do recorte territorial estabelecido, priorizando a análise dos desdobramentos dos programas federais na escala local, sobretudo para o segmento de pequenos produtores rurais, podemos afirmar que, buscamos compreender a execução e funcionamento do PAA, e do PNAE no município de Dracena.

O interesse em estudar o município de Dracena, partiu da observação de que o mesmo concentra um número expressivo de pequenas propriedades rurais, além da própria existência de organizações coletivas como associações de produtores que são extremamente importantes para o desenvolvimento dos programas na instancia local, sobretudo para a participação dos produtores rurais.

Além do que, buscamos estudar os programas PAA e PNAE em virtude destes se constituírem como uma nova forma de ação da política brasileira voltada para agricultura familiar, trazendo embutido a perspectiva de desenvolvimento territorial, em detrimento de uma política de caráter setorial, mantida pela maioria das ações do Estado brasileiro até hoje. Nessa perspectiva, o território passa a ser a escala privilegiada da ação do governo federal ainda que

[3] Como arranjos institucionais entende-se que seria as instituições ou organismos que possibilitam um rearranjo ou uma organização, em prol de intervenções na realidade social, e que necessitam de suportes e instrumentos para tais fins, indispensáveis ao controle das ações, como de um aparato legal por meio de leis, decretos, regulamentos entro outros, ou com o apoio de organismos públicos, parcerias privadas e mediadores em geral, assegurando determinadas ações. Quando se tem um conjunto de regras e organismos envolvidos denomina-se um arranjo institucional (BASTOS; GOMES DA SILVA, 2008). Assim entendemos que para a aplicação de programas como o PAA e o PNAE, é necessário que organismos públicos locais, associações de produtores, e público alvo dos programas estejam trabalhando numa sintonia em que haja um desenvolvimento, seguindo as regras estabelecidas.

de maneira “prática e normativa” (HESPANHOL, 2010), e as ações do Estado passam a valorizar a escala local, compreendida pelos municípios, e a participação da sociedade civil.

Quanto aos objetivos específicos procuramos:

a) Resgatar o processo de ocupação e de formação do município de Dracena, bem como as mudanças que se processaram no período pós-1970 em termos do setor agropecuário e suas consequências para a população;

B) Apreender como as instituições e seus representantes (Prefeitura Municipal, Escritório de Desenvolvimento Rural, Casa da Agricultura, associações de produtores, Conselho de Alimentação Escolar), atuam na escala municipal, se articulam em termos políticos para a implementação das políticas e como avaliam seus efeitos;

C) Averiguar, em nível empírico, os efeitos em escala local dessas políticas, sobretudo para os agricultores familiares participantes.

Os objetivos específicos vêm a contribuir para o alcance do objetivo geral, sobretudo quando se busca estudar o município de Dracena e, nada mais convincente averiguar as condições do município desde 1970, os órgãos municipais e estaduais envolvidos com os programas, e os efeitos desses programas em nível local, como o crescimento ou fortalecimento das organizações coletivas de produtores rurais.

Como procedimentos metodológicos adotados para a elaboração do trabalho tivemos:

Seleção e leitura de material bibliográfico sobre temas como segurança alimentar, considerando o seu contexto e aplicação no cenário mundial e, em particular, no brasileiro, dando ênfase para sua relação com o PAA e o PNAE. Também pesquisamos materiais referentes ao conceito de desenvolvimento territorial e sua aplicação nas políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro, a partir dos anos 2000, e a importância do associativismo como estratégia de reprodução social para os produtores rurais e para a participação destes nos programas, já que as associações se constituem como local de organização, implantação e funcionamento do PAA e do PNAE.

Levantamos material bibliográfico sobre características e funcionamento dos programas PAA e PNAE, e sobre o processo de formação socioeconômica do município de Dracena, considerando a importância da atividade cafeeira e a atuação de empresas colonizadoras para a formação do município em estudo e dos demais pertencentes à Microrregião Geográfica[4] de

[4]Em 1989, o IBGE procedeu à revisão dos critérios de constituição das Microrregiões Homogêneas (MRH), passando a adotar a designação de Microrregiões Geográficas. Até esse ano, a Microrregião Homogênea da Nova Paulista era composta por vinte e três (23) municípios, que foram reagrupados a partir da criação de duas novas Microrregiões Geográficas: a de Adamantina (com 13 municípios) e a de Dracena (com 10 municípios). (HESPANHOL, 2007). Os municípios que compreendem a MRG de Dracena além deste são: Junqueirópolis,

Dracena (MRG). Essa forma de regionalização faz parte de uma mais ampla e que contempla outros municípios, formando a região da Nova Alta Paulista[5], que tem sua criação ligada à passagem dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF).

Foram utilizados dados de fontes secundárias, como do banco de dados do IBGE, o SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), no qual foram pesquisadas variáveis do Censos Agropecuários, como utilização da terra, lavouras temporárias e permanentes, entre outras, dos anos de 1970, 1995/1996 e 2006 e que nos permitiu realizar uma análise temporal dessas variáveis em nível municipal e da MRG. Além do que também recorremos à Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), para analisarmos variáveis do Censo Demográfico entre os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e algumas características da população que se alteraram ao longo do tempo, como número de população total, grau de urbanização, entre outras.

Houve a elaboração e aplicação de roteiros de entrevistas[6] aos Agrônomos do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena (EDR) (Apêndice A) que nos possibilitaram um panorama geral sobre o funcionamento e características do PAA e do PNAE no município. Da mesma forma que elaboramos e aplicamos um roteiro de entrevista (Apêndice B) ao agrônomo da Casa da Agricultura do município de Dracena, o qual nos colocou suas opiniões a respeito dos programas e seu auxílio à associação estudada, a APRD[7] (Associação dos Produtores Rurais de Dracena).

Entrevistamos, com base também em roteiro (Apêndice C), a presidente da APRD, a qual nos explicou como funcionam o PAA e o PNAE na associação, como avalia cada um deles e qual é a adesão dos produtores aos mesmos. Além da presidente da APRD, entrevistamos (Apêndice D) o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Dracena para saber a respeito de sua atuação no PNAE.

Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista (FUNDAÇÃO SEADE, 2013)

[5] A Nova Alta Paulista, "[...] não é representada em nenhum mapa oficial do Estado de São Paulo. Trata-se de uma área formada por trinta municípios que se associaram e criaram a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista - AMNAP, em 20 de julho de 1977. [...] Inicialmente, vinte e três municípios consideravam-se como formadores da Nova Alta Paulista [...] Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Parapuã, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, e Tupi Paulista. Pracinha [desmembrado de Lucélia] tornou-se o vigésimo quarto e os últimos a serem incluídos à AMNAP foram: Arco-Íris, Bastos, Iacri, Queiroz, Herculândia e Tupã". (GIL, 2007, p.67)

[6] Todos os roteiros de entrevistas utilizados na pesquisa empírica, estão localizados nos apêndices ao final deste trabalho.

[7] Vale ressaltar que no município de Dracena, existem duas associações a APRD e a associação J. Marques. Para análise dos resultados dos programas sobretudo aos agricultores familiares participantes, e o envolvimento da associação com o PAA e o PNAE escolhemos portanto, a APRD, uma vez que essa associação concentra um grande número de associados.

Entrevistamos (Apêndice E) a nutricionista responsável pela merenda escolar do município a fim de sabermos como ocorrem as tramitações do processo de aquisição de produtos da agricultura familiar, e como essa política de aquisição de alimentos reflete diretamente na alimentação das crianças e adolescentes.

E, por fim, houve a elaboração e aplicação de questionário (Apêndice F) aos produtores associados da APRD, considerando dez (10) produtores participantes do PAA e do PNAE e cinco (5) produtores participantes somente do PAA. Além disso, vale ressaltar que aplicamos o questionário a outros cinco (5) produtores rurais não participantes desses programas, com o objetivo de entender por que os mesmos não estão participando do PAA e do PNAE, já que todos os entrevistados são associados da APRD. O objetivo era identificar e compreender os motivos e/ou fatores que levam esses produtores a não participarem desses programas.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em sete capítulos, além desta introdução, das considerações finais, das referências e dos apêndices.

No primeiro capítulo é abordado o tema segurança alimentar, considerando sua aplicação no contexto mundial e no brasileiro, a partir de como este se expressa nas políticas públicas criadas a partir de 2003 com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto de uma política mais ampla que é o Fome Zero, mostrando como o tema da fome foi tratado ao longo do tempo a partir das décadas de 1980 e 1990, chegando até o ano de 2003, em que sofre novas reformulações e desenvolve-se em políticas públicas como o PAA e PNAE que, tem potencial para possibilitarem o desenvolvimento territorial.

No capítulo 2 se discute sobre a importância do associativismo como estratégia de reprodução social e sua viabilização para os agricultores familiares, sobretudo no contexto de participação de programas como o PAA e o PNAE, tendo como exemplo a APRD.

No capítulo 3 é abordado as características do PAA, os resultados alcançados com o programa no Brasil, e que nos faz refletir sobre a sua distribuição pelo território nacional, a partir das modalidades de compra de produtos alimentícios presentes no programa, gerenciadas pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

No capítulo 4 é caracterizado o Programa Nacional de Alimentação Escolar por meio do contexto histórico de surgimento e evolução do programa, os recursos utilizados, suas estruturas e formas de funcionamento em nível municipal, os benefícios que o mesmo vem trazendo à agricultura familiar e à merenda escolar e, por fim, a entender como o mesmo se encontra estruturado no Estado de São Paulo, que mostram os benefícios gerados tanto para os produtores rurais como para as escolas atendidas pelo programa.

No capítulo 5 temos o processo de formação socioeconômica do município de Dracena no contexto da Região da Nova Alta Paulista, considerando a presença das empresas colonizadoras como importantes para compreender o contexto histórico de formação da região, e mais os indicadores sociais e econômicos da MRG de Dracena e do município de Dracena.

No capítulo 6, temos a operacionalização do PAA e do PNAE no município de Dracena, considerando os resultados obtidos em campo com as entrevistas realizadas e por fim no capitulo 7 é apresentado os resultados obtidos na APRD considerando a entrevista realizada com a presidente da associação e o questionário aplicado com os produtores rurais associados.

Vínculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), este trabalho apresenta portanto, resultados derivados da pesquisa de iniciação científica, concentrada no período de Dezembro de 2011 à Fevereiro de 2015.

1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL

1.1 A Segurança Alimentar no contexto mundial

A preocupação com a disponibilidade de alimentos sempre foi uma característica vigente na história da humanidade ao que tange à população (BELIK, GRAZIANO DA SILVA, TAKAGI, 2001). O conceito de Segurança Alimentar assumiu contornos mais precisos a partir da 2° Guerra Mundial, no momento em que, vários países sobretudo do continente europeu, viram-se sem condições de produzir seu próprio alimento, instaurando-se uma crise alimentar (BELIK, 2003).

O fim da Segunda Guerra "representou um marco na busca por mecanismos mais abrangentes no sentido de garantir o bem estar da humanidade" (TAKAGI, 2006, p.11). Dessa forma, ao mesmo tempo em que se discutia a formação da ONU (Organização das Nações Unidas) e do FMI (Fundo Monetário Internacional), surgia também uma proposta da montagem de uma organização voltada ao incentivo à agricultura e à alimentação (BELIK, GRAZIANO DA SILVA,TAKAGI, 2001).

A proposta concretizou-se com a criação da FAO[8] (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), como organismo internacional, que ficou responsável pelo desenvolvimento da alimentação e da agricultura. Sua criação foi um marco quanto à problematização da fome no mundo, que passou a ser entendida como uma situação de ordem estrutural que deveria ser reduzido pela ação do Estado (BELIK, 2003).

A FAO foi criada a partir de concepções influenciadas pela democracia liberal norte-americana, onde se defendia a "libertação" das necessidades humanas ("freedom from want"). Assim, o mundo em reconstrução a partir da 2°guerra não podia conviver com a carência da humanidade, já que preso às necessidades, o homem passaria a não usufruir totalmente da sua liberdade (TAKAGI, 2006). Dessa forma, para a FAO, libertar os indivíduos das necessidades, significaria superar a fome "e a realização das necessidades básicas para uma vida digna". A FAO, nascia, desta forma "da necessidade para a paz assim como para a libertação da necessidade" (TAKAGI, 2006, p.11).

Assim, para alcançar a libertação da fome, era preconizado disseminar conhecimento sobre métodos de produção, processamento e distribuição dos alimentos (TAKAGI, 2006), sendo que a alimentação se constituiu como um campo estratégico, "impondo a necessidade a

[8] Vale destacar que o primeiro presidente do Conselho da FAO, foi o médico brasileiro Josué de Castro, permanecendo à frente da organização por três anos, sendo responsável pela implantação de diversas políticas voltadas para a alimentação nas décadas de 1950 e 1960, sendo o mesmo uma referência internacional na interpretação política do problema da fome no mundo (TAKAGI, 2006)

cada país de assegurar por conta própria o suprimento da maior parte dos alimentos que sua população consome inaugurando um conjunto de políticas específicas entre as quais a formação de estoques de alimentos" (MALUF, MENEZES, 2001 apud TAKAGI, 2006, p.12).

Esta noção foi reforçada com a forte crise alimentar instalada na década de 1970, em meio a um crescimento potencializado da produção agrícola no mundo, no qual devido a problemas de ordem climática nos anos de 1972 e 1974, duas grandes quebras da produção de alimentos ocorreram nas principais áreas produtoras do mundo, levando por consequência a uma forte diminuição nos estoques de cerais. Além do que, duas fortes secas neste mesmo período atingiram a África, gerando resultados tempestivos como a morte de em torno de 100 mil pessoas nos países da chamada África Subsaariana, por causa da fome (TAKAGI, 2006).

"A outra seca atingiu a Etiópia e matou, também por fome, entre 50 mil e 200 mil pessoas, sem que a ajuda alimentar pudesse chegar a tempo" (TAKAGI, 2006, p.12). Concomitantemente, nesse período, o mundo viveu a crise do petróleo que deflagrou, no aumento dos preços dos combustíveis, pesticidas e fertilizantes, agravando a crise da produção de alimentos (BELIK, 2003; TAKAGI, 2006).

Diante deste caos mundial marcado por uma crise alimentar, ocasionada pela quebra do ritmo de produção, no qual corroborou em resultados drásticos sobretudo para os países subdesenvolvidos, pela realidade apresentada dos mesmos de baixo nível tecnológico e poder econômico (BELIK, 2003), todas essas condições acarretaram visibilidade ao tema da segurança alimentar enquanto assunto de destaque internacional.

A FAO em 1974, considerando a situação de crise alimentar no mundo, promoveu a realização da Primeira Conferência Mundial de Alimentação. Nesta conferência traçaram-se objetivos por meio de acordo entre os países, dentre os quais estava a necessidade de aumentar a produção de alimentos no mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, e ampliar o consumo e a distribuição dos mesmos, considerando um sistema de segurança alimentar mais efetivo que contempla-se também os estoques de alimentos (FAO, 2000, apud TAKAGI, 2006).

Essas preocupações da Primeira Conferência fortaleceram a ideia de que a garantia da segurança alimentar está estritamente ligada à sua capacidade de produção agrícola. Dessa forma viu-se necessário a adoção de estratégias (como o uso maciço de insumos químicos e máquinas agrícolas), que pudessem ampliar os índices de produtividade dos países, período na história que ficou conhecido como "Revolução Verde" (TAKAGI, 2006; ARISTIDES, 2013).

A "revolução verde" decorrente da "disseminação do pacote tecnológico que foi desenvolvido e incorporado pela agropecuária dos EUA e de alguns países da Europa" (HESPANHOL, 2010, p.584), resultou no desenvolvimento de pesquisas em fertilizantes,

adubos químicos, sementes e maquinários necessários as etapas de plantio e colheita (BELIK, 2003). A "emergência do petróleo como matriz energética, a invenção do motor a diesel e os avanços nos conhecimentos científico, especialmente na área da física, química e biologia, propiciaram [...] tais mudanças tecnológicas [...]" (HESPANHOL, 2010, P.584). Esse pacote agrícola se disseminou para países subdesenvolvidos como o Brasil (BELIK, 2003), sob o argumento de que com a sua implantação o problema da fome seria extirpado, e haveria geração de excedentes agrícolas para o mercado externo (MARTINE, GARCIA, 1987).

Hespanhol (2010) aponta que a "revolução verde" de fato propiciou grande expansão da oferta de alimentos, dando exemplo de que na Europa alguns países que eram totalmente dependentes da importação de alimentos tornaram-se autossuficientes e se converteram e exportadores de produtos agrícolas. Takagi (2006), analisando dados da FAO em 2000, aponta que a "revolução verde contribuiu para que, nos últimos 50 anos, o crescimento da produção agrícola global aumentasse em 1,6 vezes a produção de 1950" (p.13).

No entanto, tanto Hespanhol (2010) como Takagi (2006), apresentam que, mesmo com o aumento da produção mundial de alimentos, e do aparente "sucesso" da revolução verde, a manutenção das condições agudas de fome e desnutrição continuaram sendo uma realidade de grande parte da população mundial, pois de acordo com Hespanhol (2010, p.585):

> A "revolução verde" não resultou na superação da fome nem na melhoria da qualidade de vida das populações [...] como fora apregoado. Tornou-se cada vez mais evidente que a manutenção da fome não deriva da incapacidade de se produzir alimentos, mas sim da desigual distribuição de renda, o que impossibilita o ingresso de uma parte da população ao mercado, especialmente em países da África, Ásia e América Latina.

Takagi (2006) acrescenta ao problema da desigual distribuição de renda, que a distância entre o sistema mais produtivo e o menos produtivo aumentou em 20 vezes nos últimos 50 anos, enquanto Belik (2003), aponta que o problema da fome no mundo não foi resolvido uma vez que, quase a totalidade da produção de alimentos realizadas nos países subdesenvolvidos, era destinada aos países desenvolvidos. A modernização do campo por meio da revolução verde, também levou a desapropriação dos pequenos produtores, que desprovidos do acesso aos recursos tecnológicos na sua produção, acabaram em muitos casos, desistindo da produção agrícola, levando por consequência à migração para a cidade e a venda das propriedades aos grandes produtores rurais. Além disso houve problemas associados ao agravamento da crise ambiental, gerado pelo uso de maquinários e intensivos agrícolas.

O mesmo autor ressalta que o problema da fome no mundo não foi resolvido, pois muitos países da Europa conseguiram ser autossuficientes no sentido da segurança alimentar, outros países não.

Assim, Takagi (2006) coloca que, para os autores Maxwell e Slater (2003), entre os anos de 1970 e 1980, a noção de segurança alimentar acabou enfatizando aspectos ligados à oferta de alimentos em detrimento à demanda real e necessária. Para os autores, um dos exemplos mundiais de políticas de segurança alimentar adotadas com uma visão assistencialista considerada pioneira foi o Plano de Combate à Fome no mundo, da União Europeia no ano de 1981.

Com as transformações da visão direcionada à segurança alimentar, cujo aspecto enaltece a demanda segundo os autores Maxwell e Slater (2003), mencionados por Takagi (2006), esta teve influências de Amartya Sen com seu conceito de *entitlement* ou intitulamento, elaborado no ano de 1981. Este conceito pregava segundo os autores destacados, formas de acesso a bens e recursos, por meio de canais legais de aquisição, considerando recursos para coletar e produzir alimentos, que permitem a troca seja da força de trabalho ou o próprio dinheiro por alimentos, e o recebimento de doação de alimentos ou de recursos para acessá-los. O intitulamento, dessa forma, destacava as formas de acesso à alimentação por parte dos indivíduos, além do simples aumento da oferta dos mesmos.

Segundo Sen (1990 apud TAKAGI, 2006), a fome deve ser vista como um fenômeno econômico no qual se inclua a produção, a distribuição e a utilização dos alimentos e não apenas uma visão focada nos problemas de produção de alimentos. Para ele existe tanto a fome que ocorre de forma recorrente, que corresponde a acessos inadequados a "intitulamentos" de forma contínua, como a fome repentina, resultado do acesso também inadequado só que de forma desastrosa e abrupta.

Deve-se destacar que, bem antes do conceito de intitulamento ser criado e gerar novas formas de concepções voltadas à segurança alimentar, Josué de Castro já afirmava em 1908, que a fome era produto de estruturas econômicas defeituosas. A fome não era um problema derivado da limitação da produção decorrente de fatores naturais, mais sim de um problema de distribuição, associado à desigualdade social produzida politicamente, como buscou ressaltar em suas obras, em especial na "Geografia da Fome" (TAKAGI, 2006; BELIK, 2003).

Consideradas essas prerrogativas, destaca-se que o conceito de segurança alimentar passou a incorporar a noção de acesso aos alimentos ao lado da noção de oferta suficiente dos alimentos. O foco dessa forma mudou da produção para a distribuição (TAKAGI, 2006; BELIK, 2003).

Em 1982, a FAO apresenta a definição de segurança alimentar, originada na Sessão do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, baseado na oferta de alimentos, na estabilidade da oferta e do mercado de alimentos e da segurança no acesso aos alimentos ofertados. Dessa forma, de acordo com Valente (1995, apud BECKER; CALDAS; ANJOS, 2009, p.3)

> [...] mais do que a disponibilidade de alimentos, a capacidade de acesso por parte dos povos assume o status de questão crucial para a segurança alimentar. A partir de então, ela aparece associada à garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução de pobreza.

O objetivo final da segurança alimentar voltava-se à assegurar a todas as pessoas, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que as mesmas necessitam. Além disso, a preocupação com a qualidade dos alimentos seja em termos de aspecto nutricional, biológico, sanitário, tecnológico e sua sanidade por não-contaminação biológica, física ou química, passaram a despontar dentro de perspectivas de uma alimentação segura, no qual foi fortalecida pela Conferência Internacional de Nutrição promovida no ano de 1992 pela FAO e pela Organização Mundial de Saúde – OMS (MALUF, MENEZES, 2001).

Para Belik (2003), a década de 1990 foi decisiva para o fator "qualidade" dos alimentos ser incorporado à segurança alimentar, considerando um elemento preponderante para isso as discussões que realizavam acerca da degradação ambiental em decorrência das formas de produção de alimentos.

A Conferência Internacional sobre Nutrição promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas) e FAO, em 1992 contou com 159 países, e teve como princípio a elaboração da Declaração Mundial sobre Nutrição. Um plano de ação foi concebido com vistas ao combate à fome e ao aumento da segurança alimentar no âmbito dos domicílios. Assim, em nível internacional, emergiu um movimento em defesa da segurança alimentar como um direito básico, chamando a atenção para cinco aspectos de direitos humanos à alimentação e à nutrição (HIRAI; ANJOS, 2007):

– A questão da Segurança Alimentar deve ser entendida como um direito humano básico à alimentação e à nutrição.

– Este direito deve ser garantido por políticas públicas e privadas;

– O papel do Estado é o de proteger o exercício desses direitos;

– A fundamentalidade da participação ativa e atuação da sociedade civil nas situações e circunstâncias em que o Estado é incapaz de agir;

– A necessidade de romper com a tendência de opor o mercado e o Estado, entendendo que cada setor tem seu papel, cabendo à sociedade civil o compromisso de mediá-los (VALENTE, 1995 apud HIRAI; ANJOS, 2007).

Em novembro de 1996 foi organizada a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, reunindo representantes de 185 países e da comunidade Europeia, com a finalidade de renovar o compromisso global de eliminar a fome e a subnutrição e, dessa forma, atingir a segurança alimentar. A FAO constatou que, naquele mesmo ano, os objetivos de alcançar a erradicação da fome no mundo ainda estavam longe de serem alcançados, já que as estimativas daquele período denotavam que se nada fosse feito, no ano de 2010 cerca de 680 milhões de pessoas no mundo seriam famintas, dentre os quais 250 milhões se concentrariam somente na África Subsaariana (TAKAGI, 2006).

Na ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação, cerca de 112 chefes de Estado e de governos e outros 70 representantes de alto escalão, incluindo o Brasil, assinaram a Declaração de Roma, comprometendo-se com ações para erradicar a fome em todos os países, com a meta de reduzir pela metade o número de pessoas subnutridas e famintas e elevar o nível de segurança alimentar até o ano de 2015 (TAKAGI, 2006; HIRAI; ANJOS 2007).

A Declaração de Roma coloca que:

> **A pobreza é uma causa importante de insegurança alimentar, e o progresso sustentável em sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos**. Os conflitos, o terrorismo, a corrupção e a degradação do meio ambiente contribuem também consideravelmente para a insegurança alimentar. **É preciso esforçar-se para conseguir uma maior produção de alimentos, incluindo os alimentos básicos.** Isso deve realizar-se no contexto da utilização sustentável dos recursos naturais, da eliminação de modelos de consumo e produção não-sustentáveis, particularmente nos países industrializados, e da estabilização no prazo mais curto possível da população mundial. Reconhecemos a contribuição fundamental das mulheres para a segurança alimentar, sobretudo nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de garantir a igualdade entre o homem e a mulher. Para reforçar a estabilidade social e contribuir na correção da excessiva taxa de migração do campo para as cidades que muitos países enfrentam, será também necessário considerar prioritária a revitalização das áreas rurais (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE ROMA, 1996, p. 1-2, grifo nosso).

Observa-se que essa declaração atinge aspectos que colocam a pobreza como causa da insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que valoriza a produção agropecuária e também relata as condições precárias do campo e, em consequência, o processo de migração da população do campo para a cidade, o que prejudica este segmento social necessário à produção de alimentos.

No ano de 2002, a FAO organizou uma nova conferência visando fazer um balanço dos progressos e do compromisso com os países estabelecidos na Declaração de Roma em 1996. Com o nome de Cúpula +5, os resultados na conferência mostraram que a meta fixada para 2015 ainda estava muito distante de ser atingida, já que a trajetória das políticas de combate à fome até então não se apresentavam com resultados significativos, dado o pouco interesse dos próprios mandatários em realizar ações que buscassem o combate à fome. O diagnóstico preconizado era que, de modo geral, não havia vontade por parte dos governos para eliminar o problema estrutural da fome, mesmo com a apresentação de estimativas que declaravam um total de 816 milhões de pessoas no mundo, que não consumiam alimentos suficientes segundo os padrões de nutrição. (TAKAGI, 2006)

Nesse mesmo ano de 2000, a ONU estabeleceu os "8 objetivos de Desenvolvimento do Milênio", considerando os resultados obtidos até então nas conferências mundiais, destacando o problema da fome, da subnutrição e da miserabilidade como cruciais, contemplando o compromisso de todas as nações a melhorar as condições socioeconômicas das populações. O primeiro objetivo do Milênio foi colocado para reduzir a fome pela metade até o ano de 2015 e a miséria também pela metade até o ano de 2025. As nações Unidas dessa forma, incorporou, reforçou e aprimorou a meta da FAO (TAKAGI, 2006).

Também no âmbito das Nações Unidas, se criou nos anos 2000 outra instituição, paralela a FAO, a Relatoria Especial sobre o Direito à Alimentação na Comissão de Direitos Humanos. Esta ação transformou-se em um marco para a organização dos direitos humanos, pois, passou a considerar o direito a uma alimentação adequada como nato do ser humano, como constatado no comentário geral número 12, que insiste na necessidade e obrigação que todos os Estados têm em respeitar, proteger e realizar uma alimentação adequada, fortalecendo desta forma a noção de segurança alimentar como necessário as populações (BELIK, 2003; TAKAGI, 2006).

O documento coloca expressamente no parágrafo 15, que sempre que um indivíduo ou grupo for incapaz de usufruir do direito à alimentação adequada, por razões que passam fora de seu controle, o Estado tem a obrigação de oferecê-la, além das situações de desastres naturais ocasionadas por razões diversas. Dessa forma, fica evidente que o direito de se alimentar regularmente e adequadamente deve ser uma obrigação exercida pelo Estado que representa a sociedade (BELIK, 2003).

Para Maluf (2009), a questão alimentar não se limita apenas as preocupações que se desdobram com a fome, a pobreza e os problemas agrícolas, pois a mesma relaciona-se com o desenvolvimento econômico, considerando o direito humano à alimentação e o "papel do

sistema alimentar na conformação e desempenho das atividades econômicas dos países, ambos os fatores fazendo com que o tema alimentar esteja sempre no centro das preocupações das políticas públicas" (p.148).

Dessa forma para o mesmo autor, a segurança alimentar deve ser entendida no plano macroeconômico, considerando aspectos que envolvam o comércio internacional e que seja complementar ao papel estratégico que necessita ser realizado pelo mercado interno, que será tão mais importante quanto mais equitativo for o padrão de desenvolvimento que necessita. Para tanto, a importância do uso de políticas e programas que ressaltem o sistema agroalimentar e possibilitem o desenvolvimento rural.

De acordo com relatório da ONU divulgado em Setembro de 2014, ainda existem cerca 805 milhões de pessoas no mundo que são vítimas da fome e da desnutrição crônica, e que apesar desse número de pessoas em situação de insegurança alimentar, o mesmo relatório traz a tendência de decréscimo global do número de pessoas com fome, que diminuiu em mais de 100 milhões na última década.

Segundo o mesmo relatório, o continente asiático concentra dois terços da população faminta em todo mundo, correspondendo a um total de 526 milhões de pessoas. Na África Subsaariana o relatório mostra que uma em cada quatro pessoas sofrem de desnutrição (RELATÓRIO DA ONU, 2014).

O relatório da ONU também apresenta a tendência geral de redução da fome nos países em desenvolvimento, por meio do objetivo de desenvolvimento do milênio de conter pela metade o número de pessoas desnutridas até 2015, como esboçado anteriormente. Este pode ser alcançado caso se intensifiquem os esforços apropriados para tal finalidade de forma imediata. Segundo o relatório, até o ano de 2015, 63 países em desenvolvimento atingirão a meta, e mais seis estão no caminho para alcançá-lo em 2015.

Como estudos de casos de alguns países em desenvolvimento, o relatório da ONU trouxe como exemplo sete, a destacar: Bolívia, Brasil, Haiti, Indonésia, Madagáscar, Malawi e Iémen, como ações desempenhadas para combater a fome, sendo utilizados de exemplos para atingir a segurança alimentar. Os países foram escolhidos devido às diversidades no campo político, econômico, particularmente no setor agrícola, e as diferenças culturais.

A mencionar o caso brasileiro, o relatório apresenta as ações empenhadas no Programa Fome Zero, que colocou a conquista da segurança alimentar no centro da agenda do governo, por meio de articulações entre políticas para a agricultura familiar com a proteção social de forma inclusiva (ONU, 2014)

Os resultados apresentados pelo relatório da ONU foram apresentados na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição, na cidade de Roma, entre os dias 19 e 21 de novembro de 2014, onde se procurou renovar os compromisso para combater a desnutrição e melhorar assim as dietas e os níveis de nutrição consumidos nos alimentos pelas populações do mundo (ONU, 2014).

Observarmos assim que as ações e compromissos em nível internacional tendem sempre a serem renovados com objetivos claros de atingir metas que reduzam a fome e a desnutrição com alimentos de qualidade garantindo a segurança alimentar nos países do mundo, em especial os em desenvolvimento.

1.2 A segurança alimentar no contexto brasileiro

O tema da Segurança Alimentar ganhou destaque no cenário brasileiro, a partir do ano de 2003, com a mudança ocorrida no governo federal do país, assumido pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Um novo enfoque passa a ser privilegiado no campo das políticas públicas, com ações que buscam conter a miséria e a fome sobre eixos estratégicos que tentam promover também um desenvolvimento econômico e social nos lugares em que são implantadas (CALDEIRA, 2008).

Observa-se, desta forma, que é possível verificar transformações de alguns setores da sociedade que vem ocorrendo pela adoção de políticas públicas, a partir do momento em que a preocupação com os direitos básicos da população passou a se constituir no ponto chave para o desenvolvimento e houve a aplicação das mesmas, ou seja, "o direito à alimentação regular, em quantidade e qualidade suficiente, para todos os brasileiros. [...] Um desejo [...] da sociedade brasileira que o governo do presidente Lula assumiu com prioridade" (CALDEIRA, 2008, p. 170), em consonância ao que foi determinado como ação aos países participantes das conferencia da FAO no ano de 2002, e dos objetivos de Desenvolvimento do milênio estabelecido pela ONU.

Assim, contando com essa perspectiva de assegurar o alimento em quantidade e qualidade suficiente às populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social, é que o Governo Federal "criou programas, destinou recursos e estabeleceu parcerias com [...] estados e municípios" (CALDEIRA, 2008, p.170).

Um exemplo disso foi a criação do Programa Fome Zero em 2003, no qual estabeleceu objetivos e metas claras referentes à erradicação da fome e da miséria, por meio de um conjunto

de ações que buscavam garantir a segurança alimentar, com o direito a uma alimentação saudável e adequada (TAKAGI, 2006).

Assim, para a coordenação do Programa Fome Zero:

> [...] O Problema alimentar de um país vai além da superação da pobreza e da fome. O fundamental é garantir a Segurança Alimentar. O Combate à fome deve ser inserido nesta estratégia maior, pois é a face mais visível da insegurança alimentar, e não queremos conviver com ela, como temos feito a séculos. (PROGRAMA FOME ZERO, 2001, p.9 apud CALDEIRA, 2008, p.170)

O problema da fome não é em decorrência do presente, mas uma situação construída historicamente a partir da questão da desnutrição e da miséria no país. No Brasil, desde os tempos coloniais havia uma preocupação por parte dos governantes com a alimentação da população (BELIK, 2003). Trabalhos da historiadora Maria Yedda Linhares demostram que o país viveu crises relacionadas à falta de alimentos até a década de 1970, sendo que os governos procuraram adotar medidas para solucioná-las, por meio da criação de leis e órgãos públicos, para combater o que a autora mencionou de "crise crônica de abastecimento alimentar" (TAKAGI, 2006).

A preocupação do governo nesse período era com a "escassez, os preços e o escoamentos dos alimentos" (TAKAGI, p.16), onde o termo combate à fome não era algo mencionado dentro das instituições criadas, mas sim carestia (TAKAGI, 2006), já que tais assuntos não eram tratados com a prioridade que mereciam pelos governantes. "Mesmo que esses problemas fossem evidentes e que afetassem uma enorme parcela da população com menos poder e excluídos do processo econômico e político hegemônico" (CALDEIRA, 2008, p.170).

A partir da década de 1940, o tema da fome assumiu importância no cenário nacional, acompanhando as transformações tomadas sobre o mesmo tema em nível internacional, onde Josué de Castro teve grande importância nessa mudança, pelas obras escritas e pela atuação como gestor público, no qual colocava a realidade da fome como algo que deveria ser tratado sob responsabilidade dos governos (TAKAGI, 2006).

Nesse momento, as ações de abastecimento no país estavam ligadas à instituições vinculadas à agricultura, como a Comissão do Abastecimento, criada em 1939, a Superestrutura criada na década de 1960, a partir da SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento, que coordenava a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), a CIBRAZEN (Companhia Brasileira de Armazenagem) e a CFP – Comissão de Financiamento da Produção, criada em 1967, todas vinculadas ao Ministério da Agricultura (TAKAGI, 2006). Nesse período, o

abastecimento da população estava ligado à questão do aumento da produção, por meio da utilização de novas tecnologias como a mecanização da produção e o uso de insumos químicos, como fora difundido no mundo por aquilo que ficou conhecido como revolução verde.

Na década de 1980, diante de uma realidade marcada pelo equacionamento da capacidade produtiva na agricultura, e aumento das redes privadas de supermercado como responsáveis pelo abastecimento urbano, a perda do poder aquisitivo da população se tornou uma realidade vigente, e seu poder explicativo sobre a fome ampliou-se (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Dessa maneira, o tema da segurança alimentar foi aos poucos assumindo seu lugar relacionado ao problema da fome, para além da noção até agora enaltecida de abastecimento. Takagi (2006) coloca que a introdução do conceito de segurança alimentar no país data do ano de 1985 a partir de uma política de abastecimento do Ministério da Agricultura, influenciado pela disseminação do tema pela FAO. No Brasil, neste momento, a concepção utilizada enaltecia a autossuficiência alimentar no país, e apontava as causas relacionadas a falta de acesso aos alimentos e a insuficiência da renda.

Nesse período, foi proposto a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, de caráter operativo, voltado para formular planos nacionais relacionados aos preços, abastecimento, cesta básica, agroindústrias, entre outros temas, que seria presidido pelo presidente da república, cujo secretário-executivo seria o Ministro da Agricultura, e contaria com a participação de membros do setor produtivo, como trabalhadores e consumidores (TAKAGI, 2006). "Apesar de não ter tido resultado prático, [...] as ideias [de se criar um Conselho Nacional de Segurança Alimentar], foram retomadas posteriormente" (TAKAGI, 2006, p.18).

Nesse meio tempo, também ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, no qual se compreendeu a alimentação como um direito básico, tendo como sugestão "a criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN) vinculado ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN, vinculado ao Ministério do Planejamento" (TAKAGI, 2006, p.18), ambos com a participação de representantes da sociedade civil. Dessa forma, entende-se que a identificação da incapacidade de acesso dos alimentos por parte significativa da população brasileira por motivos ligados à pobreza e ao desemprego, tomava como importância a realização de diagnósticos, frente à situação de insegurança alimentar que o país apresentava (TAKAGI, 2006).

Para Caldeira (2008), estes problemas sempre foram vistos e tratados até o presente momento de maneira pontual, emergencial ou assistencial, de forma seletiva, portanto, por meio

de programas ou políticas públicas que possuíam como público a ser beneficiado um segmento social ou apenas parcela da população que necessitava de assistência imediata como, por exemplo, podemos mencionar, segundo a autora, os programas de política alimentar na década de 1980 como o Programa de Suplementação Alimentar (PSA), que buscavam distribuir mensalmente cestas de alimentos as gestantes, com famílias que possuíam até 2 salários mínimos, e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), com o objetivo de incentivar a "cultura da amamentação".

Esses programas, contudo, de acordo com Monteiro (2000), empregavam apenas 10% dos recursos repassados pelo governo ao público beneficiado. Tal situação mostrava, por exemplo, que programas de suplementação alimentar apresentavam, de acordo com os autores citados, um alcance de apenas 20,3% das gestantes em situação de carência nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e 2,3% nas regiões Sudeste e Sul.

Verifica-se que o alcance das políticas públicas era muito segmentado e setorizado, piorando suas condições nos anos 1990 em que foram extintos os programas de alimentação e nutrição no governo Collor (CALDEIRA, 2008).

De acordo com Valente (1998, apud CALDEIRA, 2008, p. 200):

> [...] o início da década de 90 é marcado pela quase extinção dos programas de alimentação e nutrição no país, [mantendo somente] a distribuição de cestas de alimentos, através da utilização de estoques públicos de alimentos em risco de deterioração.

Todavia, mesmo com essa realidade marcada pelo pouca notoriedade dada pelo governo federal no início da década de 1990 ao tema da segurança alimentar, pode-se destacar que outras iniciativas passaram a corroborar, nesse período, para a construção de uma Política de Segurança Alimentar no Brasil, entre elas a formulação de uma proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar em 1991, por Luiz Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva, sob uma preocupação de criar uma política voltada para o acesso dos alimentos, de forma estável e contínua, equitativamente distribuída (TAKAGI, 2006).

A proposta seguia a mesma estrutura institucional mencionada para o ano de 1985, como citada anteriormente, ou seja, a:

> Formação de uma Secretaria Especial para a Segurança Alimentar, ligada à Presidência da República, e de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, presidido pelo Presidente da República, voltado para a integração dos diversos setores governamentais, com participação de representantes dos segmentos sociais e das esferas de governos estaduais e municipais. Ao

> Conselho caberia definir a Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborar o planejamento de curto, médio e longo prazos e assegurar os recursos necessários (TAKAGI, 2006, p.19-20).

Após esse movimento de tentativa de criação de uma política de segurança alimentar nos anos de 1992 e 1993, foi lançado pelo sociólogo Herbert de Souza a iniciativa da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, mais conhecida como Campanha do Betinho, que gerou a formação de milhares de comitês, incentivou a ação governamental e a participação da sociedade civil no combate à fome (TAKAGI, 2006).

Toda a mobilização feita pelo movimento da Ação da Cidadania, deu origem ao Programa de Combate à Fome e à Miséria durante o governo de Itamar Franco que assumiu o lugar do Presidente Collor. Em seu governo, Itamar Franco criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), tendo como foco a coordenação e a elaboração do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria a partir de parcerias e articulado ao processo de descentralização (TAKAGI, 2006; CALDEIRA, 2008).

O CONSEA "foi integrado por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, [...] para coordenar a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria" (TAKAGI, 2006, p.20), sendo que sua criação contribuiu efetivamente para incluir a segurança alimentar na agenda da política brasileira, além de ter imprimido um caráter de parceria entre a sociedade civil e o governo sob uma legitimidade oferecida pelo programa (TAKAGI, 2006).

Assim, para afirmar a experiência do CONSEA como uma experiência de bons resultados, Valente (2002 apud CALDEIRA, 2008, p.203) aponta dois grandes avanços:

> 1. O **Combate à fome e a miséria passou a ser visto como problema de governo** e uma questão estratégica, ficando sua coordenação diretamente vinculada ao gabinete do presidente da república.
> 2. **Implantou-se uma coordenação das ações governamentais** de forma intersetorial, **nos diferentes níveis de governo**, com as ações da sociedade civil no sentido de reduzir duplicidades, superposições e de atingir os objetivos propostos. (grifo nosso)

Caldeira (2008) também afirma que um dos momentos mais importantes do CONSEA para a sociedade civil e para o próprio governo, foi a realização da Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar no ano de 1994. Este evento representou um marco diante da construção de uma proposta de segurança alimentar para o Brasil e acrescenta:

> As discussões realizadas desde o plano local, na preparação da conferência, e depois, durante a própria conferência – que contou com cerca de 2.000 delegados – deixaram evidente o diagnóstico de que a **concentração de renda**

> **e de terra constituíam os determinantes principais da situação da fome e insegurança alimenta**r. (CALDEIRA, 2008, p.206 grifo nosso)

No documento que sistematizou os eixos e prioridades da conferência destacaram-se três eixos que contemplavam:

> 1.Ampliar as condições de acesso à alimentação por meio da geração de empregos e distribuição de renda, especialmente com a reforma agrária; 2.aumentar a disponibilidade de alimentos e reduzir o custo dos alimentos; 3.assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos vulneráveis, como gestantes, nutrizes, crianças, e assegurar qualidade dos alimentos e estimular práticas alimentares e de vida saudáveis (CONSEA, 1994 apud TAKAGI, 2006, p.21)

Caldeira (2008) também destaca que uma das limitações do CONSEA, foi de não se atentar para o fato de que as decisões referentes à política econômica continuaram da mesma forma, não sendo inserida a questão da segurança alimentar, ou seja, as ações em prol da mesma limitavam-se aos ministérios da área social, não havendo esta ligação, em que o CONSEA pode-se dizer, portanto, manteve-se apenas como uma estrutura que assegurava recursos para as políticas de combate à fome e à miséria. Nas palavras da autora:

> Assim, a decisão de transformar o combate à fome e à miséria em prioridade não foi adotado pela área econômica, que continuou a aceitar as prescrições dos organismos financeiros internacionais, independentemente do impacto que pudessem ter sobre o agravamento da exclusão social, da fome e da desnutrição (CALDEIRA, 2008, p.204).

No governo Fernando Henrique Cardoso, o mesmo extinguiu o CONSEA, portanto, a questão da segurança alimentar foi deixada de lado, havia em sua política outras prioridades como de estabilização da moeda e a liberação do comércio internacional, tendo, assim, a consolidação do Plano Real como primeira meta a ser realizada (CALDEIRA, 2008).

Nesse período, para substituir o CONSEA, o governo FHC criou um outro conselho denominado “Comunidade Solidária”, instituído pelo Decreto n° 1.366 de 12 de janeiro de 1995, que possuía objetivos totalmente diferentes do programa anterior. O programa instaurado no governo de Fernando Henrique passou a ser vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, presidido pela primeira dama da época, Ruth Cardoso, em que o foco da segurança alimentar não foi prioritário, sendo este fragmentado em vários de seus componentes como alimentação e nutrição, geração de emprego e renda, questão agrária, entre outros (PERES, 2005; CALDEIRA, 2008).

Entende-se pelas palavras da ex-primeira Dama e presidente do conselho Ruth Cardoso, que o objetivo do programa Comunidade Solidária era: “contribuir na articulação da sociedade brasileira, mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros para o combate eficiente à pobreza e à exclusão social” (CARDOSO, 1997, p. 3).

Assim, o programa destinava-se a promover, de cunho geral, rupturas com as políticas anteriores de caráter assistencial, já que a mesma buscava a integração e ao mesmo tempo seletividade das ações na área social, concentrando-se nas áreas de educação, saneamento, geração de empregos e capacitação profissional. Todavia, o programa, ao mesmo tempo em que buscava em certas situações romper com ações de natureza assistencialista, também buscava empregá-las para pessoas em situação de extrema carência, com iniciativas voltadas para alavancar o desenvolvimento local (PERES, 2005).

O Programa Comunidade Solidária tinha duas propostas, que se apresentavam: a primeira, pelo Conselho Comunidade Solidária, que tinha como objetivo central a articulação entre o Estado e a sociedade civil, por meio de parcerias com as ONGs (Organizações não–governamentais), para a elaboração de projetos que buscavam o desenvolvimento social; e a segunda proposta dada pela secretaria executiva do programa que buscava implementar programas sociais nos municípios mais pobres do país, visando essas ações integrar os três níveis de participação da federação (PERES, 2005). Cabendo lembrar que essa busca pela integração das esferas políticas é decorrência do processo de descentralização ocorrido juntamente com a Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar que a sociedade civil, por meio do Fórum Nacional da Ação da Cidadania, buscou perante a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, argumentar que a discussão da segurança alimentar e nutricional fosse retomada. Tal atitude promoveu a constituição de um Comitê Técnico de Segurança Alimentar–Nutricional, que se manteve em funcionamento nos anos de 1995 e 1996 e que serviu de base para a constituição do Comitê Nacional de Preparação para a Cúpula Mundial de Alimentação (CALDEIRA, 2008).

O mesmo grupo participante da Cúpula deu origem ao “Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 1998, com cerca de 40 representantes de organizações e entidades da sociedade civil, visando promover a articulação das ações da sociedade brasileira no combate à fome e à miséria” (TAKAGI, 2006, p.22).

Mesmo com essas iniciativas, entre os anos de 1997 e 1998, houve crises na área de política social, sobretudo na questão da fome e da pobreza. Havia somente esforços de coordenação em nível municipal dos programas inseridos no Comunidade Solidária, já que

nesse período não houve expansão orçamentaria necessária para atender aos municípios mais carentes (CALDEIRA, 2008).

"Foi ficando cada vez mais clara a total ausência de uma política social articulada e, dentro dela, de uma política nacional de combate à fome e à desnutrição, em articulação com a redução da pobreza" (CALDEIRA, 2008, p.206).

Dessa forma, dada às condições de desenvolvimento das políticas públicas ao longo dos governos brasileiros, observamos que as ações voltadas à segurança alimentar eram até então relegadas a segundo plano, ocorrendo de forma setorial como nos apresenta a autora:

> [...] verifica-se que o que marca este período governamental da década de 90, na área social, é ainda a inexistência de uma política social consistente e estrutural de desenvolvimento, tendo como eixo central a questão da Segurança Alimentar Nutricional, que sempre esteve relegada a segundo plano desde os anos 70, e vista como sendo apenas uma política setorial, ficando sob a custódia de secretárias das áreas sociais e nunca fazendo parte das discussões econômicas do país. (CALDEIRA, 2008, p.208)

Assim, a partir dos anos 2000, o tema da fome voltou à pauta nacional. "O agravamento da situação da pobreza e da vulnerabilidade das famílias no país, especialmente nas grandes cidades, aprofundada com a crise econômica e o aumento do desemprego no final da década de 90, foram o pano de fundo desta retomada" (TAKAGI, 2006, p.22).

"Além disso, verificava-se uma crescente vulnerabilidade do país em relação à segurança alimentar diante das constantes oscilações de preços dos alimentos, crescente dependência de alimentos importados e diminuição dos estoques públicos de produtos agrícolas" (TAKAGI, 2006, p.22).

No ano de 2001, Luiz Inácio Lula da Silva, retoma o tema da segurança alimentar no Instituto da Cidadania, ONG (Organizações Não-governamentais), no qual, entre seus projetos desenvolvidos temos o Fome Zero, colocada como uma prioridade. O Projeto Fome Zero foi elaborado no ano de 2001, por uma equipe contratada pelo Instituto da Cidadania, onde "o coordenador nomeado para o projeto foi José Graziano da Silva, professor universitário, especialista na área e antigo colaborador de Lula" (TAKAGI, 2006, p.23).

"Tratava-se, então, de colocar novamente na agenda nacional um tema que estava secundário na agenda política. E mostrar que, com vontade política, era possível erradicar a fome no país e garantir para toda a população o direito básico à alimentação adequada" (TAKAGI, 2006, p. 23-24)

Especificamente em 2003, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mesmo põe em prática a questão da segurança alimentar como política prioritária de seu governo a partir da necessidade de erradicar a fome no país (CALDEIRA, 2008). Tal problemática inserida dentro da realidade brasileira deu impulso à criação do Programa Fome Zero e sua operacionalização com o mandato de Lula veio, portanto, substituir o Programa Comunidade Solidária, tendo como principal objetivo enfrentar a questão da fome e da miséria no Brasil.

O presidente Lula logo no início do seu mandato criou um ministério, denominado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - hoje (2015), já extinto para comandar as ações do Programa Fome Zero (CALDEIRA, 2008), diferentemente do Comunidade Solidária em que tinha respaldo na Casa Civil e na figura da ex-primeira Dama.

A partir do ano de 2004, efetivou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que passou a buscar em suas ações promover a inclusão social e a segurança alimentar (BRASIL, 2013). Além deste ministério, outros como o Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA); da Saúde; da Educação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Trabalho e Emprego; entre outros, também passaram a coordenar os programas do Fome Zero, havendo a participação na gestão e funcionamento desta política pública (BRASIL, 2013).

Vale ressaltar que no mesmo ano de 2003, o governo Lula restaurou o CONSEA, extinguido nos anos 1990, com o objetivo de articular o governo e a sociedade civil, ou seja, assessorando na formação de políticas, propondo diferentes programas na área de alimentação e nutrição ajudando, portanto, nas decisões da presidência do país (BRASIL, 2013), como por exemplo, na criação de programas dentro do Fome Zero.

Caldeira (2008), a respeito do Programa Fome Zero, coloca que enquanto sua estrutura e planejamento procura abarcar:

> Além das ações emergenciais no combate à fome, um conjunto de políticas voltadas para tratar suas causas, por exemplo: geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar, reforma agrária, programas de convivência com a seca e alfabetização. (CALDEIRA, 2008, p.209)

O Programa Fome Zero é, portanto, uma estratégia de governo que integra 25 políticas e 60 programas, no qual tem como objetivos assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção, a geração de ocupação e renda, melhorias na educação, na saúde e no acesso ao abastecimento de água, entre outra ações, que possuem como características fundamentais a intersetorialidade das ações estatais nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal (BRASIL, 2013).

O programa possui assim quatro eixos articuladores (ARISTIDES, 2013, p.72):

1. Acesso à alimentação
2. Geração de renda
3. Fortalecimento da Agricultura Familiar
4. Articulação, Mobilização e Controle Social

O eixo "Acesso à Alimentação" possui quatro ações:

1. Com transferência de renda:

- Bolsa Família

2. Com programas de alimentação e nutrição:

- Alimentação Escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar)
- Alimentos a grupos populacionais específicos
- Cisternas
- Restaurantes Populares
- Bancos de Alimentos
- Agricultura Urbana/Hortas Comunitárias
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)
- Distribuição de Vitamina A (A+)
- Distribuição de Ferro (Saúde de Ferro)
- Alimentação e Nutrição de Povos Indígenas
- Educação Alimentar, Nutricional e para Consumo
- Alimentação Saudável/Promoção de Hábitos Saudáveis

3. Com incentivos fiscais:

- Alimentação do Trabalhador (PAT)

4. Com redução de tributos:

- Desoneração da Cesta Básica de Alimentos

O eixo denominado "Geração de Renda" visa à:

- Qualificação Social e Profissional
- Economia Solidária e Inclusão Produtiva
- Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)
- Organização Produtiva de Comunidades (Produzir)

- Desenvolvimento de Cooperativas de Catadores
- Microcrédito Produtivo Orientado

O eixo “Programa da Agricultura Familiar” apresenta as ações:
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
- Garantia-Safra
-Seguro da Agricultura Familiar
-Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

O eixo “Articulação, Mobilização e Controle Social” apresenta as seguintes ações:
- Casa das Famílias – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Mobilização Social e Educação Cidadã
- Capacitação de Agentes Públicos e Sociais
- Mutirões e Doações
- Parcerias com Empresas e Entidades
- Controle Social – Conselhos da Área Social

Portanto, a abrangência do programa é muito grande, pois se trata de garantir o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes à população, buscando reduzir os casos de desnutrição associada à pobreza que, segundo Caldeira (2008), no Brasil se encontravam, naquele ano, entre 44 e 53 milhões de pessoas. Para isso, o programa tem em sua estrutura o apoio a outros segmentos sociais, como a agricultura familiar, seja para o produtor convencional ou para o assentado, já que este segmento é responsável por 70% da produção de alimentos consumidos pela população brasileira, conforme as informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012).

Assim, dada à preocupação do governo federal com o tema da segurança alimentar e nutricional (SAN) foi definido pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Março de 2004, que a SAN é, de acordo com Santos; Pacheco Santos (2007):

> [...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Para tanto, são necessárias intervenções voltadas para as dimensões da disponibilidade de alimentos, acesso e consumo e utilização biológica (incluindo a inocuidade do alimento). (SANTOS; PACHECO SANTOS, 2007, p.1030)

A questão da segurança alimentar atualmente vai além do próprio aspecto de garantir um alimento saudável, contudo, podemos afirmar que, apesar do Brasil ainda enfrentar problemas relacionados à fome e à desnutrição, dados do relatório da FAO divulgados em 2014, mostram que o Brasil é um dos 25 países no mundo que conseguiram reduzir pela metade o número de pessoas desnutridas (BRASIL, 2014).

O Brasil saiu desta maneira em 2014, do Mapa Mundial da Fome, o qual considerando dois períodos distintos entre 1990 e 2014, e entre 2002 e 2013, verificou-se, segundo a FAO que, para os anos de 1990 a 2014, a situação de populações em situação de subalimentação caiu em 84,7%, enquanto que somente entre 2002 e 2013, o percentual de queda foi de 82% (BRASIL, 2014), ganhando destaque a ação do governo brasileiro no combate à fome e a desnutrição com o programa Fome Zero.

Ao reduzir, desta forma, em 50% o número de pessoas que passam fome, o Brasil conseguiu alcançar no ano de 2014 a primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio antes mesmo de 2015 (ONU, 2014).

Portanto, as ações desempenhadas pelo governo brasileiro em prol da segurança alimentar vêm apresentando resultados positivos, mostrando desta forma que o Fome Zero se tornou um exemplo de política para muitos países, no qual "não é exagero dizer que o mundo está olhando para o Brasil e para os resultados do Programa Fome Zero" (TAKAGI, 2006, p.7).

1.3 Aplicação do conceito de segurança alimentar no PAA e no PNAE e o desenvolvimento dos programas sob uma perspectiva territorial

Considerando os resultados obtidos em território brasileiro, com as ações desempenhadas pelo governo federal, partimos do entendimento que as políticas públicas criadas, em especial o Fome Zero, tem trazido resultados que mostram o Brasil frente a uma necessidade de combate e erradicação da fome de parte de sua população.

Dados divulgados pelo relatório da FAO (2014), mostram que o Brasil é destaque no combate a insegurança alimentar, graças à estratégia que o mesmo estabeleceu de combate à fome no país. Segundo a FAO, as ações desempenhadas pelo Estado brasileiro levaram a resultados importantes que destacamos: aumento da oferta de alimentos, sendo que em 10 anos a disponibilidade de calorias para a população cresceu em 10%; e disponibilidade adequada de alimentos para a merenda escolar, já que 42 milhões de crianças e jovens neste país são atendidas com refeições diariamente (BRASIL, 2014).

Enfim, a adoção de programas vinculados ao Fome Zero e que fazem parte dessa grande política criada pelo governo para superação do problema da fome, e que são grandes mitigadores de ações que passaram a modificar o contexto local da realidade brasileira, tem gerado resultados positivos na garantia da segurança alimentar por meio de três aspectos principais: "quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos" (BELIK, 2003, p.14).

Ao que condiz ao acesso dos alimentos pela quantidade, a qualidade e a regularidade, Belik (2003) ressalta que, a quantidade remete ao que se entende por disponibilidade, onde os alimentos podem estar disponíveis em termos de produção, todavia, as populações, em especial as de baixa renda, podem não ter acesso a eles. Quanto ao aspecto da qualidade, o autor destaca que esta se faz necessariamente na alimentação disponível, acessada pela população, não devendo a mesma ser exposta a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes. A qualidade dos alimentos também se exprime de forma à população consumi-la dignamente, considerando ambientes limpos e com normas tradicionais de higiene.

Quanto à regularidade dos alimentos, Belik (2003), considerando as afirmações de Pessanha (2001), aponta que a regularidade exprime que as populações precisam ter acesso constante à alimentação considerando refeições que sejam realizadas pelos menos três vezes ao dia, com todos os componentes nutricionais necessários ao ser humano.

Assim, compreende-se que as políticas públicas criadas, a partir do ano de 2003, sobretudo o Fome Zero, buscam em suas ações garantir a segurança alimentar por meio dos três aspectos ressaltados por Belik (2003), já que para o autor:

> Um programa integrado de segurança alimentar deve atentar para os três elementos mencionados que dizem respeito ao acesso aos alimentos: quantidade suficiente, regularidade e qualidade. Dessa maneira, a questão não é apenas elevar a renda das pessoas pobres, mas, também, garantir que essa renda seja utilizada para o consumo de alimentos (BELIK, 2003, p.18)

Dentre os programas criados no âmbito do Fome Zero, e que desempenha ações voltadas à segurança alimentar, destacamos o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e a regulamentação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), os quais são executados em escala local (a municipal), por meio da realização de compras de produtos agrícolas de pequenos produtores rurais nos municípios em execução, para abastecimento de entidades socioassistenciais como asilos, hospitais, entre outras, e populações carentes cadastradas pela assistência social dos municípios no PAA e os alunos do ensino básico até o

médio e para Educação de Jovens e Adultos (EJA), no PNAE, promovendo, dessa forma, ao público dessas políticas, o acesso a alimentos que sejam de qualidade e que sejam oferecidos com regularidade, atendendo ao que Belik (2003) propõe como necessário a garantia da segurança alimentar.

Pela primeira vez na história da política brasileira, o segmento da agricultura familiar foi valorizado através do PAA e do PNAE, por motivos ligados ao entendimento de que este segmento seria capaz de promover o acesso e a qualidade necessária de alimentos suficientes na promoção da segurança alimentar em escala local.

"O protagonismo assumido pela agricultura familiar como uma categoria de reconhecido peso econômico e produtivo, passou a contar com um aparato institucional para a gestão de programas de apoio, e ampliou consideravelmente seus espaços de atuação" (BELIK, SLIPRANDI, 2012, p.65).

Belik (2003), desta maneira, destaca que:

> [...] é possível fazer com que o próprio consumo de alimentos seja uma alavanca para a inserção social produtiva dos setores excluídos. Fazendo com que as famílias pobres consumam alimentos produzidos por agricultores [...], é possível garantir que o aporte de renda proporcionado pelos programas sociais possa transbordar e gerar mais renda e emprego nas regiões deprimidas (BELIK, 2003, p.18).

Assim, compreende-se que o PAA e o PNAE podem gerar benefícios, tanto na promoção da Segurança Alimentar como na garantia de comercialização para produtores rurais participantes e dessa forma, promover o desenvolvimento local.

Para Muller; Fialho; Schneider (2007 apud RAUP, RINALDI e ROCHA JÚNIOR, 2010, p.3), o PAA foi criado com o objetivo de:

> Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Do ponto de vista do PNAE, de acordo com Belik; Chaim; Weis (2004, p.1):

> A compra e a gestão descentralizada da alimentação escolar se constitui em um importante fator na medida em que as aquisições feitas de produtores [...] locais proporcionam a geração de trabalho e renda para as populações dos municípios envolvidos. É uma grande oportunidade de inserção para [...] a produção agropecuária local.

Esses autores acrescentam que:

> O objetivo do Programa [PNAE] é suprir no mínimo 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos, contribuir para a redução da evasão escolar e favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes

> do país, tudo isso dentro do espírito de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (BELIK; CHAIM; WEIS, 2004, p.1)

Entendemos assim, que a adoção de programas pelo governo federal que buscam garantir a segurança alimentar, por exemplo, do PAA e do PNAE, procuram em suas ações assegurar a produção de alimentos, o acesso e o valor nutricional dos mesmos, percorrendo, portanto, todas as questões que envolveram e ainda envolvem o tema da segurança alimentar. Além do que, os mesmos atendem segmentos da agricultura familiar que trabalham com um sistema de produção alimentar convencional, no qual se utiliza pouca ou quase nenhuma tecnologia, no PAA e uma adoção um pouco maior de tecnologias no PNAE.

Considerando assim o incentivo dado à agricultura familiar pelo Fome Zero, através do PAA e do PNAE, observamos, dessa maneira, que novos canais de comercialização passam a fazer parte das opções de venda dos agricultores por meio daquilo que é conhecido como mercado institucionais agroalimentares (MIA).

Os mercados institucionais se apresentam como uma das formas que os produtores rurais têm encontrado para suprir uma das principais dificuldades, ligadas à venda de seus produtos, havendo a necessidade de garantir a sua comercialização. Neste mercado, a compra de gêneros alimentícios é realizada pelo governo em seus diferentes níveis (federal, estadual, municipal) diretamente com os agricultores familiares (MACIEL, 2008).

Com o MIA, novas relações de compra e venda apareceram e se aperfeiçoaram como podemos mencionar a institucionalização não só do PAA em 2003, mas a regulamentação do PNAE a partir de 2009, criando uma nova forma de comercialização para a agricultura familiar. Assim, podemos afirmar que:

> [...] é possível por meio do mercado institucional local [...] construir um mercado especial para os produtos dos agricultores. Se existe concentração e exclusão mercantil, o Estado pode interferir e estimular o estabelecimento de transações locais para determinados produtos, no caso os da agricultura familiar (MACIEL, 2008, p.5)

Na visão de Maciel (2008), a possibilidade do mercado institucional se caracterizar como uma estratégia de promoção e desenvolvimento da agricultura familiar vai depender de fatores relacionados ao montante de recursos destinados pelo governo à compra dos produtos da agricultura familiar e ao volume da produção familiar que não pode ser utilizada somente para autoconsumo.

É importante destacar que o MIA, para o segmento das políticas públicas, possui uma demanda restrita de alimentos, pois os recursos destinados a esse fim são limitados, o que

também passa a determinar o número de produtores participantes, geralmente os mais articulados, como por exemplo, os participantes de organizações coletivas (associações e cooperativas) (MACIEL, 2008).

No contexto das políticas públicas, para completar os novos cenários favoráveis criados em favor da agricultura familiar a partir do MIA, Becker, Costa e Sacco dos Anjos (2011, p.1), se utilizando de Abramovay (1992), apontam que:

> O cenário atual revela importantes mudanças que convergem para o reconhecimento quanto ao papel transcendental atribuído à agricultura familiar no contexto nacional. De acordo com ABRAMOVAY (1992), esta forma social de produção não somente supõe a garantia do abastecimento alimentar do país, mas igualmente representa uma opção estratégica em favor do desenvolvimento equilibrado da sociedade. Ela seria o objeto para onde convergem desenvolvimento e equidade.

Assim, os mesmos autores complementam:

> Os mercados institucionais possuem um elevado potencial para a emergência de novos atores sociais, uma vez que sua operação exige uma significativa concertação social, advinda da necessidade da efetiva participação de todos os implicados (agricultores, cooperativas, líderes comunitários, gestores públicos, etc.). (BECKER, COSTA, SACCO DOS ANJOS, 2011, p.2)

Maluf (2009, apud VOGT, 2009, p.111), também concorda com os autores referidos ao afirmar que: “Esse mercado torna-se mais acessível quando, o poder público assume como estratégia de desenvolvimento a inclusão de agricultores familiares como fornecedores de alimentos aos órgãos públicos”.

Verificamos, dessa forma, como elemento-chave para se pensar o sistema de abastecimento alimentar, os agricultores familiares, reafirmando, a importância dos mercados institucionais, pois os mesmos dão suporte para entender a necessidade de uma nova reconfiguração do agricultor familiar, ou seja, um produtor ativo que participa de políticas públicas, que está inserido em uma organização coletiva e que conversa diretamente com os gestores públicos. Essa é uma realidade que vem se conquistando, todavia, poucos produtores se enquadram nela, já que nem todos são participantes do MIA, por exemplo, e os que são, poucos apresentam características de participação com grande envolvolvimento nos programas.

O que é certo entender é que a adoção desse tipo de mercado para a agricultura familiar contribui para minimizar os problemas de comercialização, principalmente em municípios essencialmente agrícolas e pequenos (VOGT, 2009).

Além do que o MIA representa uma alternativa para melhorar as condições dos produtores rurais, como ressaltado por Becker, Costa e Sacco dos Anjos (2011, p.4):

> [...] a ampliação do mercado institucional pode representar uma excelente alternativa para conciliar os objetivos de viabilizar a melhoria das condições de reprodução social na agricultura familiar, promover ações estratégicas de desenvolvimento rural voltadas à valorização dos modos de vida tradicionais, bem como produzir alimentos de qualidade em sistemas sustentáveis de produção.

São inúmeros os benefícios da adoção do mercado institucional pelo governo nos seus diferentes níveis, como comprador de produtos oriundos da agricultura familiar. Considera-se que o MIA preocupasse principalmente com a garantia de comercialização, mas se observa que seus benefícios são amplos, podendo garantir a reprodução social dos produtores a partir da sua aderência em políticas de comercialização como o PAA e o PNAE, ainda que estas não estejam disponíveis a todos, pois muitos não são organizados em associações ou cooperativas. Considerando a atuação e a presença do PAA e do PNAE como mercados institucionais, não podemos deixar de destacar que as ações empregadas em prol da segurança alimentar favorecem, por um lado, o segmento da agricultura familiar, no qual se tem um "novo olhar" para o campo, a partir da adoção desses programas, sob influencias europeias[9], uma vez que o território passa a ser "o espaço de mediação social e de incidência de políticas públicas e, portanto, lócus privilegiado para o planejamento estatal" (SILVA, 2012, p.2).

Entre essas instâncias, Hespanhol (2010) destaca que, sob o ponto de vista operacional das políticas públicas, há o envolvimento e a participação de vários ministérios e secretarias da esfera federal, na formulação e implementação de ações das políticas. E referente ao processo de ter acesso a elas e a liberação dos recursos para execução das mesmas, a autora aponta que a participação organizada teria que se fazer vigente, por meio da gestão, acompanhamento e fiscalização das atividades de administração pública.

[9] Vale ressaltar que, a partir dos final dos anos 1990, o governo brasileiro passou a redimensionar suas ações voltadas ao espaço rural, sob uma ótica de desenvolvimento rural, com a valorização das especificidades locais e regionais sob influência da abordagem territorial presente no cenário europeu, em detrimento da abordagem setorial, vigente até então. Desta maneira, o espaço rural começou a ser visto sob uma nova perspectiva, considerando o seu caráter multifuncional e multidimensional, por meio de ações desempenhadas pelo programa LEADER (Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural), na Europa, influenciando diretamente estratégias e programas desenvolvidos em países periféricos como o Brasil, a partir de financiamentos realizados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em ações que se converteram no combate à pobreza e estímulos a formação de organizações coletivas (associação e cooperativas de produtores rurais) e a integração dos espaços urbanos e rurais, por meio de uma perspectiva territorial. Para mais informações consultar Hespanhol (2010).

Essa participação deveria ocorrer por meio da criação de conselhos municipais e de formas coletivas de organizações, como associações, e cooperativas de produtores rurais.

Hespanhol (2010) também apresenta que a adoção da perspectiva territorial pelas políticas públicas é colocada "apenas como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação" (HESPANHOL, 2010, p. 124), sendo considerado, pela mesma autora, um fator limitante do uso do conceito de território, se tornando empobrecido e de caráter apenas funcional, o qual difere, segundo ela, da abordagem realizada pela Geografia em que o mesmo é delimitado e entendido "a partir de relações de poder engendradas por um grupo social num determinado espaço-tempo, sendo os conflitos considerados um componente fundamental de sua constituição e lógica" (HESPANHOL, 2010, p. 124).

Para Coutinho de Paula (2012), o conceito de território apesar de ter sido incorporado como instrumento das políticas públicas, e apresentar distintas interpretações, é um conceito que faz presente dentro da geografia. Silva (2012, p.3) destaca que:

> O termo "território" perpassa pelos mais diversos ramos das ciências sociais, em cada um contendo particularidades próprias que definem sua abrangência. Enquanto conceito assume formas e conteúdos diversos, sempre revestido do interesse em explicar uma realidade de relações complexas entre os distintos atores sociais e destes com o seu meio.

Apesar do conceito de território ser utilizado por diferentes ramos das Ciências Sociais como apontou Silva (2012), podemos colocar que sua origem remonta ao campo da Biologia, já que a primeira concepção surgiu sob uma visão naturalista, em que o território era entendido como elemento próprio da natureza associado a um povo, que deveria lutar para conquistá-lo e protegê-lo, como destaca Silva (2012).

Moraes (1990, p.73) enfatiza que:

> Para Ratzel, a primeira condição para a organização do Estado é o território. Segundo esse autor, não há Estado sem território, esta é a base material da sociedade, em outras palavras, seu solo. Segundo Ratzel: "não se pode considerar mesmo o território mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence"

Ao longo do século XX novas abordagens para o conceito de território foram sendo apresentadas como de Claude Raffestin que, segundo Silva (2012), sua contribuição ocorreu por mostrar que Ratzel trabalhava com uma geografia do Estado, e que a ideia de poder pode

ser assumida a partir do próprio uso e transformação dos recursos naturais, ressaltando a natureza como um elemento presente no território, que pode ser definido como a apropriação do natural.

Outro autor apontado por Silva (2012) e que também abordou com o conceito de território foi Robert Sack, que trabalhou a ideia de território em um nível mais concreto, de um alcance mais limitado, destacando o papel das fronteiras:

> Para ele [Sack], o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo de pessoas que fazem uso desse domínio para manter controles e influências sobre o comportamento de outros, exercendo relações de poder. Para ele, a territorialidade é o próprio "meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados", com todas as suas dimensões de sociabilidade (SILVA, 2012, p.4)

Já Milton Santos traz a ideia de território usado, o qual "é construído e constituído por uma população e caracterizado por suas estruturas sociais, econômicas e produtivas, ou seja, as ações espacializadas dos atores sociais" (SANTOS, 2002, p.8). Assim podemos afirmar que:

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Considerando as diversas concepções que foram surgindo sobre o conceito de território, e as suas transformações como a que chegou Milton Santos (2002) sobre os usos do mesmo, podemos entender que o conceito de território costuma ser vinculado ao político ou a dominação por ter sido pensado a partir de disputas e relações de poder, como nos evidencia Suertegaray (2001), mas, de acordo com a mesma autora, "os territórios são no fundo relações sociais projetadas no espaço" (SUERTEGARAY, 2001, p.5).

A organização do território é traçada, de acordo com Coutinho de Paula (2012, p.27):

> [...] sobre a constante disputa de grupos e classes sociais que procuram afirmar os meios mais adequados aos seus interesses e os fenômenos oriundos dessa disputa territorializam-se em diferentes escalas: global, nacional, regional, municipal ou local.

Tendo em vista que os resultados das políticas públicas são observados na escala local, podemos inferir que o entendimento do uso do conceito de território é bem amplo, como

apresentamos pelo traçado das modificações e ampliações do uso desse conceito ao longo do tempo. O mesmo não pode ser apreendido apenas como um instrumento de políticas públicas para se pensar a intervenção governamental, mas também precisa ser analisado a partir de suas próprias dinâmicas e necessidades de articulação das diferentes escalas, no qual fazem surgir as interações e as particularidades existentes nos territórios, pois de acordo com Favareto (2010, apud COUTINHO DE PAULA, p.32)

> [...] o desenvolvimento territorial não depende apenas da articulação de escalas, mas principalmente do reconhecimento das dinâmicas locais e diversidades dos agentes envolvidos no processo. [...] as estratégias que visam o desenvolvimento territorial não apresentam resultados imediatos, seus efeitos são alcançados a longo prazo.

Assim, entende-se que a complexidade de apreender o desenvolvimento territorial é cabível, pois existem conflitos de interesse entre indivíduos que constroem o território e daqueles que executam as políticas (COUTINHO DE PAULA, 2012).

Além disso, de acordo com Lima (2010, p.3):

> [...] a ideia de território está tão imbricada com a perspectiva descentralizada de gestão e horizontalidade das relações sociais e políticas, que para muitos segmentos da sociedade, território é um instrumento político reivindicatório que substancia a luta política, sobretudo, dos grupos subalternos, tornando-se assim algo necessário a prática social. Esta concepção, logicamente interfere na visão acerca da proposta de desenvolvimento que defende o enfoque territorial.

Portanto, entende-se que a abordagem do desenvolvimento territorial abarca inúmeras condições que se enquadram num conjunto de observações em que se consideram as especificidades de cada território, e valoriza dessa forma suas características.

Essa abordagem também prioriza a mobilização de agentes locais como no caso do PAA e do PNAE que buscam, assim, se adequar sobre cada localidade, que possibilita observar diferentes resultados considerando o desenvolvimento dos programas em busca de um desenvolvimento local que atinge segmentos sociais, de um lado, apresentado pela agricultura familiar e, do outro, pelas populações atendidas sob a ótica da garantia da Segurança Alimentar.

Para buscar o desenvolvimento dos territórios, é necessário estimar suas potencialidades e atributos próprios que, por sua vez, não deixam de estar conectados às diferentes escalas (municipal, regional, nacional e global), que interligadas, perfazem as peculiaridades de cada uma.

Dentro de cada localidade existe um território com seus aspectos e formações próprios, bem como distintos arranjos institucionais que fazem diferir na adoção das políticas públicas. Assim, o desenvolvimento territorial ocorrerá a partir do momento em que se reconhecer as necessidades especificas de cada local e trabalhar para saná-las por meio do acesso as políticas públicas, entendendo e reforçando que o mesmo se faz e deve ser reconhecido muito além de um instrumento de adoção de políticas públicas, mas identificando os reais conflitos e particularidades que são próprios dos territórios.

2. O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

2.1. Caracterização do associativismo como estratégia e sua viabilização por pequenos produtores rurais

Entender o associativismo como estratégia de reprodução social no meio rural é se colocar diante de alternativas buscadas pelos pequenos produtores que, frente às dificuldades existentes, criam mecanismos para superar barreiras impostas ao que determina sua sobrevivência no campo e no mercado.

Buscar compreender e analisar de que maneira e por que os agricultores familiares se organizam de forma coletiva e com quais objetivos se cria uma associação, remonta a questões que apontam como resposta formas de se tentar reproduzir socialmente e criar estratégias para sua permanência na agricultura e pecuária. Assim, para Oliveira (2010):

> [...] a organização associativa se constitui como uma das principais estratégias para o desenvolvimento das atividades produtivas em pequenas propriedades de produção familiar, sobretudo, pela superação das barreiras impostas pelo capital comercial e industrial. [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 23)

Muitas associações, dessa forma, agem com o objetivo de superar as dificuldades encontradas, sobretudo na venda de seus produtos, muitas vezes eliminando a figura do atravessador, comercializando diretamente ao consumidor e também criando formas de valorização de seus produtos, seja, por exemplo, comprando conjuntamente implementos que melhorem a produtividade e, dessa forma, os agricultores familiares encontram melhores preços no mercado, ou até mesmo na inserção de programas como o PAA e o PNAE. Para Oliveira (2010, p. 29): "[...] este tipo de organização associativa assume um formato objetivamente pautado no aprimoramento da produção econômica do grupo".

Da mesma forma que para Lazzarotto (2000, p. 02), "Através do grupo associativo pode-se melhorar os relacionamentos dos agricultores com o mercado e com a sociedade local, e ao mesmo tempo facilitar o processo produtivo".

As organizações coletivas de produtores rurais compreendidas desta maneira estariam voltadas para a criação de estratégias visando à reprodução econômica do grupo, de forma que garantissem melhores condições de preços e valorização da mercadoria oferecida por esses produtores rurais. Contudo, para Bourdieu (1997, apud OLIVEIRA, 2010, p. 49):

> As estratégias adotadas pelos sujeitos sociais **não devem ser reduzidas à dimensão econômica**, tendo em vista que mesmo que objetivamente as ações

> sejam orientadas para a obtenção do lucro, por meio do êxito na atividade econômica, subjetivamente, estes sujeitos sociais **podem contemplar dimensões que ultrapassam a materialidade econômica**. (grifo nosso)

Assim, podemos afirmar que as organizações associativas podem não somente se restringir às atividades que garantam a reprodução econômica, mas também buscar meios em que a reprodução social aconteça e que conduzam os associados a criar uma identidade própria e a se organizar de maneira que a participação e a valorização de cada associado seja respeitada.

Ou seja, vislumbra-se compreender a associação não apenas como um espaço de compras e uso de implementos de forma coletiva, mas como um espaço de pertencimento a um grupo que, dessa maneira, tende a se fortalecer, criando projetos, como os do PAA e do PNAE, desenvolvendo atividades que melhorem suas condições locais. Assim, como nos coloca Hespanhol (2007), uma associação a médio e longo prazo:

> [...] dependendo das articulações estabelecidas, favoreceriam a discussão e a implementação de um projeto de desenvolvimento com base nas potencialidades locais. Todavia, dadas às dificuldades e os problemas enfrentados, as associações não conseguem, com raras exceções, atingir os seus objetivos mais imediatos ligados à prestação de serviços (motomecanização e aquisição conjunta de insumos químicos). (HESPANHOL, 2007, p.2)

Organizações associativas, contudo, como pôde ser observado em certos casos, enfrentam problemas de viabilização, dadas às condições muitas vezes de participação dos associados e manifestação de interesse dos mesmos e, dessa forma, dificulta a elaboração de projetos, como é o caso do PAA e do PNAE. Isso porque, impostas certas atitudes e decisões pela diretoria, as demais não prevalecem, este já seria, além da não participação dos associados, um dos motivos que levam as associações a encontrarem dificuldades para sua consolidação. Assim, segundo o que expressa Silveira et al (1999, p. 02):

> [...] pode-se dizer que as associações de agricultores têm como finalidade enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionado à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e se refere à busca de formas de cooperação que se constituam em formas alternativas minimizadoras do processo de exclusão.

Cabe, portanto, destacar que, ao mesmo tempo em que existem problemas nas associações de pequenos produtores e que dificultam suas próprias ações, estas ainda podem ser vistas como estratégias de reprodução social, já que em muitos casos as associações, como observado por Artigiani e Arraes (2004, p. 02), desenvolvem: "[...] diversas estratégias

buscando não só a viabilidade da unidade de produção, mas de um conjunto de situações, [...] reprodução não apenas material e produtiva, mas também social, cultural e ideológica."

Mesmo que se manifestem problemas como, muitas vezes, a opinião ou assuntos a serem decididos que não são compartilhados por todos, prevalecendo a decisão da diretoria em alguns casos, Pinheiro (2001, apud OLIVEIRA 2010, p.44) destaca que:

> [...] as associações se configuram num tipo de organização ideal da sociedade civil, pois combinam, [...] a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pensada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo.

Fica claro, portanto, que a associação de produtores é um espaço que possibilita a democratização e que, para tanto, é necessária a opinião e a participação de todos para que assim as propostas em termos de iniciativas sejam postas em prática e se obtenha resultados do esforço coletivo, de maneira a gerar benefícios para o grupo e, ao mesmo tempo, conseguir avançar na elaboração de projetos que possam modificar suas condições locais como o próprio PAA e o PNAE.

Mesmo que não seja necessária uma participação efetiva dos produtores participantes dos programas nas atividades da associação, quando se alcança determinada ação os resultados do PAA e do PNAE, são mais bem aproveitados, sobretudo por que com a participação começa-se a pensar em estratégias de reprodução que gerem benefícios para os associados de forma geral, buscando o verdadeiro sentido do associativismo.

Assim, a união de produtores em organizações associativas representa uma importante opção estratégica, para que juntos os associados possam enfrentar as dificuldades que lhes são constantemente impostas (LAZZAROTTO, 2000).

2.2. O associativismo como processo de construção, consolidação e funcionamento.

Organizações associativas do ponto de vista legal são definidas, segundo Hespanhol (2007):

> [...] como sociedades civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados. (HESPANHOL, 2007, p.4)

Dessa forma, as associações de produtores surgem em razão de um conjunto de fatores, tais como da incapacidade de outros canais de representação, como sindicatos rurais e cooperativas, de darem respostas às demandas dos agricultores. As associações tornam-se um importante meio de viabilização para os interesses dos pequenos produtores rurais frente às dificuldades relacionadas aos custos de produção, a compra de implementos, a elaboração de projetos etc. Assim, as associações podem se constituir no espaço de um grupo que cria identidade e que tem a possibilidade de buscar crescimento e desenvolvimento para suas atividades locais, viabilizando formas de se manter na atividade agropecuária, ou seja, por meio de estratégias de reprodução socioeconômicas, como observado por Oliveira (2010).

Foi a partir do final da década de 1980 e no decorrer da década de 1990 que as organizações coletivas como as associações de produtores começaram a adquirir importância. A crise econômica dos anos 1980, que assolou o Estado brasileiro, até então visto como interventor e promotor de desenvolvimento, com a redução dos créditos e dos financiamentos voltados para o setor agrícola, fragilizando as cooperativas até então tidas como modelos de organização coletiva, resultou no fechamento de algumas e diminuição de capital em outras, como nos mostra Oliveira (2010):

> No decorrer da década de 1980, com a crise que passou a assolar o Estado brasileiro, grande parte das cooperativas que se constituíram nos moldes tradicionais de prestação de serviços, foram profundamente afetadas, resultando no fechamento de algumas e diminuição dos capitais fixos de outras (OLIVEIRA, 2010, p. 37).

Assim, as associações de pequenos produtores rurais passam a se tornar modelos de organizações coletivas como fez até então as cooperativas, que eram compostas por pequenos, médios e grandes proprietários, sendo que o auge das mesmas, como a Sul Brasil e a Cotia, também coincidiu com o período conhecido como Revolução Verde, ou seja, por volta das décadas de 1960 e 1970, em que ocorreu a modernização da agricultura.

A partir dos anos 1990, portanto, em razão das mudanças ocorridas na política e na economia do país, derivadas do aprofundamento da crise financeira do Estado brasileiro na década de 1980 e a adoção do modelo neoliberal e o desencadeamento do processo de descentralização político-administrativo, a realidade começou a se modificar. Os municípios passam a ser a escala privilegiada para a implantação de políticas públicas, como mencionado por Hespanhol (2007, p. 05), que também destaca: “Assim, temas como poder local, participação social, autogestão, desenvolvimento sustentável, representação e formas de organização coletiva ganharam destacada relevância no cenário nacional.”

A partir de então, com as funções ampliadas da esfera municipal, dado o processo de descentralização político-administrativa, ou seja, o Estado passou a liberar recursos para os setores da municipalidade, criam-se linhas especiais de créditos direcionadas para formas organizações coletivas, como cooperativas e associações de produtores, o que, por sua vez, estimula pequenos agricultores a se unirem e, portanto, formarem essas organizações, o que explica o grande número de associações de pequenos produtores rurais nesse período entre fins dos anos 1980 e início da década de 1990, (e as próprias orientações feitas pelo Banco Mundial ao concederem empréstimos aos países como o Brasil, condicionando esses recursos a projetos que estimulem a organização coletiva).

Dado, portanto, o estímulo à formação dessas associações, vê-se que as associações de pequenos produtores rurais podem ser criadas tanto pelo interesse dos próprios agricultores como pela intermediação de algum agente externo, como os governos, a assistência técnica etc., por exemplo, que une agricultores e formam associações a fim de que estes tenham acesso às políticas públicas.

A criação de associações, portanto, tem variações, todavia, é necessário ter consciência de que muitos aspectos são necessários para a viabilização das mesmas. É necessário o interesse e a participação dos associados nas atividades realizadas e, sobretudo, a consciência e clareza da importância de sua presença, para que as ideias, projetos e atividades tenham andamento, ou seja, participar do processo decisório de uma organização segundo Randolph (1985, apud LAZZAROTTO, 2000, p.3):

> [...] exige ousadia no questionamento em discussões e debates, sem assumir uma postura cômoda de ouvinte, embora em certas situações aprende-se mais ouvindo. A participação plena significa poder apresentar sugestões, pleiteando opinar nos estágios finais do processo decisório.

Além do que, outra questão é a do pagamento da mensalidade, um aspecto importante a ser considerado, já que por meio dela se define o nível de participação ativa dos afiliados em qualquer instituição, como observado por Oliveira (2010), sendo que as mensalidades servem também para arcar com custos da associação, que muitas vezes não são suficientes, necessitando de um apoio externo como das prefeituras municipais.

Muitos aspectos como a própria falta de participação dos associados, exercício de poder dos líderes, falta de avaliação das ações praticadas na associação e de ações concretas que busquem soluções para os problemas encontrados como apontado por Fonseca (1998), são aspectos que dificultam que o associativismo seja exercido em seu sentido pleno de união visando melhorar as condições de seus associados.

No entanto, muitas vezes, quando uma associação logra êxito e consegue, apesar do número reduzido de associados e/ou da pouca participação dos mesmos, alcançar seus objetivos, isso se deve à presença de uma liderança no meio rural, que consegue desenvolver ou promover atividades diversificadas, como palestras, cursos etc. como coloca Hespanhol (2007):

> A presença de um líder (produtor ou técnico rural) com capacidade de discernimento e de bom senso acaba se constituindo num elemento fundamental no sentido de congregar os demais produtores em torno de um objetivo comum. (HESPANHOL, 2007, p.5)

Portanto, vários fatores estão em questão, sobretudo referentes à participação ou não dos associados nas decisões tomadas, nas discussões e reuniões realizadas pela associação e quando se tem (ou não) a presença de um líder que motive os produtores em determinados interesses e atividades devem ser levados em conta. Isso porque, essas características podem levar a compreender com quais objetivos a associação se originou, quais ações são implementadas, de que forma ela funciona e para atender a quais fins e, desta maneira, se avaliar se realmente ela funciona como uma organização coletiva que possibilita e cria estratégias que levem à reprodução tanto econômica como social do grupo.

2.3 O processo histórico de surgimento, evolução e desenvolvimento da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD).

Considerando a importância da formação de organizações coletivas, como as associações, para alavancar os produtores rurais participantes a novas oportunidades e se concretizar como uma estratégia de reprodução social e econômica, entendemos que estudar uma associação que participa da execução de programas como o PAA e o PNAE, é o caminho para se enfocar não só a importância da mesma para tal finalidade, mas também contemplar outros fatores que contribuem para o desenvolvimento dos produtores participantes.

A Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), a qual nós estudamos afim de compreender o desenvolvimento do PAA e do PNAE, surgiu em 1991 como um armazém comunitário em que funcionava apenas como local voltado à disponibilização de implementos agrícolas e tratores[10], segundo a presidente da associação (2012): “não existia o armazenamento

[10] Vale ressaltar que, segundo informações transmitidas em entrevista pela presidente da APRD, os tratores utilizados nesse período eram cedidos pela prefeitura, assim como atualmente todos os tratores utilizados pela associação são fornecidos pela prefeitura municipal, bem como os tratoristas, através de um convênio entre a prefeitura e a associação.

de produtos, não existia um controle de produção, era realmente só a parte de trator de aração, de tombação [...]".

Somente a partir de 2004, segundo ela, a associação começou realmente a funcionar, tendo um local para sua sede, espaço alugado pela prefeitura do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais e da Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura de Dracena, que também arca com a energia elétrica gasta na APRD. A associação começou a caminhar por que, segundo a atual presidente, houve a tentativa por meio de um associado, o Sr. Laércio, mais o engenheiro da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral) de, Dracena, de fazer um trabalho voltado para os pequenos produtores como compra de insumos coletivos como o calcário; venda de mudas, como as de café por meio da organização de um viveiro; ajudando os associados na aquisição das mesmas, o que mostra que as ações iniciais se preocuparam com estratégias voltadas a reprodução econômica do grupo.

Assim como ocorreu com diversas associações no Estado de São Paulo que foram criadas para participar do programa de Microbacias 1[11], e obter recursos oferecidos pelo PEMH, como a construção de poços artesianos e a aquisição de mudas para serem plantadas nas APP (Áreas de Preservação Permanente), a APRD não foi criada com essa finalidade, mais acabou participando do programa, fornecendo mudas por meio do repasse delas pelo governo, aos associados.

Dessa forma, além do programa de Microbacias, houve, após um ano de sua execução na associação a implantação do PAA e depois de cinco anos a implantação do PNAE, que só foi aumentando a participação dos associados, fortalecendo assim as ações da associação, segundo informações fornecidas pela atual presidente.

Assim, de acordo com a presidente, o objetivo da criação da associação era:

> [...] fazer com que os produtores se unissem para trabalharem de uma forma melhor, por que trabalhavam assim, todo mundo de forma individual, todo mundo quebrando a cabeça, por que faziam as coisas e não davam certo, e

[11] O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), iniciado no ano 2000, ofereceu uma série de benefícios individuais e coletivos, para produtores rurais, sobretudo para aqueles que tinham uma área inferior a 50 ha, e que possuíam no mínimo 70% de sua renda proveniente de atividades agropecuárias. As regiões prioritárias foram escolhidas com base no nível de degradação ambiental, sobretudo a suscetibilidade à erosão, e os problemas socioeconômicos dos municípios envolvidos. O programa buscou elevar o padrão de vida das comunidades rurais, implantando sistemas de produção agropecuária que abrangessem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, incentivando os beneficiários e a sociedade civil organizada, sobretudo as associações de pequenos produtores rurais. O PEMH ficou sob a responsabilidade da CATI, órgão subordinado a Secretária da Agricultura e Abastecimento (SAA). (NEVES NETO; HESPANHOL, 2011, p.19-20)
É importante frisar que em muitos casos as associações foram criadas, apenas para ter acesso aos recursos oferecidos pelo programa Microbacias, sem uma perspectiva melhoria das condições econômicas e de articulação dos produtores.

> acabavam perdendo. Então a partir daí foi que eles se juntaram e acharam que trabalhando junto, de alguma forma melhoraria e levou um tempo até pra convencer os produtores [...] pra [...] colocar na cabeça deles que funcionaria, [...]. (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012)

Desde 2004 até atualmente (2015), a associação conta com apoio da prefeitura municipal através de convênio estabelecido, em que a prefeitura repassa um valor anual, em torno de R$70.000,00, considerando que esse recurso é utilizado para pagar o salário de 12 funcionários mantidos na associação, sendo que destes quatro são contratados diretamente pela prefeitura e os demais são contratados pela associação, porém, todos são pagos pelo recurso disponibilizado pela prefeitura a essa organização.

O recurso da prefeitura também é usado para a manutenção do escritório da associação e para custear parte do combustível utilizado nos tratores usados pelos associados para arar, nivelar, roçar, plantar e estercar. O abastecimento dos tratores também é mantido pelos associados num valor correspondente à R$ 50,00 a hora trabalhada. Além dos recursos recebidos pela prefeitura, a APRD conta também com a mensalidade dos associados, correspondente à R$ 10,00, e a comercialização das mudas do viveiro pela associação que se constituem em formas de arrecadação de recursos para a associação, como observado nas palavras da presidente.

> [...] as horas de trator mês passado renderam R$ 3.582,00 de mensalidade, R$ 320,00 as mudas vendidas no viveiro, R$ 2.400,00 as vendas de rações, e umas coisas, entrou na associação R$ 10.966,00, [...] fora os R$ 70.000,00.[...] Pra usar o trator, tem que pagar R$50,00 a hora, para gradiar, pra nivelar, pra fazer cilagem, para plantar, então assim o óleo é por conta da associação é só a hora, diante do preço de mercado, esse valor é mais ou menos 40%, que uma hora de qualquer máquina hoje é R$100,00, à R$150,00 [...]. Então é a cilagem que acaba ficando mais caro [na associação], R$ 78,00 reais [a hora] mais também são poucos produtores que fazem. (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012)

Para ser associado da APRD, a presidente destaca que o produtor interessado tem que trazer cópia da escritura da propriedade rural, ou do contrato estabelecido (se é de parceria) para confirmar sua profissão, além de contribuir mensalmente com o valor de R$ 10,00, totalizando R$ 120,00 ao ano. Esse valor em 2004, era de R$ 5,00; depois passou para R$ 8,50; e em 2014 era de R$ 10,00. A associação é formalizada juridicamente, tendo sua documentação em ordem, sendo ressaltado pela presidente que se não for formalizada, esta é impedida de participar, por exemplo, dos programas do governo federal, como o PAA e PNAE.

A presidente da associação destaca que sem o apoio da prefeitura municipal, a associação conseguiria se manter, porém ressalta que, haveria transformações que pesariam no bolso do produtor, sobretudo com o aumento do valor do uso do trator como ressalta:

> Conseguiria, mais seria uma coisa muito restrita, então por exemplo, eu não teria como fazer para o produtor uma hora de uso do trator numa média de R$ 50,00, então você acabaria tirando do produtor, você trataria ele digamos, como uma empresa qualquer, por que eu não conseguiria fazer pra ele uma coisa melhor, do que tem no mercado. Então eu não conseguiria ajudar, se não tivesse a ajuda da prefeitura (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2014)

No entanto, apesar dos recursos fornecidos à associação pela prefeitura, e a importância que esse recurso tem para o desenvolvimento da mesma, sobretudo para auxiliar os produtores associados, a presidente da APRD aponta que a prefeitura não "enxerga" a associação como deveria, pois ela está mais interessada nas fábricas e indústrias do município, como afirma:

> [...] o município não enxerga a associação com o devido papel que ela tem, eles não dão pra associação a importância que ela deve ter por que a associação hoje consegue fazer que os produtores façam coisas boas e o município não enxerga isso, o município está mais focado para as fábricas, para as indústrias, pra área urbana. [...] Por exemplo, nós temos agora dois tratores, pra atender quase 3.000 propriedades, precisava de mais trator, de mais implementos, de uma máquina maior, o produtor precisa fazer um açude, não tem maquina pra isso, ele precisa arruma o carreador da estrada dele não tem máquina pra isso, se a gente quisesse conseguiria com certeza atender muito mais os produtores, e isso precisaria do trabalho da prefeitura [...] então o município não dá a importância que deveria dar para a associação, poderia ser bem melhor, e tem condições pra isso [...](PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012)

Mesmo com o auxílio dado pela prefeitura à associação para a sua manutenção, a presente, não tem sido suficiente para suprir todas as necessidades ligadas as atividades desenvolvidas pela mesma. Um ponto a destacar seria que, apesar da presidente da associação reclamar dos recursos disponibilizados pela prefeitura serem insuficientes, entendemos que é ainda é uma ação vantajosa, pois existem municípios em que as associações não recebem nenhum auxílio para o seu desenvolvimento, ao que condiz tanto de auxílio financeiro como de agrônomos das casas de agricultura que não dão assistência técnica suficiente as associações, e que portanto sem uma ajuda municipal poucas vezes se vê uma associação ter resultados positivos quanto ao seu desenvolvimento em prol dos associados.

Para a presidente, as dificuldades encontradas pela associação se apresentam desde sua fase inicial de implantação e, continuam os mesmos problemas, principalmente do ponto de vista da organização dos produtores, relacionado à participação, para melhorar as condições de

produção, a burocracia enfrentada pelos mesmos para conseguir um financiamento, entre outras, como exemplificado por ela:

> [...] eu acho que uns dos maiores problemas que a associação encontra é organizar os produtores, é fazer com que os produtores tenham algum tipo de recompensa, [...], porém com as medidas de políticas públicas, [...] [elas] fazem com que cresça com que melhore a participação, mais a participação ainda é pequena diante da quantidade de possiblidades. [...] se nós temos, por exemplo, 50 que podem produzir 300 produtos, esses produtos vem em 100, então a mão-de-obra é difícil investir na propriedade do produtor é difícil por que para que ele produza melhor e em maior quantidade e qualidade ele precisa investir, ele precisa fazer irrigação, precisa adubar precisa cuidar, e isso é a dificuldade, por que ter acesso a recursos ainda é mais fácil através da associação por que quando a gente consegue comprar em quantidade melhora pra eles, mais eles fazem mais pra viver, então como que ele vai tirar da mesa dele pra investir na propriedade, não tem como, então eu acho que isso é a maior dificuldade, hoje a gente está conseguindo levar até a alguns produtores que ainda não é de conhecimento de todos o Pronaf, por que o que acontece até o ano passado, o produtor ia no banco pra fazer o Pronaf [...], só que era muito burocrático, era muito papel, o produtor desistia. [...] Então o que nós fizemos, nós cadastramos a associação no Banco do Brasil, [...] ai nós contratamos o engenheiro agrônomo que faz os projetos para os nossos produtores, e até para outras pessoas que não são da associação, que vem procurar a gente faz, a gente faz os projetos, leva para o Banco do Brasil, com toda a documentação então o produtor vai praticamente só pra assinar e fazer o que ele tem que fazer, pra melhorar na questão do financiamento de carros [...], o pessoal do leite pra compra mais vaca de leite, pra fazer a irrigação no pasto, piqueteamento (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012).

Pelas informações fornecidas pela presidente da associação, ela destaca a burocracia que antes havia para adquirir um financiamento do Pronaf, e atualmente (2014) praticamente é reduzida com o auxílio da associação na elaboração dos projetos aos produtores, já que a associação se encarrega de faze-los.

Com relação ao número de produtores associados, a presidente afirma que em 2004, no início da efetivação da associação, havia em torno de 60 produtores. Atualmente (2014) esse número triplicou para 180. Destaca-se, segundo ela, que tem muita gente para conquistar e assim mais pessoas participarem e serem associados da APRD.

A presidente também informa que na participação entre produtores rurais do sexo masculino e feminino, a participação maior nas atividades da associação recai para o sexo feminino, auxiliando as mesmas na produção de suas propriedades, já que a manutenção das atividades entre os produtores associados geralmente é a família, pois dificilmente, segundo a presidente da APRD, “o produtor tem um funcionário”, recaindo os cuidados sobre os membros

familiares. Contudo, apesar de haver 180 famílias na associação, em termos de eleições, a presidente afirma que o voto é por família e não pelo número de homens e mulheres associados.

Quando perguntado se existe um plano para aumentar o número de associados, a presidente da APRD coloca que sim, e este é por meio de divulgação, pois há produtores, principalmente da região, que nem sabem que existe o PAA, o Merenda Escolar. Assim, o que a APRD tem feito é, segundo a presidente:

> [...] um programa de rádio aqui na cidade, cada 15 dias e o locutor vem aqui à gente faz uma entrevista, pra ele e ele põe no rádio, ai eu falo das políticas públicas, eu falo do PAA, e acaba chamando a atenção por que "ah eu ouvi no rádio que aqui você pode vender uva, abacate", acaba de alguma forma impondo e alguém aparece, melhora muito, acaba você levando ao produtor o conhecimento (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012).

Visto que a divulgação tem sido um dos meios que a associação tem se utilizado para aumentar o número de seus associados, o perfil dos que já fazem parte da APRD em termos de pequenos, médios ou grandes produtores, segundo a presidente, em sua grande maioria é de pequenos produtores, correspondendo a um percentual de 99%. Com relação aos critérios para classificá-los como grandes, médios ou pequenos, é utilizado pela associação a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)[12], pois, segundo a presidente da associação, os produtores são realmente pequenos, pois 95% deles (171 produtores) não possuem uma área maior que 10 ha, em média.

Sendo os associados, em sua maioria, constituída de pequenos produtores, os mesmos trabalham em suas propriedades, alguns com a produção de leite voltada à comercialização com o laticínio, e outros, mais especificamente, se dedicam ao PAA, ao PNAE e ao mercado local, trabalhando mais com a horticultura, frutas e legumes, sendo que nem todos os produtores rurais associados são proprietários das terras que produzem, pois muitos trabalham na produção por meio do arrendamento de terras ou por meio do sistema de parceria, sendo que, apesar de haver essas diferentes categorias em relação à produção e ao sistema desenvolvido, 90% dos associados (162 produtores) se constituem em proprietários de terras e 10% abarcam as outras categorias como arrendatários (9 produtores) e parceiros (9 produtores), segundo informações da presidente da associação.

[12] Pelos dados disponíveis do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) de 2011, encontrados em Veloso (2011), para a categoria de agricultores familiares, a DAP exige que os produtores disponham de uma área com até 4 módulos fiscais; apresentem 70% da renda familiar obtida por meio de exploração agropecuária e 30% da exploração não agropecuária e tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento, podendo o mesmo utilizar até 2 empregados permanentes, como determinado pela lei n° 11.326 da agricultura familiar.

Em relação aos associados da APRD, verifica-se pelas informações da presidente da associação, que 97% dos mesmos são do município de Dracena; sendo apenas cinco (5) associados dos municípios de Junqueirópolis e Ouro Verde; ou seja, fora do município de Dracena, a associação possui associados que moram nas cidades que compõem a microrregião.

A APRD dispõe de uma sede localizada no recinto de exposições da Fapidra (ver figura 1), cedida pelo Sindicato Rural de Dracena e mantida com o aluguel pago pela prefeitura como ressaltado em momento anterior, sendo que para a realização das reuniões, dependendo do tipo de assunto, se faz em locais diferentes. Por exemplo, existem as reuniões mensais dos grupos de associados que se inserem pela sua atividade econômica, ou seja, existe o grupo do leite, no qual se realiza as reuniões mensais no local de entrega dos produtos do PAA e do PNAE, além das assembleias, que ocorrem, segundo a presidente, duas vezes por ano, sendo para todos os produtores associados e realizada no salão do sindicato rural. Para os participantes do PAA e do PNAE se faz uma reunião a cada três (3) meses e é realizada no local de armazenamento dos produtos entregues, buscando nessas reuniões, fornecer informações de cursos oferecidos, pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) ou da própria CATI.

A adesão dos produtores nas reuniões, segundo a presidente, corresponde, em média, à 70% dos associados. Segundo a entrevistada, houve um aumento na participação dos produtores, sobretudo das famílias e, em especial, das mulheres, já que nas reuniões comparecem as famílias dos produtores e não apenas o associado. Esse aumento na participação se deve ao estímulo dado pela associação em que, a cada presença confirmada, soma-se uma pontuação, sendo que ao final do ano, para aqueles que compareceram a todas as reuniões, tem uma premiação no valor de R$ 200,00.

Essa medida por um lado leva, ao que podemos chamar de mercantilização da participação, uma vez que os produtores associados, participam das reuniões pelo interesse na premiação e não pela mobilização própria em querer discutir estratégias que possam melhorar as condições de cada um. Assim se percebe que, dado a falta de interesse de muitos produtores em participar das reuniões, a associação teve que se utilizar de alguns meios para atraí-los e isso se fez por meio premiações em dinheiro anuais e que mostram que a participação passa por um processo de compra da presença do produtor.

Para a escolha dos membros da diretoria da associação, existe a formação das chapas para a eleição, compondo os cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro, 2° tesoureiro, secretário, 2° secretário, três conselheiros fiscais e três suplentes. Contudo, devido a fatores internos da associação ligados a ex-participantes da diretoria, houve, na última eleição, somente

a candidatura de uma chapa por falta de interessados e, portanto, esta acabou sendo eleita e compondo os atuais cargos da diretoria da associação.

A presidente também nos informou que a cada quatro (4) anos trocam-se os membros da diretoria, formando chapas para eleições, porém, se os associados aceitam que o vice seja o novo presidente, não há eleição, somente há se os associados não concordam e, portanto, formam-se as chapas para a eleição.

Figura 1: Sede da APRD no Recinto de Exposições da Fapidra em Dracena-SP.
Fonte: Pesquisa de Campo, Abril de 2014.

Com relação ao número de funcionários, a associação possui 12 que se dividem em tarefas como carregamento de rações, plantio de mudas (figura 2), enxerto, mistura da terra, análise de leite, escritório e assistência técnica.

Com relação à assistência técnica prestada, a associação possui um agrônomo, um zootecnista e um veterinário. Em relação às compras coletivas, os principais produtos adquiridos pela associação para os associados são: calcário, esterco, adubo, ureia, ração (para o gado) e milho. Dependendo da necessidade e demanda do produtor, são comprados os insumos, o esterco de galinha e o calcário, geralmente uma vez por ano, enquanto que a ração para o gado, ureia e milho são adquiridos mensalmente.

As compras coletivas proporcionam vantagem aos produtores em relação aos preços dos produtos obtidos a exemplo do calcário, como esclarecido pela presidente, sendo o valor compensador, já que na compra do mesmo em uma loja agropecuária, o preço a ser pago seria 50% mais caro do que aquele comprado pelos produtores da associação. Isso porque, se compra uma grande quantidade de calcário e o preço tende a ser menor, sem contar que o preço do caminhão fretado para realizar o transporte do produto (no caso o calcário) para trazer a mercadoria requerida fica mais barato, segundo a presidente.

Figura 2: Viveiro de mudas na APRD, no Recinto de Exposição da Fapidra em Dracena-SP.
Fonte: Pesquisa de Campo, Abril de 2014.

Todavia, para o armazenamento da compra dos insumos coletivos e dos implementos agrícolas que a associação possui, utiliza-se do galpão do Sindicato Rural, sendo que quando ocorre algum tipo de evento, a associação tem que retirar todos os insumos e implementos guardados para o uso do espaço pelo sindicato. A presidente também apontou que, geralmente no mês de julho, quando tem a Feira Agropecuária de Dracena (a Fapidra), a associação não pode comprar grandes quantidades de insumos nesse período por ter um espaço menor para guardá-los.

Quanto aos implementos disponíveis pela associação para uso dos produtores, a presidente informou que, além de dois tratores, existem os implementos constituídos por: duas

roçadeiras, duas grades, duas niveladoras, uma calcadeira e uma plantadeira, e um pulverizador que pertence à prefeitura mais é cedido para uso dos associados da APRD. Para fazer uso desses implementos, os associados devem agendar com a secretária da associação os dias e a quantidade de horas que vão utilizá-los.

Dessa forma, observa-se que a associação realiza inúmeras atividades que acabam auxiliando o produtor, como compras coletivas, inserção dos produtores em programas governamentais como o PAA, PNAE, Microbacias, PRONAF, contratação de engenheiro agrônomo, veterinário, enfim, a APRD desempenha funções que procuram melhorar as condições de vida do produtor ao que condiz com estratégias de reprodução social e econômica.

Todavia a questão da participação dos produtores ainda é algo que precisa ser estimulado, pois o que se percebe é que estimulo vem de uma forma que não agrega resultados positivos a associação, uma vez que a participação é estimulada por premiações e não por conscientização da importância de tal ação para os produtores se envolverem e discutirem assuntos de seus interesses que por sinal, poderia refletir na realidade econômica e social vivenciada pelos mesmos.

3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): CARACTERÍSTICAS E ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 O funcionamento do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é caracterizado como uma política de desenvolvimento territorial, pois o mesmo busca dentro de suas ações, desenvolver os territórios participantes dessa política, a partir do reconhecimento das características particulares de cada um, como na aquisição de gêneros alimentícios próprios de cada localidade, valorizando a participação de setores da sociedade, como os agentes locais na gestão das políticas públicas, bem como os beneficiários destas, no caso os agricultores familiares e entidades mantidas pela rede socioassistenciais[13], promovendo por meio dessas ações, a segurança alimentar e nutricional.

A institucionalização desse programa ocorreu no ano de 2003, tendo duas finalidades principais, quais sejam: promover o acesso à alimentação para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, incentivar a agricultura familiar a produzir alimentos, garantindo a compra de seus produtos, e contribuindo com a formação de estoques, como ressalta Hespanhol (2009):

> O PAA tem como objetivo principal **estimular e fortalecer a agricultura familiar** por meio de um conjunto de ações relativas **à aquisição de produtos agropecuários e sua distribuição a grupos de pessoas que vivem em situação de insegurança alimenta**r e/ou nutricional, contribuindo também para a formação de estoques estratégicos de alimentos no país (HESPANHOL, 2009, p. 3, grifo nosso).

Criado no âmbito do governo Lula por meio do artigo 19 da lei nº 10.696, de 10 de Julho de 2003, fazendo parte de uma política mais ampla, o Fome Zero, o PAA vêm alcançando resultados significativos nos municípios em que está sendo executado, pois de acordo com o Balanço de Avaliação realizado pelo grupo gestor do PAA no período de 2003 a 2013, o "PAA contribui para a redução da pobreza no país". Além disso, de acordo com Campos e Bianchini (2013, p.10):

> O PAA inovou quando definiu como seus objetivos centrais fortalecer a agricultura familiar, de um lado, e promover a segurança alimentar e o combate à fome, de outro, realizando-os simultaneamente e de forma indissociada: com o mesmo recurso financeiro, comprar para fortalecer a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação. Promover o acesso à alimentação para parcelas da população em insegurança alimentar, comprando alimentos diretamente da agricultura familiar era algo até então inexistente em

[13] Além do abastecimento de entidades mantidas pela rede sócioassistenciais dos municípios, o PAA também atende famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional cadastradas pela assistência social dos municípios, a rede pública e filantrópica de ensino, a rede pública de saúde, restaurantes populares entre outros (BRASIL, 2013)

> todo o mundo. Existiam iniciativas piloto, desarticuladas e sem escala. Essas duas faces da mesma moeda são a fortaleza desse programa. De um lado, o PAA passou a ser um importante instrumento da política agrícola e, de outro, da política de segurança alimentar do país.

O governo federal, por meio do PAA, investiu mais de R$ 5 bilhões na aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar em 10 anos de sua execução. Nesse período, o programa também beneficiou cerca de 185 mil famílias de produtores desde o ano de 2003 e 23,8 mil entidades socioassistenciais somente para o ano de 2013, conforme os dados divulgados pelo Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2014).

O Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2014) também destaca que o volume de recursos aplicados no PAA saltou de R$ 143 milhões em 2003 para R$ 839 milhões em 2012, correspondente a um aumento de quase 600% de recursos aplicados para a compra de alimentos da agricultura familiar.

O PAA "em termos institucionais, tem sido acompanhado em sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil" (HESPANHOL, 2013, p.471). O mesmo é coordenado por um grupo gestor de âmbito nacional que envolve:

> [...] representantes dos seguintes ministérios: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Agrário (MDA); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Fazenda; e, mais recentemente, do Ministério da Educação. A parte operacional do programa está a cargo do MDS e da CONAB (HESPANHOL, 2013, p.471).

Além do grupo gestor, há os executores do programa que são os estados e municípios que implementam as ações do PAA, por meio de convênios com a Conab e com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como os gestores locais formados pelos agricultores familiares através de cooperativas, associações e também pelas entidades socioassistênciais.

O controle social e a garantia de cooperação entre as instituições envolvidas ficam sob a responsabilidade de alguns órgãos como o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) em nível nacional, estadual e municipal[14] (MATTEI, 2007). Sobre a origem dos recursos do programa, Hespanhol (2013) aponta que o mesmo variou ao longo do tempo:

[14] Dada a ausência do CONSEA em âmbito municipal, o acompanhamento do PAA pode ser realizado por outros conselhos presentes nos municípios com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) que fiscalizam o PNAE, e outros afins (BRASIL, 2014

> Entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operacionalizado somente com recursos do MDS através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em parceria com governos municipais e estaduais, e com a CONAB. A partir do ano de 2006, o MDA, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar, passou a compor o Conselho Gestor do programa com dotação orçamentária própria, disponibilizando recursos para a aquisição de produtos e a formação de estoques dos agricultores e de suas organizações (VIANA; VIEGAS, 2009 apud HESPANHOL, 2013, p.471)

Para participar do programa, os produtores rurais devem apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); se enquadrarem nos critérios estabelecidos para os grupos A, B, C e D do PRONAF[15] (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); e estarem organizados em associações, cooperativas ou grupos informais com, no mínimo, cinco agricultores, considerando que estas exigências são formas do governo estimular a formação de organizações coletivas de produtores rurais (HESPANHOL, 2013; COUTINHO DE PAULA, 2012).

O programa funciona adquirindo produtos da agricultura familiar a preços baseados na cotação do mercado regional, fornecendo-os às populações que se encontram em situação de risco alimentar. Dessa forma, o mesmo possui várias modalidades de compra que foram passando por processos de transformação desde o surgimento do programa, chegando ao formato atual composto de cinco (5) modalidades, como apresentado por Hespanhol (2013).

1.Compra para Doação Simultânea (CDS): Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores organizados e as demandas locais de entidades que compõem a Rede de Proteção e Promoção Social que tenham programas e ações de acesso. Fonte de Recurso: MDS; Executor: CONAB, Estados e municípios; Formas de Acesso: Individual, grupos informais, cooperativas e associações.

2. Formação de Estoques: Visa à comercialização dos produtos, sustentação de preços e agregação de valor. Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à Conab da região. A proposta deve conter o produto definido, o prazo para a formação do estoque, os preços e os agricultores a serem beneficiados. Com a aprovação, a organização emite a Cédula de Produto

[15] Aos grupos do Pronaf são: Grupo A (Assentados de reforma agrária); Grupo B (miniagricultor familiar com renda bruta anual até R$ 3.000 e sem utilização de qualquer tipo de mão-de-obra não familiar); Grupo C (agricultor familiar com renda bruta anual entre R$ 3.000 e R$ 16.000, podendo utilizar mão-de-obra de empregados temporários); Grupo D (agricultor familiar com renda bruta entre R$ 16.000 e R$ 45.000, podendo dispor de até dois empregados permanentes. (IPEA, 2010, apud COUTINHO DE PAULA, 2012, p.55)

Rural (CPR-Estoque), e a Conab disponibiliza o recurso. A organização adquire a produção dos agricultores listados na Proposta de Participação, beneficia os alimentos e os mantém em estoque próprio até sua entrega ou comercialização. Fonte de Recurso: MDS, MDA; Executor: CONAB. Formas de Acesso: cooperativas e associações de produtores.

3. Compra Direta: A modalidade Compra Direta da Agricultura familiar permite **a** aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos. Cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques. Permite a aquisição de produtos, a preços de referência, definidos pelo Grupo Gestor do Programa. Depois pode ser entregue nas Unidades Armazenadoras da Conab ou em Polos Fixos e Volantes de Compra. Fonte de Recurso: MDS, MDA; Executor: CONAB. Formas de Acesso: Individual, grupos informais, cooperativas e associações.

4. Incentivo à Produção e Consumo do Leite (PAA Leite): Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais, mediante a aquisição do produto com garantia de preço. Para participar o produtor deve produzir no máximo 100L de leite/dia; possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); e ter comprovante de vacinação dos animais. Fonte de Recurso: MDS; Executor: Estados do NE e MG; Formas de Acesso: Individual, grupos informais, cooperativas e associações.

5. Compra Institucional: Destina-se a atender as demandas alimentícias regulares de instituições, como restaurantes universitários, unidades prisionais, hospitais, academias de polícia etc. Órgãos municipais, estaduais e federais poderão comprar, por meio desta modalidade, produtos da agricultura familiar. Fonte de Recurso: Proponente; Executor: Proponente; Formas de Acesso: Cooperativas e associações.

Além destas cinco modalidades existentes, o MDS divulgou o Decreto n° 8.293 em Agosto de 2014, legitimando mais uma modalidade ao PAA, de Aquisição de Sementes, podendo o agricultor familiar participante vender até o limite anual de R$ 16.000,00.

Referente ao limite de venda estabelecido aos agricultores participantes do programa, podemos colocar que a Modalidade Doação Simultânea, até agosto de 2014 manteve o valor anual de R$ 6.500,00 para produtores participantes de organizações coletivas, e R$5,5 mil para produtores que entregam de forma individual. A partir do decreto n° 8.293/2014 estabelecido pelo MDS, alterou-se os valores desta modalidade de R$ 6.500,00 para R$ 8.000,00 para participantes de organizações coletivas e de R$ 5.500,00 para R$ 6.500,00 para os que entregam de forma individual (BRASIL, 2014).

Para as demais modalidade Formação de Estoques, Compra Direta e Compra Institucional o valor o limite anual estabelecido em cada uma é de R$8.000,00, sendo que a modalidade Formação de Estoque e a Compra Institucional estabelecem esse valor para produtores organizados em cooperativas e associações, enquanto que a modalidade Compra Direta, pode ser realizada tanto para os produtores organizados coletivamente como de forma individual. A modalidade PAA leite, é a única que estabelece um valor de compra semestral no total de R$ 4.000,00, para grupos informais ou organizados em associações e cooperativas (BRASIL, 2014).

Dentre todas as modalidades presente no PAA, a Doação Simultânea foi a que mais colaborou para o crescimento do número de pessoas beneficiadas com os alimentos no programa. No ano de 2009 foram beneficiadas 4,2 milhões de pessoas através dessa modalidade como ressalta Grisa et al (2009).

Vale ressaltar que, a partir da modalidade Doação Simultânea, os agricultores organizados em associações e cooperativas devem elaborar uma proposta às Superintendências regionais da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) no qual devem estar definidas, "os produtos entregues, as entidades beneficiadas [ou unidades recebedoras, tais como abrigos, creches, entre outras] e os valores de pagamento", de acordo com a tabela de preços disponibilizada pela Conab como aponta Continho de Paula (2012, p.52).

Hespanhol (2009), também afirma que para participar do programa é necessário que as organizações coletivas e as entidades assistenciais do município:

> [...] elaborem por meio da Secretaria (ou Departamento) de Assistência Social ou equivalente, uma proposta conjunta (plano) que alie a necessidade do consumo de alimentos do, público atendido por essas instituições e a possibilidade de produção destes alimentos, pelos agricultores do município. Esta proposta deverá conter a relação de produtores rurais, participantes, os gêneros alimentícios a serem produzidos, a proposta de preço de venda e o local de entrega dos produtos. Depois de elaborada, a proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município ou, na falta deste, por um, conselho local e encaminhado para o conselho do programa em nível estadual ou à, CONAB para aprovação. Os recursos aprovados anualmente ficam retidos até a confirmação de que os, produtos foram entregues com o padrão de qualidade e na quantidade que foi estipulada, por meio de um termo de recebimento e aceitação assinado pela instituição que recebeu os, produtos, seja a cooperativa, a associação ou até mesmo a própria entidade beneficiária, (creche, asilo, hospital etc.). (HESPANHOL, 2009, p. 8)

Assim, o PAA Doação Simultânea necessita da elaboração de projetos anuais, que cadastram os produtores de acordo com o produto a ser entregue as entidades receptoras.

Segundo Grisa et al (2009 apud CONTINHO DE PAULA, 2012, p.57), a modalidade Doação Simultânea tem contribuído:

> [...] para a alteração da matriz produtiva e de consumo dos beneficiários, a articulação entre produção e consumo, a elevação dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e o resgate do consumo de produtos tradicionais de cada região. Mas, também apresenta problemas, como a fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais, fatores que confluem para a descontinuidade do programa.

Vale ressaltar que nós chamamos a atenção para o PAA Doação Simultânea, pois se trata da modalidade estudada em nossa área de pesquisa, ou seja, o município de Dracena-SP. Dessa forma, o nosso enfoque prioriza as ações dessa modalidade que traz benefícios, tanto para os produtores rurais, como para as redes socioassistenciais e populações carentes que recebem esses alimentos.

O PAA Doação Simultânea, portanto, de acordo com as informações obtidas, garante o direito à alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, e também gera trabalho e renda para os agricultores familiares que entregam para as redes socioassistenciais dos municípios, sendo que, para tanto, estes agricultores devem estar organizados em associações que muitas vezes utilizam a sede, ou o barracão das associações, para depósito dos produtos destinados ao PAA Doação Simultânea, ou então são entreguem em centrais de recebimento e distribuição como os Bancos de alimentos (BRASIL, 2013).

Vale destacar que, priorizamos analisar os resultados do PAA, impactando positivamente e diretamente nos produtores rurais, dada a importância que os mesmos representam para a alimentação da população brasileira, como podemos observar:

> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo Agropecuário 2006 revelam que a agricultura familiar brasileira emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e tem grande responsabilidade pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumido no país. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2007, apud RAUPP; RINALDI; ROCHA JÚNIOR, 2010, p. 2)

O programa, nas localidades em que foi implantado, nas cinco regiões do país, tem uma gestão local que auxilia no desenvolvimento do programa, mesmo sendo este estruturado com

base em princípios, objetivos e recursos do governo federal. Isso porque, em meados dos anos 1990 e início do século (XXI), de acordo com Hespanhol:

> [...] as políticas direcionadas ao meio rural brasileiro passaram a incorporar em seu escopo, algumas mudanças em termos de concepção, estruturação e formas de operacionalização. Ganharam importância, em termos de concepção das políticas, a preocupação com a segurança alimentar, o enfoque territorial, o estímulo à participação representativa dos beneficiários [...]. (HESPANHOL, 2009, p.2)

Assim, considerando o cenário rural a partir dos anos1990, vê-se de forma privilegiada a adoção de organizações coletivas incentivadas pelo governo brasileiro a fim de que as políticas públicas pudessem chegar aos produtores rurais, já que até esta década de acordo com Schneider *et.al.* (2004) apud Grisa (2009, p.114):

> [...] não havia políticas públicas direcionadas para este segmento pelo contrário, estes agricultores ficaram à margem do setor público por décadas e sofriam as consequências (concentração de renda e terras, pobreza rural, migração, êxodo agrícola e rural etc.) das Políticas Públicas de "modernização" da matriz tecnológica da agricultura.

Estando os agricultores mais organizados socialmente e politicamente, como por exemplo, através de associações, estes puderam, de acordo com Grisa (2009), "A partir de 2000 [...] ampliar suas pautas incorporando reivindicações de políticas de comercialização da produção, acesso aos mercados e garantia de preços, contribuindo para a emergência do PAA." (GRISA, 2009, p. 115).

Dessa forma, vê-se que a implantação do PAA, decorre de um longo processo de reivindicações por melhorias no cenário rural e que agora se constitui como um programa que garante a comercialização de parte dos produtos dos agricultores familiares, sendo compatível com uma melhor distribuição de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, como enfatizado por Krueger; Schiff apud Garnica e Santos (2006, p.89), que a preocupação com a distribuição e o acesso dos alimentos torna-se:

> [...] efetivamente eficiente, frente à necessidade de combate à fome, pobreza e miséria da população carente, além da diminuição dos elevados índices de desperdício verificados na produção, transporte, armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas. (KRUEGER; SCHIFF apud GARNICA; SANTOS, 2006 p. 89)

Um aspecto que deve ser levado em consideração é que o programa, estimula a produção local, ou seja as particularidades locais e regionais de gêneros alimentícios produzidos,

valorizando os hábitos alimentares, da mesma forma que oferece uma articulação maior entre os agricultores, seja por meio da associação, ou da relação desta com agentes locais, como prefeituras municipais, Casas de Agricultura no caso do Estado de São Paulo, entidades assistenciais etc.

O PAA pode estimular o fortalecimento de associações para se buscar melhorias no processo de comercialização dos produtos e, dessa forma, propor objetivos a longo prazo, que visam o investimento no desenvolvimento do setor agrícola e a melhoria na distribuição de renda, através de ações de estimulo à produção e ao crescimento do produtor, que reduza sua dependência externa, como a própria figura do atravessador (GARNICA; SANTOS, 2006).

De acordo com o Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do MDS, Arnoldo Campos, conforme expresso no Anuário da Agricultura Familiar (2014): "O PAA deu certo porque tem uma metodologia que permite que, com o mesmo recurso, haja o fortalecimento da agricultura, a dinamização das economias locais, a promoção da segurança alimentar e a valorização de hábitos alimentares regionais [...]".

Ademais, visto as características que o compõem, as ações implementadas pelo PAA, nas palavras de Grisa (2009):

> [...] se expressa na forma de "um emaranhado de nós" interligando unidades familiares de produção e estas com suas associações/cooperativas, instituições públicas, instituições sociais, famílias beneficiarias e, ainda, todos estes com a estrutura ao nível nacional. (GRISA, 2009 p.125)

Como experiência brasileira, o PAA tem servido de exemplo e auxílio na elaboração de programas semelhantes no continente africano, para países como Etiópia, Moçambique e Senegal, desde o ano de 2012. Na África, um programa semelhante ao PAA, chegou a alimentar 125 mil estudantes com a produção de mais de 5 mil agricultores familiares africanos (ANUÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

A FAO também destaca que 10 países da América Latina e Caribe (Antígua e Barbuda, Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru) estão se aproximando da experiência brasileira do PAA para implantação de políticas semelhantes (ANUÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

Dessa forma, considerando a grande visibilidade que o PAA está tendo internacionalmente, é importante verificar os resultados alcançados com o PAA no Brasil, a partir da participação dos produtores rurais neste programa.

Para tanto, realizamos levantamento de dados na Conab para o ano de 2014 e anos precedentes de execução do programa, para assim constatar os resultados alcançados com essa política no país. Tendo como referenciais as pesquisas mencionadas como de Campos e Bianchini (2013), Grisa *et. al*.(2009), Coutinho de Paula (2012) e Hespanhol (2009; 2013), podemos perceber que o programa tem contribuído em muitos aspectos para diminuir a questão da fome, da desnutrição da população brasileira e garantir a comercialização de parte da produção aos produtores rurais.

Para que o programa tenha pleno funcionamento é necessário que todos os atores envolvidos estejam participando ativamente para que se garanta amplos resultados tanto por gestores locais, como por agricultores familiares e pelas populações atendidas pelo programa, uma vez que a aplicação da política e o resultado ofertado pela mesma dependerá de cada localidade em que for empregada e dos agentes envolvidos para tal ação.

3.2 Resultados alcançados com PAA no Brasil

Os dados a seguir apresentam os resultados alcançados com a operacionalização do PAA pela CONAB[16] referentes aos anos de 2003 à 2014. Por esses dados podemos observar a evolução em termos quantitativos que o programa vem apresentando no país. Por isso, escolhemos trabalhar com os dados da CONAB, pois esta possui dados do ano 2014 (e que não conseguimos encontrar em outras fontes de pesquisa), e artigos que tratam da evolução do PAA como de CRUZ et al (2014), que faz referência ao acesso da agricultura familiar às políticas públicas, com destaque ao PAA.

O relatório publicado em 2014 mostra as modalidades de compra do PAA existentes naquele ano, que são executadas pela CONAB, a destacar a Doação Simultânea, a Compra Direta e a Formação de Estoque, e que utilizaram recursos no total de R$ 338.004.941,78 para aquisição de produtos, o que possibilitou a comercialização de 178.603 toneladas de alimentos produzidas por 51.228 famílias de agricultores.

Segundo o mesmo relatório, os valores executados no ano de 2013 foram 38% menores quando comparados com o ano de 2012, no qual foram investidos R$ 586.567.130,50. Com

[16] A CONAB tem a função de credenciar as entidades beneficiadas com o PAA e os polos de compras, sejam cooperativas ou associações de produtores rurais. Cabe também à CONAB repassar aos polos de compra o padrão de qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores e que é estabelecido pelo MAPA (HESPANHOL, 2013).

relação aos outros anos, que vai de 2003 até 2012, os recursos destinados ao PAA só aumentaram, ano a ano, como mostra a tabela 1.

Para o ano de 2014, o relatório mostra que a utilização de recursos foi superior ao ano de 2013, em 51%, mostrando portanto que os recursos destinados a aquisição de produtos aumentou.

A razão principal para a redução de recursos em 2013 pode ser atribuída:

> [...] a fatores diversos, a exemplo da seca ocorrida no nordeste, envolvimento das Superintendências Regionais (deslocamento de funcionários que trabalham com PAA) no programa Venda em Balcão, redução da demanda de Compra Direta, cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física, remodelação dos normativos e outros fatores que somados culminaram neste desfecho (CRUZ et al, 2014, p.4)

Além desses fatores, outros também ocasionaram a redução de recursos em 2013 para o programa, como, o extravio de recursos enviados ao PAA por algumas associações que, ao invés de utilizá-los na compra dos produtos da agricultura familiar, destinaram para outras funções, envolvendo assim várias denúncias, colocadas por segmentos econômicos que passaram a perder seu canal de comercialização com a entrada dos produtos da agricultura familiar para abastecimentos das entidades, por exemplo.

Isso mostra que o PAA tem incomodado portanto, segmentos econômicos, que observando as irregularidades mantidas por certas associações realizaram denúncias, levando portanto a uma diminuição de recursos.

Tabela 1: Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2014.

Ano	Recursos Aplicados
2003	81.541.207,29
2004	107.185.826,34
2005	112.791.660,39
2006	200.667.394,34
2007	228.352.963,49
2008	272.929.438,86
2009	363.964.228,12
2010	379.735.466,39
2011	451.036.204,40
2012	586.567.130,50
2013	224.517.124,45
2014	338.004.941,78
TOTAL	**3.347.293.586,34**

Fonte: CONAB, 2014.

Com relação à distribuição dos recursos do PAA por região, no ano de 2014, podemos atentar para o fato de que as regiões Sudeste e Nordeste concentraram o maior volume de recursos, utilizando a primeira 38% dos recursos, e a segunda 24%, que corresponde, juntas, por 62%, ou seja, mais da metade dos valores disponíveis. Os recursos restantes (38 %) são distribuídos entre: 18% para a região Sul; 11% para a Região Norte, e 9% para o Centro Oeste; como mostra a figura a seguir:

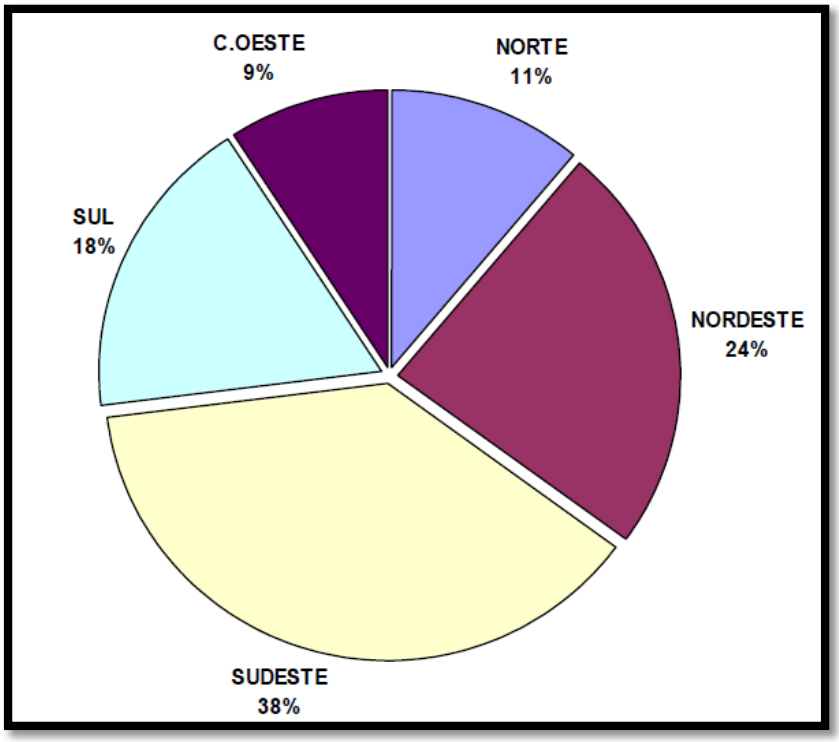

Figura 3: Distribuição dos recursos do PAA por regiões do Brasil em 2014.
Fonte: CONAB,2014.

Tais aspectos referentes à distribuição assimétrica dos recursos entre as regiões brasileiras podem ocorrer devido às características próprias de cada uma das macrorregiões em termos de organização social local, acesso à informação por parte dos produtores, interesse dos gestores municipais em auxiliar na execução do programa, entre outros fatores, como apontado no relatório da CONAB (2014).

Comparando os resultados da distribuição de recursos para o PAA por regiões do Brasil entre os anos de 2003 a 2014, observamos que a região Norte e Centro-Oeste sempre foram as que menos receberam recursos, portanto, foram as que menos realizaram projetos de venda para o PAA. As regiões Sudeste, Sul e Nordeste foram as que mais utilizaram recursos do PAA, com destaque para a região Sul, que nesse período de 11 anos de funcionamento do PAA, utilizou cerca de R$ 1.096.257.466 de recursos, como podemos observar na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos recursos do PAA por regiões do Brasil entre os anos de 2003 a 2014

ANO	REGIÕES					TOTAL
	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.964
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.130
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004,942
TOTAL	**214.974.856**	**980.286.905**	**279.348.934**	**776.425.425**	**1.096.257.466**	**3.347.293.586**

Fonte: DIPAI/SUPAF/GECAF apud Cruz et al, 2014. CONAB 2014. **Org**. Ellen T.P. Colnago.

Com relação às modalidades do PAA, observamos que a Doação Simultânea foi a que teve melhor desempenho em termos de recursos utilizados, desde 2006 até 2014. Nos anos iniciais do programa, de 2003 a 2005, as modalidades estavam sob o mesmo patamar na utilização de recursos, e com o tempo a Doação Simultânea passou a ser mais empregada, chegando em 2012 a utilizar R$ 400.000.000, reduzindo seu valor em 2013 para de R$ 200.000.000, mas permanecendo à frente das outras modalidades recuperando seu crescimento em 2014, utilizando quase R$ 300.000.000 em recursos. Comparando o ano de 2012 com 2013, observamos que todas as modalidades reduziram os recursos utilizados, mostrando, portanto, que em 2012 houve mais ações desempenhadas no PAA do que em 2013. Para o ano de 2014, verificamos que as demais modalidades permaneceram utilizando o mesmo número de recursos que em 2013, apenas a modalidade Doação Simultânea obteve um aumento da utilização dos recursos para a compra de produtos.

Com relação ao êxito da modalidade Doação Simultânea sobre as demais, podemos inferir que isso se deve as suas características, pois de acordo com Viana e Viegas (2009, p.150):

> [...] esta modalidade permiti aquisição ao longo de todo o ano e contemplar maior diversidade de produtos (frutas, legumes, verduras, carnes, doces, peixes, produtos regionais e de extrativismo etc.), ou seja, a participação do

> agricultor pode ocorrer com a movimentação dos produtos que ele já dispõe e que tradicionalmente cultiva em sua propriedade, valorizando os produtos locais.

A figura a seguir mostra os recursos utilizados por cada modalidade e o destaque para CDS – Compra com Doação Simultânea como apresenta a figura 4.

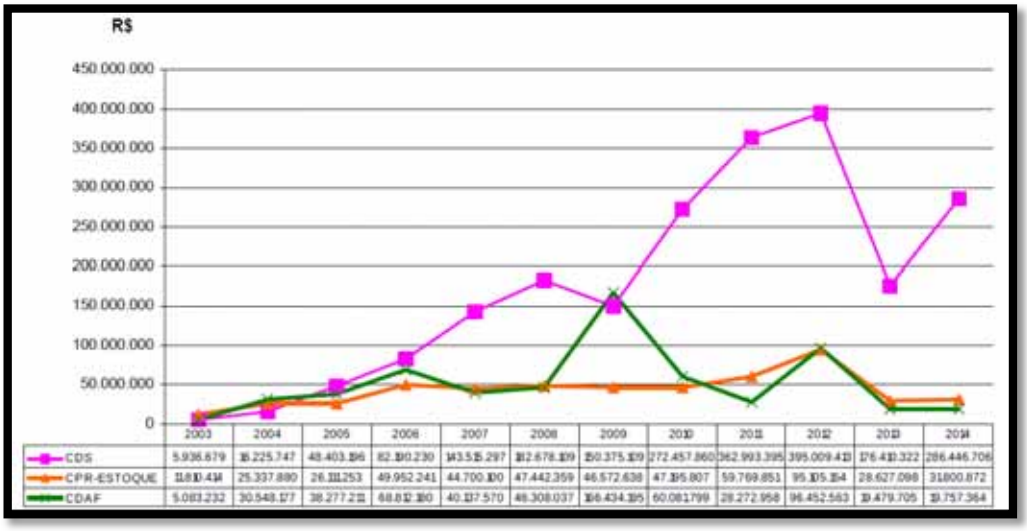

Figura 4: Evolução das modalidades – PAA de 2003 a 2014.
Fonte: Relatório da CONAB (2014).

No que se refere aos produtos comercializados no PAA, observamos que os mesmos se apresentam bastante diversificados, totalizando mais de 400 tipos de produtos desde 2003. No ano de 2013, novos produtos foram incorporados como a amêndoa de cacau, o abacaxi e a banana desidratados e o óleo de babaçu. Observamos que muitos desses produtos são regionais e, dessa forma, a aquisição dos mesmos opera com o intuito de valorizar os hábitos alimentares de caráter regional (RELATÓRIO DA CONAB, 2013/2014).

Dentre os produtos mais adquiridos podemos evidenciar que os hortigranjeiros e as frutas foram os mais comercializados, totalizando juntos 62%, conforme mostra a figura 5.

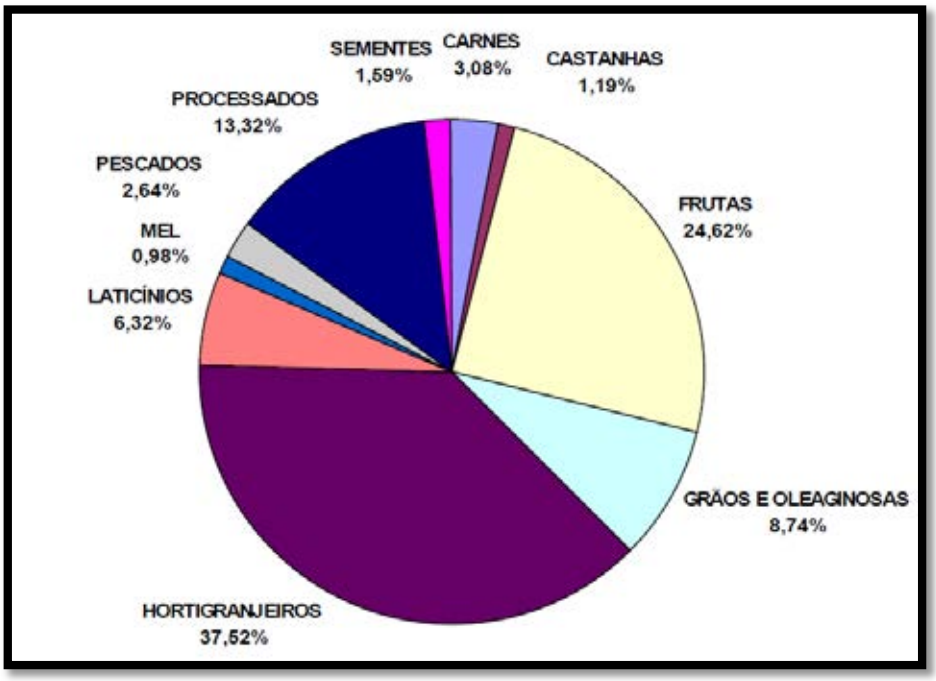

Figura 5: Categorias de produtos dos agricultores familiares comercializados através do PAA em 2014. **Fonte:** CONAB (2014).

Na figura 5 também observamos a presença de pescados, isso porque o grupo Gestor do PAA autorizou, por meio da Resolução n° 51 de 24 de Outubro de 2012, a aquisição de pescados na modalidade Compra Direta, proporcionando aos ribeirinhos uma nova possibilidade de comercialização (RELATÓRIO DA CONAB, 2013).

Com um percentual de 1,59% as sementes terão para este ano de 2015 uma nova representatividade, com a Modalidade Aquisição de Sementes, ou seja, mesmo sendo adquirida anteriormente, em outras modalidades, agora elas terão uma modalidade própria e serão executadas pela CONAB.

Sobre o número de beneficiários fornecedores de produtos ao PAA entre os anos de 2003 e 2012, observamos que o crescimento foi expressivo ano a ano, para as regiões Sudeste e Sul, para a região Nordeste o número de participantes dentro desse período sempre se manteve elevado. As demais regiões Norte e Centro Oeste, no caso da primeira houve poucas alterações no número de beneficiários fornecedores e na segunda, houve uma diminuição do número de participantes em 2004, permanecendo em números inferiores a 6.000 mil, até 2011 e 2012, quando o número de participantes apresentou-se acima de 7.000, mostrando dessa forma o crescimento do interesse dos produtores pelo programa.

Para o ano de 2013 houve uma diminuição em todas as regiões do número de beneficiários fornecedores, onde o número total de diminuição foi de 128.084 participantes em

2012, para 41.412 em 2013, assim como os valores executados em 2013, foram menores com relação ao ano de 2012 (RELATÓRIO DA CONAB, 2013)

Em 2014, observamos que houve um aumento significativo do número de produtores participantes na região Sudeste, quando comparado ao ano de 2013, assim como houve aumento de participação dos produtores nas regiões Sul e Norte. Na região Nordeste comparado ao ano de 2013 tivemos uma redução do número de participantes, enquanto que na região Centro Oeste, os valores entre 2013 e 2014 de produtores participantes permaneceu pouco inalterado (tabela 3).

Tabela 3: Número de beneficiários fornecedores participantes do PAA, por região, no período de 2003 à 2014.

ANO	REGIÕES				
	C. Oeste	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**
2003	5.887	19.030	6.022	3.100	7.302
2004	1.608	20.439	13.757	3.685	10.182
2005	2.656	16.315	8.544	6.091	18.369
2006	4.450	22.366	8.620	13.520	37.587
2007	2.881	22.334	9.036	18.608	39.513
2008	3.154	27.135	5.130	25.161	30.043
2009	3.855	29.064	5.386	22.041	37.994
2010	5.630	32.146	7.270	20.889	28.453
2011	7.480	38.595	7.175	26.935	26.415
2012	9.558	37.194	8.089	32.001	41.962
2013	4.629	13.509	4.319	11.435	7.520
2014	4.841	12.096	5.930	19.542	8.819

Fonte: DIPAI/SUPAF/GECAF apud Cruz et al., 2014; CONAB, 2014 **Org**. Ellen T.P. Colnago.

Dentre os beneficiários fornecedores participantes do PAA, observamos que em sua maioria são agricultores familiares, seguido de pescadores artesanais e assentados. Os demais são caracterizados como quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e agroextrativistas, no qual participam em menor proporção, como mostra a tabela 4.

Tabela 4: Beneficiários Fornecedores participantes do PAA em 2014.

Beneficiários Fornecedores participantes do PAA	N° de beneficiários fornecedores
Agricultor Familiar	33.377
Pescador Artesanal	1.003

Beneficiários Fornecedores participantes do PAA	N° de beneficiários fornecedores
Assentado	12.952
Quilombola	1.131
Indígena	335
Atingidos por Barragem	39
Agroextrativista	2.391
TOTAL	51.228

Fonte: CONAB, 2014.

Com relação às unidades recebedoras dos alimentos oriundos do PAA, observou-se que em 2014, foram atendidas 3.968 unidades, tendo sido realizado 11.460.634 atendimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar. Desse total de beneficiários, 77% concentram-se nas regiões Nordeste e Sudeste (RELATÓRIO DA CONAB, 2014), como podemos observar na tabela 5.

Tabela 5: Número de atendimentos e de unidades recebedoras, por região, em 2014

Região	**N° de atendimentos**	**N° de unidades recebedoras**
Norte	881.202	865
Nordeste	4.937.180	833
Centro Oeste	1.236.552	1.191
Sudeste	3.922.583	855
Sul	483.117	224
TOTAL	**11.460.634**	**3.968**

Fonte: CONAB (2014).

Dentre as unidades recebedoras tem-se creches, escolas, pré-escolas, associações beneficentes e comunitárias que juntas com a organização da assistência social, somam 82% dos atendimentos realizados pelo PAA. Já as demais instituições, como restaurantes e cozinhas, hospitais, abrigos, casas albergues e APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), representam 8% dos atendimentos, indicando a necessidade de aumentar a participação dessas entidades nos projetos do PAA, como aponta o relatório da Conab e está expresso na figura 6.

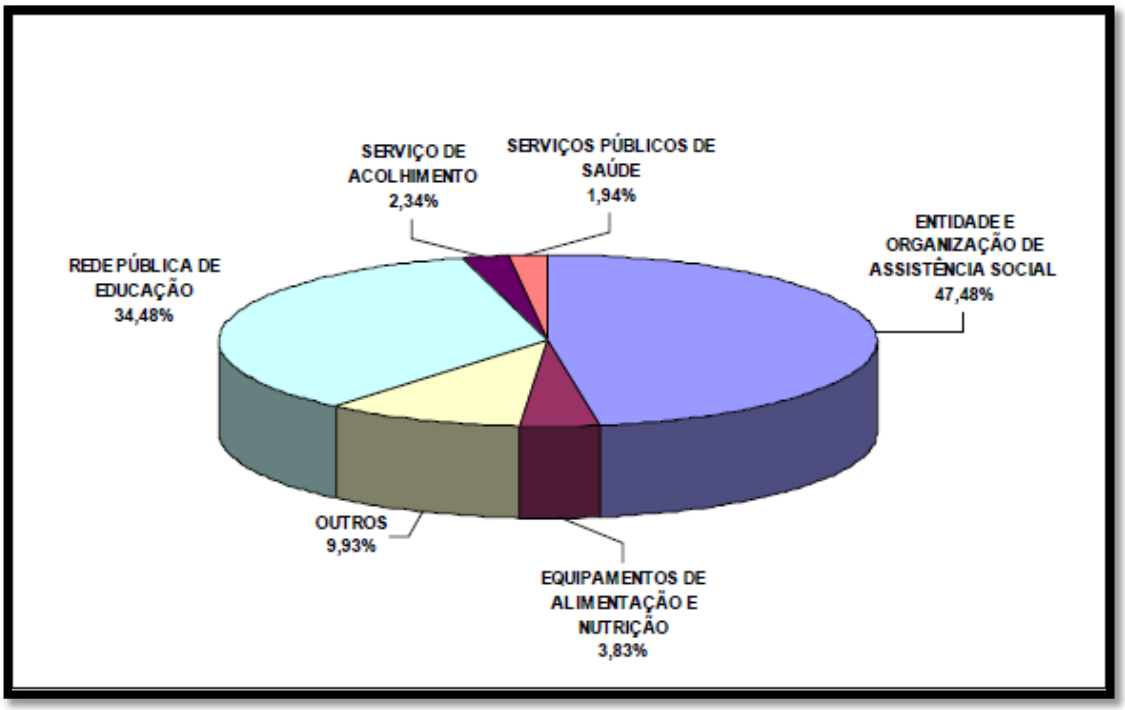

Figura 6: Unidades Recebedoras beneficiadas pelo PAA em 2014**.**
Fonte: CONAB, 2013.

Com relação aos municípios atendidos pelo PAA, o relatório da CONAB (2014) destaca que entre os anos de 2003 e 2014, o PAA esteve presente em 2.729 municípios, dada a divulgação e o aumento de confiança depositado na operacionalização do programa, com o passar dos anos.

Na tabela 6, encontra-se a distribuição dos municípios pelos estados brasileiros, sendo que dos 5.550 municípios que o Brasil possui, 619 localidades ou seja 11% foram atendidas pelo PAA em 2014, enquanto no ano de 2013, 524 municípios foram atendidos pelo programa (RELATÓRIO DA CONAB, 2013-2014).

Tabela 6: Números de municípios atendidos pelo PAA em 2014.

UF	N° de Municípios TOTAL	N° de Municípios PAA (2013)	N° de municípios PAA (2014)	% dos Municípios Atendidos (2013)	% dos Municípios Atendidos (2014)
AC	22	7	3	32	14
AL	102	17	28	17	27
AM	62	11	21	18	34
AP	16	7	9	44	56
BA	417	35	77	8	18
CE	184	7	2	4	1
DF	1	1	1	100	100
ES	78	15	31	19	40

UF	N° de Municípios TOTAL	N° de Municípios PAA (2013)	N° de municípios PAA (2014)	% dos Municípios Atendidos (2013)	% dos Municípios Atendidos (2014)
GO	246	23	33	9	13
MA	217	24	1	11	0
MG	853	18	33	2	4
MS	79	23	17	29	22
MT	141	26	37	18	26
PA	144	3	9	2	6
PB	223	44	22	20	10
PE	185	30	6	16	3
PI	224	27	11	12	5
PR	399	26	18	7	5
RJ	92	10	5	11	5
RN	167	24	5	14	3
RO	52	11	12	21	23
RR	15	2	2	13	13
RS	497	27	50	5	10
SC	295	3	31	1	11
SE	75	6	7	8	9
SP	645	81	134	13	21
TO	139	16	14	12	10
TOTAL	**5.570**	**524**	**619**	**9**	**11**

Fonte: CONAB, 2013/2014.

Na tabela 6 é possível também observar, que o Estado de São Paulo destaca-se pelo número de município participantes no PAA, considerando o ano de 2013 com 81 municípios participantes e 134 municípios participantes em 2014. Esse valor é importante para observar que apesar do Estado de São Paulo concentrar o maior número de municípios participantes do PAA, esse número ainda é pequeno considerando que o Estado possui 645 municípios e portanto nem metade aderiram o PAA.

Todavia, existem Estados como o de Minas Gerais que concentram 853 municípios, porém o número de participação se apresenta bem pequeno quando comparado a São Paulo, uma vez que para o ano de 2014 apenas 33 municípios mineiros, ou seja, 4% destes participavam do PAA.

Outro ponto a destacar é que o Estado do Rio Grande do Sul que possui 497 municípios, teve apenas para o ano de 2014, 50 municípios participantes, um número que consideramos pequeno, porém que alcançou resultados positivos um vez que em 2013 o número de municípios participantes no PAA, era menor, 27 no total, e portanto teve-se um aumento significativo de 23 municípios a mais participantes em 2014.

Na região Nordeste, temos o Estado da Bahia que em 2014 apresentava um número total de 77 municípios participantes, que corresponde a 18% dos 417 municípios que Estado possui. Na região Centro Oeste pegamos o exemplo de Mato Grosso que possui 141 municípios com a participação de 37 no PAA, correspondendo ao total de 26% de participação, número que por sua vez expressa-se maior que São Paulo que chega aos 21% de participação, uma vez que o Estado de Mato Grosso tem um número menor de municípios.

Na região Norte, no Estado do Amazonas, 21 municípios de 62, participam do PAA, um número portanto significativo quando olhamos para o número total de município que o Estado possui.

Inúmeros outros exemplos poderiam ser citados, para mostrar que em muitos Estados comparados os anos de 2013 e 2014 o número de municípios participantes aumentou, assim como também em alguns diminuiu a exemplo do Estado da Paraíba que possuía 44 municípios em 2013 participando do programa, e este número caiu para 22 em 2014.

Outra dado que podemos tirar da tabela é que poucos municípios de forma geral considerando todos os Estados da federação participam do programa. Quando olhamos para o número total de municípios que cada Estado possui, além do percentual de municípios atendidos, observamos que estes não ultrapassam 40%. Os 56% do Estado de Alagoas para 2014 é exceção, uma vez que, o Estado possui apenas 16 municípios que destes, 9 em 2014 entregaram ao PAA. Uma outra forma de enxergar isso é considerando o número total de municípios que o país possui, valor correspondente a 5.550, e o número de municípios participantes do PAA em 2014, ou seja 619 que corresponde 11% portanto de participação no programa. Todavia vale mencionar que, considerando o número de 524 municípios participantes em 2013, esse valor aumentou em 2014 com a adição de 95 municípios, mesmo considerando que em alguns estados a participação tenha diminuído, mas no geral tivemos uma elevação, o que mostra bons sinais de desenvolvimento do programa e participação em 2014.

Esse aumento pode ser conferido na figura 7 que ilustra, os municípios atendidos pelo PAA em 2013 e em 2014, que retratam portanto por meio dos mapas o aumento dos municípios participantes no Estado de São Paulo, no Estado do Amazonas em Mato Grosso entre outros.

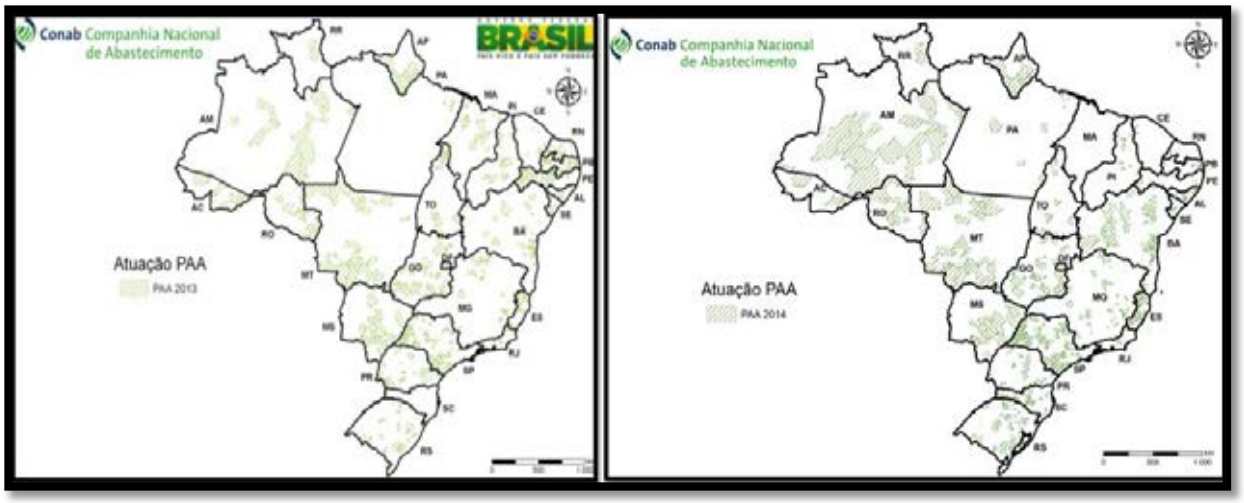

Figura 7: Mapas que contemplam os municípios atendidos pelo PAA em 2013 e 2014.
Fonte: CONAB, 2013/2014.

Com os dados apresentados, podemos observar que a execução do PAA se encontra em diversas partes do território brasileiro, contemplando sobretudo municípios do Nordeste e do Sudeste, que muitas vezes são decorrentes de características das próprias regiões, ao que condiz na presença organizações coletivas locais, acesso ao programa pelo produtor, auxílio de gestores municipais no desenvolvimento do programa, entre outros. Todavia, o mesmo vem se expandindo para outras regiões, como o Norte e o Centro-Oeste a exemplo dos Estados do Amazonas na região Norte e de Goiás e Mato Grosso na região Centro Oeste, mostrando portanto que o programa aumentou o número de municípios atendidos no total, quando comparado os anos 2013 e 2014.

4. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): CONTEXTUALIZAÇÃO E APLICAÇÃO

4.1. Contexto histórico de surgimento e evolução do PNAE

O tema da alimentação escolar surgiu no Brasil, "como pauta de intervenção governamental e objeto de políticas públicas" (ABRANDH; IBASE, 2012, p.54) a partir de alternativas que buscavam solucionar o problema da fome no país. Em meados da primeira metade do século XX, Josué de Castro, já afirmava que a fome "era um problema endêmico, e não epidêmico, [...] associado à pobreza extrema e as práticas alimentares e serviços públicos inadequados, longe de ser um dado natural, seu fundamento era econômico e político" (ABRANDH; IBASE, 2012, p.54).

No ano de 1933, Josué de Castro promoveu na cidade do Recife um inquérito sobre como se apresentava as condições de vida da classe operária, mostrando a ocorrência de déficit energético e de nutrientes (TURPIN, 2008). O que pode ser verificado desse estudo "foi um marco importante para a problematização da questão da alimentação e nutrição no Brasil" (ABRANDH; IBASE, 2012, p.54).

Tempos mais tarde, Josué de Castro ampliou suas reflexões sobre a questão da desnutrição em criança e adolescentes, participando desta forma na formulação da política da merenda escolar, conhecida na atualidade como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Um outro ponto levantado por Josué de Castro, e indo já ao encontro com a atual estrutura do PNAE, é que o mesmo defendia "que a agricultura familiar seria a melhor forma de fixar as pessoas no campo e possibilitar sua alimentação" (ABRANDH; IBASE, 2012, p.54).

Assim, a partir da década de 1930, pode-se colocar que o problema da fome passou a ser objeto de intervenção governamental, a partir de ações que buscavam sanar as graves deficiências da área social e da saúde pública, amplamente ligada à questão da fome e da desnutrição. Essa intervenção ocorreu no governo de Getúlio Vargas, que criou medidas que rebateriam sobre a alimentação da classe trabalhadora. Assim sendo, esta foi uma das primeiras medidas adotadas e o tema da fome foi sendo aos poucos incorporado nas ações do governo, apesar de que, da mesma forma que havia o incentivo e a preocupação da questão da fome, tinham-se problemas de cunho administrativo e financeiro que geravam crises para a implantação de políticas voltadas para resolver a questão da fome e da desnutrição (ABRANDH; IBASE, 2012).

Sobre as primeiras linhas políticas de âmbito nacional direcionadas à alimentação escolar, esta também ocorreu nos anos 1930. Embora o atendimento à alimentação escolar ainda não tivesse o *status* de um programa social voltado para esse fim, o mesmo existia pela atuação

de alguns estados e municípios e também pela interferência da sociedade civil, a partir de ações que contemplavam o apoio à merenda escolar a partir da atuação técnica e política de profissionais da área da saúde preocupados com a desnutrição no ambiente escolar (ABRANDH; IBASE, 2012).

No ano de 1935 houve uma medida adotada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (na época assim denominado), a partir da realização de uma campanha em nível nacional destinada à alimentação das crianças. A mesma campanha conseguiu fornecer as primeiras linhas iniciais em escala nacional para instituir a alimentação dentro das escolas, a partir de uma obrigação oficial do governo, portanto, e não de iniciativas privadas (ABRANDH; IBASE, 2012).

Seguindo este mesmo pensamento, alguns especialistas da época, já diziam "que o Estado tinha o dever de executar uma política escolar de alimentação, entendida como obrigação a ser exercida no interesse coletivo do país, no interesse humano do escolar e no interesse econômico da administração escolar." (ABRANDH; IBASE, 2012, p.55).

Se tratando de órgãos que foram surgindo para dar suporte à alimentação escolar, verificamos que ano de 1945 foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), sendo esta a primeira instituição que abrigou papel relevante no campo da alimentação escolar. Esta instituição tinha como missão propor uma política nacional de alimentação, além de realizar estudos e pesquisas nessa área e estimular bons hábitos alimentares por meio de campanhas e contribuir para o desenvolvimento de uma indústria alimentícia (TURPIN, 2008). No entanto, ela foi extinta no ano de 1972 (TURPIN, 2008). Já em 1953, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que anteriormente pertencia ao setor de saúde pública do Ministério da Educação e Saúde, passou a ser um dos órgãos do então criado Ministério da Saúde (MS).

Dentro do Ministério da Saúde (MS), após reivindicações e discussões dos profissionais da área de alimentação e nutrição, e tendo já como base as experiências implantadas no campo da alimentação escolar, foi criado pela CNA em 1954, o Programa Nacional de Alimentação de Merenda Escolar (PNME), possuindo este um caráter essencialmente assistencial que buscava reduzir as condições de desnutrição existente nas escolas e a melhoria dos hábitos alimentares (TURPIN, 2008).

O PNME contou como elemento importante para sua execução, a elaboração de uma cartilha da Merenda Escolar por Josué de Castro, em que o mesmo reforçou a importância do programa como essencial para a luta contra fome e a desnutrição, estendendo-o a todo país como forma de orientação técnica e econômica, incluindo atividades educacionais para o funcionamento do mesmo (TURPIN, 2008).

Em “Março de 1955 o PNME foi, pois transferido do Ministério da Saúde para o então Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do decreto n° 37.106, o qual instituiu a Campanha de Merenda Escolar” (ABRANDH; IBASE, 2012, p.55), cabendo lembrar que desde a década de 1950, e até o final dos anos de 1960, os alimentos distribuídos na alimentação escolar tinham sua origem a partir de “doações do excedente da produção de alimentos americana, especialmente o leite em pó repassados aos países considerados pobres, entre eles o Brasil” (DANELON, 2007, p.22), vindas de instituições internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência (UNICEF) a *Commodity Credit Corporation* (CCC), autarquia do Ministério da Agricultura Norte Americano e através do “Programa Alimentos Para a Paz, gerenciado também pelo Ministério da Agricultura dos Estados Unidos”[17]. (SANTOS, et al, 2007; TURPIN, 2008).

Na década de 1960 os convênios com o UNICEF e o CCC terminaram e, dessa forma, o programa de alimentação escolar passou por uma crise. Josué de Castro, então deputado federal no ano de 1961, denunciava em seus discursos na Câmara Federal, “os malefícios da dependência do país aos programas internacionais”, os classificando como atitudes “paternalistas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), para se livrar dos estoques excedentes que estavam fazendo cair o preço dos alimentos no mercado internacional” (TURPIN, 2008, p.11).

Além disso, criavam-se “crises de abastecimento no país, quando os excedentes norte-americanos terminavam, como ocorreu em 1959 com o leite em pó para as crianças, que só não foi suspenso de imediato devido à luta do deputado pela sua prorrogação, conseguida com a ajuda do governo do Canadá” (TURPIN, 2008, p.12).

Mesmo com o alerta de Josué de Castro sobre a aquisição de produtos de organizações internacionais, entre os anos de 1962 e 1969, o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, por meio do Programa Alimentos Para a Paz (USAID), forneceu leite em pó para a alimentação escolar por meio de convênios que na época previam uma contrapartida do governo brasileiro de 20% (TURPIN, 2008). Nesse período, 11 milhões de escolares eram atendidos devido ao trabalho realizado em conjunto pela USAID, o governo brasileiro, os estados e municípios que cediam “prédios para a sede da organização e armazéns para depósitos de gêneros, auxiliando também em transporte pessoal e com o fornecimento de alimentos perecíveis” (LAMARE,1968 apud TURPIN, 2008, p.12).

[17] O contexto mundial, na época, era de fortalecimento das economias nos países periféricos por meio do apoio às ditaduras nacionais e às suas políticas de alimentação e nutrição (TURPIN, 2008, p.12)

Embora o fornecimento de leite em pó, pela USAID tenha passado por cortes nos anos de 1963 à 1964, em 1965 foi retomado junto com o envio de outros alimentos ao Brasil, como trigo, farinha de milho, óleo vegetal, manteiga e queijo "para implantar o programa "Almoço Escolar" que deveria ser completado por estados e comunidades locais com verduras e alimentos ricos em proteína para construir uma refeição completa" (STEFANINI, 1998 apud TURPIN, 2008, p.12). Essa seria, de acordo com Turpin (2008), uma das primeiras ações dentro da merenda escolar que ofereceria estímulos aos pequenos produtores locais, "haja visto serem alimentos típicos dessa produção" (TURPIN, 2008, p.12).

Ao final de 1969, dessa forma, encerraram-se os acordos estabelecidos com os órgãos internacionais, em razão de uma conjuntura mundial marcada por uma crise na produção de alimentos e do petróleo, levando a uma reestruturação, em que o governo brasileiro por suas próprias ações assumiu o compromisso de adquirir gêneros alimentícios para o programa da merenda escolar. Esta nova situação acabou levando à introdução na alimentação escolar de produtos formulados como sopas, mingaus, "Milk-shakes", enlatados, de custo elevado semelhante ao valor nutritivo de alimentos básicos, que eram conseguidos com a recém constituída indústria nacional de alimentos formulados (DANELON, 2007; TURPIN,2008), "apoiada na ideologia dos governos, principalmente entre os países pobres, da utilização de alimentos enriquecidos no combate às elevadas prevalências de desnutrição entre as crianças e adolescentes" (DANELON, 2007, p.22).

> Como vantagem da adoção de produtos formulados era apontado argumentos tais como a racionalidade dos aspectos operacionais (logística), a regularidade da oferta, a baixa perecibilidade, a facilidade no transporte e no armazenamento e a simplicidade no preparo (NOGUEIRA, 2004, STEFANINI, 1997, apud DANELON, 2007, p.22)

Vale lembrar que ao longo de três décadas (1950, 1960 e 1970), o programa assumiu diferentes denominações a considerar: "Campanha de Merenda Escolar (CME) em 1955; Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) em 1956; Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), em 1965 e a atual denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir de 1979" (DANELON, 2007, p.22).

A partir do momento em que o governo federal optou por expandir as ações voltadas à suplementação alimentar, vários programas foram sendo criados, entre eles o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) I (1972-1974) que não chegou a ser operacionalizado e o PRONAN II, (1976-1979), que foi prorrogado até 1984 (TURPIN, 2008), uma vez que o programa tinha como premissa uma política social apoiado não apenas na ótica

nutricional da população, mas também englobando fatores macrodeterminantes ligados à produção, e ao consumo (TURPIN, 2008), “adquirindo alimentos básicos, devido ao seu custo mais baixo, mas também por se associar à necessidade de estimular os pequenos produtores rurais, que se constituíam o núcleo de produção desses alimentos” (TURPIN, 2008, p.15). Esta última ação, porém, não se concretizou, dada a redução de recursos que impossibilitaram a criação de um mercado para a agricultura familiar e também a supervalorização da utilização de produtos industrializados (ARRUDA E ALMEIDA, 2005).

O PRONAN II também auxiliou na redefinição dos objetivos do PNAE que passou a prever “a regionalização dos cardápios, com os estados, municípios ou escolas indicando os gêneros de preparações; a descentralização do processo de compra, realizando as aquisições na própria localidade; [...] a implantação do sistema de controle e qualidade” (TURPIN, 2008, p.15), entre outras funções.

Entre os anos de 1976 e 1977, quase 40 empresas marcavam o ramo industrial destinado à produção alimentícia, entre elas a destacar: a Fleischamnn, Sanbra, Nutricia, Nestlé, Toddy, Royal, entre outras, mantendo, portanto, a compra do governo brasileiro com as indústrias locais, levando em parte ao fortalecimento dessas industrias, ocorrendo também para algumas a fusão de empresas nacionais e internacionais, sendo que nesse período 58% das industrias que forneciam alimentos eram nacionais e 42% pertenciam a grupos estrangeiros (ARRUDA E ALMEIDA, 2005). Os mesmo autores enfatizam que quando o PRONAN II resolveu introduzir produtos *in natura* na merenda escolar, o que ocorreu foi que as empresas que trabalhavam com o ramo alimentício impediram tal ação.

Os produtos formulados até então, pelas indústrias com sede no país, apresentavam reduzida aceitabilidade nas escolas, constituindo-se em produtos inadequados para a alimentação dos alunos. No final da década de 1980, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), cujos dados apresentaram informações da cobertura do PNAE e com ela a pouca adesão à merenda escolar em todas as regiões, diminuindo conforme a renda *per capita* se elevava (DANELON, 2007).

Até nas regiões Nordeste e Norte, nas populações que apresentavam menores rendimentos, apenas “56,3% dos escolares consumiam diariamente a alimentação distribuída pelo programa” (DANELON, 2007, p.22), “situação possivelmente causada pela presença de produtos formulados na merenda” (SILVA, 2000 apud, DANELON, 2007). Somente com o processo de descentralização do programa ocorrido na década de 1990, é que os produtos industrializados foram aos poucos sendo substituídos por gêneros *in natura*, conforme apresentado por Danelon (2007).

Assim, entendemos que a Constituição Federal de 1988 deu um novo impulso ao PNAE, ao estabelecer no artigo 208, inciso VII, "que é dever do poder público garantir, a todos os estudantes da rede pública do ensino fundamental, o direito à alimentação no período em que ficam na escola" (ABRANDH; IBASE, 2012 p.55).

A partir dessa determinação da Constituição Federal, entendemos que esta foi decisiva para a trajetória do PNAE:

> No momento em que a alimentação escolar adquiriu o *status* de direito constitucional, o Programa passou a constituir-se na principal estratégia para a concretização desse direito. Mais que isso, transformou-se numa Política de Estado, parte integrante do projeto pedagógico da educação pública, cuja execução é de responsabilidade de todas as esferas de governo (LEÃO; ROCHET; SANTOS; BRAGA, 2010, apud ABRANDH; IBASE, 2012 p.55).

Até 1993, a execução do programa era realizada de forma centralizada no governo federal, uma vez que o órgão gestor do programa "planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, controlava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos no território nacional" (ABRANDH; IBASE, 2012 p.56).

No ano de 1994 houve, por meio da lei n° 8.913/1994, a descentralização dos recursos destinados ao PNAE, mediante a existência de convênios com os municípios e o envolvimento das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal. A consolidação do processo de descentralização ocorreu somente com a publicação da medida provisória n° 1.784/1998, que determinou o repasse direto a todos os municípios e as secretarias de educação, sem a necessidade, portanto, do estabelecimento de convênios, medida que impulsionou maior agilidade dentro da política pública (ABRANDH; IBASE, 2012).

A descentralização dos recursos para os municípios nada mais fez que solucionar problemas relacionados à compra local destinada a merenda escolar. Dentre os pontos positivos, Pipitone et al (apud, ABRANDH; IBASE, 2012, p.56) destacam:

> [...] a melhoria da qualidade das refeições; o atendimento dos hábitos alimentares; a diversificação da oferta de alimentos; o incentivo à economia local e regional; além da diminuição dos custos operacionais e estímulo à participação da comunidade local na execução e controle do Programa.

Complementando os efeitos positivos do processo de descentralização, Belik e Chaim (2009, apud ABRANDH; IBASE, 2012, p.56-57) apontam os impactos gerados pelo PNAE em várias áreas:

> No campo nutricional, por exemplo, a alimentação nas escolas se configura como fator de promoção da reeducação alimentar e de revalorização da cultura alimentar local. Já na área financeira, o Programa intensifica o envolvimento do poder local, o que se reflete em um maior investimento no próprio PNAE. Na área social, a presença do Programa significa uma maior adesão à alimentação escolar por parte dos escolares, um maior interesse e envolvimento da comunidade escolar - como pais e professores - com o objetivo de que a escola ofereça uma alimentação nutritiva e de boa aceitação.

Vale ressaltar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) passou, a partir do ano de 1998, a ser o órgão responsável pelo repasse dos recursos financeiros para a aquisição de produtos do PNAE, cabendo aos estados e municípios complementar este recurso, caso fosse necessário, além de arcar com os custos operacionais do programa (ABRANDH; IBASE, 2012).

Com relação à própria gestão e manutenção do PNAE, a partir do ano 2000, foi criado, em cada município brasileiro, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que tem como uma de suas funções fiscalizar a execução do programa em escala local (ABRANDH; IBASE, 2012).

Sobre o Conselho de Alimentação Escolar (CAE):

> Os CAEs são formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos poderes Executivo e Legislativo. As funções de orientar, fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar, bem como a prerrogativa de interferir nas decisões de compra de produtos e na composição dos cardápios, devem ser exercidas pelos CAEs, sob pena de comprometer os princípios da descentralização [...]. No entanto, transformar [a] comunidade escolar, e [...] e demais atores envolvidos [na] execução [do PNAE] em agentes ativos, que opinam, acompanham e fiscalizam o Programa é um processo social a ser ainda consolidado mediante o acesso contínuo a informações qualificadas e a capacitação permanente de conselheiros e de outros atores-chave. (PIPITONE et al, 2003 apud ABRANDH; IBASE, 2012, p.57)

Dessa forma, verificamos que a comunidade local é a responsável pela execução do CAE nos municípios que tem implantado o PNAE, sendo que o cumprimento de algumas ações do programa cabe ao próprio CAE que fiscaliza. Contudo, um problema apontado pelos atores citados é o próprio envolvimento da comunidade com o conselho, tornando-se muitas vezes obsoleto em alguns municípios, chegando até a não existir em outros.

Outro ponto mencionado nas diretrizes e normas que descentralizaram o programa em 1994, se referia à valorização da elaboração do cardápio por meio da nutricionista, “respeitando os hábitos alimentares, a vocação agrícola da região e a preferência por produtos *in natura”* (TURPIN, 2008, p.21).

Com a medida provisória n° 2.178/2001, estabeleceu-se que, 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados em produtos *in natura*, de acordo com os hábitos alimentares regionais, e a produção agrícola do município, criando um fomento para economia local, mostrava a preocupação das ações governamentais com a modificação e a valorização de um cardápio mais saudável (ABRANDH; IBASE, 2012).

Uma transformação importante ocorreu com o PNAE no ano de 2009, a partir da aprovação da lei federal n°11.947, e que reforçou a questão do direito dos estudantes em ter uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para a aprendizagem e o rendimento dos alunos dentro da escola, a partir da formação de hábitos alimentares saudáveis. Dessa forma, foi definido pela mesma lei que, dos recursos passados pelo FNDE para a aquisição de produtos para a merenda escolar, no mínimo 30% dos mesmos deveriam ser adquiridos da agricultura familiar (ABRANDH; IBASE, 2012).

Com essa medida, a agricultura familiar passa a ter um novo mercado para a comercialização de seus produtos, ou seja, passa-se este segmento de produtores convencionais, assentados, quilombolas e indígenas a ter uma garantia de comercialização em nível local, assegurado pelos governos municipais, promovendo o fortalecimento da produção de alimentos em nível municipal e regional. Verifica-se que, com essas novas formas de aquisição de alimentos pelo PNAE a partir de 2009, o programa traz em sua estrutura, portanto, a garantia de alimentos saudáveis aos alunos, combatendo a insegurança alimentar, resgatando, pois, as ideias defendidas por Josué de Castro na década de 1930, que já pensava na vinculação da alimentação escolar com a agricultura familiar (ABRANDH; IBASE, 2012).

No ano de 2013, o FNDE publicou a Resolução n° 26 que fortalece um dos eixos do programa, que se volta para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), objetivando ações e práticas permanentes, que estimulem a adoção de escolhas alimentares saudáveis que colaborem para aprendizagem, a saúde e qualidade de vida do aluno, indo ao encontro da medida adotada por outras políticas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como o próprio PAA (BRASIL, 2014).

Assim, de acordo com a Resolução N° 26 de 17 de Junho de 2013 (p.6-7):

> [...] poderão considerar ações de EAN, entre outras, aquelas que: I – promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola; II- Promovam a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar; III – articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar; IV – dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição; V – promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico; VI – favoreçam os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis; VII –

> estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade; VIII – estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar; e IX – utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN.

Vale ressaltar que, em 2014, o PNAE atendeu aproximadamente 42 milhões de alunos com um investimento de cerca de R$ 3,7 bilhões (BRASIL, 2014). Tais resultados nos mostram a importância que o PNAE desempenha para alimentação escolar3wq, revelando a magnitude do seu alcance em vários pontos do país.

Dessa maneira, no próximo item, analisaremos os recursos investidos do PNAE no Brasil, como forma de avaliar o desenvolvimento do programa, considerando sobretudo o período de descentralização dos recursos para os municípios brasileiros.

4.2. O PNAE analisado a partir dos recursos investidos no Brasil

Para a análise sobre recursos investidos no Brasil, colocamos em evidência a tabela apresentada pelo FNDE, e que mostra a evolução do PNAE ao longo dos anos de sua execução, no período correspondente a descentralização administrativa e dos recursos do programa para os municípios.

Pelos dados apresentados na tabela 7, podemos observar que o número de recursos financeiros utilizados na aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, cresceu ano a ano, exceto para os anos de 1996, 2002 e 2008, em que os valores respectivamente, 454,1 milhões; 848,6 milhões e 1.490 bilhões foram menores em comparação aos anos antecessores. Para os demais períodos, portanto o crescimento na utilização de recursos foi contínuo, saindo em 1995 com gastos na merenda escolar na ordem de 590,1 milhões, chegando em 2014 com a utilização do recursos na ordem dos R$ 3.693,0 bilhões.

Com a implantação da lei n°11.947 em 2009, que legitimou a aquisição de pelo menos 30% em recursos gastos com produtos da agricultura familiar, o que pode se perceber é que o número de recursos utilizados com a merenda escolar ampliou-se para R$ 2.013,0 bilhões, em 2009, comparado ao ano de 2008 em que o recurso era da ordem dos R$ 1.490,0 bilhões. Com a implantação da lei, já no ano de 2010, os recursos respondiam a casa dos R$ 3 bilhões, mostrando portanto que os valores gastos com a alimentação escolar são cada vez maiores, consequência da diminuição dos índices de evasão escolar, e também do aumento das escolas de tempo integral que demandam um número maior de recursos diante do número de refeições realizadas por dia.

Com relação ao número de alunos atendidos, observamos que os números oscilam entre aumento e diminuição no período analisando, com destaque para o ano de 2009 em que o número de alunos saltam da casa dos 34,6 milhões de alunos atendidos em 2008 para 47,0 milhões, resultado que pode ser explicado pela melhoria e diversificação do cardápio oferecido nas escolas, graças ao abastecimento de parte dos produtos pela agricultura familiar.

Tabela 7: Recursos financeiros e alunos atendidos no PNAE no período de 1995 a 2014

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R$)	Alunos atendidos (em milhões)
1995	590,1	33,2
1996	454,1	30,5
1997	672,8	35,1
1998	785,3	35,3
1999	871,7	36,9
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025,0	37,8
2005	1.266,0	36,4
2006	1.500,0	36,3
2007	1.520,0	35,7
2008	1.490,0	34,6
2009	2.013,0	47,0
2010	3.034,0	45,6
2011	3.051,0	44,4
2012	3.306,0	43,1
2013	3.542,0	43,3
2014	3.693,0	42,2

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 2014.

Dada à repercussão que o PNAE vem ganhando progressivamente, seja pelo aumento do volume de recursos utilizados, seja pelo espaço que o mesmo vem abrindo desde 2009 como opção de comercialização da agricultura familiar, fica evidente que o programa tem se tornado um canal interessante de comercialização para a agricultura familiar, a partir da aquisição de produtos de origem local e/ou regional e que desdobram-se no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (SAN), uma vez que para Peixinho (2013, p.910) o PNAE é considerado a política de "[...] maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional, sendo [concebido] um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo."

4.3 O PNAE e seu desenvolvimento no Estado de São Paulo

Considerando a importância que a agricultura familiar expressa atualmente no contexto da alimentação escolar, observamos que no Estado de São Paulo este segmento apresenta características únicas de uma região extremamente dinâmica.

Por ser um estado com bases amparadas em uma economia voltada principalmente ao setor industrial, comércio e serviços, a agricultura contribui com apenas 1,6% no PIB paulista. Todavia, sua importância deve ser ressaltada, pois o peso que a agricultura familiar exerce em São Paulo é significativo, além da sua complexidade e heterogeneidade, sendo propulsora de desenvolvimento local e de transformações a partir de uma gestão vinculada à alimentação das escolas públicas (BELIK, 2012).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, o Estado de São Paulo, possui 151.015 (66,3%) estabelecimentos da agricultura familiar, que ocupam uma área de 2,5 milhões de hectares, ou seja, 15% dos estabelecimentos. O mesmo segmento ocupava 328.177 trabalhadores ou 36,1% da mão de obra empregada, sendo que mais de 80% destes trabalhadores possuíam algum tipo de parentesco com o dono do estabelecimento agropecuário (BELIK, 2012).

Em termos de valor da produção, uma proporção de 15,7% do valor gerado é derivado da agricultura familiar, tendo ênfase na produções de hortaliças e frutas, considerando também o feijão e o arroz. Outras características estão presentes no Estado de São Paulo por possuir o maior número de alunos do Brasil com um total de 8,8 milhões de estudantes que necessitam se alimentar, daí a importância do PNAE nesse estado da federação. O valor de repasse do FNDE para a compra da agricultura familiar, portanto, é o maior do Brasil, tendo atingido R$ 167 milhões no ano de 2011 (BELIK, 2012).

Assim, dada à importância que políticas públicas como o PNAE passam a ter no estado de São Paulo pela presença de um número considerável de alunos nas escolas, observamos que a agricultura familiar se torna o ponto chave para a execução do programa, assim como suas organizações coletivas e o acesso a esse tipo de política. Muitos agricultores do estado de São Paulo em 2006, de acordo com dados do Censo Agropecuário, não tinham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ou seja, somente 34,5% dos produtores haviam requerido este documento em 2011, e isso se torna uma questão de análise importante, pois a DAP é a porta de acesso do produtor ao PRONAF e as demais políticas públicas como o próprio PNAE (BELIK, 2012).

Outra fonte de acesso mais rápido e fácil às políticas públicas é a participação de produtores em organizações coletivas, como as associações que, por sua vez, estimulam seus associados a venderem ao mercado institucional, bem como facilitam sua entrada nesses tipos de programas de compra de alimentação, pois os mesmos ficam incumbidos de elaborar os projetos de venda com o produto, a quantidade estabelecida e o nome dos produtores.

Pensando nessa importância que as organizações coletivas exercem para o desenvolvimento das políticas públicas, o Projeto Nutre São Paulo[18] realizou um trabalho junto aos empreendimentos da agricultura familiar com o objetivo de identificar as dificuldades e os avanços das organizações coletivas a partir da participação das mesmas no PNAE.

A partir dessa análise feita com 32 organizações coletivas distribuídas pelo território paulista, com prioridades nas regiões do Vale do Ribeira, Bragança Paulista e Sudoeste Paulista, pode-se verificar que os cenários produtivos do estado são marcados por unidades de produção da agricultura familiar que possuem diversificação de produtos em pequenas áreas, com cultivos de beterraba, alface, mandioca, couve, mamão, abóbora, acerola, entre outros, que contrastam com os grandes empreendimentos dominados pelos canaviais, principalmente no Noroeste, extensas pastagens para a criação de bovinos na região do Pontal do Paranapanema, que também mostra avanços da cana-de-açúcar, e a monocultura da banana e do palmito na região do Vale do Ribeira (SOUZA, 2012).

Dado esse cenário de produção da agricultura familiar no estado de São Paulo, verifica-se que tal característica aumentou dada à participação dos pequenos produtores rurais em mercados institucionais, como aponta SOUZA (2012, p. 33):

> [....] um dos efeitos do advento do mercado institucional – primeiro com o PAA e, mais recentemente, com o PNAE – sobre o universo da agricultura familiar, não apenas no Estado de São Paulo, mas em todo Brasil [é] o impulso à diversificação da produção.

[18] O Projeto Nutre SP, foi lançado pelo MDA, em 2010 com o objetivo de facilitar a articulação entre a agricultura familiar os municípios receptores dos produtos, tendo em vista as compras de gêneros para a alimentação escolar. Considerando que o Projeto Nutre encontra-se presente em diversas Estados do território brasileiro, até o momento da pesquisa (2012), para o recorte do Estado de são Paulo, sete prefeituras dos municípios eram envolvidas: São Paulo, São Bernardo do Campo, Campinas, Sorocaba, Carapicuíba, São Vicente e Tambaú. O projeto envolve ainda as compras do governo do estado de São Paulo para suprimento de suas próprias escolas. Dado o volume de compras envolvido na alimentação dos escolares paulistas, ainda que o projeto tenha um foco nas organizações de agricultores familiares locais e regionais, sua abrangência é portanto nacional. Efetivamente, o esforço do Nutre SP é o de apoiar a inserção de gêneros produzidos pela agricultura familiar, para atender às chamadas públicas das escolas dos municípios compradores. Mais informações disponíveis em: < http://www.terceiravia.org.br/projeto-nutre/>.

Assim, considerando este resultado decorrente da participação de agricultores familiares, o estudo do projeto Nutre-SP também verificou que muitas das organizações coletivas foram retomadas recentemente e criadas para atender aos novos espaços de comercialização oferecidos a partir dos mercados institucionais.

Um dos exemplos mencionados por Souza (2012) é o da Cooperativa Orgânica de Agricultura Familiar (COAF) formada por agricultores do município de Bebedouro e de outros da região de Ribeirão Preto. Fundada em 2003, essa cooperativa não conseguia alavancar a venda do suco de laranja dado o cenário de concorrência no mercado convencional. Com a participação da mesma no PAA, a partir de 2009, e com o contrato firmado com a Conab, a cooperativa passou a ter seu empreendimento reativado e a garantia de comercialização para o suco de laranja, ampliando sua produção para legumes e verduras, já que além de entregar para o PAA, a cooperativa passou a entregar para o PNAE, fornecendo suco de laranja para as escolas a partir de 2011.

Outro exemplo é da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Engenho II (APRAE) do município de Presidente Epitácio, em que, com a participação dos associados no PAA e no PNAE, a produção dos mesmos se diversificou, já que antes produziam basicamente o leite *in natura* e pepino. Com a venda no mercado institucional, os produtores passaram a cultivar a horta, plantando muitos produtos (SOUZA, 2012).

No projeto Nutri também é destacado por Souza (2012), uma cooperativa de assentados e pequenos produtores da região noroeste do estado, com sede no município de Andradina, que comercializava somente leite e bebida láctea. Com a participação no PAA a partir de 2006, os produtores ampliaram e diversificaram sua produção para legumes e verduras, ou seja, estimulados pelo programa os mesmos mantém atualmente suas atividades agrícolas de hortifrútis voltadas à comercialização no PAA e ao PNAE.

O que observamos é que a adoção dessas políticas no Estado de São Paulo a começar com o PAA e depois o PNAE veio a contribuir para a diversificação da produção do território paulista, uma vez que os mercados institucionais exigem essa variedade de produtos. Sobre as exigências de comercialização desse mercado, SOUZA (2012, p.34) apresenta que:

> O interesse de participar do mercado institucional suscita entre os produtores a necessidade de se capacitarem para introduzir o cultivo de novos gêneros e atender as exigências do mercado institucional. Preocupação que se intensificou ainda mais com a possibilidade de atenderem ao PNAE, já que se trata de uma demanda específica na qual se busca uma variedade ainda maior de alimentos e são mais rigorosas as exigências em relação à qualidade e às condições de entrega dos produtos.

Verificamos, portanto, que em todo o Estado de São Paulo, os produtores participantes do PNAE precisam manter, além da variedade de produtos, a sua qualidade, já que as exigências são rigorosas com as condições de entrega. Além do que, para muitos agricultores, a experiência de participação no PAA representou uma etapa preparatória para atender posteriormente ao PNAE, já que foi a partir do PAA que as associações começaram a se reorganizadas ou começaram a funcionar efetivamente, a trabalhar com projetos, cronograma de entrega, atividades fundamentais que os produtores foram se acostumando ao acesso a outros tipos de programas, como se observa nos resultados obtidos pelo projeto Nutre em todo o Estado:

> Dos 32 empreendimentos selecionados para estudo, 24 forneciam alimentos para o PNAE na ocasião das visitas, dos quais apenas 2 não haviam participado anteriormente do PAA. Do total, apenas 3 empreendimentos não forneciam produto para o PAA, sendo que 2 tinham interesse especificamente pelo PNAE e 1 fornecia exclusivamente para o mercado convencional, sem excedente para atender ao mercado institucional (SOUZA, 2012, p. 35).

Mesmo com a participação dos produtores no PNAE, verifica-se no estado de São Paulo que muitos produtores preferem entregar para o PAA devido algumas características do programa. Enquanto no PAA os produtos entregues recebem apoio das entidades beneficentes que buscam a mercadoria, no PNAE a entrega é de responsabilidade do produtor. No PAA existe a possibilidade do produtor comercializar todos os gêneros produzidos respeitando a sazonalidade das safras, o que traz segurança ao produtor, diferente do PNAE em que a entrega é semanal, não constando a mesma sazonalidade como no PAA, apesar de que, dependendo do município, quando o produtor não tem determinado produto ele pode entregar outro, desde que mantenha os mesmo valores nutricionais (SOUZA, 2012).

Outro ponto de comparação entre os programas é que os graus de exigência do produto no PNAE costumam serem maiores que no PAA, como cor, tamanho, grau de maturação, pois o que se leva em consideração nas exigências dos produtos é a própria aceitabilidade dos alunos. Um dos problemas que envolvem os dois programas é que muitas prefeituras acabam não adquirindo determinados produtos através do PNAE por já receberem do PAA, já que antes da implantação do programa de merenda escolar em alguns municípios, os mesmos adquiriam produtos para a alimentação escolar via PAA, criando-se, portanto, desafios de participação dos produtores no PNAE (SOUZA, 2012).

Dessa forma, dado alguns entraves à participação dos produtores ao PNAE, Souza (2012), destacou alguns dos principais desafios enfrentados, destacando: a adequação à

legislação; diversificação da produção; organização das operações logísticas; gestão do empreendimento e planejamento das ações.

Em relação à adequação à legislação, Souza (2012), destaca que um dos problemas ainda enfrentados pelos produtores da agricultura familiar é a dificuldade de conseguir a DAP (documento que o habilita a ter acesso ao PRONAF e participar do mercado institucional), seja a DAP física ou jurídica das associações. Outro obstáculo colocado, sobretudo para produtores de alimentos processados e de origem animal, são as dificuldades para se adequar às exigências do controle sanitário e certificar seus produtos junto a um serviço de inspeção, seja ele o SIM (Serviço de Inspeção Municipal); o SIE (Serviço de Inspeção Estadual); ou o SIF (Serviço de Inspeção Federal).

No que diz respeito à diversificação da produção, nota-se com o PNAE a preocupação dos agricultores familiares em apresentar uma oferta mais ampla de produtos ao cardápio escolar, tanto que, embora seja essa uma das dificuldades que os mesmos possuem no processo de atendimento ao PNAE, a diversificação da produção após a participação nos mercados institucionais é evidente.

Tal constatação nos faz refletir que o principal problema seja a incerteza de mercados para os produtos do agricultor, e o medo de investir e ampliar sua produção. Ou seja, a limitação de vendas no mercado leva os agricultores a optarem pelo cultivo de lavouras de ciclo mais curto e a não arriscar investimentos em produtos que não tenham garantia de escoamento como aponta SOUZA (2012).

Outro ponto que limita a diversificação da produção são as próprias características naturais de cada região do estado, como a do Pontal do Paranapanema que, por exemplo, restringe o plantio de cítricos devido à propagação de pragas e doenças. Assim, dadas tais restrições, os cardápios da merenda escolar elaborados pela nutricionista devem respeitar as características locais de produção, considerando as sazonalidades, os riscos de perdas por processos naturais como chuva, geada, frio, entre outros (SOUZA, 2012).

A organização e execução das operações logísticas também se apresentavam como entraves presentes no PNAE, já que os custos que envolvem o sistema de entrega dos produtos na merenda eram do produtor. Ou seja, apesar de em alguns municípios do estado o responsável pela entrega dos produtos na escola serem as associações de produtores, em muitos municípios essa incumbência ficava para o produtor, não havendo uma interpretação consensual sobre como incluir esse custo nos preços de referência dos produtos comercializados no PNAE, já que o que se utiliza são os preços da tabela da Conab (praticados no PAA) ou preços do mercado

varejista, não considerando esses custos do produtor que, conforme o tamanho do município e o número de escolas, se tornava mais onerosos (SOUZA, 2012).

Todavia com a Resolução n° 26 de 17 de junho de 2013, apresentada pelo FNDE, a definição de preços para a compra de produtos da agricultura familiar passou a considerar custos com transporte, embalagem, encargos entre outros.

A gestão e planejamento das ações é outro problema associado ao processo de organização dos produtores em cooperativas e associações para facilitar sua participação no PNAE, pois essa necessidade de se associar levou os produtores a uma série de desafios, que envolvem "desde a própria relação entre associados e a definição de um modelo de gestão do empreendimento, até a própria operacionalização das atividades que cabem à cooperativa ou associação, organização conjunta dos processos de produção e comercialização" (SOUZA, 2012, p.42).

Segundo Souza (2012), existem fragilidades na gestão e planejamento de ações dos produtores nas organizações coletivas, devido à inexperiência dos produtores na execução das atividades dessa natureza. Além do que, muitos empreendimentos não possuem, como o estudo de Souza (2012) revelou, uma sede para executar suas atividades administrativas. Assim, era comum ver nas organizações selecionadas pelo projeto Nutre que, muitas das funções incumbidas a elas, eram executadas por técnicos locais como da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral) e do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Outro problema enfrentado pelas organizações da agricultura familiar para atender ao PNAE é como planejar sua produção, já que muitas vezes devido à falta de diálogo estabelecida com os responsáveis pela compra de alimentos, isso se torna difícil. Assim verifica-se que:

> A relação entre gestores públicos e produtores da agricultura Familiar [...] ainda está em fase de adaptação. Portanto, uma maior aproximação entre os dois universos, para que sejam superados os receios iniciais, identificadas as reais dificuldades e encontradas soluções conjuntas que levem em consideração as potencialidades e limitações de ambos os lados, é um dos principais desafios para que se avance ainda mais no processo de inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar (SOUZA, 2012, p.43)

Observa-se que o desenvolvimento do PNAE no Estado de São Paulo precisa melhorar alguns quesitos para articular melhor a compra da agricultura familiar. Contudo, essa realidade do programa é muito especifica de cada município e da gestão que o mesmo vai priorizar para melhorá-lo.

Mesmo apresentando tais características que precisam ser melhoradas, de forma geral observa-se pela figura nº 8 elaborado pelo Projeto Nutre que de todos os estado brasileiros que

recebem recursos destinados ao PNAE, o de São Paulo é o único em que se vê distribuído por todo seu território recursos do FNDE, em sua maioria ultrapassando R$ 100.000,00, além de conter o maior montante de recursos utilizados (de R$ 50 milhões), sobretudo na capital paulista e na sua região metropolitana, fator ocorrente devido ao grande número populacional presente.

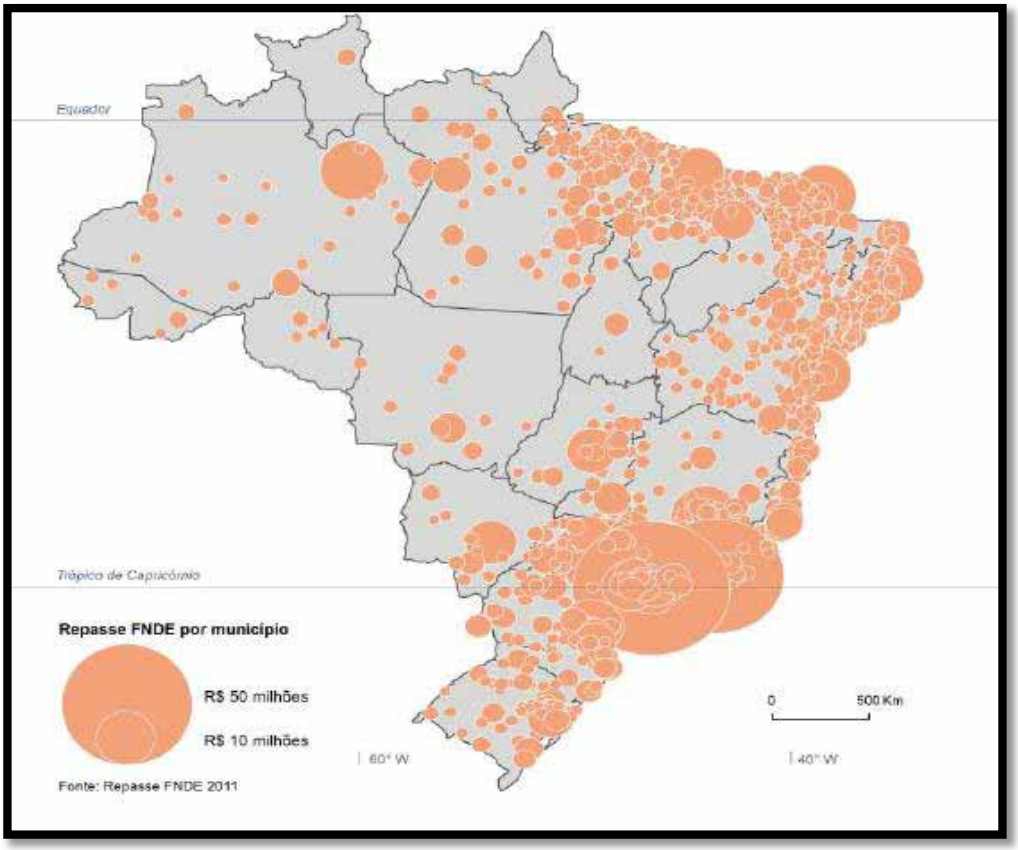

Figura 8: Municípios em que 30% dos recursos repassados pelo FNDE ultrapassam R$100.000,00 em 2011. **Fonte:** Projeto Nutre-SP, 2012.

Assim dada à importância que o PNAE vem mostrando na constituição de mercado para a agricultura familiar, mesmo com as dificuldades, muitas vezes existentes na sua operacionalização, analisaremos, no próximo item, o funcionamento do programa na escala municipal para entender a gestão e as etapas envolvidas nesse programa

4.4 Estrutura e funcionamento do PNAE na escala municipal

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui uma estrutura de funcionamento em que é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que conta também com o apoio de outros

ministérios como o do Desenvolvimento Agrário (MDA)[19]. O PNAE tem como finalidade garantir às escolas de ensino fundamental, médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), escolas indígenas, quilombolas e pré-escolas, uma alimentação saudável que contenha todos os componentes nutricionais necessários, que possam contribuir na aprendizagem dos alunos e na mudança de hábitos alimentares que tragam benefícios à saúde (BRASIL, 2012).

O PNAE pode ser considerado um programa que expressa essa importância, quando se entende que a alimentação na escola é, muitas vezes, a única refeição do dia de determinadas crianças e jovens, pois de acordo com Costa (2004, p.31):

> [A] merendar na escola pode representar acesso a alimentos que a família do estudante não pode ofertar por apresentar renda insuficiente para sua aquisição; o desjejum, na medida que em muitas residências, só se pode oferecer uma das refeições, na maioria das vezes, o almoço; pois a falta de dinheiro pode tornar a alimentação da escola a única do dia e pode complementar em termos nutritivos os lanches trazidos de casa, que são muitas vezes inadequados quantitativa e qualitativamente. Enfim, o ato de comer na escola pode adquirir maior representatividade em termos alimentares para os beneficiários que os previstos pelos objetivos do Programa (COSTA, 2004, p.32).

De acordo com a lei 11.947, a aquisição de produtos para a merenda escolar é realizada com a dispensa do processo licitatório, tendo o PNAE como diretrizes, conforme a lei mencionada, no art. 3, parágrafos I, II, III E IV:

> I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; III - a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo; IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; (BRASIL, 2009, p.1)

[19] O MDA auxilia no desenvolvimento do PNAE desde a implantação até a fiscalização, dada a participação da agricultura familiar no programa. Seu envolvimento parte de ações como o Projeto Nutre, que busca promover assistência técnica nas associações e cooperativas participantes presentes em toda a região Nordeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e nos Estados do Pará e Amazonas (MULLER, 2010).

A aquisição de produtos comercializados com os agricultores familiares no programa devem atender principalmente aos aspectos nutricional de qualidade dos alimentos, em que os mesmos deverão ser adquiridos, obedecendo o cardápio planejado pela nutricionista das escolas, lembrando que são elas que elaboram os cardápios das refeições escolares, respeitando as referências nutricionais, os hábitos alimentares de tradição local pautado na produção agrícola da região, conforme nos apresenta a Lei 11.947 de 2009, artigos 12 e 13.

Pelos dados da cartilha do PNAE disponibilizada no *site* do MDA, observamos que os alimentos adquiridos pelo programa, conforme o artigo 18, parágrafo 4, da Lei 11.957/2009, devem ser de agricultores familiares do município. Quando não se obtém a quantidade necessária de produtos com os agricultores do município, para se atingir os 30% dos recursos repassados pelo FNDE, estes podem ser obtidos de produtores da região em que se localiza o município, do território rural, dos estados, ou até mesmo na escala do país, seguindo esta ordem de prioridade.

Deve-se lembrar que, cada produtor, até Julho de 2012, podia entregar produtos para a merenda até atingir o valor de R$ 9.000,00, respeitando a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) do produtor. A partir do dia 4 Julho de 2012, foi decretado pela Resolução n° 25, que o limite de venda ao PNAE aumentaria para R$ 20.000,00 por DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf) /ano (BRASIL, 2012).

A transferência dos recursos ao PNAE é feita atendendo um período de 200 dias letivos que corresponde a 10 parcelas mensais no ano a contar do mês de fevereiro, sendo que cada parcela faz referência a 20 dias de aula, sendo que 70% dos recursos destinados a merenda escolar, se destinam a compra de produtos alimentícios básicos e *in natura*. O valor repassado geralmente as prefeituras municipais, é calculado da seguinte forma: TR (Total de Recursos) = Número de alunos matriculados x Número de dias letivos (200) x Valor per capita (BRASIL, 2013).

Para uma escola se inserir no programa, o pré-requisito necessário é que a mesma, tenha se cadastro no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) (BRASIL, 2013).

O valor repassado pela União aos estados e município, por dia letivo, é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino (BRASIL, 2014):

- ✓ Creches: R$ 1,00 por aluno;
- ✓ Pré-escola: R$ 0,50 por aluno;
- ✓ Escolas indígenas e quilombolas: R$ 0,60 por aluno;
- ✓ Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R$ 0,30 por aluno;

- ✓ Ensino integral: R$ 1,00 por aluno;
- ✓ Alunos do Programa Mais Educação: R$ 0,90 por aluno;
- ✓ Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R$ 0,50 por aluno.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado pela sociedade a partir da formação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) nos municípios brasileiros e pelo FNDE, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público Estadual e Federal.

No PNAE, uma situação recorrente é que produtores participantes do PAA, também vendem para a merenda escolar, o que só faz crescer o número de possibilidades de comercialização garantida para o produtor.

Para vender ao PNAE, o produtor precisa estar participando ou uma organização coletiva, como associação de produtores ou cooperativas, no qual é emitido uma DAP jurídica que representa todos os produtores participantes da organização, conhecido como grupos formais; ou de forma individual, desde que, possua a DAP física, como nos apresenta a cartilha elaborada pelo FNDE e pelo MDA (2011).

Quanto à gestão do programa envolvendo parcerias e competências, e a função de cada órgão no programa, entendemos de acordo com as informações do FNDE (2012) que o:

> **FNDE -** É responsável pela assistência financeira em caráter complementar, normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia. **Entidades executoras (EE) –** [são as] secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, prefeituras municipais e escolas federais, que são responsáveis pelo recebimento, pela execução e pela prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE. **Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal -** Atendem as escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, respectivamente. **Prefeituras municipais -** Atendem as escolas públicas municipais, as mantidas por entidades filantrópicas e as da rede estadual, quando expressamente delegadas pelas secretarias estaduais de Educação.
> **Escolas federais -** Quando optam por receber diretamente os recursos, que podem ser incluídos no repasse destinado às prefeituras das respectivas cidades. **Conselho de Alimentação Escolar (CAE) -** Colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene. **Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno:** São órgãos fiscalizadores. **Secretarias de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou órgãos similares- Responsáveis pela inspeção sanitária dos alimentos. Ministério Público da União -** Responsável pela

> apuração de denúncias, em parceria com o FNDE. **Conselho Federal de Nutricionistas -** Responsável pela fiscalização do exercício da profissão, reforçando a importância da atuação do profissional na área da alimentação escolar (BRASIL, 2012, grifo do autor).

Todavia, para compreender como funcionam as etapas do processo de aquisição de produtos da agricultura familiar e a participação dos órgãos gestores, será apresentado a seguir o passo a passo para quem compra e para quem vende ao programa, conforme a cartilha do PNAE, elaborada pelo FNDE e pelo MDA no ano de 2011.

O **primeiro passo** para dar início à construção de um projeto de compras num período de um ano no âmbito do PNAE, é a elaboração do cardápio pelas nutricionais das escolas, respeitando as referências nutricionais e a cultura alimentar local, levando em conta a produção agrícola regional no qual os cardápios devem contém no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana.

O **segundo passo** dentro de cada projeto do PNAE seria o da chamada pública, na qual as entidades executoras (Secretarias Estaduais de Educação, prefeituras ou escolas), publicam por meio da Chamada Pública (que é a modalidade de edital relativo à agricultura familiar) em jornal de circulação, local, regional, estadual, ou até nacional, em página na internet e na forma de mural em local público de ampla circulação, os alimentos e a quantidade que desejam adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar. Além do que, podem ser utilizados outros meios de divulgação como, por exemplo, as rádios comunitárias.

Já o **terceiro passo** está relacionado aos preços de referência que servem de parâmetro para os valores adquiridos da agricultura familiar, devendo os mesmos serem atualizados semestralmente, sendo as Entidade Executoras (E.E) responsáveis por esse processo. Lembrando que em locais onde existe a execução do PAA, os preços praticados pela merenda escolar podem ser os mesmos estabelecidos pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), e nas localidades que não houver o PAA, os preços de referência deverão ser calculados com base no valor gasto por ano para a compra da agricultura familiar e, assim fica estabelecido:

- Compras de até R$ 100 mil por ano, a média de preços é calculada por meio da pesquisa em três mercados varejistas, priorizando os preços vigentes de venda no varejo apurado junto aos produtores ou cooperativa e associações nos mercados locais ou regionais.

- Compras iguais ou superiores a R$ 100 mil por ano, a média dos preços pagos aos agricultores seria baseada nos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 12 meses, verificados em, no mínimo, 3 mercados atacadistas locais ou regionais.

O **quarto passo** seria a elaboração do projeto de venda que, no caso, seria um documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender para o PNAE. O projeto de venda deve ser elaborado pelos grupos formais como associações e cooperativas ou pelos grupos informais de produtores rurais, sempre de acordo com os produtos evidenciados na Chamada Pública. Deve assinar o projeto os representantes dos grupos formais e produtores do grupo informal.

O **quinto passo** está relacionado ao recebimento do projeto de venda, que deve ser acompanhado no caso dos grupos informais de um extrato da DAP de cada produtor, o CPF e seu projeto de venda. Já para os grupos formais deve-se apresentar o Extrato da DAP jurídica, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), cópias das certidões negativas junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) Receita Federal, e Dívidas ativas da União e cópia do projeto de venda, sendo todos esses documentos recebidos pela Entidade Executora.

O **sexto passo** está relacionado à seleção dos projetos de vendas, em que a mesma é realizada pela entidade executora e terão prioridade, nestes casos, os projetos do município, da região, do território rural, do estado e do país, seguindo esta ordem.

O **sétimo passo** liga-se à assinatura do contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento dos produtores e as cláusulas de compra e venda. Sendo que, o contrato de aquisição dos produtores deve ser assinado pela entidade executora do município, pelas cooperativas ou associações, e pelos agricultores familiares não ligados a nenhuma organização coletiva.

E, por fim, o ultimo e **oitavo passo** refere-se à entrega dos produtos que será realizado de acordo com o cronograma posto no contrato, em que o representante da entidade executora deve assinar o termo de recebimento dos produtores rurais, tendo como documento exigido, nota fiscal do produtor, em que os pagamentos dos produtos entregues são feitos para a conta bancária de cada produtor referente ao valor vendido pelo mesmo.

4.5 O PNAE e seus benefícios aos agricultores familiares e a merenda escolar

Sobre os benefícios que o PNAE tem gerado aos agricultores familiares, temos que apontar que a garantia de comercialização é um deles, já que abre mais um mercado no qual os produtores podem atuar como fornecedores. Os resultados que se podem obter com esse canal de comercialização propiciado pelo programa está relacionado à obtenção de desenvolvimento local, a partir do aumento do dinamismo na economia, proporcionando estímulos ao consumo de produtos agrícolas, como está afirmado na cartilha do PNAE do FNDE (2011).

Outro ponto que podemos destacar é que as compras institucionais ocorridas de forma descentralizada como no PNAE também abriram "a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse novo mercado institucional criado" (BELIK E CHAIM, 2006).

Com relação aos benefícios que o programa traz diretamente para a merenda escolar, podemos observar que o mesmo auxilia na redução da evasão escolar da mesma forma que garante um suprimento alimentar mínimo às populações carentes (BELIK E CHAIM, 2006).

Além desses aspectos, nas palavras de Belik e Chain (2006, p.2), a merenda escolar:

> [...] pode ser um importante indutor do desenvolvimento local, dado que os recursos repassados podem ser utilizados em compras junto aos produtores familiares e ao comércio local. Outra função importante que pode ser desenvolvida é o apoio pedagógico aos jovens, proporcionado pela criação de hortas escolares e também pelo fornecimento de informações sobre educação alimentar.

Observa-se, portanto, que além de garantir uma alimentação saudável, o programa da merenda possibilita que crianças e adolescentes possam partilhar de experiências como a criação de hortas escolares, auxiliando no manuseio de sua formação abrindo, portanto, uma situação em que se coloca a criança ou adolescente diante dos processos de plantio e, portanto, são criadas situações que fazem os mesmos valorizarem mais os alimentos consumidos.

Assim, as medidas do PNAE:

> [...] propõem um modelo de produção e consumo de alimentos mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para a reconexão da cadeia alimentar e de uma relação mais estreita entre campo e cidade. [...]. Nessa perspectiva, aparecem como potenciais reintegradores desses componentes, em face das condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. (TRICHES E SCHNEIDER, 2010, p. 934)

Outro ponto que podemos colocar é que o PNAE, nas palavras de Sobral e Costa (2008, p.78):

> [...] **pode utilizar o espaço educativo** em que se constitui, no **sentido de promover o diálogo com a comunidade escolar sobre os fatores que influenciam suas práticas alimentares diárias**, possibilitando questioná-las e modificá-las, por meio da discussão de temas como: fatores condicionantes e determinantes de práticas alimentares, crenças e tabus; cuidados de higiene pessoal e ambiental; fatores que influenciam a produção, a distribuição e o acesso os alimentos; cuidados no preparo e conservação de alimentos;

> propostas para uma dieta de melhor qualidade, entre outros. Dessa forma **pode-se criar um ambiente favorável à aprendizagem, enquanto um processo social e permanente, para que todos aqueles que exercem suas atividades no cenário escolar possam conduzir sua alimentação em busca de uma vida mais saudável, cientes dos condicionantes de suas práticas alimentares**. É uma forma de desenvolver os recursos sociais e pessoais necessários para alcançar o estado de bem-estar. (grifo nosso)

Mostrando de forma sucinta os benefícios do PNAE para a alimentação escolar e para os produtores, observa-se que a questão da garantia de comercialização e da preservação de hábitos alimentares nutritivos são os principais benefícios que, posteriormente, agregam outras ações como promover o desenvolvimento local nos municípios que o programa funciona, criando, assim, com essa política, a formação, dentro das escolas, de uma alimentação mais saudável, contemplando os nutrientes necessários que os alunos necessitam.

5. O MUNICÍPIO DE DRACENA: ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E DE INDICADORES SÓCIOECONOMICOS

5.1. O início do processo de formação socioeconômica: A Atuação do mercado especulador de terras, a prosperidade e o desenvolvimento da atividade cafeeira, o seu declínio e substituição na região.

O município de Dracena possui uma área de 487, 68 km^2, representando 17,0% da extensão territorial da microrregião geográfica, (MRG de Dracena), em que se constitui na sede. É o segundo maior município em extensão territorial da MRG, perdendo somente para o município de Junqueirópolis que possui uma área de 582,84 km (20,3%).

Para entendermos o processo de formação socioeconômica do município de Dracena temos que reconhecer um contexto histórico amplo que compreende tanto os municípios que compõem a MRG de Dracena[20] (figura 9) como outros que formam a região da Nova Alta Paulista[21].

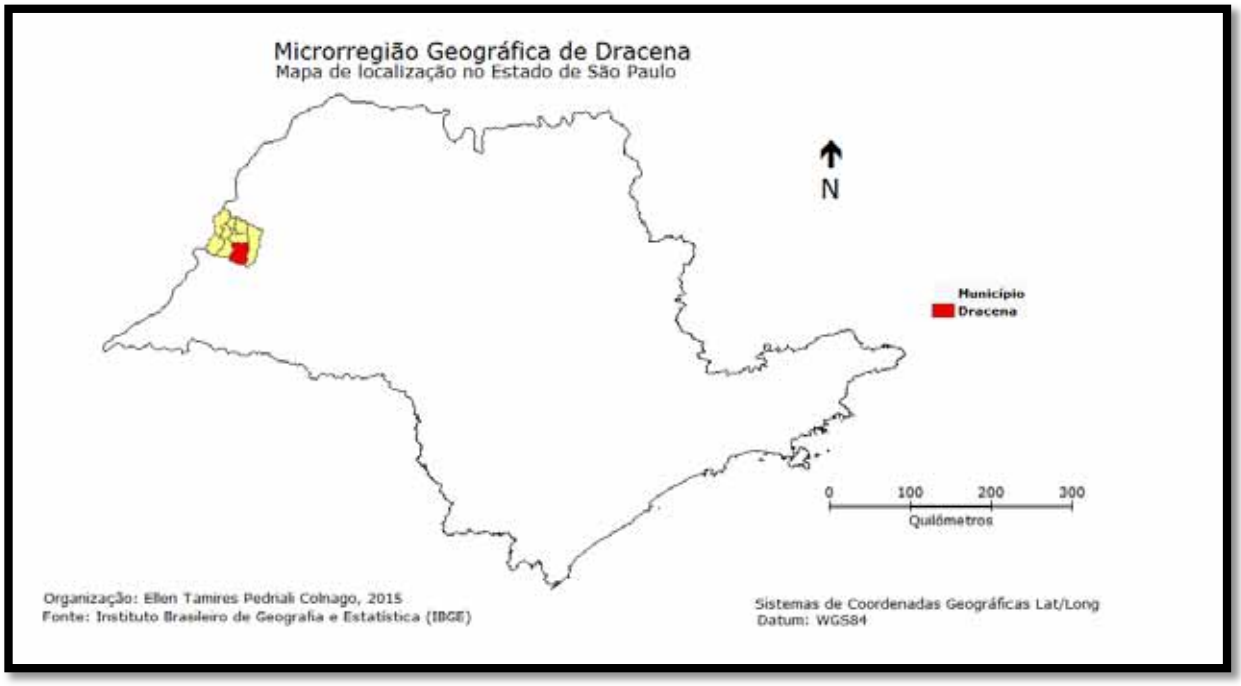

Figura 9: Microrregião Geográfica de Dracena-SP. **Org.** Ellen Tamires P. Colnago.

A região da Nova Alta Paulista[22] teve seu processo de ocupação associado à expansão da cafeicultura, a partir da década de 1930, para áreas até então não ocupadas e exploradas

[20] Os municípios mais próximos nos itens educação, saúde, agricultura, justiça e comércio são aqueles que formam as chamadas microrregiões. (GIL, 2007)

[21] O reconhecimento da região da Nova Alta Paulista está associado à presença da ferrovia, assim como a mesma pode ser reconhecida a partir da população que nela vive pelo sentimento de pertencimento.

[22] A denominação "Nova" Alta Paulista deve-se à sua colonização posterior à da Alta Paulista (região de Marília). [...] Moradores antigos e autoridades de períodos anteriores afirmam que o termo "Nova" foi incluído pela população local, inicialmente referindo-se à expansão da ferrovia em relação à região de Marília (GIL,2007, p.76-77)

efetivamente. Isso ocorreu em um momento histórico em que a superprodução do setor cafeeiro e a sua erradicação nas antigas áreas exploradas no Estado de São Paulo, fazia-se em substituição por outras culturas, sendo, portanto, realocada essa atividade para novas áreas do território paulista que possuíam terras férteis, consideradas importantes para seu desenvolvimento e crescimento e que ainda não haviam, portanto, desfrutado da marcha para o Oeste em busca de novas terras para o café (LEÃO, 2008).

Dessa forma, Gil (2007) aponta que:

> O extremo Oeste paulista, [...] onde hoje se encontra a Nova Alta Paulista, surge como a última porção do Estado de São Paulo a ser colonizada na esteira da febre da cafeicultura, que durou do final do século XIX até as décadas medianas do século XX. (GIL, 2007, p.85)

A expansão da cafeicultura a partir da década de 1930 para a Nova Alta Paulista pode ser entendida, a partir dos efeitos da crise de 1929, já que nesse momento, diante da quebra da bolsa de valores de Nova York, houve um declínio nos preços do café, além da diminuição das compras desse produto, principalmente pelos Estados Unidos (principal comprador do café brasileiro). Isso levou o governo brasileiro a tomar medidas drásticas mediante a realidade de preços baixos e redução dos consumidores para seu principal produto de exportação, resultando tal medida na eliminação de mais de 600 milhões de sacas.

Como consequência direta, os preços passam a reagir e se elevam no mercado, desencadeando uma revitalização nas plantações de café, influenciando na decisão de muitos fazendeiros paulistas na busca por novos empreendimentos em outras regiões do território paulista, por meio da compra de novas terras, ou lucrando na venda das mesmas, se aproveitando do momento que passava à atividade cafeeira, surtindo efeitos no processo de ocupação da Nova Alta Paulista como ressaltado por Camargo (1953, p.371-3 apud GIL, 2007, p. 95):

> [...] [a] revitalização dos preços [...] da cafeicultura paulista, a partir de 1940, [acabou] exercendo forte influência na **decisão dos fazendeiros em abrir as novas terras adquiridas no extremo Oeste de Marília, ou lotear parte dessas glebas, lucrando com as vendas** no varejo e, consequentemente, **atraindo pequenos agricultores.** (grifo nosso)

Gil (2007, p.96) também afirma que:

> A crise de 1929 imprimiu características peculiares à ocupação do extremo Oeste Paulista, [...]. Talvez na tentativa de minimizar os efeitos da crise nas regiões de economia cafeeira já consolidada muitos fazendeiros que, em épocas de prosperidade, haviam adquirido terras florestadas como reservas de valor em áreas sem infra-estrutura, viram, nesse momento, a oportunidade de reaver seus lucros.

O início da ocupação da região da Alta Paulista e, posteriormente da Nova Alta Paulista, ocorreu por meio de expansão a partir das regiões Noroeste e Sorocabana[23]. Diferente de outras regiões do Estado, a Nova Alta Paulista não teve a presença dos trilhos da estrada de ferro para impulsionar o processo de povoamento, pelo contrário os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), foram sendo construídos ao poucos, já que segundo Gil (2007, p.78): "Os recursos técnicos da época também se constituíam em elementos dificultadores de sua expansão, pois impunha à engenharia um ritmo lento de construção".

Assim, o povoamento da Nova Alta Paulista ocorreu sem a presença da estrada de ferro, porém, havia rumores de que a mesma iria ser implantada em determinados locais da região, o que por sua vez surtiu efeito na criação de algumas vilas e patrimônios que, posteriormente, se tornariam sedes de municípios. Os trilhos atingiram somente no ano de 1945 Tupã na Alta Paulista, chegando em Dracena em 1960, de onde seguiu até Panorama, localizado às margens do rio Paraná (GIL, 2007; LEÃO, 2008).

A CPEF, além de ser responsável pela construção da ferrovia, também atuou no processo de ocupação por meio de sua empresa de colonização, a CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização), sendo que além dela, outras empresas, atuaram na região como a Companhia de Indústria, Comércio, Mineração e Agricultura (CICMA), a Empresa de Colonização Alta Paulista "Max Wirth", e a Sociedade Colonizadora do Brasil LTDA, entre outras (HESPANHOL, 2007).

Fica explicito, portanto, que os rumores da passagem dos trilhos da estrada de ferro por essa região, juntamente com a nova configuração dada ao setor cafeeiro entre 1930 e 1950, deram impulso ao processo de ocupação da Nova Alta Paulista, a partir da atuação de empresas colonizadoras que passam a fomentar e criar colônias de povoamento. O traçado da ferrovia levou a uma valorização das terras do entorno, dando estímulo à presença da especulação fundiária, assim como desenvolvendo os principais núcleos urbanos desta região (SILVA, 1989).

Como afirmado por Benjamim (1998, p. 79):

> Nesta porção do Estado, **uma característica marcante durante o processo de ocupação e colonização, foi a presença de especuladores de terras**, que, antecipando o povoamento, asseguravam a posse de enormes glebas de terras. **Dois personagens, com funções distintas, embora uma mesma pessoa pudesse exercer as duas, destacaram-se neste período: O colonizador agrícola**, aquele que era o formador de fazendas, pois ao adquirir a terra

[23] SILVA (1989)

> tratava de valorizá-la, plantando nela, **e o colonizador mercador de terras**, oportunista, aquele que comprava a terra e esperava que ela se valorizasse, por conta das lavouras que iam se formando nos arredores. (grifo nosso)

Assim, a atuação das empresas colonizadoras na região, bem como de grandes proprietários de terra, buscavam auferir lucros a partir da venda de lotes rurais, com a presença de núcleos urbanos, assegurando aos compradores condições mínimas, mas que se tornavam atrativas como, acesso a água, rodovias e, posteriormente a ferrovia, como observado por Leão (2008):

> Para que os loteamentos rurais tivessem sucesso era necessária a presença de um núcleo urbano para garantir aos novos proprietários de terras acesso ao mercado para os produtos cultivados e o fornecimento de bens e serviços. Desse modo, os lotes rurais eram postos à venda junto com os lotes urbanos, tudo de forma planejada, onde o loteador passava a ser responsável pela fundação desses núcleos. (LEÃO, 2008, p.33)

Leão (2008) aponta que o surgimento dos pequenos núcleos urbanos na região teve diferenças quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, a partir da localização dos mesmos, ou seja, os que surgiram nas proximidades do traçado dos trilhos da estrada de ferro e os que se situavam fora desse traçado, tendo os primeiros mais crescimento econômico que os segundos.

Os lotes rurais foram comprados por moradores de outras regiões do Estado de São Paulo, geralmente ex-colonos, de antigas áreas de plantações de café, que tinham apenas condições de comprar um pequeno lote. Os lotes dessa região, portanto, se constituíram de pequenas e médias propriedades rurais, sendo que, em muitos casos, a lavoura também era financiada pelo próprio loteador, já que os compradores tinham poucos recursos financeiros, como ressaltado por Gil (2007):

> A maior parte dos novos proprietários rurais era constituída de ex-colonos das antigas fazendas de café, contando, portanto, com poucos recursos financeiros, tecnológicos e técnicos. **A distância dos centros maiores e a ausência de infra-estrutura** como hospitais, escolas, rede bancária, energia elétrica, rede de transporte, **influenciavam o valor acessível das terras em relação às propriedades de alto valor agregado nas regiões cafeeiras. Assim, essas famílias dispunham de dinheiro para comprar uma pequena gleba, contribuindo para que a estrutura fundiária desses municípios fosse constituída, basicamente, por pequenas e médias propriedades rurais.** (GIL, 2007, p.79-80, grifo nosso)

Não somente ex-colonos se interessaram pela região da Nova Alta Paulista, pois de acordo com Monbeig (1984), arquitetos, advogados, dentistas, médicos residentes na capital, entre outros, também se interessaram. Havia o entusiasmo de vários profissionais pela região,

assim como de empresas loteadoras que vendiam pequenos lotes, e que adotaram, de acordo com Gil (2007), o sistema de colonato como um modelo, que se tornou "regra geral no sistema de colonização do extremo Oeste paulista" e que já era praticado nas antigas áreas de produção cafeeira do Estado[24]. Esse sistema na Nova Alta Paulista partia da compra dos pequenos lotes pelos ex-colonos, e do trabalho destes pequenos proprietários tanto em suas propriedades com a mão-de-obra familiar, como nas fazendas próximas as suas propriedades, principalmente em períodos de colheita para os grandes fazendeiros. Dessa forma é observado pela mesma autora que:

> [...] **As pequenas propriedades e os sitiantes constituíam a base da estrutura fundiária, econômica e social da nova região**, ao mesmo tempo em que, economicamente, se transformava num negócio promissor para as empresas loteadoras, implantando a colonização por meio de um vigoroso esquema comercial. (GIL, 2007, p. 127, grifos nosso)

Assim, o empreendimento comercial realizado pelas empresas colonizadoras seguia, segundo a mesma autora, uma lógica simples:

> [...] A grilagem de terras era fato relativamente comum nas regiões pioneiras. [...] documentava-se uma gleba de terra junto ao governo do Estado, por um preço bem generoso, para depois vendê-la em lotes menores aos agricultores. Ás vezes, empresas loteadoras bem informadas compravam essas glebas de fazendeiros que as haviam documentado já há algum tempo e que, por motivos financeiros, na maioria das vezes, as disponibilizavam para venda. (GIL, 2007, p. 109/114)

Essas pequenas propriedades rurais, que iam se formando pela compra dos lotes por ex-colonos, mantinham, além da produção cafeeira, outros tipos de plantações alternadas entre os pés de café, "produtos de ciclo rápido como arroz, feijão e milho e de grande consumo na

[24] O sistema de colonato, no Estado de São Paulo está intimamente relacionado à vinda do trabalhador imigrante em substituição da mão-de-obra escrava, para trabalhar nas plantações de café, sendo que após 1877, São Paulo, se tornou o maior polo de desembarque principalmente de imigrantes italianos. (GIL, 2007) Para os fazendeiros de café, manter o pagamento do trabalhador imigrante foi se tornando oneroso, e dessa forma estes foram permitindo aos colonos que pudessem utilizar os vãos das fileiras de café, para plantar outras culturas como milho, feijão, entre outras utilizadas para consumo e o excedente para a venda, possibilitando que os mesmos guardassem uma quantia em dinheiro, revertendo essa ação em benefício do próprio fazendeiro, já que dessa forma o mesmo aumentava o rendimento dos colonos e diminuía os custos com contratação e permanência destes trabalhadores. Além do mais, os colonos passaram a somar quantias que possibilitavam a compra de pequenas propriedades, onde os fazendeiros percebendo a ausência de mão-de-obra principalmente no período de colheita, procuraram auxiliar os colonos na compra de terras devolutas com o apoio do Estado, próximas às suas fazendas e que possibilitava a garantia de trabalhadores no período da colheita, sendo que com a expansão das pequenas propriedades, estas passaram a ser conhecidas como sítios, que tinham em torno de 5 a 10 alqueires, onde se trabalhava a família com culturas e criações para auto consumo, destinando uma parte das terras para o plantio de café (GIL, 2007).

metrópole que se formava, além, do algodão para exportação e para abastecer as indústrias têxteis nacionais" (GIL, 2007, p.97).

Cabe destacar, portanto, que o processo de formação socioeconômica da Nova Alta Paulista, esteve fomentado pela presença de loteadores que atraíram imigrantes[25] de outras áreas do Estado de São Paulo para essa região, criando condições (notícia da passagem dos trilhos da ferrovia), atrativas para os interessados, além da venda de pequenos lotes, que possibilitaram a organização em pequenas propriedades, mantendo a produção do café a partir do contexto econômico favorável em um período de alta nos preços. Outras plantações vieram acompanhadas e intercaladas entre os pés de café como mencionado anteriormente, sendo produzidas tanto para fins de comercialização como para autoconsumo, no qual podemos observar este contexto de formação com Gil (2007, p.113-114):

> O ordenamento espacial induzido pela ferrovia [...], o caráter especulativo dos loteamentos, que, para valorização das terras, reservavam uma área à futura cidade, a insipiente presença do Estado, a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e a prática da policultura, porém com a predominância do café, definiram a configuração espacial da região.

Essa "porção do território paulista"[26], que teve seu processo de formação constituído pela ação de empresas colonizadoras e pela presença da atividade cafeeira, sofreu algumas alterações em sua organização produtiva a partir da diminuição e substituição do café por outras atividades econômicas.

Como já observado, o café foi a principal atividade econômica e impulsionadora do processo de ocupação da região da Nova Alta Paulista. Contudo, a partir da década de 1970, mais precisamente no ano de 1975, uma intensa geada dizimou as lavouras de café, gerando impactos na economia e na organização social de anos posteriores para toda a região (GIL, 2007).

A redução da cultura cafeeira abriu espaço para uma intensa migração da população entre as décadas de 1970 e 1980, para outras regiões que possuíam cidades com uma maior dinâmica econômica, sobretudo de localização industrial. Essa dinâmica de saída da população não ocorreu somente para outras regiões, mas também dentro da própria Nova Alta Paulista,

---

[25] [...] As pessoas interessadas eram, em maior número de imigrantes italianos de segunda e terceira gerações, provenientes das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado, e de famílias japonesas, sendo muitas imigrantes e outras já de segunda geração. Mais tarde, já nas décadas de 1960 e 1970, centenas de milhares de migrantes nordestinos também chegaram à região, indo trabalhar como meeiros, arrendatários, ou mesmo como assalariados nas atividades rurais. (GIL, 2007, p.79).

[26] GIL (2007, p.110).

havendo um deslocamento por parte da população rural para a cidade, seja ela no próprio município ou nos municípios vizinhos (GIL, 2007).

Desta forma, Hespanhol (2007, p.7) traz que, do ponto de vista das relações de trabalho na área rural:

> [...] a cafeicultura realizada em pequenas propriedades era responsável pela absorção de grande contingente de trabalhadores rurais e urbanos, especialmente no período da colheita, quando a mão-de-obra dos membros da família não era suficiente. Em virtude do declínio desta lavoura, não apenas os trabalhadores passaram a não ser mais absorvidos, como também parcela dos pequenos proprietários de terras descapitalizados e/ou os membros mais jovens das famílias rurais foram obrigados a migrarem para as cidades da região ou outras localidades à procura de emprego.

Observa-se, portanto, que a crise instalada na produção cafeeira acaba alterando relações de trabalho mantidas neste setor por pequenas propriedades rurais, levando tanto à diminuição da contratação de trabalhadores temporários residentes nas áreas urbana e rural, em especial na época da colheita, como na própria saída de alguns pequenos proprietários rurais que possuíam poucos recursos financeiros, e que se dirigiam assim para as cidades, sejam na própria região ou em outras localidades, buscando condições que lhes garantissem a sobrevivência.

Ainda referente às relações de trabalho que se mantinham na produção cafeeira, outro fator que gerou forte influência foi à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural L-004504/1964[27] que teve suas ações mais efetivas a partir da década de 1970. Essa lei gerou muitos conflitos, sobretudo entre patrões e empregados na área rural. Com a promulgação e efetivação da lei, os empregados na área rural passaram a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e, desta forma, muitos patrões passaram a recusar a contratação de novas famílias, ocasionando o esvaziamento de pessoas no campo, assim como a transferência de muitos deles para áreas urbanas, levando muitos pequenos proprietários a deixarem as plantações de café em substituição por outras culturas, principalmente pelas pastagens, já que a mesma reduz a necessidade de mão de obra (GIL, 2007).

Além da criação do Estatuto do Trabalhador Rural que influenciou na substituição das plantações de café por outras culturas, Gil (2007) ressalta que outros fatores além da geada de 1975 contribuíram para decadência da atividade cafeeira na Nova Alta Paulista, gerando fortes consequências. Dentre esses fatores, a autora aponta que a baixa produtividade representada pela atividade cafeeira era decorrente da degradação do solo e de tratos culturais inadequados

[27] Esta lei, publicada em novembro de 1964, entre outras atribuições, conferia ao trabalhador rural os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, como jornada de trabalho, férias, licenças, horários para refeição, descanso remunerado e contribuições previdenciárias da parte do trabalhador e do patrão (GIL, 2007).

à produção e praticados pelos agricultores que mantinham certa resistência ao uso da assistência técnica em suas propriedades rurais.

Benjamim (1998) também coloca que essa baixa produtividade e má qualidade na bebida do café, também se fazia presente pelo fato de que o produtor rural não se preocupava com a qualidade da produção, já que o mesmo comercializava o café para as máquinas sem se preocupar com o risco de ter seu produto desvalorizado e alterar seus ganhos, pois o que lhe interessava era vender e entregar mais café a ponto de adquirir lucros para sanar as dívidas contraídas a partir do financiamento que o mesmo conseguia com o maquinista, para o qual vendia a produção.

Outro fator que levou à baixa qualidade do café e reduziu sua produtividade foi à disseminação de pragas e doenças, pois mesmo com a iniciativa de recuperação das lavouras atingidas por meio de novos plantios estimulados pela elevação dos preços do café com a geada, a produtividade e o lucro não se fizeram presente, dada à presença dessas pragas e doenças na produção. A elevação dos preços também durou pouco tempo já que o mercado mundial a partir da década de 1980 passou por um processo de desaquecimento com preços desestimuladores para aqueles que ainda tentavam se manter na produção, como pode ser evidenciado por Hespanhol (2007):

> [...] Em 1975, as geadas atingiram fortemente os cafezais da região e de outras áreas produtoras do país, como os estados do Paraná e parte de Minas Gerais, iniciando-se uma grave crise no setor que se intensificou, por um lado, pela baixa dos preços do produto no mercado internacional e, por outro, pela sua desregulamentação, com a extinção em 1989 do Instituto Brasileiro do Café e o término dos Acordos Internacionais do Café (AICs) em 1990. Essa crise no setor [...] foi agravada devido à baixa qualidade do café e a maior incidência de pragas e doenças, resultando na crescente dificuldade econômica dos cafeicultores, sobretudo dos pequenos proprietários de terras, para continuarem investindo nas lavouras visando recuperá-las. Em consequência desse processo, a cafeicultura na região entrou em decadência. (HESPANHOL, 2007, p.7)

Assim, verifica-se que vários fatores contribuíram para a erradicação ou redução da atividade cafeeira em alguns municípios da região. Tal acontecimento indicava, o "fim da homogeneidade da "onda verde", que caracterizou os objetivos da maior parte de quem migrou pra essa porção do Estado [...], nas décadas medianas do século XX: conquistar prosperidade a partir das lavouras de café" (GIL, 2007, p.147).

Desta forma, diante das incertezas colocadas sobre a continuidade da cafeicultura, houve por parte dos municípios da região mudanças no setor produtivo. Sobre este fato, Gil (2007, p.156-157) afirma que:

> [...] Em relação às atividades primárias, base da economia regional, houve uma busca pela diversificação de culturas, como **amendoim, milho, algodão**, entre as tradicionais, e, também, um novo olhar para outras possibilidades, como a **seringueira, o urucum, e a fruticultura**, especialmente **uva, goiaba, manga, acerola, maracujá, e outras de menor expressão.** Nas ár**eas mais degradadas priorizaram-se as pastagens**, e, com a **implantação do Pró-Álcool**, por meio do Decreto nº 76.593, de 14/11/1975, **despertou-se o interesse pela cana-de-açúcar** como cultura energética voltada à produção do álcool combustível (grifos nosso)

Observa-se que, parte dos produtores rurais dos municípios da região tiveram que diversificar suas culturas, sendo que os interesses pelas atividades agropecuárias voltaram-se, sobretudo à fruticultura, à expansão das áreas de pastagem[28] e à implantação da cana-de-açúcar, além das plantações de seringueira e a continuação com as plantações de milho e algodão, por exemplo, que já eram cultivadas anteriormente junto com o café.

Essa configuração do setor produtivo na região da Nova Alta Paulista teve algumas singularidades a partir do contexto das microrregiões como no caso MRG de Dracena, que havia um "forte predomínio de pequenas propriedades exploradas com mão-de-obra familiar"[29], e que seguiram a tendência, de acordo com Gil (2007), pela fruticultura. Em outras microrregiões como Adamantina, pulverizaram-se as culturas tradicionais como algodão, feijão e o milho, além da sericultura e da fruticultura. Na microrregião de Osvaldo Cruz, "destacou-se a heveicultura, embora tenha havido forte movimento pela manutenção do café" (GIL, 2007, p.157). Nas microrregiões de Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz, ocorreram os primeiros plantios de cana-de-açúcar para fins energéticos, como afirmado pela mesma autora.

Da mesma forma que a presença da fruticultura, a expansão das áreas de pastagem também foi outro caminho encontrado para o setor produtivo na região. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, de acordo com Gil (2007), temos o processo de expansão desta atividade em que, além da crise no setor cafeeiro como motivo para sua expansão, o aumento das exportações

[28] "Com a crise na cafeicultura se expandiu à área de pastagens na região, sendo que nas médias e grandes propriedades se consolidou a pecuária bovina de corte, enquanto que nas pequenas se intensificou a pecuária mista destinada à produção de leite combinada com o cultivo de lavouras permanentes e temporárias" (HESPANHOL, 2007, p.9).
[29] GIL (2007, p.157).

de carne bovina contribuiu para a ampliação e desenvolvimento de atividades ligadas ao setor pecuário.

Enquanto as pequenas propriedades rurais da região tinham área de pastagem com a presença de algumas cabeças de vaca produzindo leite para o autoconsumo, as médias propriedades mantinham bovinos de corte, como atividade complementar, permanecendo com a cafeicultura, e as grandes propriedades focaram principalmente no desenvolvimento da pecuária de corte, tanto pela facilidade de manuseio, como pela realidade encontrada na região de infertilidade dos solos, após uso e desgaste do mesmo, com a produção cafeeira (GIL, 2007).

Com relação à cana-de-açúcar, esta foi introduzida na Nova Alta Paulista, segundo Gil (2007), a partir da criação do Pró-Álcool em 1975, quando o interesse dos grandes proprietários rurais, principalmente os que trabalhavam com a pecuária de corte, tornou-se maior pela plantação de cana.

Essa atenção dada à produção de cana-de-açúcar pelos grandes proprietários de terras, ocorreu pelo fato de que os mesmos poderiam obter maiores rendimentos do que com a pecuária de corte, tanto pela produção, quanto pelos incentivos que os produtores estavam recebendo por meio de financiamentos para investirem no setor da cana-de-açúcar. Um grande número de produtores rurais buscou se associar e criar sociedades anônimas para implantar destilarias e, assim, aumentar as áreas de canaviais, já que os financiamentos concedidos eram destinados tanto para a implantação das próprias destilarias, como para a produção. Assim, nas palavras de Andrade (1994, p.61):

> O gado era, então, um excelente investimento, mas eles sabiam que poderiam obter rendimentos bem maiores se passassem a utilizar em suas terras uma atividade agrícola moderna. O Pró-Álcool foi a solução: por intermédio do programa, teriam um financiamento de 90% para investimentos com a implantação das destilarias e de 100% para a fundação das safras, financiamento pago com grande período de carência e a juros inferiores à inflação. Por isso numerosos pecuaristas se associaram e organizaram sociedades anônimas e cooperativas para implantar as destilarias autônomas, e passaram a expandir os canaviais.

As concessões que o governo federal criou para o aumento da produção de etanol para combustível procuravam por um lado, diminuir o uso de petróleo no uso de combustíveis, dado à crise que ocorria neste setor desde 1973, e corroboraram para ampliar as áreas de produção

de cana, favorecendo principalmente a implantação de destilarias [30]a partir dos empréstimos àqueles que se dispusessem a montá-las.

Desta forma, se diversificou o setor produtivo da Nova Alta Paulista para outras atividades como a fruticultura, a expansão da pecuária bovina e da cana-de-açúcar, além das plantações de seringueira, enfim, a crise na atividade cafeeira trouxe uma configuração nova ao setor produtivo na região a partir da diversificação, que ainda manteve a produção de café, só que em quantidades reduzidas comparada ao que a mesma produção representou no período inicial de ocupação da região.

5.2 O Município de Dracena: Particularidades do seu processo de formação

A história do município de Dracena está intimamente ligada ao processo de formação da região da Nova Alta Paulista, tanto nos aspectos sociais quanto em aspectos econômicos, num contexto que abarca, portanto, a presença de grandes fazendeiros gerenciando empresas colonizadoras, e a presença de grandes plantações de café, sendo esta a principal atividade econômica do município no seu período de formação.

O surgimento do município de Dracena está ligado à iniciativa dos irmãos Fioravante (Virgílio, Demétrio, Humberto e Osvaldo) de comprar 1.000 alqueires de terras no espigão Aguapeí em 1936, tendo como interesse dos mesmos formar fazendas de café e de gado. Os irmãos Fioravante deram o nome às novas terras de Fazenda Tocantins, sendo que, em tempos posteriores, Dracena surgiria em local vizinho (SANTOS, 1998).

Efetivamente as ocasiões oportunas para o surgimento da cidade começaram a despontar a partir do que Santos (1998) descreve sobre a visão de Virgílio Fioravante em relação às condições necessárias e existentes que haviam e que o mesmo observava como a presença de "terras de ótima qualidade, matas exuberantes e topografia plana" (SANTOS, 1998, p.14), além dos rumores da passagem da estrada de ferro pelo espigão divisor em direção ao rio Paraná.

[30] "Na Nova Alta Paulista, a primeira destilaria foi inaugurada em Junqueirópolis (Destilaria Vale Verde S.A), em 1978, com capital proveniente de investidores de Dracena e Junqueirópolis. A segunda foi fundada em Lucélia (Central de Álcool Lucélia – atual Bioenergia do Brasil SA), também em 1978, a maior parte com capital de investidores da própria cidade e das cidades vizinhas. Na década de 1980 foram instaladas uma destilaria em Parapuã (Destilaria Califórnia S.A), também a maior parte com capital de investidores das cidades vizinhas, principalmente de Osvaldo Cruz, e a Branco Peres Álcool, em Adamantina, de propriedade do grupo Branco Peres. Em 2006, entrou em funcionamento a Usina Dracena Álcool e Açúcar Ltda, em Dracena; nesse ano passou também a funcionar a Usina Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda, em Junqueirópolis, e a Destilaria de Álcool Caiuá S/A, em Santa Mercedes. Em 2006, eram sete usinas empregando cerca de 5.000 trabalhadores diretos, produzindo cerca de 1.000.000 de litros de álcool por ano cada uma" (GIL, 2007, p.248).

Todas essas qualidades agregadas em um local fizeram com que Virgílio Fioravante pensasse no surgimento de uma cidade que pudesse atrair progresso para a região, além de atrair investimentos do próprio governo, para abertura de estradas que ligassem a Nova Alta Paulista com a Alta Paulista. Todavia, não podendo empreender sozinho o projeto de construção de uma cidade, tratou de pedir auxílio aos Srs. Irio Spinardi e João Vendramim, seus sobrinhos, para que os mesmos fizessem parte do seu projeto (SANTOS, 1998).

Para dar início ao empreendimento, Virgílio na companhia de Irio Spinardi, adquiriu terras vizinhas (300 alqueires)[31] a sua fazenda e no ano de 1945, os três senhores, formaram a empresa imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramim Ltda., com sede no município de Tupã-SP, com o objetivo de criarem um núcleo urbano que, posteriormente, se tornaria um município (SANTOS, 1998).

Para tal empreendimento, contudo, já havia um local preferível, aquele do qual já se tinha rumores sobre as demarcações que a estrada de ferro passaria. No comando do empreendimento estava Irio Spinardi, ocupando este o cargo de diretor da empresa, enquanto os demais ocupavam cargos administrativos, valendo ressaltar que na sociedade estabelecida, Irio Spinardi contava com sua experiência, já que o mesmo havia criado uma vila na cidade de Tupã e, portanto, trazia prática para a construção e o surgimento da nova cidade (SANTOS, 1998).

Enquanto as primeiras ruas do núcleo urbano iam sendo construídas, um concurso era realizado pela emissora de rádio da cidade de Tupã para se escolher um nome para a nova cidade. O nome escolhido foi a sugestão de Jacob Neto, de chamar a nova cidade de Dracena, "uma planta de folhagens verdes e amarelas que só nasce em regiões férteis" (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, p. 294, 1957).

Assim, no dia 08 de Dezembro de 1945, Irio Spinardi fundou o núcleo urbano de Dracena, se utilizando de algumas táticas para atrair a população a fim de adquirir um lote na área urbana e dar início à construção e ao povoamento. Irio doava um lote de graça na cidade para aqueles que comprassem um sitio, ou seja, a mesma empresa fundada por ele e por Virgílio Fioravante e João Vendramim, atuavam tanto no mercado de lotes urbanos, como no loteamento das áreas rurais, pois era necessário para os loteamentos rurais terem sucesso de venda, a existência de núcleos urbanos, uma prática de atração que percorreu a história da região como observado por Gil (2007):

> Em muitos casos, fazia-se uma promoção: quem comprasse um sítio ganhava um lote na cidade. Essa tática foi bastante utilizada pelo senhor Írio Spinardi,

[31] ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1957).

> fundador da cidade de Dracena. Para os mais abastados, que compravam áreas maiores e próximas ao povoado, ele doava um terreno no centro, próximo a uma quadra previamente reservada para a construção de uma praça. Para ganhar um lote nesta área privilegiada, o fundador exigia o compromisso de que se erguesse aí um prédio assobradado (GIL, 2007, p.117).

Dessa forma, Dracena surgiu a partir de iniciativas do Sr. Irio Spinardi que atraia a população, por meio de construções na cidade, como por exemplo, a presença de uma capela, onde havia a celebração de missas por dois padres que vieram do Estado do Mato Grosso para Dracena.

Irio Spinardi também criou o município de Dracena em 1948, por meio de artimanhas que convenceram os avaliadores que a cidade e as estruturas existentes poderiam ter condições para tornar-se um município, apesar da mesma ainda não contar com recursos suficientes para ser intitulada de município. Contudo, para isso, sabendo o Sr. Irio o significado que teria Dracena tornar-se um município, principalmente para expandir seu crescimento, se utilizou de alguns recursos que acabaram prejudicando a cidade vizinha de Tupi Paulista que também pleiteava a criação de seu município, como podemos notar em Gil (2007):

> [...] Ao receber o desembargador, que faria a avaliação entre as duas cidades, ele preparou sutilezas para impressionar a autoridade. Para destacar a economia local, com a cafeicultura não tão estruturada como a concorrente, ele deu ênfase à produção de mamão, também ainda pouco significativa. Como os frutos que conseguiu não eram tão viçosos nem abundantes, ele os serviu cortados e enfeitados em suculento café da manhã. Ao deslocarem-se para a cidade vizinha, escolheu uma estrada secundária, bastante prejudicada pelas enxurradas. Para chegar até a prefeitura, ele escolheu as ruas mais esburacadas, desviando-se da parte onde havia maior aglomeração de casas e estabelecimentos comerciais. Com a melhor impressão que o desembargador teve da cidade de Dracena, o fórum saiu para aquela cidade. Somente anos mais tarde Tupi Paulista conquistou o seu. (GIL, 2007, p. 131).

Dessa forma, o governador do Estado de São Paulo sancionou a criação do município de Dracena, e o senhor Irio se tornou o primeiro prefeito eleito, e a partir de então, a cidade começou a ter um maior crescimento com construções que tinham seus custos abarcados pela empresa de Irio Spinardi, até que o próprio município tivesse condições suficientes de manter suas próprias despesas (SANTOS, 1998).

O Sr. Irio de início doou todas as primeiras instalações comerciais e industriais, como a primeira máquina de beneficiar café e arroz, além do primeiro cinema, a santa casa e maternidade, doou terreno para o estádio de futebol, construiu e doou o primeiro grupo escolar, e o ginásio estadual também foi construído sobre suas despesas. Irio construiu também um

hotel, o terminal rodoviário, o cemitério, fez várias estradas, entre outras obras (SANTOS, 1998).

O Sr. Irio levou seu mandato até 1953, quando foi substituído por Arthur Pagnozzi, o segundo prefeito de Dracena, que em seu mandato elevou o município à categoria de comarca (SANTOS, 1998).

Assim, Dracena, pela lei n° 233, de 24 de dezembro de 1948, foi elevado à categoria de município, possuindo dois distritos: Jaciporã e Ouro Verde. Pela lei estadual n° 2.456 de 30 de dezembro de 1953, o então distrito de Ouro Verde se desmembrou do município de Dracena, e criou-se o distrito de Jamaica, sendo incorporado ao município de Dracena, conforme apresentado no Censo Demográfico no *link* Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Dado o processo histórico de surgimento e formação do munícipio de Dracena, verificamos que a economia do mesmo, antes de sua concretização enquanto instancia municipal, já tinha na produção do café sua base econômica, já que esta produção foi o esteio de toda a economia regional. Com a crise no setor cafeeiro na década de 1970, ocorreram alternâncias produtivas na região, recorrendo à fruticultura, às plantações de canaviais e à bovinocultura ligada à produção de leite e voltada ao gado de corte, além da própria produção cafeeira que permaneceu só que em quantidades reduzidas, comparadas à produção mantida no início da ocupação da região.

5.3 O desenvolvimento das atividades econômicas no período 1970 a 2006

Observando as variáveis do Censo Agropecuário do IBGE para os anos de 1970, 1995/1996 e 2006, disponíveis os dois últimos anos no banco de dados do Sidra e o ano de 1970 em arquivo na biblioteca da universidade, podemos fazer uma comparação das variáveis para a MRG e o município de Dracena, que puderam nos mostrar as transformações ocorridas nas atividades agropecuárias.

Com relação à utilização das terras nos anos destacados para a MRG de Dracena observamos que, considerando as lavouras permanentes e temporárias apresentaram diminuição no número de estabelecimentos agropecuários com esses tipos de atividades, principalmente entre os anos de 1970 e 1995/1996. Verifica-se assim que houve entre as lavouras permanentes, grande redução no número de estabelecimentos, passando de 5.343 em 1970 para 1.905 em 1995/1996 e de 5.747 estabelecimentos em 1970 para 1.817 em 1995/1996 para as lavouras temporárias. Entre os anos de 1995/1996 e 2006 continuou o processo de redução do número

de estabelecimentos, sendo que foram contabilizados 1.389 estabelecimentos com lavouras permanentes e 746 estabelecimentos com lavouras temporárias em 2006.

Observa-se que nesse mesmo período houve aumento das pastagens naturais para o contexto da MRG, mostrando que algumas lavouras foram dando espaço para a criação de gado, se bem que em relação às pastagens plantadas, as mesmas se mantiveram num mesmo patamar para os anos de 1970 e 1995/1996 apresentaram uma leve diminuição em 2006, considerando que isso pode ser reflexo do aumento da cana-de-açúcar na MRG. Também podemos verificar que em 2006 existiam 114 estabelecimentos com terras inaproveitáveis, número que se reduziu comparado ao ano de 1995/1996, conforme podemos observar na tabela 8.

Tabela 8: Utilização de terras na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1970, 1995/1996 e 2006.

Variável	Número de Estabelecimentos Agropecuários		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Lavouras Permanentes	5.343	1.905	1.389
Lavouras Temporárias	5.747	1.817	746
Pastagens Naturais	393	526	1.134
Pastagens plantadas	3.553	3.086	2.250**
Matas e Florestas Naturais	221	241	348***
Matas e Florestas Plantadas/artificiais	58	387	66
Terras em descanso e terra produtivas não utilizadas	445	-*	-*
Terras Inaproveitáveis	-*	3.164	114

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995/1996; 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.

* Sem dados para os anos de 1970 e 1995/1996

** Considerando pastagens plantadas degradas com 236 e plantadas em boas condições com 2014.

*** Neste item, o valor 348 é derivado da soma das áreas destinadas à preservação permanente ou reserva legal respondendo ao total de 276 estabelecimentos e áreas exclusivas em preservação permanente e as em sistemas agroflorestais com total de 72 estabelecimentos.

Considerando o contexto do município de Dracena, verificamos que nesse mesmo período o número de estabelecimentos agropecuários com lavouras temporárias e permanentes também diminuiu gradativamente; em consequência o número de estabelecimentos com pastagens naturais aumentou em 2006, totalizando 286 estabelecimentos agropecuários com esse tipo de atividade, havendo uma redução da mesma se comparando os anos de 1970 e 1995/1996, o que não ocorreu no contexto geral da MRG, além do que as pastagens plantadas, comparando com 1995/1996 com 777 estabelecimentos agropecuários e 2006 com 277 estabelecimentos, observa-se que houve uma drástica diminuição, o que nos indica que a entrada da cana-de-açúcar pode ter levado os produtores a investirem nesse segmento, diminuindo o investimento nos demais. No quesito terras inaproveitáveis, o município mostrou ter somente 19 estabelecimentos em 2006, como nos mostra a tabela 9.

Tabela 9: Utilização de terras no município de Dracena nos anos de 1970, 1995/1996 e 2006.

Variável	Número de Estabelecimentos Agropecuários		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Lavouras Permanentes	1.104	586	293
Lavouras Temporárias	1.043	589	171
Pastagens Naturais	92	36	286
Pastagens plantadas	553	777	277
Matas e Florestas Naturais	43	56	94***
Matas e Florestas Plantadas/artificiais	14	148	5
Terras em descanso e terra produtivas não utilizadas	141	-*	-*
Terras Inaproveitáveis	-*	909	19

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995/1996; 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.
* Sem dados para os anos de 1970 e 1995.
****** Considerando pastagens plantadas degradas com 15 e plantadas em boas condições com 262.
******* Neste item, o valor 94 é derivado da soma das áreas destinadas à preservação permanente ou reserva legal respondendo ao total de 76 estabelecimentos e áreas exclusivas em preservação permanente e as em sistemas agroflorestais com total de 18 estabelecimentos.

Dessa forma, com relação aos tipos de lavouras permanentes verificamos que na MRG de Dracena os estabelecimentos agropecuários tinham no ano de 2006, os cultivos de manga, uva, banana, acerola, tangerina, entre outras, como se observa na tabela 10. Havia também a presença da produção de café, que no ano de 1970 era de 8.022 toneladas, reduzindo em 1995/1996 para 1.852 toneladas devido a alguns fatores como a geada de 1975 que desarticulou o sistema de produção, a baixa produtividade do setor em decorrência da degradação do solo, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural e a disseminação de pragas e doenças. Todavia, o que se observa é que a cafeicultura, após alguns anos de decadência, se estabilizou, chegando em 2006 com uma produção de 5.110 toneladas, ou seja, apesar da entrada de outras culturas na região, os produtores nunca deixaram de plantar café, podem até ter reduzido, mas eles sempre tiveram esse tipo de plantação presente, pois se trata de uma produção que tem relevância histórica para essa região e que, portanto, não se erradica nos municípios.

Também se pode inferir que muitas lavouras permanentes como acerola, borracha, coco-da-baía, tangerina, dentre outras, não tinham o volume produzido identificado para o ano de 1970, aparecendo somente, após a decadência da cafeicultura. A produção de acerola é destaque no município de Junqueirópolis, estimulando, pois o mesmo produto, a instalação de agroindústrias processadoras de frutas naquele município, atendendo a MRG de Dracena, conforme nos apresenta Gil (2007).

Tabela 10: Principais lavouras permanentes na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970, 1995/1996 e 2006.

Produto	Produção		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Abacate**	8 mil frutos	312 mil frutos	13 toneladas
Acerola	-	157 toneladas	2.054 toneladas
Amora		67 toneladas	-
Banana***	13.788 cachos	56 mil cachos	243 toneladas
Borracha (látex líquido)	-	73 toneladas	652 toneladas
Borracha (látex coagulado)	-	284 toneladas	1.124 toneladas
Café	8.022 toneladas	1.852 toneladas	5.110 toneladas
Caqui****	117 mil frutos	13 mil frutos	-
Caju	-	7 mil frutos	-*
Carambola	-	1 mil frutos	-
Coco-da-baía	-	34 mil frutos	638 mil frutos
Fruta de Conde*****	44 mil frutos	198 mil frutos	-*
Goiaba	-	161 mil frutos	-*
Jabuticaba******	8 toneladas	17 toneladas	-*
Jaca	-	2 mil frutos	-
Kiwi	-	61 mil frutos	-
Laranja	1.317 mil frutos	14.166 mil frutos	34 toneladas
Lima	-	47 mil frutos	-
Limão	-	2.392 mil frutos	9 toneladas
Macadamia	-	2 toneladas	-
Mamão	-	448 mil frutos	409 toneladas
Manga*******	12 mil frutos	8.235 mil frutos	1.073 toneladas
Maracujá	-	4.958 mil frutos	124 toneladas
Nectarina	-	1 mil frutos	-
Pera	-	2 mil frutos	-
Tangerina	-	3.010 mil frutos	600 toneladas
Uva********	1 tonelada	2.373 toneladas	3.817 toneladas

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário – 1970; 1995/1996 e 2006 **Organização:** Ellen T. P. Colnago.
-*= Dados para menos de 3 informantes.
**Valor correspondente ao município de Dracena 7 mil frutos e Junqueirópolis 1 mil frutos.
***Nos municípios de Monte Castelo e Ouro Verde havia no ano de 1970 pés em idade produtiva correspondendo o primeiro com 4.500 pés e o segundo com 5.000 pés de banana.
****Em 1970 havia produção de Caqui apenas no município de Dracena.
*****A produção de Frutas do conde se encontrava somente em Tupi Paulista com 44 mil frutos e Junqueirópolis com 1 mil frutos de produção.
******As 8 toneladas indicadas na tabela de Jabuticabas refere-se à produção nos municípios de Dracena com 1 Tonelada, Junqueirópolis 4 toneladas, Ouro Verde com 2 toneladas e Panorama com 1 tonelada.
*******Apenas no município de Paulicéia.
********Em 1970 havia produção de uva apenas no município de Junqueirópolis.

Com relação ao município de Dracena, verificamos que as lavouras permanentes seguiram o mesmo comportamento da MRG em algumas culturas, pois também em 2006 mostravam produzir manga, uva, acerola dentre outros produtos, e muitos desses também ainda

não eram cultivadas em 1970 no município como no caso dessas três frutas mencionadas, sem contar a presença do café que teve no município o mesmo comportamento que se expressou na MRG. Porém, a tangerina que apresentava uma produção significativa de 600 toneladas em 2006 na MRG, em Dracena para o mesmo ano não consta produção dessa fruta, apenas no ano de 1995/1996, como pode ser observado na tabela 11.

Tabela 11: Principais lavouras permanentes no município de Dracena em 1970, 1995/1996 2006.

Produto	Produção		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Abacate	7 mil frutos	58 mil frutos	-*
Acerola	-	5 toneladas	406 toneladas
Amora	-	63 toneladas	-
Banana	1.198 Cachos	11 mil cachos	2 toneladas
Borracha (látex líquido)	-	1 tonelada	-*
Borracha (látex coagulado)	-	15 toneladas	12 toneladas
Café	3.023 toneladas	701 toneladas	.1040 toneladas
Caqui	117 mil frutos	12 mil frutos	-
Caju	-	1 mil frutos	-*
Carambola	-	-	-
Coco-da-baía		6 mil frutos	5 mil frutos
Fruta de Conde	-	71 mil frutos	-*
Goiaba	-	97 mil frutos	-
Jabuticaba	1 toneladas	7 toneladas	-
Jaca	-	1 mil frutos	-
Kiwi	-	61 mil frutos	-
Laranja	-	1.162 mil frutos	-*
Lima	-	2 mil frutos	-
Limão	-	188 mil frutos	-*
Macadamia	-	-	-
Mamão	-	23 mil frutos	-
Manga	-	587 mil frutos	80 toneladas
Maracujá	-	1.591 mil frutos	47 toneladas
Nectarina	-	-	-
Pera	-	2 mil frutos	-
Tangerina	-	143 mil frutos	-
Uva	-	180 toneladas	113 toneladas

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário – 1970; 1995/1996 e 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago
***-** = Dado para menos de 3 informantes.

Com relação às lavouras temporárias na MRG, como abacaxi, algodão, amendoim, cana-de-açúcar, feijão, dentre outros, tinham suas produções no ano de 2006. Contudo, podemos averiguar também que muitos produtos que tinham produção nos anos de 1970 e

1995/1996 não constavam mais em 2006, como são os casos do arroz, batata-doce, batata-inglesa, melão, entre outros, como apresentando na tabela 12. Outro parâmetro observado é que enquanto alguns produtos não tiveram mais produções na MRG em 2006, outros alavancaram sua produção, a exemplo da cana-de-açúcar que no ano de 1970 apresentava 395 toneladas, em 1995/1996 era de 169.633 toneladas e em 2006 teve um salto para 1.602.108 toneladas, mostrando o avanço dessa cultura para todo o Oeste Paulista, incluindo a MRG de Dracena. Essa expansão foi reflexo da nova política brasileira de valorizar a produção de combustíveis, o etanol, a partir dessa matéria-prima, estimulando muitos produtores a arrendarem suas terras para a cana-de-açúcar, pois o mesmo recebe sem ter o trabalho de cuidar da produção, ao contrário de outras atividades agrícolas e da pecuária, por exemplo.

Tabela 12: Principais lavouras temporárias na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970, 1995/1996 e 2006.

Produto	Produção		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Abacaxi	43 mil frutos	3 mil frutos	40 mil frutos
Abobora	3 mil frutos*	66 mil frutos	3 toneladas
Algodão em caroço	6.438 toneladas	2.920 toneladas	99 toneladas
Amendoim em casca	26.227 toneladas	121 toneladas	1.114 toneladas
Arroz em casca	1491 toneladas	434 toneladas	-
Batata-doce	6 toneladas**	1.083 toneladas	-
Batata-inglesa	391 toneladas	9 toneladas	-
Cana-de-açúcar	395 toneladas	169.637 toneladas	1.602.108 toneladas
Cana forrageira	116 toneladas***	11.153 toneladas	22.992 toneladas
Feijão em grão	197 toneladas	1.240 toneladas	563 toneladas
Mamona	3.200 toneladas	35 toneladas	6 toneladas
Mandioca	556 toneladas	317 toneladas	2.533 toneladas
Melancia	55 mil frutos****	420 mil frutos	1.031 toneladas
Melão	2072 mil frutos*****	8 mil frutos	-
Milho em grão	11.053 toneladas	13.806 toneladas	6.195 toneladas
Milho em espiga (verde)	-	117 toneladas	-
Soja em grão	8.788 toneladas******	24 toneladas	-
Trigo em grão	3 toneladas*******	-	-
Tomate	118 toneladas	285 toneladas	-

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário – 1970, 1995/1996, 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago

* Somente no município de Dracena

** Em 1970 a produção de batata-doce havia somente no município de Dracena.

*** Somente no município de Dracena

****O total da produção de melancia correspondendo na tabela de 55 mil frutos, deste valor 41 mil são produzidos no município de Junqueirópolis em 1970.

*****Do total da produção de melão correspondente a 2072 mil frutos destes 2036 mil são resultados da produção do município de Tupi Paulista em 1970.

****** Na produção de soja apenas os municípios de Monte Castelo com 1 tonelada, São João do Pau D'Alho com 6.788 toneladas e Tupi Paulista com 1 tonelada, correspondem a produção na microrregião geográfica de Dracena.

******* A produção de trigo se encontra somente nos municípios de Monte Castelo e Panorama na Microrregião de Dracena, apresentando o primeiro município 1 tonelada e o segundo município 2 toneladas em 1970.

Com relação às lavouras temporárias no município de Dracena, podemos observar que muitas dessas que constavam ter produção em 2006 na MRG, não constavam ter nessa localidade, como é o caso do amendoim e do algodão, com apenas uma tonelada cada. Foi observado também que, assim como na MRG, no município de Dracena em 2006 não constava mais as lavouras de arroz, batata-doce, batata-inglesa, melão, entre outros, que nos anos de 1970 e 1995/1996 eram cultivadas. Já referente à cana-de-açúcar, verifica-se que no ano de 1970 não havia produção no município, apresentando dados somente em 1995/1996 com 49.046 toneladas, chegando em 2006 com uma produção de 602.681 toneladas, como se confere na tabela 13, o que mostra que, da mesma forma que se manteve a grande produção na MRG, o mesmo ocorreu na escala do município.

Tabela 13: Principais lavouras temporárias no município de Dracena em 1970, 1995 e 2006.

Produto	Produção		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Abacaxi	6 mil frutos	1 mil frutos	10 mil frutos
Abobora	3 mil frutos	7 mil frutos	X*
Algodão em caroço	607 toneladas	586 toneladas	1 tonelada
Amendoim em casca	5.636 toneladas	10 toneladas	-
Arroz em casca	180 toneladas	16 toneladas	-
Batata-doce	6 toneladas	998 toneladas	-
Batata-inglesa	14 toneladas	9 toneladas	-
Cana-de-açúcar	-	49.046 toneladas	602.681 toneladas
Cana forrageira	116 toneladas	589 toneladas	326 toneladas
Feijão em grão	5 toneladas	341 toneladas	6 toneladas
Mamona	110 toneladas	22 toneladas	5 toneladas
Mandioca	228 toneladas	102 toneladas	48 toneladas
Melancia	10 mil frutos	71 mil frutos	-*
Melão	-	1 mil frutos	-
Milho em grão	1729 toneladas	2.622 toneladas	216 toneladas
Milho em espiga (verde)	-	17 toneladas	-
Soja em grão	-	-	-
Trigo em grão	30 toneladas	28 toneladas	-
Tomate	6 mil frutos	22 toneladas	10 mil frutos **

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário- 1970; 1995/1996 e 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.
***-** = Dados para menos de 3 informantes ** tomate rasteiro

Com relação à pecuária na MRG de Dracena, verificamos que da produção de bovinos, ovinos e caprinos, para os anos de 1970, 1995/1996 e 2006, o número de bovinos foi superior às demais espécies de rebanho, apresentando aumento do número de cabeças se comparado ao

ano de 1970, como observado na tabela 14. Todavia, no ano de 2006, a criação de bovinos teve uma diminuição comparada a 1995/1996, fato ligado à expansão da cana-de-açúcar nesse período que apresentava investimentos mais rentáveis para muitos produtores.

Tabela 14: Total de bovinos, ovinos e caprinos na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970, 1995/1996 e 2006.

Espécie de rebanho	Total de cabeças		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Bovinos	189.222	283.017	245.324
Ovinos	1.877	5.722	10.188
Caprinos	1.214	394	807

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995 e 2006. **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago.

Com relação ao município de Dracena, verificamos que da mesma forma que na MRG, o número de bovinos se manteve em 1970, 1995/1996 e 2006 superior em relação aos ovinos e caprinos, e também expressou um aumento do número de cabeças bovinas de 1970 para 1995 decorrente dos mesmos fatores que interferiram na MRG, e da mesma maneira dado o avanço da cana-de-açúcar em 2006, também se reduz o número de cabeças bovinas comparado a 1995 e pode ser observado na tabela 15.

Tabela 15: Total de bovinos, ovinos e caprinos no município de Dracena em 1970, 1995/1996 e 2006.

Espécie de rebanho	Total de cabeças		
	1970	**1995/1996**	**2006**
Bovinos	32.038	49.550	40.849
Ovinos	558	1.546	2.368
Caprinos	78	70	116

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995/1996 e 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.

Outra variável relacionada à pecuária trata da finalidade do rebanho. Na MRG para os anos selecionados, podemos constatar que os dados disponíveis eram para os anos de 1970 e 2006. Comparando esses dois anos, no qual se distanciam bastante em um período de tempo (para ver as oscilações ou permanências), conseguimos verificar que houve um aumento do número de cabeças de gado corte do ano de 1970 para 2006 e uma redução do gado de leite nesse período. Na tabela 16 se verifica que nos dois anos selecionados a pecuária de corte sempre foi superior a de leite.

Tabela 16: Finalidade do rebanho na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970 e 2006

Finalidade do rebanho	Número de cabeças	
	1970	**2006***
Corte	116.556	172.989
Leite	47.275	30.309
Corte e leite	24.753	-**

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 2006 **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago
* Número de cabeças de bovinos nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças em 2006.
** Sem dados.

Para o município de Dracena, verificamos que assim como apresentado na MRG, há a falta de dados para o ano de 1995 e os mesmos resultados da finalidade do rebanho. Na tabela 17 é observado que o gado de corte aumentou entre os anos de 1970 e 2006 e o de leite diminuiu, além do que se verifica que o gado de corte apresentou número de cabeças superior nos dois anos selecionados em relação ao gado de leite.

Tabela 17: Finalidade do rebanho no município de Dracena em 1970 e 2006

Finalidade do rebanho	Número de cabeças	
	1970	**2006***
Corte	16.931	30.201
Leite	5.897	4.670
Corte e leite	9.200	-**

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 2006. **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago.
* Número de cabeças de bovinos nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças em 2006.
** Sem dado

Com relação ao pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, verificamos pelos dados selecionados para a MRG de Dracena apenas para os anos de 1970 e 2006. Conseguimos analisar para condição do empregado se é em estado temporário, permanente e se desenvolve em sistema de parceria. Podemos verificar que o trabalho masculino é sempre mais utilizado na agricultura e pecuária do que o feminino, pois se trata de trabalhos pesados, todavia, apesar disso as mulheres apresentam números significativos de participação nessas atividades, mesmo sendo em menor proporção que dos homens. Além do que, das variáveis selecionadas, no quesito condição do empregado, observamos que o maior número total de empregados se encontra na MRG em trabalho temporário, seguido por trabalho permanente, parceiros e, por fim, outras condições, como mostra a tabela 18.

Tabela 18: Pessoal ocupado na agricultura e pecuária distribuídos por categoria e sexo na Microrregião Geográfica de Dracena em 1970 e 2006.

Condição dos empregados	1970			2006		
	Variável					
Empregados em trabalho permanente	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	1.991	1.758	233	1.208	932	276
Empregados em trabalho temporário	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	8.078	6.723	1.355	2048	1.520	528
Parceiro	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	190	138	52	117	78	39
Outra condição	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	66	33	33	64	23	41

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 2006. **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago

No município de Dracena verificamos, por sua vez, que assim como na MRG, o número de homens empregados na área rural foi maior do que o de mulheres para todas as condições de trabalho, da mesma forma que o maior número total de empregados no município se dá em trabalhos temporários, seguido de empregados permanentes, parceria e outras condições, como nos mostra a tabela 19.

Tabela 19. Pessoal ocupado na agricultura e pecuária distribuídos por categoria, sexo no município de Dracena em 1970 e 2006.

Condição dos empregados	1970			Variável 2006		
Empregados em trabalho permanente	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	545	490	55	114	85	29
Empregados em trabalho temporário	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	2.837	2.315	522	111	82	29

Condição dos empregados	1970			Variável	2006	
Parceiro	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	59	47	12	6	5	1
Outra condição	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais		De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
	21	8	13	2	2	-

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 2006. **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago.

Para o ano de 1995/1996 verificamos na MRG de Dracena, pela faixa de idade e sexo que, independente se é menor ou maior de 14 anos, o número de homens se apresenta maior que o de mulheres, assim como os que possuem idade acima de 14 anos, seja do sexo masculino ou feminino, são os mais empregados na atividade agropecuária. Para os menores de 14 anos, podermos colocar que o emprego deles na produção agropecuária pode estar relacionado a tradição da maior parte dos produtores rurais em colocá-los para auxilia-los nas atividades além de estudarem. Contudo, como não podemos distinguir claramente se os valores apresentados na tabela 20 para menores de 14 anos e até para os maiores representam as crianças e adolescentes membros da família e que trabalham com o pai na propriedade, ou terra arrendada ou em sistema de parceria, apenas consideramos portanto que essa é uma realidade presente nos costumes e tradições de boa parte das famílias rurais.

Tabela 20: Pessoal ocupado, segundo a faixa etária, por estabelecimentos agropecuários na Microrregião Geográfica de Dracena em 1995/1996

Faixa de idade	Sexo	
Total	Total	13.170
	Homens	9.481
	Mulheres	3.689
Menores de 14 anos	Total	902
	Homens	504
	Mulheres	398
De 14 anos e mais	Total	12.268
	Homens	8.977
	Mulheres	3.291

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995/1996. **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago.

No município de Dracena também observamos, assim como na MRG, que os homens são mais empregados no setor rural do que as mulheres, independentemente da idade, além de

os empregados maiores de 14 anos serem os mais empregados nos estabelecimentos agropecuários, como apresenta na tabela 21.

Tabela 21: Pessoal ocupado por estabelecimentos agropecuários no município de Dracena em 1995/1996.

Faixa de idade	Sexo	
Total	Total	2.897
	Homens	2.101
	Mulheres	796
Menores de 14 anos	Total	187
	Homens	106
	Mulheres	81
De 14 anos e mais	Total	2.710
	Homens	1.995
	Mulheres	715

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995/1996. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.

Com relação à condição dos produtores na MRG de Dracena, podemos observar para os anos de 1970, 1995/1996 e 2006 que o número de proprietários dos estabelecimentos agropecuários existentes pouco se alterou nos anos em destaque, permanecendo na faixa de 3 mil. Já os arrendatários e parceiros, estes sofreram uma considerável diminuição entre os anos selecionados, sobretudo com números discrepantes de 1970 para 1995/1996, realçando que, com a decadência da produção de café, houve a diminuição de produtores com arrendamento e, principalmente, em parceria, que foram, junto com as pequenas propriedades rurais, a base da formação econômica e social da MRG. Em 2006, os arrendatários e parceiros, também diminuíram comparado a 1995/1996, e podemos supor que dado o aumento de atividades de monocultura como a cana-de-açúcar, além das grandes pastagens destinadas ao gado de corte, estas atividades acabaram levando a uma diminuição dos tipos de condição do produtor, permanecendo grandes proprietários. Além do que, a partir de 2006, começa a se apresentar na MRG produtores em assentamentos, sem titulação definitiva, como se verifica na tabela 22.

Tabela 22: Condição do Produtor na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1970, 1995/1996 e 2006.

	Número de Estabelecimentos Agropecuários		
Variável	**1970**	**1995/1996**	**2006**
Proprietário	3.992	3.819	3.568
Arrendatário	1.481	215	152
Parceiro	3.432	160	30
Ocupante	621	48	19
Assentado sem titulação definitiva	-*	-*	57

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995/1996; 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.
* Sem dado para os anos de 1970 e 1995.

No município de Dracena, por sua vez, o número de proprietários por estabelecimentos agropecuários mostrou uma redução se comparando os anos de 1970, 1995/1996 e 2006, da mesma forma que os arrendatários, parceiros e ocupantes não possuindo ainda assentados, como observado na tabela 23.

Tabela 23: Condição do Produtor no município de Dracena nos anos de 1970, 1995/1996 e 2006

Variável	Número de Estabelecimentos Agropecuários		
	1970	**1995**	**2006**
Proprietário	1.042	869	622
Arrendatário	223	66	17
Parceiro	534	87	16
Ocupante	40	13	1
Assentado sem titulação definitiva	-	-	-

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995/1996; 2006. **Organização:** Ellen T. P. Colnago.

Na MRG de Dracena, quanto ao número de estabelecimentos agropecuários, verificamos que para os anos de 1970, 1995/1996 e 2006 houve uma diminuição dos estabelecimentos que possuem entre 5 e 10 ha e entre 10 a 20 ha, aumentando por consequência entre os anos de 1970 e 1995/1996 estabelecimentos com área entre 20 há e 1.000 ha, diminuindo um pouco os números apresentados no ano de 1995/1996 e 2006, mostrando, pois que a concentração se faz presente, porém, o maior número de estabelecimentos agropecuários está no estrato igual ou menor de 50 hectares, para os anos de 1970, 1995/1996 e 2006, como nos mostra a tabela 24.

Tabela 24: Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1970, 1995/1996 e 2006.

Grupos de Área total	N° de Estabelecimentos Agropecuários		
	1970	**1995/1996**	**2006**
De 5 a menos de 10 ha	2.843	716	713
De 10 a menos de 20 ha	2.033	909	861
De 20 a menos de 50 ha	918	950	831
De 50 a menos de 100 ha	227	313	279
De 100 a menos de 200 ha	131	176	169
De 200 a menos de 500 ha	90	150	134
De 500 a menos de 1000 ha	36	59	47

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1970, 1995/1996 e 2006 **Organização:** Ellen T. P. Colnago.

No município de Dracena ocorre o mesmo que observado na MRG, ou seja, nos anos selecionados houve diminuição dos estabelecimentos agropecuários de até 20 hectares,

aumentando no ano de 1995/1996 os de 20 até 1.000 ha, mostrando que a presença de grandes estabelecimentos, além do que também na escala temporal dos anos de 1970, 1995/1996 e 2006 os maiores números em estabelecimentos agropecuários se encontravam com menos de 50 ha, como se verifica na tabela 25.

Tabela 25: Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Dracena nos anos de 1970, 1995/1996 e 2006.

Grupos de Área total	N° de Estabelecimentos Agropecuários		
	1970	**1995/1996**	**2006**
De 5 a menos de 10 ha	482	189	129
De 10 a menos de 20 ha	312	184	99
De 20 a menos de 50 ha	154	150	80
De 50 a menos de 100 ha	46	64	49
De 100 a menos de 200 ha	24	22	15
De 200 a menos de 500 ha	22	28	30
De 500 a menos de 1000 ha	10	13	13

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário: 1970; 1995/1996 e 2006 **Organização:** Ellen Tamires P. Colnago.

Assim, após analisadas as variáveis selecionadas dos Censos Agropecuários, verificamos que, muitas das mudanças observadas por meio de dados entre os anos de 1970, 1995/1996 e 2006, é reflexo de alterações ocorridas na MRG e no município de Dracena a partir do declínio da atividade cafeeira que "durante quase meio século [...] se constituiu como uma atividade econômica importante para a região, principalmente para as pequenas e médias propriedades rurais" (HESPANHOL, 2007).

Dessa forma, sua substituição por outras culturas e atividades, pôde ser observado, a partir das transformações ocorridas na utilização da terra, na condição do produtor e nas áreas dos estabelecimentos agropecuários que nos confirmaram as alterações ocorridas.

5.4 A população da MRG de Dracena e do Município de Dracena no período 1980-2010.

Analisando as variáveis presentes nos Censos Demográficos nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, observamos que a população total da MRG de Dracena aumentou, sobretudo, comparando os anos de 2000 e 2010 em que a população de 108.041 habitantes para 116.079, crescimento maior do que o verificado nos anos de 1980 para 1990 e de 1990 para 2000 em que esta cresceu um pouco mais que 700 habitantes para cada ano.

Pode-se verificar também que a população na faixa de até 4 anos de idade em 1980 era maior quando comparado aos outros anos em destaque, principalmente o ano de 2010.

Observou-se que, enquanto essa faixa de idade tinha 12.534 pessoas em 1980, em 2010 ela apresentava 6.434 pessoas, sendo que os números de 1980 foram decrescendo ao longo dos anos de 1990 e 2000 até chegar em 2010, mostrando, portanto, que diminuiu os números de nascimentos, ou seja, as pessoas estão tendo menos filhos. Dessa forma, em 2010, o que se verifica comparado aos anos anteriores, principalmente o de 1980, é que a população na faixa dos 50 anos até os 70 e acima dos 70 anos aumentou. Um exemplo é que, enquanto em 1980 pessoas acima de 75 anos na MRG eram 1.470, em 2010 eram 5.275, ou seja, a população idosa mais que dobrou durante esses anos, mostrando que a população da MRG está prolongando os anos de vida.

Assim, como em 1980 a faixa de idade com maior número de pessoas se encontrava na população de 10 até 20 anos, já em 2010 na MRG a maior população estava concentrada na faixa dos 20 aos 34 anos, com números significativos até os 40 anos, ou seja, mostrando que a faixa da população de crianças e adolescentes está diminuindo, como observado na tabela 26.

Tabela 26: População por faixa etária na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Variável	Anos			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**
População (total)	106.538	107.322	108.041	116.079
População de 0 a 4 anos	12.534	10.113	7.678	6.434
População de 5 a 9 Anos	12.667	11.100	8.772	7.070
População de 10 a 14 Anos	13.507	11.585	9.695	8.372
População de 15 a 19 Anos	13.006	10.878	10.180	8.935
População de 20 a 24 Anos	10.196	9.491	8.934	9.478
População de 25 a 29 Anos	7.522	8.610	8.109	9.565
População de 30 a 34 Anos	6.400	8.081	8.152	9.141
População de 35 a 39 Anos	5.794	6.987	8.029	8.602
População de 40 a 44 Anos	5.586	6.003	7.467	8.413
População de 45 a 49 Anos	4.973	5.261	6.359	8.036
População de 50 a 54 Anos	4.052	4.800	5.522	7.418
População de 55 a 59 Anos	3.254	4.150	4.739	6.295
População de 60 a 64 Anos	2.375	3.613	4.436	5.228
População de 65 a 69 Anos	1.823	2.679	3.659	4.256
População de 70 a 74 Anos	1.379	1.770	2.824	3.561
População de 75 Anos e Mais	1.470	2.201	3.486	5.275

Fonte: Censo Demográfico, – Fundação SEADE; 1980, 1990, 2000 e 2010. **Org.** Ellen T. P. Colnago.

Em Dracena, verifica-se que as mesmas características observadas de transformação na dinâmica populacional da MRG, mostram-se presentes no município. A população total também apresentou aumento comparando os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, todavia diferentemente da MRG em que a população teve um forte crescimento a partir dos anos 2000, no município se verificava que a população nos anos 1980 para 1990 cresceu um pouco mais de 3.000, de 1990 para 2000 aumentou um pouco mais de 1.000, e de 2000 para 2010[32] aumentou um total de 2.700 pessoas, o que nos mostra que o crescimento ao longo das décadas selecionadas foi mais ou menos equitativos, com exceção dos anos 1990 para 2000.

Da mesma forma que na MRG, em Dracena a população compreendida na faixa de até 4 anos de idade diminuiu ao longo das décadas, possuindo em 1980, um total de 3.829 pessoas, chegando em 2010 com 2.210 pessoas, mostrando, portanto, que a população vem optando em ter menos filhos. Da mesma forma que a população idosa vem aumentando, constando no município em 1980 com 75 anos e mais, um total de 569 habitantes e em 2010 esse número cresceu para 2.078, o que mostra que a expectativa de vida da população está aumentando.

Além do que, da mesma maneira que visto na MRG, em Dracena, enquanto em 1980 a maior concentração da população estava na faixa dos 10 a 20 anos, em 2010 essa concentração se alterou para a faixa dos 20 aos 40 anos, denotando um número menor de nascimentos, como podemos observar na tabela 27.

Tabela 27: População por faixa etária no município de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Variável	Anos			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**
População (total)	**35.912**	**39.229**	**40.491**	**43.234**
População de 0 a 4 anos	3.829	3.338	2.622	2.210
População de 5 a 9 Anos	3.874	3.846	3.052	2.389
População de 10 a 14 Anos	4.193	4.028	3.404	2.890
População de 15 a 19 Anos	4.407	3.778	3.858	3.188
População de 20 a 24 Anos	3.466	3.443	3.287	3.423
População de 25 a 29 Anos	2.623	3.260	3.010	3.610
População de 30 a 34 Anos	2.201	3.073	3.033	3.386
População de 35 a 39 Anos	2.077	2.654	3.157	3.254
População de 40 a 44 Anos	2.021	2.303	2.981	3.186

[32] Em 2010, o censo demográfico marcava uma população de 43.234 habitantes para o município de Dracena. O mesmo censo também fez uma estimativa para o município colocando que aproximadamente em 2014, Dracena já possuía 45.600 habitantes (IBGE, 2010).

Variável	Anos			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**
População de 45 a 49 Anos	1.821	2.002	2.530	3.161
População de 50 a 54 Anos	1.483	1.833	2.146	2.952
População de 55 a 59 Anos	1.203	1.630	1.834	2.443
População de 60 a 64 Anos	904	1.391	1.767	1.997
População de 65 a 69 Anos	708	1.028	1.360	1.638
População de 70 a 74 Anos	533	700	1.066	1.429
População de 75 Anos e Mais	569	922	1.384	2.078

Fonte: Censo Demográfico, – Fundação SEADE; 1980, 1990, 2000 e 2010. **Org.** Ellen T. P. Colnago.

Já referente ao total de população masculina e feminina para a MRG de Dracena, verificamos que a população masculina sempre foi maior que a feminina ao longo das décadas selecionadas, e que ambas cresceram ao longo dos anos, porém, com uma variação mínima. Como se observa em 1980, a população masculina era de 54.324 e a feminina de 53.986 e em 2010 a masculina era de 58.924 e a feminina de 57.155.

Ao observamos a faixa de idade da população, averiguamos na MRG que aquelas com até 4 anos de idade, independente dos anos de 1980, 1990, 2000, e 2010, apresentaram população masculina maior do que a feminina, apesar de ambos terem diminuído ao longo dos anos.

Em algumas faixas etárias, contudo, ao longo dos períodos destacados, a população feminina se mostrou maior que a masculina, considerando, pois, a população entre 30 e 34 anos, dos 40 aos 50 anos e dos 55 aos 70 anos e de 75 anos e mais, verifica-se que a população masculina permanece maior que a feminina como nos apresenta a tabela 28.

Tabela 28: População Masculina e feminina por faixa etária na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Variável	População Masculina				População Feminina			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
População (total)	**54.324**	**53.986**	**54.139**	**58.924**	**52.214**	**53.336**	**53.902**	**57.155**
População de 0 a 4 anos	6.323	5.175	3.945	3.250	6.211	4.938	3.733	3.184
População de 5 a 9 Anos	6.478	5.675	4.538	3.641	6.189	5.425	4.234	3.429
População de 10 a 14 Anos	6.893	5.829	4.983	4.283	6.614	5.756	4.712	4.089
População de 15 a 19 Anos	6.644	5.528	5.222	4.584	6.362	5.350	4.958	4.351
População de 20 a 24 Anos	5.210	4.755	4.576	5.141	4.986	4.736	4.358	4.337
População de 25 a 29 Anos	3.765	4.281	4.079	5.234	3.633	3.056	2.420	1.885

Variável	População Masculina				População Feminina			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
População de 30 a 34 Anos	3.096	4.003	4.050	4.954	3.757	4.329	4.030	4.331
População de 35 a 39 Anos	2.843	3.439	3.981	4.467	661	956	1.333	1.578
População de 40 a 44 Anos	2.779	2.941	3.692	4.233	3.304	4.078	4.102	4.187
População de 45 a 49 Anos	2.533	2.573	3.047	3.981	2.951	3.548	4.048	4.135
População de 50 a 54 Anos	2.185	2.355	2.678	3.630	2.807	3.062	3.775	4.180
População de 55 a 59 Anos	1.803	2.067	2.266	3.017	2.440	2.688	3.312	4.055
População de 60 a 64 Anos	1.285	1.896	2.118	2.455	1.867	2.445	2.844	3.788
População de 65 a 69 Anos	976	1.432	1.794	1.991	1.451	2.083	2.473	3.278
População de 70 a 74 Anos	758	965	1.437	1.653	847	1.247	1.865	2.265
População de 75 Anos e Mais	753	1.072	1.733	2.410	621	805	1.387	1.908

Fonte: Censo Demográfico, – Fundação SEADE; 1980, 1990, 2000 e 2010. **Org.** Ellen T. P. Colnago

Já para a população masculina e feminina do município de Dracena, observa-se que a população feminina, para todos os anos considerados, sempre foi maior que a masculina com poucas variações, diferentemente do observado na MRG. Além disso, para a faixa da população até os 4 anos de idade para os anos de 1990 e 2000, a população masculina foi maior, enquanto que em 1980 e 2010 apresentou-se um maior número de população feminina, ou seja, em 2010, nessa faixa etária que compreende o nascimento das crianças, portanto, haviam mais meninas do que meninos nascendo, resultado um pouco diferenciado da MRG.

Para algumas faixas de idade, a população masculina se mostrou maior que a feminina considerando as faixas de 5 a 9 anos, 15 a 19 anos, 35 a 39 anos, e 75 anos ou mais, ou seja, da mesma forma que na MRG, idosos acima de 75 anos ainda são, em sua maioria, do sexo masculino, enquanto que na faixa dos 60 aos 70 anos predomina o sexo feminino, como se verifica na tabela 29.

Tabela 29: População Masculina e feminina, por faixa etária, no município de Dracena nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Variável	População Masculina				População Feminina			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
População (total)	17.926	19.316	19.711	21.390	17.986	19.913	20.780	21.844
População de 0 a 4 anos	1.836	1.702	1.333	1.094	1.993	1.636	1.289	1.116
População de 5 a 9 Anos	2.009	1.974	1.552	1.225	1.865	1.872	1.500	1.164
População de 10 a 14 Anos	2.123	1.980	1.761	1.467	2.070	2.048	1.643	1.423
População de 15 a 19 Anos	2.215	1.904	1.950	1.617	2.192	1.874	1.908	1.571
População de 20 a 24 Anos	1.731	1.682	1.598	1.874	1.735	1.761	1.689	1.549
População de 25 a 29 Anos	1.265	1.579	1.454	1.941	3.313	2.8,8	2.242	1.732
População de 30 a 34 Anos	1.043	1.497	1.472	1.706	1.358	1.681	1.556	1.669
População de 35 a 39 Anos	998	1.258	1.507	1.670	756	1.030	1.377	1.652
População de 40 a 44 Anos	975	1.112	1.437	1.564	1.158	1.576	1.561	1.680
População de 45 a 49 Anos	895	927	1.150	1.527	1.079	1.396	1.650	1.584
População de 50 a 54 Anos	770	871	1.018	1.389	1.046	1.191	1.544	1.622
População de 55 a 59 Anos	639	796	858	1.111	926	1.075	1.380	1.634
População de 60 a 64 Anos	465	702	809	919	713	962	1.128	1.563
População de 65 a 69 Anos	364	529	663	742	564	834	976	1.332
População de 70 a 74 Anos	299	362	496	621	344	499	697	896
População de 75 Anos e Mais	299	441	653	923	234	338	570	808

Fonte: Censo Demográfico, – Fundação SEADE; 1980, 1990, 2000 e 2010. **Org.** Ellen T. P. Colnago

Quanto à população urbana e rural na MRG de Dracena, observamos que, para os anos selecionados, a população urbana se mostrou maior que a população rural, apresentando crescimento em todos os anos, chegando em 2010 com 102.365 pessoas, diferentemente da população rural que decresceu, apresentando em 2010 uma população na MRG de 13. 714, ou seja, uma diferença muito grande em números de pessoas vivendo no campo e na cidade e que se observa desde a década de 1990, pois em 1980 verifica-se que essa população tinha números consideráveis, possuindo um total de 43.666 pessoas vivendo na área rural.

Essa redução da população rural ao longo dos anos pode ser verificada também quando se observa o grau de urbanização da MRG que aumentou de 60, 92% em 1980 para 88,19% em 2010, mostrando, junto com o número total da população urbana, que as pessoas estão vivendo mais nas cidades. Além disso, tal fato está relacionado à própria crise do setor cafeeiro que acarretou transformações a partir das décadas de 1970/1980 na estrutura produtiva da agricultura, levando à saída dessa população, sejam empregados permanentes ou até mesmo pequenos produtores rurais, diante das dificuldades apresentadas em continuar no campo.

Também temos percentuais sobre o índice de envelhecimento da população da MRG que entre os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, apresentou significativo aumento, tendo, em 1980 representado 18,21% da população total, chegando em 2010 com 83,74%, o que mostra que a população da MRG está vivendo mais e está tendo menor número de nascimento quando comparado a 1980, como já verificado em números absolutos na tabela 26 e como podemos observar em números relativos na tabela 30.

Tabela 30: Variáveis do Censo na Microrregião Geográfica de Dracena nos anos de 1980; 1990; 2000 e 2010.

Variável	Ano			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**
População Urbana	64.872	83.724	92.960	102.365
População Rural	41.666	23.598	15.081	13.714
Grau de Urbanização (%)	60,92	78,01	86,04	88,19
Índice de envelhecimento (%)	18,21	31,29	55,10	83,74

Fonte: Censo Demográfico, – Fundação SEADE; 1980, 1990, 2000 e 2010. **Org.** Ellen T. P. Colnago

Para o município de Dracena também se observa que a população urbana cresceu ao longo dos anos, além de ter se mostrado maior que a população rural que, por sua vez diminuiu, seguindo o comportamento da MRG. Além disso, verificamos que tal fator também se associa ao grau de urbanização do município que se mostra elevado, representando, desde 1980, 80,02% e em 2010 foi de 92,34%, porcentagens inclusive maiores que da MRG, o que faz evidenciar que ao longo da sua história, os prefeitos do município de Dracena se preocuparam com o desenvolvimento da sua cidade, como podemos observar desde sua fundação e as ações desempenhadas pelo primeiro prefeito, o Sr. Írio Spinardi.

Considerando também o índice de envelhecimento da população do município, observamos que este também aumentou, chegando em 2010 com 95,37%, percentual que se verifica na tabela 31.

Tabela 31: Variáveis do Censo no município de Dracena nos anos de 1980; 1991; 2000 e 2010.

Variável	Ano			
	1980	**1990**	**2000**	**2010**
População Urbana	28.740	34.162	37.145	39.924
População Rural	7.172	5.067	3.346	3.310
Grau de Urbanização (%)	80,02	87,08	91,74	92,34
Índice de envelhecimento (%)	22,81	36,04	61,43	95,37

Fonte: Censo Demográfico, – Fundação SEADE; 1980, 1990, 2000 e 2010. **Org.** Ellen T. P. Colnago

Com relação aos empregos formais mantidos pela população da MRG de Dracena para os diferentes setores da economia, observamos que, para os anos selecionados[33] na tabela 32, houve acrescimento de pessoas contratadas trabalhando em atividades agropecuárias, assim como teve aumento expressivo no setor industrial, de construção e de serviço, com claro destaque para esse último que em todos os anos selecionados e, em especial para o ano de 2010, é o setor que abriga o maior número de pessoas trabalhando formalmente.

Tabela 32: Empregos formais em diferentes setores da economia na Microrregião Geográfica De Dracena para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Variáveis	**Ano**		
	1991	2000	2010
Empregos Formais	9.974	12.487	24.902
Empregos Formais na Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	75	1.496	2.370
Empregos Formais na indústria	1.925	2.157	6.531
Empregos Formais na Construção	153	232	859
Empregos Formais nos Serviços	4.755	5.357	9.077

Fonte: Fundação SEADE **Org.** Ellen Tamires P. Colnago.

No município de Dracena, entre os de 1991, 2000 e 2010, os resultados se mantiveram da mesma forma que se apresentaram para a MRG, ao que condiz com o aumento de empregos formais no setor agropecuário e atividades afins, no industrial, de construção e com destaque para o de serviços. Tendo em vista uma classificação quanto aos resultados apresentados, verificamos que o setor de serviços e o industrial são os que abrigam o maior número de empregos formais, seguido da construção e posteriormente das atividades ligadas ao setor agropecuário, mostrando dessa forma que mesmo com aumento evidenciado para os anos em

[33] No *site* da Fundação Seade, para essas variáveis, não havia dados disponíveis para os anos de 1980 e 1990, por isso iniciamos a análise a partir de 1991.

destaque de aumento do número de empregados no setor agropecuário e afins, este é o que apresenta o menor número de empregos formais, como podemos evidenciar na tabela 33.

Tabela 33: Empregos formais em diferentes setores da economia no Município de Dracena para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Variáveis	Ano		
	1991	2000	2010
Empregos Formais	5.021	5.690	10.569
Empregos Formais na Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	20	324	622
Empregos Formais na indústria	958	893	1.567
Empregos Formais na Construção	79	81	640
Empregos Formais nos Serviços	2.064	2.518	4.310

Fonte: Fundação SEADE **Org.** Ellen Tamires P. Colnago.

Entendemos que a partir dos dados dos Censos Demográficos, e daqueles disponibilizados pela fundação SEADE, que foi possível averiguar ao longo dos anos selecionados, no contexto da MRG e do município de Dracena, algumas particularidades, como quando analisando a população total, verifica-se que a população masculina é maior na MRG e a feminina no município.

Também observamos algumas variáveis em que os números convergem, por exemplo, quando se verifica que a população urbana é maior que a rural na MRG e no município, assim como o grau de envelhecimento da população que se mostra para todo o contexto da MRG de Dracena, incluindo assim o município de Dracena. O número de empregos formais também se comporta na mesma direção para a MRG e o município de Dracena, ao colocar o setor de serviços como aquele que mais gera empregos formais, e o setor agropecuário como o que menos tem empregos formais.

Os dados abordados, por vezes, vão ao encontro da própria história de formação do município de Dracena que desde o início, deu importância ao crescimento da cidade e, desta forma, sua população vai se tornando em número maior do que propriamente rural, além do que este aspecto é refletido no próprio fator dos empregos analisados, ou seja, populações trabalhando mais no setor da indústria e do serviço do que propriamente na agropecuária, como pode ser observado nesta análise do município e da MRG de Dracena.

Sendo assim, dentre os fatores que favoreceram a presença de diferentes setores da economia no município de Dracena[34], e que trouxeram para o município um papel notório no

[34] Quando nos referimos aos diferentes setores da economia, estamos incluindo a participação da indústria, do setor de serviços e da agricultura e pecuária, em que essa diversificação em diferentes setores mostra que o município não mantém sua base econômica com destaque somente para as atividades agropecuárias.

contexto da MRG, foram, de acordo com Leão (2008), a atuação do poder público municipal nos incentivos à atividade industrial e na criação dos distritos industriais; a proximidade de Dracena ao eixo da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), que favoreceu o desenvolvimento da indústria local e facilitou a articulação com outros centros urbanos e reforçou ainda mais o papel central e a iniciativa de empresários locais neste município e a presença de atividades terciárias (comércio e serviços) relacionadas à mudança nas formas de consumo, bem como o aumento da população na área urbana, que no caso deste município sempre apresentou um númeroexpressivo de pessoas morando na cidade.

Pelos resultados apresentados podemos entender um pouco da dinâmica da população na MRG e no município de Dracena, a partir de suas características e da trajetória econômica, social e política em que estão inseridos.

6. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA E DO PNAE NO MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

6.1 O PAA e PNAE sob a ótica dos engenheiros agrônomos do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena

Ao entrevistarmos os engenheiros agrônomos do EDR[35], obtivemos informações a respeito do funcionamento do PAA e PNAE no contexto dos municípios pertencentes ao EDR de Dracena[36]. Os engenheiros agrônomos do EDR nos apontaram detalhes sobre o funcionamento do PAA e do PNAE, a partir de elementos gerais para a caracterização dos mesmos.

O EDR, enquanto uma instituição regional, auxilia na execução dos programas, com o papel de divulgação, levando informações ao produtor, entrando em contato com as casas de agricultura dos municípios e com as prefeituras.

O engenheiro agrônomo I, destaca que, para o funcionamento dos programas, é necessário principalmente que os agrônomos das casas de agricultura tenham uma postura de estar à frente para a execução das políticas, pois segundo ele, somente com a presença dos agrônomos é que os programas podem funcionar, já que se depender dos produtores e de algumas associações, os programas não entram em funcionamento, como destaca:

> [...] se o agrônomo da casa da agricultura não for à frente e ir atrás do produtor não sai nada, não adianta, onde o agrônomo acredita vai para frente, tem uma chance de ter sucesso, onde o agrônomo não acredita e espera o produtor vir não funciona, não existe essa associação organizada ou então dá pra contar na mão quantas têm e que podem fazer isso sozinha [...] então [...] a nossa função é colocar a associação em contato com a política (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

O mesmo engenheiro agrônomo complementa:

> [...] às vezes o agrônomo não tem aptidão (para lidar com o produtor) e ele acaba ficando pra trás, mais a gente (EDR) faz isso, descobre a política que está disponível, que a gente tem informação, repassa para o agrônomo da casa da agricultura e favorece ele a entrar em contato com a associação. [Muitas vezes eles] já possuem esse contato, mas às vezes a gente entra em contato direto com a associação e provoca essa

[35] Foram entrevistados dois agrônomos pertencentes ao EDR de Dracena. Para identifica-los, os trataremos como agrônomo I e agrônomo II, respectivamente.

[36] No total são 16 municípios: Dracena, Adamantina, Junqueirópolis, Panorama, Tupi Paulista, Pacaembu, Flórida Paulista, Ouro Verde, Irapuru, Paulicéia, Monte Castelo, Mariápolis, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, São João do Pau D'Alho, e Flora Rica. Destes municípios 10 pertencem a MRG de Dracena, composta por Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista.

> discussão entre os dois (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013)

O entrevistado reforça, dessa maneira, a importância que o EDR tem para estimular o contato, quando este não existe, entre as associações de produtores e os técnicos da Casa da Agricultura. O interesse, muitas vezes, parte dos agrônomos da Casa da Agricultura que pedem auxílio ao EDR para entrar em contato com os produtores para executar os programas, a partir de reuniões marcadas pelos próprios agrônomos , no qual conta com a presença de todos os membros necessários para a execução dos programas, como da prefeitura, que trabalham com a chamada pública da merenda escolar para o PNAE, os responsáveis pelas entidades beneficiadas pelo PAA, os produtores associados e os agrônomos do EDR.

Quando não existe essa primeira iniciativa vinda dos agrônomos das casas de agricultura dos municípios, quem toma a frente são os engenheiros agrônomos do EDR, que convidam representantes das entidades, da merenda escolar, os produtores e os próprios agrônomos das casas de agricultura, e explicam sobre como funcionam os programas. Segundo o entrevistado, "a maioria dos lugares onde começou foi dessa forma" (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013), portanto, com o incentivo do EDR.

O engenheiro agrônomo II, também destacam que o EDR é uma instituição de extensão rural, no qual o PAA e o PNAE são uma das ferramentas de trabalho dos mesmos, que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural, assim como, segundo ele "aumentar a renda para o produtor", podendo inclusive "a curto prazo motivar uma nova geração a permanecer no campo", pois esses programas tem como característica marcante, a comercialização com organizações coletivas como associações, como forma de ter acesso aos produtores, e o EDR cumpre o papel de articulação de todas as partes envolvidas nos programas , já que "quando [se tem] agrônomos que já estão mais envolvidos ou tem-se [...] um sistema de produção que necessite dessa comercialização, então já fica mais fácil essa aplicação das políticas." (ENGENHEIRO AGRÔNOMO II DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Sobre o PAA, o engenheiro agrônomo II, destaca seus benefícios, além de apresentar as principais articulações que o EDR faz para o funcionamento do programa, como podemos verificar:

> [...] esse programa é interessante [por que] [...] ele tem uma visão social [...] ele visa o bem estar da população urbana que está recebendo alimento, então é um socorro alimentar para elas e para as instituições e isso é o que está acontecendo. Para [algumas] instituições é uma forma de sobrar verba, se você pegar uma santa casa, por exemplo, ela tinha um volume em compras de alimento, hoje está recebendo do PAA então tem liberação dessa verba para

> outros socorros da entidade. Pra nós é renda no campo então são situações que o programa abrange, então isso praticamente é um tripé da **população necessitada, as organizações sociais envolvidas e o produtor rural**, que são beneficiários. Agora essa costura [dos envolvidos] é o que nós fazemos, pegamos vemos a necessidade do consumo urbano, a capacidade e a necessidade do produtor rural e procurar utilizar isso da melhor forma (ENGENHEIRO AGRÔNOMO II DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

O engenheiro agrônomo II destaca que o PAA, não está sendo uma política de desenvolvimento rural, pois o programa somente está sendo utilizado como forma de obtenção de recurso imediato, e não como um processo de desenvolvimento e crescimento para outros mercados.

Para o entrevistado existem várias dimensões para se tentar promover o desenvolvimento a partir das políticas de comercialização, considerando, para isso, a participação não somente no PAA, mas em outras políticas, como o PNAE, e outras formas de mercado aliado à presença de associações bem organizadas que possam gerenciar todas as formas de comercialização e garantir renda ao produtor.

Alguns problemas apontados pelo Agrônomo II e que dificulta o desenvolvimento de políticas de comercialização como o PAA seriam: os produtores não estão preparados para alavancar outras formas de comercialização que não se prendam somente ao programa, já que ainda não compreenderam este processo; e problemas associados à falta de orientações e assistência técnica existentes, como ele mesmo retrata:

> [...] o PAA vem e organiza as condições das associações, organizar o sistema produtivo, para que possa enfrentar um mercado maior e que está muito difícil. Falta assistência técnica, falta um pouco mais orientar uma visão de desenvolvimento então uma visão de utilização. É muito fácil explorar a agricultura da forma que está sendo utilizado esses recursos, está sendo mais de distribuição, se acaba o recurso acaba tudo. [..] com esse programa já era pra gente ter uma sociedade mais desenvolvida, está melhorando as mudanças sociais que são muito devagar, para fazer uma pequena mudança, mais é bom observar o que representa isso, particularmente acho uma política fantástica e está funcionando, agora a população e a sociedade está preparada está capacitada pra entender esse processo, a nossa região, está mais avançado e isso é de imediato é pontual, [...] a grande maioria justamente por falta de uma orientação dessas possibilidades [não apresenta] avanços reais. (ENGENHEIRO AGRÔNOMO II DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Para o engenheiro agrônomo II um exemplo de desenvolvimento na parte de comercialização dos produtores é quando as associações, após se utilizarem de políticas como

o PAA e o PNAE, passam a participar de programas estaduais com o Microbacias II[37], que priorizam investimentos que seleciona recursos para investimentos por associação, oferecendo oportunidades de melhoria nas condições de processamento e entrega dos produtos. Como destaca um engenheiro agrônomo entrevistado:

> O Microbacias II, teoricamente deveria ser o grande propulsor no segundo momento, [ou seja,], de você ter um sistema de produção organizado, de você ter uma associação que está trabalhando buscando mercado [...] processando esses alimentos e agregando valor, distribuindo mais renda para o produtor. Isso está de acordo com o programa Microbacias II que é justamente financiar, oferecer essa forma de agregar valores (ENGENHEIRO AGRÔNOMO II DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Para participar do Microbacias II, com a finalidade de agregar valor à comercialização, geralmente as associações já passaram por programa como o PAA e pelo PNAE e, portanto já tiveram experiência de comercialização. Contudo, o que o agrônomo II, ressalta é que essas organizações geralmente param nessas políticas, muitas vezes nem participando do PNAE, somente do PAA, não impulsionando outras atividades e outros programas que agreguem valor e melhorem as condições dos produtores.

Como exemplos concretos de desenvolvimento no quesito comercialização, o agrônomo II, deu o exemplo do município de Adamantina-SP, pois lá eles aplicaram todas as políticas, inclusive os recursos do Microbacias II, agregando valor à produção como destaca:

> Se você pega Dracena tem benefícios, mas ainda precisa ter uma construção social, você vai em Adamantina, ao meu entender é onde melhor houve uma integração e um entendimento desse processamento todo, lá você tem produção, associação, aplicação de valores e isso em função de alguém que assumiu pra que houvesse essa integração [..]. Então [...] lá tem uma fábrica de polpa, ao lado da fábrica de polpa ou em outro local que eles estão definindo vai ser feito o projeto do programa de Microbacias que seria um miniprocessamento de hortaliças, então eles estão realmente evoluindo que dizer ai a associação se tornou dinâmica, fazendo o papel dela, e esse é o papel da associação e o agrônomo como extensionista o papel dele e justamente

[37] O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e da Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), com valor total de US$ 130 milhões, em um período de cinco anos (2011-2015). Traz como premissa, promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, por meio da ampliação das oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a preservação dos recursos naturais entre outras finalidades. Dentre suas medidas, o programa busca fortalecer a posição dos agricultores familiares nas cadeias produtivas, aumentando sua competitividade no mercado, e seu poder de negociação, por meio do fortalecimento das organizações coletivas, como associações e cooperativas, integrando práticas que estejam compelidas a uma sustentabilidade ambiental (CATI, 2011) Mais informações, disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/oprojeto.php> Acesso em: 07 out 2014.

> ajudar no começo (ENGENHEIRO AGRÔNOMO II DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Referente ao PNAE, o agrônomo II afirma sua importância como a formação de um mercado institucional e a atuação do EDR para melhorar as formas de licitação dos produtos no programa, pois destacam que para aumentar a compra de 30% para porcentagens maiores de produtos da agricultura familiar com recursos do FNDE, é necessário o envolvimento da gestão local em favor da compra dos produtores, onde a atuação dos agrônomos do EDR foi fundamental para transformar o cardápio de vários municípios na região, pois as nutricionistas, de forma geral, tiveram, no início, uma rejeição pelos produtos da agricultura familiar, e a presença dos agrônomos foi fundamental para que se inclui-se esses produtos na merenda escolar.

A respeito do PNAE, antes da implantação da lei que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE fossem utilizados para a aquisição de produtos da agricultura familiar, o agrônomo I, ressalta que não existia a compra de produtos alimentícios dos produtores rurais, "não existia nenhum movimento, nenhuma intenção de comprar para ajudar o produtor" (AGRÔNOMOS DO EDR I DE DRACENA, Abril de 2013). O que havia, segundo ele, era algumas compras esporádicas das prefeituras de alguns produtos no período das eleições.

Assim que foi publicada a lei em 2009, os agrônomos do EDR fizeram uma reunião para divulgar o programa, chamando todas as prefeituras de sua abrangência, e isso resultou no aparecimento de alguns problemas como, por exemplo, de associações que não queriam elaborar o projeto com medo dos produtores não terem os produtos. Os agrônomos do EDR, foram nas prefeituras e conversaram com o setor de licitação, e ai começaram a tentar negociar com algumas nutricionistas que exigiam maçã na merenda escolar, fruta que não é produzido na região. Segundo o entrevistado: "não queriam entender, por que não conseguiam visualizar o lado do agricultor, só visualizavam a parte da escola, a parte da dinâmica de como ia fornecer isso" (AGRÔNOMOS DO EDR I DE DRACENA, Abril de 2013), e complementam: "ai nós percebemos que existia um abismo entre órgão público e o produtor rural e eles [produtor] não sabiam nem o que era isso (PNAE), culpa nossa também. [...] nós como extensionistas essa realidade tinha que estar bem clara" (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Quanto à participação dos municípios de abrangência do EDR nas políticas públicas, o agrônomo I destaca que, tem município em que o PAA funciona e tem outros que não funciona; há municípios em que o PAA apresenta algumas distorções e em outros em que é a prefeitura ou o sindicato que faz a gestão do projeto, cobrando 20% de comissão para a administração do

mesmo, criando uma situação de perda da gestão das associações. Já no PNAE, o problema maior continua sendo com as nutricionistas que ficam inseguranças diante da produção da agricultura familiar, se os produtores vão ter o produto para entregar ou não como colocado no cardápio para oferecer a merenda escolar durante o ano letivo. Os produtores também tem medo de não conseguirem entregar tanto para o PAA como para o PNAE.

Com relação ao processo de implantação dos programas e a participação dos produtores rurais, o engenheiros agrônomo I afirma que o entendimento do produtor é um fator que conta, por que, segundo ele, no início dos projetos, o produtor não queria participar e quando queria não entendia que existia um limite de quota para entregar no PAA, já que o produtor queria entregar para o PAA qualquer tipo de produto, teve que ser feita uma conscientização com os produtores para mostrar que não se podia entregar determinados produtos.

Sobre a participação dos produtores nas associações, os agrônomos afirmam que:

> Pra você ter uma boa qualidade [de participação] você tem que capacitar os produtores, e a forma de fazer isso é justamente incentivar o pessoal a frequentar cursos de capacitação a se integrar dentro dos projetos técnicos, a seguir as regras e tudo mais, então isso é realmente um instrumento muito importante, de capacitação e isso melhorou a qualidade do produto, melhorou o acesso ao mercado, e a oportunidade tem melhorado. (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Com relação às entidades beneficiadas pelo PAA no contexto dos municípios do EDR, entre os anos de 2006 a 2012, foram atendidas, aproximadamente, 936 entidades, por mais ou menos 78 projetos, com 3.700 produtores beneficiados, utilizando um recurso médio total de R$ 14 milhões.

Já referente ao PNAE, o agrônomo I aponta que é mais difícil de se obter dados do programa. Assim, o que ele informou, foi que no ano de 2010, Adamantina tinha comprado, aproximadamente, 34% de produtos oriundos da agricultura familiar, dos recursos do FNDE, Dracena 13%, Flórida Paulista 40%, Junqueirópolis 34%, Mariápolis 30%, Monte Castelo 8%, Ouro verde 3%, Pacaembu 40% e Tupi Paulista 42%, os demais municípios ainda não haviam comprado nada deste setor. Observa-se, portanto que já nesse período inicial de desenvolvimento do programa, muitos municípios passaram os 30%, enquanto que outros não conseguiram, como Dracena, Monte Castelo e Ouro Verde, por exemplo.

Com referência aos preços praticados nos programas, o engenheiro agrônomo II, afirma que é um preço justo e ressaltam que no PAA, quando os preços estão inferiores ao do mercado local, os produtores podem optar em entregar no mercado convencional, já que nas entidades a

obrigação de entrega não é semanal, diferentemente do PNAE em que a exigência da entrega se faz semanalmente.

Em relação aos tipos de alimentos produzidos pelos produtores participantes do PAA, a diversidade é muito grande e a aceitação das entidades, varia de acordo com cada uma delas, pois:

> [...], [tem algumas] que não aceitam berinjela, que não aceitam jiló, não aceitam certas coisas, elas querem cenoura ou beterraba, umas não querem folhosas, outras só querem folhosas, outras só querem frutas então tem asilo, tem a APAE, então depende a entidade ela aceita uma variedade maior, tem entidade, por exemplo, que até carambola eles recebem carambola, jabuticaba, que o produtor tem ele entrega (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Referente à adoção de tecnologias por parte dos produtores participantes dos programas no contexto do EDR, o engenheiro agrônomo I ressalta que essa realidade se modificou um pouco, mais não como gostaria, já que a principal modificação ocorreu na produção com a plantação de novos cultivos, como pomares de frutas, como apresenta:

> [...] eles [produtores] teriam que ter tido um meio pra alcançar uma melhoria tecnológica, mas isso não aconteceu, o que está acontecendo, por exemplo, como o PAA aceita bastante frutas, [e no caso da] carambola, o pessoal andou comprando e fazendo pomares, pra entregar essas frutas diferentes e as entidades querem fornecer para os idosos uma variedade de frutas então isso aconteceu. No caso das hortas, houve uma melhora por que apesar do PAA não ser obrigado a cumprir rigorosamente, as entidade cobram isso dele, então na verdade o PAA não é cobrado, mas há uma certa cobrança da própria entidade. O PNAE tem alguns lugares que até hoje a nutricionista não aceita certos produtos então o produtor acaba tendo que comprar do vizinho, do mercado, para honrar o compromisso, ou quando entra em acordo, ele avisa, eu não vou ter milho verde essa semana, mais semana que vem eu vou ter, então com isso o produtor acabou se especializando um pouco, realmente melhorou bastante, controle de pragas, sistema de plantio dele pra garantir que ele vai ter essa produção (ENGENHIROAGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Quanto ao uso de algum tipo de financiamento do PRONAF para melhorar a produção, o engenheiro agrônomo I afirmou que no contexto do EDR, não houve nenhuma correlação de fazer algum tipo de financiamento para melhorar a produção para entregar no PAA. No início, para estimular a entrada dos produtores no programa, os mesmos apontam que incentivaram a presença das mulheres para trabalhar na propriedade e entregar no PAA, por que, segundo eles, o que os mesmos começaram a perceber que eram elas que estavam tomando conta em algumas unidades de produção para entregar no programa, uma vez que dado o pouco interesse por parte

dos produtores manterem a produção voltada ao PAA, as mulheres e em alguns casos os filhos, pensavam na melhoria da renda.

Sobre os aspectos positivos do PAA e do PNAE, o agrônomo I, destaca que, primeiramente os programas tornam-se uma ferramenta de trabalho muito importante quanto ao papel exercido por ele de extensão rural. Outro ponto destacado pelos mesmos é a geração de renda que os programas possibilitam ao produtor, pois:

> [...] coisa mais difícil que tem é gerar renda para o produtor, certeza de comercialização, esse é um grande gargalo. Você ter a certeza que você vai vender e receber por aquilo que você produz, olha isso é excelente, é o que a gente sonha na agricultura, então **o produtor produz o produto, sabendo que ele vai entregar e alguém vai comprar** você tem a certeza de que alguém vai comprar o teu jiló, a tua alface. Eu vou nas palestras quando eu chamo o pessoal pra discutir eu falo assim, gente você já imaginou algum dia plantar cebolinha e ganhar dinheiro com cebolinha, os caras dão risadas dá pra você ficar em casa lá, congela a cebolinha você não consome aquilo ali, se você entrega toda semana 200 maços de cebolinha, é uma garantia que tem e que leva a produzir, então o PAA é bom. O PNAE também te faz isso por que se você entrega dentro da sua cota, você sabe que a prefeitura vai comprar com preço fixo (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013, grifo nosso).

Já referente às limitações do PAA e do PNAE, o agrônomo I afirma que estão associadas principalmente à falta de organização das associações para articular os produtores, de líderes no espaço rural e de interesse dos produtores em montar uma associação para participar dos programas, além dos preços praticados dentro do PAA e de mão-de-obra para trabalhar na produção.

Com relação às sugestões para a melhoria dos programas, o engenheiro agrônomo I aponta que precisaria, no caso do PAA, aumentar o valor da cota do produtor, e do PNAE o problema não estaria no valor, mas sim no fato de que os produtores muitas vezes não conseguem vender toda a quota disponível de R$ 20.000 reais nos municípios de pequeno e médio porte, dado a relação entre produtores participantes e número de alunos nas escolas. Dessa maneira, o que o engenheiro agrônomo I apontam que deveria ser feito para solucionar esse problema, estaria relacionado a organizar os produtores para entregar em outras regiões do Estado de São Paulo, em especial para as grandes cidades. Todavia, isso implica, primeiro na necessidade de uma logística, um número de pessoas envolvidas, e sobretudo o envolvimento das prefeituras no auxílio dos produtores e associações.

Outro ponto destacado pelo engenheiro agrônomo I estaria no não cumprimento de algumas prefeituras, na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, para a

alimentação escolar, pois segundo ele a lei instituiu que 30% dos recursos do FNDE tem que ser gastos com produtos da agricultura familiar, o não cumprimento da mesma deveria acarretar alguma advertência, ou inadimplência para as prefeituras, todavia, nada tem sido feito até agora.

Para o engenheiros agrônomo II, teria que ter um contato maior entre a assistência técnica com os produtores, no sentido de identificar lideranças que poderiam alavancar as associações, só que também precisaria do auxílio das prefeituras locais para que, assim, pudesse ter um apoio maior e assim desenvolver os programas. O que acontece, todavia, é que as prefeituras muitas vezes não se interessam em prestar apoio, dificultando dessa maneira, ações que ocorreriam em prol da agricultura familiar local e do próprio município no que condiz com o desenvolvimento local.

Sobre a continuidade dos programas, o engenheiro agrônomo I acredita que se torna algo de extrema importância, pois para o mesmo, tanto o PAA como o PNAE oferecem garantia de comercialização e renda, algo concreto que é difícil de você conseguir num setor caracterizado pela instabilidade como a agricultura, como aponta:

> Você garantir para o produtor renda é uma questão de cidadania. Êxodo rural, não é problema, o problema é que ele não tem renda, não é a garantia de renda que vai acabar com o êxodo rural, mas pra você trabalhar na propriedade, você tem que ter renda, então se você não tiver garantia de renda, eu vou produzir o que, o que que eu vou fazer na propriedade, então eu tenho que ter garantia de renda. Esses programas tendo sua continuação, PAA e PNAE e o PPAIS[38] que está entrando, se eu me organizar e eu tiver um produto de qualidade, e eu conseguir fornecer eu posso até produzir dois meses um produto o meu vizinho produz mais dois meses, o outro mais então nós vamos ter uma divisão de produção que vai atender 100% os órgãos públicos no caso as entidades também e vou ter uma renda ano inteiro, ótimo, acho que tem que continuar, é uma questão de geração de renda que o produtor rural ele não tem hoje, coisa mais difícil para o produtor rural é ganhar dinheiro, é muito difícil (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

No que se refere à redução do êxodo rural e a permanência dos jovens no contexto dos municípios pertencentes ao EDR, o engenheiro agrônomo I afirma que não é a adoção das

[38] O PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social) é uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar. No mínimo 30% das verbas estaduais destinadas as compra de alimentos serão utilizadas para adquirir produtos oriundos da agricultura familiar, *in natura* e manufaturados, até o limite de R$ 12 mil anuais por família. Para ter acesso ao PPAIS, os agricultores familiares deverão comparecer às Casas da Agricultura da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e solicitar a expedição da Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP), que tem validade por quatro anos. De posse da DCONP, o agricultor familiar interessado em oferecer seus produtos aos órgãos e entes estatais deverá ficar atento à abertura das Chamadas Públicas para aquisição desses produtos. Qualquer agricultor familiar com a DCONP pode participar do processo de compra realizado por meio de Chamada Pública. Mais informações < http://www.cati.sp.gov.br/ppais/oprograma.html > Acesso em: 09 jun.2014

políticas públicas que vai mudar essa situação, por que isso envolve situações que vão além da participação dos produtores nesses programas, relacionadas muitas vezes as dificuldades de viver no campo e da preferência de viver na cidade dadas as facilidades de locomoção, entre outras, como podemos observar:

> [...], você tem hoje, o marido, a esposa, com 60 anos e 65 anos, aposentado, não tem mais disposição, tem que vir no posto toda semana precisa consultar direto, ai ele mora lá 10 km, antes você pegava uma cidade que tinha 10 mil habitantes, 6 mil morava na zona rural, hoje você tem 300 pessoas morando, tem celular não funciona em todo lugar, então não adianta você dizer assim olha, eu te dou 10 mil reais por mês pra você morar no sitio, por que o pessoal não vai, ai você pega o filho do produtor, que está hoje na cidade, trabalhando na usina que na nossa região é uma realidade, ganhando R$ 2.500, a R$ 2.800 reais pra operar uma máquina, com ar condicionado e com status de operador de máquina, ele não quer ficar no sitio ganhando migalha do pai dele por mês, a ele vai ganhar R$ 1.000 reais por mês, como é que você faz pra ele voltar para o sitio, sinceramente ele não volta, então o êxodo rural não é só a questão de você garantir renda, é questão cultural, ele não volta, ele pode morar na cidade e trabalha no sitio ai é uma opção, só que você tem que garantir renda, e renda boa, por que se não ele não volta. Agora se os programas, resolvem o êxodo dos jovens, eu acho que isso é uma questão que não se ataca com o PAA, nem com o PNAE e nem com o PPAIS, pode ajudar dentro de uma propriedade ficar com um sistema produtivo evoluído, caso contrário não, é mais uma ferramenta, não pode ser ela a exclusiva que vai mudar o meio rural, mais ela vai ajudar R$ 400 reais do PAA, mais R$ 300 do PNAE, ai mais sei lá R$ 200 do PPAIS e mais o comércio que ele conseguiu fazer externo, ai tudo bem vai ajudar, agora não vai ser 100% isso (ENGENHEIRO AGRÔNOMO I, DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

A questão dos programas estimularem a permanências dos mais jovens no campo ou o retorno de muitos para a atividade agropecuária é bem variável, por que vai depender não só das verdadeiras condições do campo, mas também do próprio estímulo e apoio que esses jovens têm em suas famílias, para eles continuarem trabalhando com atividades agropecuárias ou o contrário, como ressalta o agrônomo II: “Aquela família em que os pais educaram os filhos, dizendo olha você vai ter que ter uma vida melhor do que a minha, estes já não cresceram com a mentalidade de que a agricultura é um negócio legal, que pode ser produtivo e rentável e o mundo também dá outra cultura” (ENGENHEIRO AGRÔNOMO II DO EDR DE DRACENA, Abril de 2013).

Assim, podemos verificar que, dependendo de uma ou outra variável, os agrônomos abordam mais o PAA e em outros momentos o PNAE. Foi possível ter um panorama do desenvolvimento dos programas, sobretudo destacando a importância dos mesmos, para a geração de renda ao produtor e garantia de comercialização. Os entrevistados reforçaram a

importância dos engenheiros agrônomos, em especial das Casas de Agricultura dos municípios, para que os programas tenham seu pleno funcionamento e as associações de produtores possam ter um estímulo tanto para melhorar sua organização para aquelas que se encontram desarticuladas, como também para surgirem novas associações, envolvendo produtores, encontrando lideres, induzindo as associações que estão emergindo e as que já tem uma longa caminhada a desenvolverem os programas, e assim beneficiar os associados. Para tanto, a gestão local marcada pelas prefeituras se faz necessária tanto ao que se refere ao apoio aos agrônomos, as associações e ao desenvolvimento do PAA e do PNAE, pois sem essa articulação local as dificuldades se apresentam mais evidentes e torna-se mais complicado ter um pleno funcionamento dos programas.

6.2 Análise do PAA e do PNAE de acordo com o engenheiros agrônomos da Casa da Agricultura do município de Dracena

O engenheiros agrônomo da Casa da Agricultura do município de Dracena nos apresentou um panorama a respeito da implantação dos programas nesta localidade, sobretudo no que que se refere o desenvolvimento dos mesmos na APRD e sua participação nesse processo.

Segundo ele, a implantação do PAA e do PNAE na APRD, contou com a sua presença e, em especial, com a do secretário da associação para a realização do primeiro projeto do PAA, com poucos produtores participando, dada a desconfiança que os mesmos tinham referente a credibilidade do programa. Posteriormente, outros produtores vendo os resultados obtidos com a participação de alguns, começaram também a querer entregar no PAA, necessitando uma orientação inicial, segundo o engenheiro agrônomo, pois muitos não queriam emitir notas fiscais de venda pelo produtor na comercialização com o programa.

No primeiro projeto aprovado, segundo o engenheiro agrônomo, foi complicado a sua formulação, por que eles não tinham conhecimento de como funcionava e com a ajuda do secretário da APRD, os dois foram aprendendo como montar o projeto de venda, sendo que agora não é mais necessário, dada a experiência obtida com a elaboração dos projetos.

Ainda referente ao primeiro projeto do PAA na associação, o agrônomo coloca que houve uma seleção de produtores para a participação, sendo que um dos principais critérios adotados se concentrava naqueles que possuíam a documentação necessária para participação no programa, como a DAP e o talão de notas fiscais de produtor, como destaca:

> Primeiro nós explicamos como era o programa e como a gente enxergava, nós também não tínhamos muita experiência, e ai a gente ia vendo o enquadramento, pois muitos não tinha a DAP, muitos tinham nota do produtor, e assim fomos selecionando aqueles que no primeiro momento possuíam uma documento certa: DAP, talão de nota, pois pra mim produtor tem que ter se não, não é produtor mesmo que ele não preencha o talão de nota mas tem que ter e tem que se enquadrar no Pronaf (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Assim, observa-se que a primeira participação dos produtores no PAA é considerada pequena, em decorrência, tanto da desconfiança que os mesmos mantinham com o programa, como pela própria ausência de documentação, inibindo a princípio o desenvolvimento do PAA no município. O agrônomo afirma que para os projetos posteriores do PAA, considerando o primeiro ano de funcionamento e também os do PNAE, apresentaram uma melhora em sua elaboração, já que a APRD praticamente foi pioneira na realização do primeiro projeto, servindo de exemplo para outros municípios da região.

Referente aos projetos elaborados para o PNAE, o agrônomo ressaltou que no começo as prefeituras apresentavam certa resistência, sobretudo do setor da merenda escolar, em adquirir produtos da agricultura familiar, por que havia muita pouca informação sobre o funcionamento do programa, necessitando, dessa forma, da sua intermediação para que houvesse aceitação dos produtos e se começasse a implementar o programa.

No que se refere aos produtores participantes do primeiro projeto do PAA, a principal dificuldade foi convencê-los a participar, já no caso do PNAE foi mais fácil incentiva-los a participação, pois havia na associação a experiência com a realização de projetos de venda.

Sobre as formas que o Agrônomo da Casa da Agricultura vem ajudando a associação (APRD), ele destaca principalmente o papel ligado ao desenvolvimento das políticas públicas, pois afirma que as casas de agricultura que não se envolvem com esses programas dificilmente os mesmos se desenvolvem na escala municipal, pois é necessário uma assessoria técnica que participe e que estimule o produtor a participar:

> A casa da agricultura, [...] que não se envolver com esses tipos de políticas públicas, dificilmente sai do papel, se sai, sai de forma errada, mas tem que ter uma assessoria técnica por que no começo a associação não tinha; só tinha eu depois o agrônomo que trabalhou um pouco na casa da agricultura e veio para a associação, [...], **mas sem o técnico dificilmente sai alguma coisa**, por que precisa da parte técnica pra ir lá na propriedade convencer o produtor, e organizar ele (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013, grifo nosso).

Referente ao papel de assistência técnica e extensão rural prestada pelo agrônomo entrevistado, ele aponta que auxilia os produtores da melhor forma que pode, por que o mesmo coloca que são muitas propriedades rurais, e sozinho ele não dá conta. As principais ações se fazem no processo produtivo, como ele mesmo informa que a casa da agricultura realiza treinamentos de melhoria na produção com os produtores como os que trabalham com fruticultura como maracujá e manga.

Esses treinamentos, quando ministrados ao pessoal que trabalha com fruticultura na associação, estão intimamente ligado à melhoria da produção para entregar para o PAA e o PNAE. No início do PAA, o agrônomo coloca que os valores recebidos eram muito poucos para o produtor melhorar, produzir melhor, sem um caminho certo de comercialização, por isso que houve a necessidade de se organizarem para distribuir melhor os produtos entregues, como afirmado pelo técnico.

> [...] também por que na verdade esse programa no começo era 4 mil e mais pouca coisa, pra ficar só em cima disso gera o extrativismo, por que se você incentiva o produtor a produzir muito sem ter outros caminhos de comercialização ele acaba xingando, então teve caso que a gente falou nós estamos precisando disso e disso, mas vamos se organizar, ai tinha semana que o cara chegava com a camionete cheinha de abobrinha, [...] alguns resistiram a organização, mas estão retomando isso hoje (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Sobre as principais dificuldades encontradas na execução dos projetos do PAA e do PNAE, o agrônomo ressalta que os produtores continuam tendo problemas com a produção, já que, segundo ele, o principal entrave enfrentado pelo produtor é a falta de mão-de-obra para o desenvolvimento da sua atividade produtiva, como destacado em suas palavras:

> A principal dificuldade ainda é a produção, ainda é por que a gente pensava pequeninho e o negócio foi crescendo então na verdade ainda é um problema, por que precisamos de mais produtos e não tem produto, não tem produtor, tem produtor que traz mais, tem produtor que tem umas coisinha lá, a aposentadoria e ele não quer mudar, e não vai mudar, outros querem investir, mas ele não consegue aumentar a produção por que não tem mão- de-obra, então ele está estagnado por causa da falta de mão-de-obra na região, e acho que no Brasil inteiro, esse é o problema nós temos excelentes produtores de hortaliças, de hortifrútis, mas ele, não conseguem usar mais que 10 ou 20% da propriedade, não tem mão-de-obra então ele está amarrado não consegue, infelizmente, então quando eu comecei a trabalhar era totalmente ao contrário, antes a gente tinha produção e não tinha pra onde colocar, hoje tem a onde colocar e não tem produção. (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Outro ponto que podemos considerar quanta à falta de produtos para atender as políticas públicas, na visão do agrônomo, é que muitos produtores tem medo de mudar suas culturas, ou seja, às vezes abandonar uma cultura perene para produzir uma temporária.

Sobre a avalição dos impactos gerados pelo PAA e PNAE para os produtores do município e da região de Dracena, o agrônomo coloca que eles foram, fundamentais, pois os programas valorizaram a pequena produção e ofereceram a oportunidade do produtor diversificar os alimentos produzidos e a continuar na agricultura, pois se não houvesse esses incentivos, o agrônomo aponta que os arrendamentos para cana-de-açúcar teriam números maiores do que já se tem.

Em relação às principais mudanças alcançadas com os programas na APRD, o agrônomo aponta que estas rebatem diretamente no produtor, sobretudo na sua condição de vida, considerando também a presença das mulheres que participam das atividades agrícolas, como coloca:

> A principal mudança é o produtor, é a pessoa, esses produtores que começaram lá trás e hoje se você vê eles, são outras pessoas, estão melhores de vida, quase todos eles tem um carrinho, quase todos conhecem as políticas públicas, e os financiamentos que ele tem direito, então muitos compraram carro zero, financiaram e isso pra mim é bom porque ele se comprometem a produzir, então isso vai melhorando. As esposas normalmente, elas não participavam das atividades, hoje não, hoje elas acompanham, a gente faz as atividades, elas participam, eu falo o seguinte a mulher rural, ela trabalha muito mais do que o homem, por que ela vai ajudar ele na roça depois vai fazer comida, limpar a casa, então ela tem que participar, então nesse sentido foi muito bom, melhorou muito nesse grupo produtores participantes que eu acho muito pouco (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Sobre a diversificação e o aumento da oferta de alimentos no município, o agrônomo considera que alargou-se a produção e a diversificação, e principalmente alterou-se o tipo de alimento que chega na mesa do consumidor, considerando as pessoas atendidas pelas entidades e os alunos atendidos pela merenda escolar.

Quanto aos resultados alcançados nas entidades beneficiadas com o PAA no município de Dracena, o agrônomo informa que elas passaram a economizar o recurso que antes era utilizado na compra de alimentos, além do que a qualidade dos alimentos consumidos nas entidades melhorou, já que o produto entregue vem do produtor local.

Já referente aos resultados alcançados nas escolas com o PNAE, o agrônomo destaca que a principal alteração se deu na própria alimentação dos alunos que passaram a consumir alimentos saudáveis dentro das escolas, como verduras, frutas e legumes, sendo que foi possível

essa alteração na alimentação escolar do município de Dracena, em virtude da nutricionista, que mostrou total apoio à valorização da entrega da agricultura familiar para a merenda escolar:

> [...] a merenda escolar era horrível, por que era tudo embutido, hoje eles tem condição de receber leite, tem suco, uma série de coisas que a associação coloca pra eles, então mudou completamente, e a diversidade hoje você vai na merenda, na molecadinha você vê eles comendo folha, quem comia folha a maioria não comia, era muito pouquinho hoje eles já pedem um monte de alimentos, que são saudáveis e eles comem. Uma grande ajuda foi à participação da nutricionista por que eu não ia mudar, eu não ia conseguir mudar sem ela, ela foi autoritária, conversava com a gente a gente passava pra ela e ela que peitava as merendeiras, eu acho que a nutricionista é a principal coisa que tem que ter no município, por que por exemplo aqui entrega para Panorama então ela conversa com a nutricionista de Panorama, elas vão se ajeitando (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, JUNHO DE 2013).

Com relação a outros benefícios que os programas podem trazer, o agrônomo aponta que os mesmos ajudaram os produtores a participarem da associação, considerando um grupo de produtores, que apreendeu a participar das reuniões, da organização.

Já sobre os aspectos negativos dos programas que se tornam empecilho para desenvolvimento dos mesmos, o agrônomo coloca que a burocracia dos programas é algo que se faz presente:

> Cada vez mais os programas estão tentando melhorar, facilitar um pouco mais a tramitação, o problema é papel, a burocracia do Brasil é terrível se você ver a prestação de contas, na Conab, é impossível um programa desse, não sei como deu certo, por que é muito papel, então eles estão simplificando, e dando responsabilidade para outros órgãos, de fiscalização por exemplo eles estão jogando para as prefeituras pra chegar lá uma coisa só, da CONAB PAA. O PNAE é mais fácil apesar de um monte de nota (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Assim, o técnico aponta que para aprimorar o desenvolvimento dos programas é necessário reduzir aspectos burocráticos do mesmo, considerando na sua opinião que, para melhorar tal aspecto:

> [...] eles tem que fazer o que eles fizeram eu acho que a gestão precisa sair lá de cima e vir mais pra baixo, e eles ficarem mais na fiscalização do gestor, eu acho que precisa ter mais gestores pra coisa ser mais licita, descentralizar, ter uma fiscalização um pouco mais rigorosa em algumas entidades, algumas associações, porque se quiser fazer desvio com o dinheiro público faz, se quiser faz, eu acho que é mais ou menos isso, descentralizar um pouco mais, caso do PAA São Paulo está descentralizando eu acho que vai ser melhor (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Com relação ao que precisa ser alterado nos programas, o agrônomo coloca que o PAA precisa de alterações em sua formulação, em especial, por que o PAA acaba sendo um programa cômodo para o produtor que só quer entregar o que ele já possui na propriedade, não pensa em investir e, por vezes, melhorar a produção, além do que existem problemas relacionadas a própria organização do programa que demora para atualizar a tabela de preços. Para o agrônomo deveria haver uma valorização do PNAE e até do programa paulista, o PPAIS, do que propriamente do PAA, dada as suas características de funcionamento, como aponta:

> Eu acho que o PAA precisa ter uma evolução um pouco melhor, o PNAE não porque a gente negocia direto com as prefeituras, e quando o produtor entra ele está na certeza que ele tem um produto e tem um preço razoável pra ele entregar agora no PAA na minha opinião, precisa ter uma evolução um pouco mais agora, o valor está R$ 6.500,00, tudo o que eu não queria, eu acho melhor subir o PPAIS e o PNAE do que PAA, por causa do extrativismo (falta de compromisso), eu acho que o PAA precisa melhorar essa parte da tabela da Conab tem coisa muito defasada, demora muito pra atualizar preço, e o mercado não é assim, vai ter extrativismo mais é um extrativismo mais lógico, então já é uma manga que tem uma qualidade melhor, um abacate que ele tem lá, mas ele está cuidando um pouco (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Com relação aos preços de comercialização, se são compensadores, o agrônomo apresenta que o preço do PNAE é um preço bom e o do PAA ele coloca que orienta o produtor a fazer da seguinte maneira:

> [...] quando você está com produção, e a tabela da Conab está R$ 2,00 e o mercado está R$ 2,50 entrega no mercado, e na tabela da Conab o preço varia conforme o produto e tem produto que demora não sobe, tem produto que é muito caro, teria que ter uma flexibilidade. Já no PNAE dá pra negociar, apesar da prefeitura já fazer para o ano todo pra facilitar e ai você tem que ter um conhecimento técnico e financeiro pra saber o que você pode fazer, se você começar uma associação hoje sem essa avaliação de preços anuais ai você dança (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Com relação à permanência dos jovens no campo e o estímulo que as políticas públicas podem influenciar nesse sentido, inclusive trazendo jovens para a atividade agropecuária, o agrônomo coloca que as políticas surgiram um pouco tarde diante do quadro de poucos jovens que permanecem na propriedade. Todavia, ele acredita que as mesmas podem reverter esse quadro, já que se tem valorizado muito as políticas voltadas à segurança alimentar, a partir da produção local mantida pela agricultura familiar, e portanto trazer o jovem para o campo e fazer permanecer aqueles que ainda não saíram:

> Eu acho que essas políticas vieram muito tarde, por que nós perdemos muita mão-de-obra os jovens, por que na época, eles tinham vergonha de falar que eles eram agricultores, dava endereço da cidade pra não falar que era. Então essas políticas vieram muito tarde, mas que vai mudar vai, aqui um ou outro já tem os filhos já tem as mulheres que não participavam, hoje participam então vai mudar sim, mas, hoje ainda é assim estatisticamente muito pequeno, mas vai mudar e está mudando, não tem outra saída por que a bola da vez é a comida no mundo, a visão do mundo fala isso. (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Sobre o fortalecimento da APRD por meios do PAA e PNAE, o agrônomo coloca que eles passaram a ter mais autonomia de decisão com os programas e acrescenta: "esses programas vieram ajudar em termos de organização e recursos, foi com os programas que ela melhorou a autonomia, mas não só com esses programas, mas com os programas do, Microbacias, etc." (AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA, Junho de 2013).

Pelas informações fornecidas por meio da entrevista, entendemos que o agrônomo da Casa da Agricultura prefere que os produtores participem do PNAE, que exige maior compromisso do produtor do que o PAA, em que não tem a mesma rigorosidade de entrega, já que com o PNAE o produtor tende a se esforçar para melhorar a sua produção, já que não é qualquer produto que se aceita, além de se disciplinar para entregar semanalmente.

Todavia, o mesmo considera que o PAA também traz benefícios ao produtor e para o público atendido por esse programa, só que os produtores pouco evoluem participando somente dele, pois o programa abre espaço para que o produtor entregue o que ele já possuía na propriedade, não necessitando o mesmo de transformações na produção para atender às demandas do programa.

6.3 O papel desempenhado pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em Dracena

Referente às atribuições do Conselho de Alimentação Escolar no município de Dracena, o presidente do CAE nos informou que, a principal ação do mesmo, consiste em fiscalizar a entrada e saída de alimentos direcionadas à merenda escolar, e no caso específico de Dracena, os mesmos fiscalizam o funcionamento do PAA dada a ausência de um conselho específico, no caso o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), para fiscalizar o programa.

Especificando um pouco as ações do CAE, o presidente ressalta que a fiscalização do conselho se dá:

> De um âmbito geral, se o produtor compra de que forma ele está fornecendo esse alimento, a gente faz as visitas, somos em nove então a gente faz a divisão por setores, e a gente faz essas visitas esporádicas nas associações então a gente tem que ir pessoalmente pra ver o fundamento desses alimentos, como qualidade do produto, inclusive o agrotóxico se tem a gente não aceita principalmente se for verdura na alimentação, agora a gente estava cuidando do PAA, a gente faz as visitas nas escolas pra ver como esta aceitabilidade dessa alimentação a gente faz a visita nos pregões, que são por chamadas públicas então as vezes a gente tem estar presente para que tenha um controle por meio do CAE. Aqui em Dracena o CAE tem total autonomia, agora eu fiz uma notificação para uma presidente de creche, mais a gente tem um cardápio montado e que tem que ser servido por mês lá, então toda a semana a nutricionista formula um cardápio e se chega alguma coisa diferente lá nós temos que fazer uma notificação (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013)

Sobre os componentes do CAE, este pode ser, segundo o presidente do conselho, composto por qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar, todavia, os que mais participam são pais de alunos e pessoas que vem trabalhando na prefeitura como nutricionista, entre outros.

Com relação à seleção dos participantes do CAE:

> Ela é feita por eleição na escola tem os presidentes dos pais então vamos escolher um para participar do CAE e dessa forma que é feito, lá no município chega nos funcionários da prefeitura nós precisamos de um representante vamos indicar três então vamos fazer eleição, é dessa forma que é feito por setores por que distribui um pouco a responsabilidade, se deixar só na mão da prefeitura eles camuflam e muita coisa a gente não sabe, se deixar só nas mãos dos pais ai eles dobram a gente por que nem todos os países tem requisito para preencher o cargo (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

O CAE, assim como já ressaltado, é composto por nove (9) membros, sendo escolhidos por eleição, representando por setores como escola, prefeitura, sendo que uma gestão do CAE permanece por dois anos, sendo possível dentro de uma mesma gestão do CAE, a entrada e saída de membros, já que o conselho possui suplentes, num total de nove (9). Foi bem lembrado pelo presidente do CAE que os cargos não possuem remuneração.

Com relação à distribuição das funções do CAE, o presidente ressalta que, varia de acordo com o local de moradia dos membros do conselho, direcionando, portanto, cada um para creches, escolas, entidades e associações que ficam mais próximos de suas casas e que seja de mais fácil acesso para os mesmos.

> Aqui é o seguinte devido a gente ter várias creches que são assistidas pelo município, e termos algumas escolas estaduais, então dependendo onde mora o membro do conselho a gente destina pra ele fazer as visitas naquela escola,

> então são visitas que as vezes são mensais, esporádicas, as vezes, se necessário, nós fazemos duas visitas numa escola em um mês, pra saber de que forma está andando, divide por escola, quem mora perto faz as visitas. Com relação às entidades do PAA é da mesma forma e às vezes a gente vê a disponibilidade da pessoa, que ela trabalhe um pouquinho mais, mais essas reuniões que a gente faz bimestrais ou trimestrais, fazem que a gente sempre esteja aparando algumas arestas pra não deixar os setores sem as visitas (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Com relação ao que faz cada integrante, o presidente do CAE ressalta que:

> Então não tem uma função específica, às funções de um é a de todos, o que eu faço naquela escola, o outro faz a mesma coisa, a gente fiscaliza a alimentação ver o setor onde está sendo distribuída essa alimentação se as crianças estão gostando desta alimentação ou não, se é adulto no caso da mesma forma a gente vê o espaço físico de uma cozinha, a forma como as cozinheiras vem fazendo a alimentação, armazenamento, na associação é a produção e a entrega desse produto e a qualidade, a gente vê por que tem produto que a gente tem que mandar de volta em chamada pública a gente vê preços, por que na chamada pública, então entra nós aqui vê se não tem monopólio essas coisas a gente está atento, até as notas que chegam no final de ano as prestação de conta são um monte de nota pra olhar a gente olha tudo certinho, pra poder ver se está batendo alguma coisa, se tem alguma coisa diferente (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Com relação ao período em que o presidente está no CAE, ele ressalta que está há 10 anos no conselho, ocupando cargo de suplente duas vezes, membro ativo, e depois chegando ao cargo de presidente. Os motivos que o levaram a participar do conselho estão diretamente ligados a querer uma alimentação saudável dentro das escolas, e apresenta o caso particular de seu filho que não podia comer certos alimentos que eram servidos, então o seu empenho partiu por um interesse pessoal, por querer uma alimentação melhor para o filho, assim como por se interessar pelo setor da educação como destaca:

> A princípio antes de entrar eu tenho um menino que tinha alergia à salsicha e ele adorava salsicha, o que fez eu me interessar mais, por que toda vida eu me interessei por escolas, eu sempre trabalhei ajudando o pessoal da educação a ser voluntário, e o meu menino com esse problema então eu comecei a fiscalizar por que o meu menino precisa levar merenda de casa se os outros comem lá, entendeu então vamos balancear essa alimentação, e todo mundo pode comer na escola, o meu interesse foi pessoal (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Sobre as fiscalizações do CAE antes de 2009, o presidente ressalta que: as mesmas "eram menores e, tinham menos coisas pra fazer, quando entrou a agricultura familiar, então aumentou as fiscalizações." (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Antes da implantação da lei 11.947 de junho de 2009, o presidente ressalta que o fornecimento da produção de alimentos "geralmente alguém fechava com a gente, uma horta grande, por exemplo, mas era muito escasso, agora a partir de alguns anos pra cá, já não é mais merenda, é uma alimentação" (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Segundo o presidente do conselho, o governo federal pede que o CAE esteja montado para poder fiscalizar os recursos que vem para verba, se os municípios estão cumprido à legislação, entre outros. E o presidente do conselho complementa:

> [...] a partir do momento em que eu fiz parte do conselho a coisa começou a melhorar por que o conselho em si já queria trabalhar, ele só precisava de alguém pra dar uma ajeitada, então a gente conseguiu a partir do momento que eu entrei de suplente ai já fomos conseguindo uma alimentação mais balanceada, e depois do ano de 2009 ai começou a melhorar mais ainda. [...] Ai a gente contou com a colaboração de pais, com a colaboração de assistentes sociais, com a colaboração de agricultores, com a colaboração de diretores, secretários e dessa forma que a coisa foi andando, sozinho não adianta se o conselho chegar aqui e falar que vai fazer isso ou aquilo não adianta, nós não temos força pra isso, então a gente vai e viabiliza as ideias, acatou as ideias daí nós vamos fiscalizar pra ver se está dando certo (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

O presidente do CAE não sabe dizer com exatidão em que ano o conselho foi criado. O conhecimento que ele tem da existência do mesmo é de 10 anos, ou seja, a quantidade de anos que ele participa do Conselho de Alimentação Escolar. Assim, considerando o período em que o presidente entrou no CAE, ele aponta que a principal dificuldade inicial era:

> [...] passar para os pais de que a criança tinha uma alimentação balanceada na escola, os pais ainda levavam a mochilinha nas costas do filho, para dar o lanche e tal, isso foi difícil, então nós fizemos campanha, nós oferecemos amostras de comida para os pais (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Já com relação ao PAA, o presidente aponta que faz dois anos que ele fiscaliza o programa, sendo que anterior a esse período, segundo ele, havia um outro conselho que cuidava dessa fiscalização que passou a ser investigado e, assim, parou de funcionar.

Referente à relação do CAE com os membros da associação de produtores, quando perguntado ao presidente como ocorre e já houve algum problema, ele menciona que:

> Problemas ocorrem sempre, mas a melhor associação pra se mexer é a de produtores rurais (APRD). Não sei se é por que é um povo mais antigo, um povo mais acolhedor é melhor pra se mexer, eu tenho mais problemas com diretores e professores do que com associados. O que acontece às vezes é que tem o período da entressafra, então eles vão entregar as verduras e elas estão muito duras, e o que acontece se a verdura chega lá nós temos que devolver,

> apareceu duas lagartas na alface a mulher da merenda me ligou, então são tipos de coisinhas que a gente tem que estar podando, para não dar problema, chegou o alface você lava ele direitinho, pra servir para criança, mas se tem lagarta é por que é um produto que não possui agrotóxico (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

O presidente afirma que ele nunca teve problemas com agrotóxicos na merenda e relata que:

> [...] o problema maior agora é o armazenamento do mamão por que o mamão tem que vender verde e eu não posso servir o mamão verde eu não tenho lugar pra guardar esses mamões, e o mamão faz parte do nosso cardápio também, o que faz não tem aonde guardar pra entregar daqui três dias, são esses probleminhas que vão aparecendo, mas ai dia-a-dia a gente vai sanando, e os produtores vem se organizando (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Já o contato direto do CAE com os produtores rurais, o presidente afirma que já visitou muitas propriedades dos agricultores para verificar a horta deles. E com as escolas, o contato se dá por meio da fiscalização do alimento e da comida. Agora uma relação que se põe difícil segundo o presidente é com as escolas estaduais, que às vezes oferecem empecilhos para a visita dos membros do conselho, já que com as municipais não tem problemas.

Com relação à importância que o CAE tem junto ao programa da merenda escolar, o Presidente do conselho ressalta que, a principal função exercida pelo conselho é auxiliar diretamente na alimentação escolar dos alunos, pois exerce o papel de fiscalização com a finalidade de verificar, se as escolas estão oferecendo uma alimentação correspondente com os valores nutricionais que os alunos necessitam. Além do mais para o presidente do conselho, os membros do CAE deveriam ser remunerados, dado o número de atividades que precisam fazer no município.

Referente ao papel e a importância do CAE com relação ao PAA, o presidente destaca que a principal função exercida pelo conselho além da fiscalização das entidades e das associações, está no aconselhamento para que os produtores organizem sua produção e entreguem conforme a quota estabelecida.

Sobre algo que existe e que precisa ser mudado e melhorado no CAE, o presidente coloca que a remuneração seria algo extremamente necessário, já que nem sempre todos os membros se envolvem com as atividades do conselho e dessa forma pesa a ação para alguns que se desdobram para os locais para fiscalizar sem receber uma remuneração que ao ser ver seria justa.

Quanto à opinião do presidente do CAE sobre o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), os seus aspectos positivos e negativos ele aponta que:

> Eu acho a merenda excelente, eu sei que vai ter muitas coisas ai que os pais vão falar não, não é bem isso não é bem aquilo mas isso sempre tem pessoas falando. No aspecto negativo eu continuo achando a falta de participação da comunidade em si, ou de conhecimento, tem gente que nem conhece o CAE, tem pais de alunos que levam o filho da escola e nem sabem que tem o CAE e que tem a merenda escolar um programa, que agora é uma verdadeira merenda, depois da lei de 2009, nós estamos implantando uma alimentação e o ponto positivo é isso é essa reeducação alimentar das crianças, mãe leva o filho na escola e compra aquele salgadinho, aquilo lá esporadicamente uma hora ou outra tudo bem, mais se o menino quiser pegar aquilo todo dia, aquilo é pura química, ele vai ter problema gastrointestinal, você pode ter certeza então pra mim essa educação alimentar, é o ponto positivo mais forte e que se tem que bater em cima (PRESIDENTE DO CAE, Junho de 2013).

Assim, podemos observar que o CAE tem cumprido seu papel de fiscalização, tanto nas escolas receptoras dos produtos, quanto nas associações fornecedoras dos alimentos. Observa-se que o CAE funciona, e se preocupa com uma reeducação alimentar como apontado diversas vezes pelo presidente do conselho, já que sua função também passou a fiscalizar as relações de compra e venda no programa PAA também presente no município de Dracena.

O problema maior estaria, portanto, na redistribuição das tarefas do conselho entre os seus participantes, já que nem sempre todos querem cooperar, necessitando, portanto, de uma remuneração que passaria a impor e obrigar os membros a cumprirem o seu papel, pois se tratando de algo que parte interesse individual de cada um em participar, poucos se mostram verdadeiramente envolvidos.

6.4 O papel desempenhado pela nutricionista no PNAE no município de Dracena

Com relação ao papel desempenhado pela nutricionista no município de Dracena referente ao programa da merenda escolar, observamos que a nutricionista entrevistada está a mais de oito (8) anos cuidando da alimentação escolar de Dracena, portanto, um período de trabalho que ultrapassa os anos de implantação da lei de 2009.

Referente às atribuições da nutricionista no PNAE, ela aponta que estas estão relacionadas à elaboração dos cardápios, compra dos gêneros alimentícios para a merenda escolar durante o ano letivo, visita as escolas, reunião com o CAE, realização de capacitação para as merendeiras e participação em reuniões com os responsáveis das associações para a compra de alimentos da agricultura familiar.

Com relação ao que se modificou na alimentação oferecida nas escolas a partir do programa de merenda escolar em 2009, a nutricionista ressalta que:

> O PNAE só veio trazer benefícios à merenda escolar, uma vez que com a verba enviada pelo governo federal, podemos comprar alimentos de qualidade e com isso manter o aluno bem alimentado na sala de aula, contribuindo para seu crescimento e desenvolvimento A cada ano o governo federal através do PNAE envia mais dinheiro para aquisição de alimentos para os alunos. A transformação é significativa, uma vez que os alimentos vindos da agricultura familiar são mais saudáveis, além de que com esse processo nós favorecemos a economia da cidade, da região, estimula o produtor a produzir mais e querendo ou não você passa a ter uma variedade maior (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013)

Com relação às principais dificuldades encontradas no início de implantação do PNAE em 2009, a nutricionista comenta que a dificuldade inicial era entender como funcionava essa nova forma de comercialização, a chamada pública, enfim como relacionar a compra para a merenda escolar com o que os produtores tinham para oferecer.

> No começo era a falta de informação, que a gente tinha, a gente não sabia como funcionava, e um problema que a gente tem é o clima, desde o começo, as vezes faz muito frio, as vezes faz calor, tudo isso interfere no produto mas eu acho que o principal problema era a falta de informação, por que interesse das duas associações de Dracena em querer participar sempre existiu, e a parceria de entrega entre elas, uma entrega um produto num ano e no outro ano a outra associação, então é bacana e cada uma fornece um pouquinho (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Abril de 2014).

Já referente à aceitação das merendeiras, a nutricionista afirma que as merendeiras aceitaram bem os produtos da agricultura familiar, já que estes eram praticamente os mesmos comprados na cidade e inclusive apresentavam uma variedade maior. Atualmente o município possui 60 merendeiras responsáveis pelo preparo dos alimentos, possuindo em média 2 a 3 por unidade escolar.

O sistema de preparo dos alimentos continuou sendo o mesmo, sendo que existem cardápios, sendo um para a creche, outro para a escola de tempo integral, e outro para a escola de tempo normal.

Com relação aos critérios utilizados para a elaboração do cardápio a ser consumido na escola, a nutricionista afirma que:

> Os cardápios são elaborados logo no começo do ano pelas duas (2) nutricionistas da secretaria municipal de educação e durante o ano são introduzidas novas preparações. O clima, a faixa etária dos alunos, o período de permanência nas escolas, a necessidade nutricional dos alunos são quesitos levados em conta para a elaboração. Há uma reunião no começo do ano com as associações de produtores para saber o que será oferecido da agricultura familiar para a merenda. E com isso precisa haver uma sintonia entre o que será oferecido na merenda e o que o produtor tem a oferecer, podendo haver

> alterações no cardápio até três vezes no ano. (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013)

O CAE se mostra bastante participativo, segundo a nutricionista, na elaboração dos cardápios, mostrando total interesse pelo o que será servido na merenda escolar, sobretudo o presidente do Conselho.

A nutricionista também destaca que a maçã é um produto que ela mantém ainda no cardápio, e que ela não compra do produtor, por que não existe produção no município de Dracena dado ao tipo de clima que existe na região, e essa fruta contém nutrientes importantes para os alunos, além do que no cardápio eram oferecidas três frutas por semana, até 2013, passando para quatro em 2014.

Para a nutricionista, a entrada dos produtos da agricultura familiar propiciou aos alunos a alimentação de mais verduras, frutas, legumes, e o cardápio passou a ser mais variado, com produtos mais naturais. Segundo a entrevistada, realiza-se no município um trabalho de educação alimentar:

> Nós fazemos um trabalho bacana em sala de aula, sobre o consumo, os professores falam sobre o consumo de verduras, frutas, nós levamos as crianças para conhecerem as hortas, pra eles saberem de onde vem, por que tem que comer, então tudo é trabalho, e o cardápio portanto é bem aceito (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Abril de 2014).

Sobre a situação de ter vários produtores nas associações, o mesmo produto e medidas tomadas frente a isso a nutricionista ressalta que:

> Quando as associações tem um mesmo produto a oferecer, eles mesmos entram em acordo com o objetivo de equilibrar a quantidade de alimentos que cada um vai entregar. Se uma vai me entregar a cenoura, o outro vai entregar o tomate, mesmo sendo um produto que as duas (2 associações tem a oferecer, eles conseguem dividir para que assim as duas tenham lucro garantido (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013)

Sobre a relação estabelecida com os produtores para a aquisição do produto da merenda, a nutricionista aponta que já aconteceu a situação de o produtor não ter o produto solicitado como explica:

> Acontece sim de não ter o produto em uma determinada semana, e com isso nós substituímos no cardápio aquele alimento para um similar, como exemplo se não tem espinafre, as associações mandam a couve ou brócolis no lugar, sempre procurando manter a mesma cor. E já ocorreu em um ano anterior de ter comprado da associação batata e chegar num certo mês eles não terem mais para me oferecer. Ai a associação fez um documento relatando não ter mais o

> produto, e com isso eu fiz uma compra no mercado para atender a merenda (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013)

Com relação ao estabelecimento dos preços dos produtos comercializados no PNAE, observamos que a nutricionista faz cotação dos preços dos mercados locais e dos estabelecidos aos produtos pela associação, sem contar que ela também se baseia na tabela de preços da CONAB, para assim atribuir um preço único a cada produto presente no cardápio. "No dia da chamada pública, os presidentes das associações já chegam com seus preços e os alimentos que cada um vai entregar durante o ano" (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013).

Para a entrevistada, a merenda escolar de Dracena, vem conseguindo manter uma comercialização com a agricultura familiar, uma vez que o município ultrapassa os 30% dos recursos vindos para a compra de produtos desde o ano de 2011, e para o ano de 2013 foram utilizando 50% do recurso para aquisição de frutas, legumes e verduras nos quais são abastecidos integralmente (100%) com produtos da agricultura familiar. Os demais produtos como arroz, feijão, e carne se adquire pelo processo de licitação.

Dado o desempenho que o município tem obtido com o PNAE em 2012 e 2013, Dracena se inscreveu e ganhou o prêmio gestor eficiente da merenda escolar[39], mantido pela ONG Fome Zero, com objetivo de estimular os municípios a melhorarem o empenho do desenvolvimento da merenda escolar na escala municipal.

A seguir apresentamos dados que mostram os recursos federais enviados para a merenda escolar no município de Dracena considerando os anos de 2009 a 2014, como mostra a tabela 34.

Tabela 34: Recursos federais enviados para a merenda escolar no município de Dracena (R$)

Modalidade	Recursos enviados					
	2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
PNAE-creche	40.040	82.680	91.800	139.104	179.000	199.400
PNAE Pré-escola	28.116	41.520	40.980	61.656	90.800	93.800

[39]A premiação é realizada pela ONG Ação Fome Zero e tem como objetivo dar visibilidade às prefeituras que desenvolvem práticas criativas e inovadores do programa de merenda escolar, para que sirvam de modelo a outras cidades A seleção e premiação dos municípios são feitas a partir de indicadores baseados na aplicação de recursos orçamentários provenientes do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) e da própria prefeitura, na qualidade nutricional da merenda oferecida, na participação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e em iniciativas da administração pública que resultem na promoção do desenvolvimento local. Em Dracena o município ganhou o prêmio no ano de 2012 e 2013. Mais informações disponíveis em: <http://acaofomezero.org.br/wp/> Acesso em: 19 de Ago.2014.

Modalidade	Recursos enviados					
	2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
PNAE – E. Fundamental	193.556	251.580	249.120	243.540	355.560	547.440
PNAE- EJA	24.772	31.080	21.060	17.040	14.880	11.940
PNAE – E. Médio	82.016	118.440	125.560	121.620	120.960	129.200
Gasto com a Agricultura Familiar[40]	6.020	104.958	225.494	243.932	246.225,92	296.644,40

Fonte: Dados da nutricionista, merenda escolar de Dracena.

Pelos dados observados na tabela, podemos inferir que dos recursos gastos com a agricultura familiar entre os anos estabelecidos, estes só vieram aumentando entre os anos de 2009 a 2014. Além do que, comparando o recurso destinado do FNDE para cada período na escola com o gasto na agricultura familiar, observarmos que esse valor destinado à compra da agricultura familiar também foi aumentando, mostrando que a adesão de produtos da agricultura familiar é cada vez mais presente, sofrendo algumas pequenas oscilações do valor do recurso ao longo do tempo, mas mantendo-se equilibrado como no caso dos recursos gastos com o EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A nutricionista nos informou que o recurso vindo do FNDE não é suficiente para atender a demanda da merenda escolar, recebendo, portanto, recursos complementares da prefeitura para atender as escolas de ensino municipal e do governo do Estado de São Paulo, para atender as escolas de ensino estadual, como colocado na tabela 35.

Tabela 35: Recursos complementares aplicados pela prefeitura de Dracena e do governo do Estado de São Paulo para a merenda escolar

Modalidade	Recursos enviados					
	2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Recursos Próprios (município) para Creche	100.351,40	46.174,35	106.130,49	116.684,42	-*	-*
Recursos Próprios- (município) E. Fundamental	63.134,52	88.057,55	63.819,10	213.820,32	-*	-*
Verba Estadual	180.000	187.000	180.408	207.478	479.000	510.000,00

Fonte: Dados da nutricionista, merenda escolar de Dracena. **-*** sem dados disponíveis.

[40] Os gastos com a agricultura familiar no município de Dracena, são atribuídos aos produtores pertencentes as duas associações presentes no município de Dracena, ou seja a APRD e a J. Marques.

Com relação às associações presentes no município de Dracena, verificamos que a de Jaciporã entrega alface, rúcula, agrião, almeirão, cebola, melão, cenoura, couve flor, repolho, berinjela, entre outros. A APRD entrega mamão, banana, abóbora Kabocha, abóbora paulista, tomate, melancia, laranja, entre outros. A nutricionista nos apontou que a questão de entrega dos produtos por cada associação é resolvida a partir da facilidade em cada um tem em produzir, ou seja, dessa forma a associação de Jaciporã entrega mais folhas e a de Dracena fica incumbida de entregar um número maior de frutas e legumes.

Com relação ao número de toneladas distribuídas de alimentos no município de Dracena, pela merenda escolar, verificamos pelos dados informados pela nutricionista, apresentados na tabela 36, que os volumes se mostraram expressivos, ao longo dos anos, a começar pelo ano de 2010, em que o PNAE se mostrava mais organizado no município.

Tabela 36: Número de toneladas de alimentos distribuídos na Alimentação Escolar no município de Dracena

Ano	Número de Toneladas
2010	48 toneladas
2011	79 toneladas
2012	176 toneladas
2013	135 toneladas
2014	142 toneladas

Fonte: Dados da nutricionista, merenda escolar de Dracena.

Referente às escolas, em 2014 foram atendidas 25, considerando 11 (onze) municipais, nove (9) creches e quatro (4) estaduais e mais a APAE em que a merenda escolar oferece auxílio, sendo que uma escola municipal e uma estadual são de tempo integral, correspondendo todas as 25 escolas a um total de 8 mil alunos. A figura 10 ilustra a composição de imagens que mostram a merenda escolar no município de Dracena, trazendo como exemplo a Escola Municipal de Ensino Integral Guilherme Tammerik.

Figura 10: A merenda Escolar no município de Dracena- EMEI Guilherme Tammerik
Fonte: Pesquisa de Campo, Abril/ 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

A nutricionista também nos apontou que nem todas as escolas recebem os produtos da merenda escolar de forma passiva, já que uma escola estadual no município interfere na questão do cardápio por que não aceita o elaborado pela nutricionista, querendo interferir no que é servido para os alunos.

Sobre a avaliação da adoção do PNAE no município de Dracena, a nutricionista coloca que como aspectos fundamentais para o desenvolvimento do programa: "o fato de termos uma ótima parceria com as associações, são pessoas muito interessadas em produzir alimentos para merenda escolar. A participação deles é muito bacana, e a cada ano compramos mais alimentos variados deles" (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013).

E complementa:

> Quando a lei entrou em vigor em junho de 2009, no 2° semestre compramos apenas 6 mil reais das associações, até porque não sabíamos direito como iria funcionar essa nova lei. Já em janeiro de 2010 foi feita uma reunião com eles e com o pessoal da CATI para saber o que precisaria ser produzido para a merenda e saber também o que cada produtor teria para oferecer. Desde então, a cada ano a produção por parte deles é maior e mais variada, o que se deve ao grande interesse dos mesmos em plantar para os alunos comerem dia-a-dia

> nas escolas (NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE DRACENA, Junho de 2013)

Como pontos positivos e negativos do programa, a nutricionista destacou a verba enviada pelo FNDE para a merenda escolar é um aspecto positivo, por que o governo está investindo numa alimentação saudável para os alunos presentes nas escolas. O aspecto negativo que ela ressalta seria o próprio recurso enviado, por que o mesmo segundo ela, deveria aumentar o valor por aluno, passar de centavos para R$ 1,00 ou R$ 2,00, mas o programa, desde que passou a ter descentralizada suas ações a partir de 1995, melhorou muito, como destacado pela nutricionista sobretudo, no que condiz na fiscalização do funcionamento do mesmo pelo governo federal que envia fiscais e pelo CAE no âmbito municipal que é segundo ela muito ativo.

Mesmo sendo importante o aumento dos recursos da merenda por aluno, pelas respostas concedidas, observamos que a compra de produtos alimentícios da agricultura familiar vem se apresentando cada vez maior. O município de Dracena, com a compra da agricultura familiar, consegue dessa forma, abastecer com frutas, legumes e verduras integralmente suas escolas.

7. O DESENVOLVIMENTO DO PAA E PNAE NA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA (APRD)

7.1 A APRD e o desenvolvimento do PAA e do PNAE

Para conhecermos sobre o desenvolvimento do PAA e do PNAE na APRD, a presidente da associação, nos apresentou dados importantes a respeito da execução dos programas. Sobre os anos iniciais de implantação e as principais dificuldades apresentadas e que ainda continuam, a presidente coloca que permanece a dificuldade de convencer os produtores a melhorarem a produção, a diversificá-la para atender as políticas públicas, em especial o PNAE, que exige entregas semanais.

> O PAA foi implantado em 2006 e o PNAE em 2010. Ainda hoje a maior dificuldade é conseguir conscientizar o produtor que ele tem que assumir um compromisso então o produtor ele trabalha assim hoje tem tudo bem, se amanhã não tiver tudo bem também e a gente não pode mais trabalhar dessa forma a gente precisa de um compromisso, um compromisso que a maioria deles não assume então isso dificulta o trabalho, então por mais que você consegue introduzir a mercadoria deles, diversificar a mercadoria pra introduzir na merenda, barra na porteira dele por que ai ele não produz na época adequada ou não produz o suficiente e ai eu tenho que quebrar compromisso então isso dificulta (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013)

Segundo a presidente, no início da implantação dos programas considerando o PAA, a associação:

> [...] começou com o mínimo de produtores que tinham certeza que teriam produtos pra vender, por exemplo, mandioca, alface, então os meninos começaram assim na verdade, eu não era presidente nessa época quem fez esse trabalho foi o secretário da associação, então começou com o que tinha certeza e o que dava pra entregar. E depois foi aumentando, aumentando, hoje a gente já entrega 100% do que é possível dentro dos produtores rurais, mas ainda há muita dificuldade (PRESIDENTE DA APRD, abril de 2013).

Sobre a elaboração dos projetos PAA e PNAE, a presidente destaca que no conjunto é a associação, mas quem executa é o secretário. A presidente também aponta que no início da implantação dos programas, a APRD recebeu apoio do engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura do município, e que segundo ela: “foi ele na verdade que começou um trabalho de convocar a associação, de reunir produtores, de conversar sobre o programa, de explicação. Através dele que começou esse movimento” (PRESIDENTE DA APRD, Junho de 2013).

O projeto do PNAE, por sua vez, a presidente informou que foi a própria associação, por meio do seu secretário, que elaborou por que já possuía experiência. A presidente informa que muitos produtores querem, na atualidade, participar do PAA dada a facilidade de entrega

que o programa oferece, não exigindo a entrega semanal do produto, diferentemente do PNAE em que o compromisso da entrega é maior.

> [...] o PAA que era uma coisa assim muito nova e foi muito difícil, eles (agrônomo da casa da agricultura e secretário da associação), tiveram que sair à caça de produtores pra entrar no projeto por que ninguém acreditava, na verdade o produtor é descrente então eles achavam que era impossível um tipo de programa desse que pudesse beneficia-los, então eles sempre tinham um pé atrás, sempre tinham uma desconfiança, então isso dificultou o trabalho de organizar um grupo pra formar o primeiro projeto do PAA. Agora já estamos "brigando" pra tirar gente do PAA por que é muita gente que quer participar exatamente por que não tem compromisso, PAA é aquele programa que não tem compromisso, se ele tiver ele entrega, se ele não tiver não tem problema nenhum. O PNAE já tem que ter um compromisso maior, ninguém quer assumir o compromisso de entregar na merenda, ele quer participar do projeto do PAA por que lá qualquer dia que ele entregar está bom, e na merenda não, na merenda toda semana ele tem que honrar aquele compromisso pra entregar a mercadoria e de qualidade, boa qualidade e isso é difícil (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Atualmente a elaboração dos projetos é realizada pela própria associação, segundo a presidente, dado o conhecimento que adquiriram sobre o funcionamento de cada programa.

Sobre o período de execução de cada projeto, a presidente informa que o PNAE é mais certo que o PAA, por que no caso da merenda escolar, obedece ao calendário de aulas, enquanto que no PAA, geralmente estende-se o prazo para um ano, mas dependendo da entrega dos produtores, esse prazo pode ser encurtado ou se alastrar até para dois anos[41], como já ocorreu na associação, dada à desistência de alguns produtores na participação do programa:

> No PNAE a gente começa a entregar em Fevereiro e vai até Dezembro a não ser creches que funcionam no período das férias, então a gente continua entregando, mas as escolas no geral é de Fevereiro até Dezembro. Agora o projeto do PAA depende muito de quantia de mercadoria que cada produtor entrega, por que às vezes a gente consegue terminar um projeto em 10 meses e às vezes ele se alastra por 2 anos. Temos um que terminou em 2013 e começou em 2011, por que tinha muitos produtores e muitos deles desistiram, deixaram de produzir, então acabamos tendo problemas de substituição de produtores, então nós tivemos produtores que não entregaram a mercadoria que combinou de entregar, então nós tivemos que substituir por novos produtores e pra você achar novos produtores não é fácil e você não pode passar essa cota desse produtor, para outro produtor que já está no programa então acabou se alastrando por mais tempo do que a gente pretendia. (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

[41] No mínimo 6 (seis) meses, para execução do projeto e o limite máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, mediante acordo com as Superintendências regionais da Conab (CONAB, 2014).

Assim, a presidente destaca que as diferenças que se estabelecem nos projetos do PAA e do PNAE é que o PNAE é anual, ele possui uma quota de até R$ 20.000,00, se ele não entregar esse valor total, não tem problema e no próximo ano se faz um novo projeto. Já no PAA, enquanto o produtor não terminar a quota dele, de R$ 6.500,00[42], ele não termina o projeto, por isso que muitos podem se alastrar para mais de um ano.

Dos projetos do PAA, executados na associação, desde 2006 até 2014 temos o número de produtores participantes, bem como o valor total utilizado em cada projeto, como demostrado na tabela 37.

Tabela 37: Projetos da Modalidade CPR- Doação na APRD, no período de 2006-2014

Período de execução	Nº de Produtores	Valor Total R$
2006	49	175.000,00
2007	110	385.000,00
2008	117	409.500,00
2009	139	613.000,00
2011	113	474.572,56
2013	80	496.000,00
2014	80	632.345,95

Fonte: EDR de Dracena; Conab: Transparência Pública do PAA.

Quanto a informação sobre o PAA e o PNAE, aos produtores, a presidente ressalta que a associação faz reuniões para explicar sobre o funcionamento dos programas. No primeiro projeto, no caso do PAA, o secretário da associação, o presidente na época e o agrônomo da Casa da Agricultura, tiverem que "ir de casa em casa, de sitio em sitio, procurando produtores e chegava lá e explicava pra tentar convencer ele a participar e a entrar. Hoje eles já vem aqui [na associação], já procuram" (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Em relação ao número de produtores associados à APRD, ela informou que possui uma média de 180, sendo que destes para o ano de 2014, 80 produtores (44,4%) entregam para o PAA. Destes 80 produtores, 60 produtores (75%) entregam para o PAA e o PNAE. Dos produtores associados na APRD, e que entregam para o PAA e PNAE, a presidente da associação informa que 97% são do município de Dracena, enquanto que num total de 5 (3%) produtores são do município de Junqueirópolis.

[42] Valor alterado em Agosto de 2014, com o decreto n° 8.293/2014, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para R$ 8000,00.

Com relação ao número de associados participantes no primeiro projeto do PAA na APRD haviam 49 produtores participando e do PNAE apenas dois (2) produtores no ano de 2010, entregando aquilo que era possível nos limites do município de Dracena. Atualmente (2014) a associação entrega para outros municípios: no caso do PAA para Irapuru; e no caso do PNAE também para Irapuru, Paulicéia, Panorama, Monte Castelo e São João do Pau D'Alho.

Existem produtores na associação que entregam para o PNAE somente fora do município, e outros que permanecem nos limites de Dracena e entregam para outros municípios. Para os que entregam na merenda escolar de outros municípios, a presidente informa que reúne os produtores que querem participar considerando a quantidade e o tipo de produto. O preço muitas vezes pago aos produtores é um pouco maior dado o gasto com o veículo, para levá-los aos outros municípios.

Segundo a presidente da associação, a entrega de produtos da merenda escolar nesses municípios ocorre, por que:

> [...] eles têm, a obrigação, assim como as outras prefeituras, de comprar no mínimo 30% da agricultura familiar, então acabam tendo que buscar em outro município pra atingir o valor, como a gente ultrapassa o nosso 100% da merenda de Dracena, os nossos produtores entregam muita mercadoria temos uma diversidade boa, então a gente acaba atendendo os municípios vizinhos naquilo que eles não produzem então, por exemplo, a gente vendeu mercadoria em Panorama lá tem sempre prioridade o que eles podem entregar então, por exemplo, nós não vendemos leite, nós não vendemos banana, por que isso tem produtor de lá que tem para entregar e as outras coisas que não tem ninguém então Dracena, acaba sendo responsável por entregar da mesma forma os outros municípios, algumas outras mercadorias tem no município o produtor que fornece então a gente entra com o que eles não têm (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

A presidente também ressalta que esses municípios, muitas vezes não conseguem atingir os 30%, por conta também da burocracia existente na compra de produtos da agricultura familiar, e que dificulta a participação individual do produtor, bem com a ausência de uma organização coletiva que o ajude, e o custo que o produtor muitas vezes possui da entrega e que deixa de ser compensatórios, são outros pontos que inibem sua participação no programa:

> [...] então esse negócio de você ter que todo ano fazer o projeto, levar a documentação, o produtor sozinho, não consegue resolver essas coisas, eles perdem o foco, então provavelmente tem um produtor daquilo, ou disso, só que individualmente eles não acabam conseguindo participar, até por questões de logística, por custo, uma coisa é eu pegar a mercadoria de todos os produtores e entregar no lugar, as vezes tem um custo, outra coisa é eu entregar individualmente, então o custo para eles acaba não compensando, então as vezes para um produtor entregar 10kg de tomate, na merenda no período de

> um ano, não compensa, então ele acaba desistindo (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2014).

Referente aos produtores que entregam tanto para o PAA quanto para o PNAE, a presidente da associação destaca que a participação do produtor no PNAE nem sempre tem a ver com a questão do valor da cota. Segundo ela:

> [...] é mais pelo produtor ser mais dedicado à produção, então o que acontece nós temos uns produtores que são relaxados, não tem acordo, ele só entrega no PAA por que se uma semana não dá pra entregar, ele entrega na outra e assim vai e nós temos produtores que são mais regrados, que produzem mais com regularidade, com mais consciência também por que tem mais responsabilidade e sabe que ele vai honrar aquele compromisso, não só com a associação, mas com o mercado e com o município por que ele também vende lá, e os mercados se ele deixa de entregar ele também não vai ter onde vender, então ele acaba tendo que cumprir uma meta, então por consequência ele tem produtividade pra estar entregando na merenda então isso facilita, um pouco, mas ainda assim é difícil o produtor ir pra merenda (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Com relação às principais dificuldades que os produtores encontram para participar dos programas, a presidente da associação informa que a principal delas é a falta de conscientização dos produtores e acrescenta:

> [...] eles precisam de informações, eles precisam de conhecimento mais do que a gente pode dar, a gente chega até um limite, mas nós não somos especialistas, nós somos técnicos, então eu acho que falta isso. Eu acho que a gente precisava de um apoio de forma geral de todas as entidades que pudessem então, por exemplo, alunos que estão se formando; uma parceria com a prefeitura, através da prefeitura estar enviando para gente técnicos capazes de dar essas informações de dar esses ensinamentos de dar cursos, hoje a gente tem cursos, tem palestras, só que o produtor tem que ir lá e o que a gente precisa é que essas informações, esses técnicos fossem até as propriedades, isso tem que chegar lá por que se o produtor sair da propriedade dele pra ter informação não tem quem executa o trabalho, por que é o produtor que faz o trabalho dele no dia-a-dia, então ele deixa na maioria das vezes de obter esse recurso de informação ou tecnológico ou de aprendizado pra não sair da propriedade, por que ele não pode sair, então eu acho que a parte mais importante que está faltando é isso levar até a área rural a informação necessária pra ele executar por que se você chegar lá e mostrar pra ele por A mais B que vai funcionar, ele vai executar então ele te dá o retorno que você precisa, isso é bom e é ruim por que nós não temos como levar (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013)

A presidente da associação aponta que precisaria de um estímulo, e de um auxílio direto ao produtor, sobretudo para o desenvolvimento dos programas, por que o produtor não quer

investir na produção, ele quer entregar aquilo que ele possui sem buscar investir, as vezes por medo e insegurança, e nesse ponto, segundo ela, gera dificuldades de participação e acrescenta: "a gente divide as responsabilidades com os produtores, não é um só que é responsável por cada produto, por que se um não me atender, o outro me atende" (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2014).

No que se refere ao PAA, a presidente destaca que a burocracia envolvendo o programa tornou-se mais complexa, por que se antes a associação elaborava o projeto, prestava contas e recebia e conferia os produtos que chegavam, agora para a realização de um projeto de venda precisa de pessoas que trabalham na prefeitura, tanto para assinar o projeto como para fiscalizar os produtos que chegam na associação e são encaminhados as entidades. Essa abertura dentro do PAA para a presidente tem seu lado positivo, pois de alguma forma inibe as associações a fazerem alguma coisa de errado, o único porém é que se torna mais burocrático, podendo inibir o desenvolvimento do programa.

Com relação aos procedimentos que o produtor tem que adotar para entrar nos programas, a presidente da APRD informa que o produtor precisa ir até a associação e levar a documentação exigida para seu cadastro, sendo o documento mais importante a DAP emitida nas Casas de Agricultura do município e o talão de notas fiscais de produtor rural.

A presidente coloca que a associação é o órgão responsável pela execução do PAA e do PNAE no município de Dracena, sendo que o CAE tem o papel de fiscalizar se os produtores estão entregando a mercadoria, tanto para o PAA e as entidades como para o PNAE para as escolas, por que até o presente momento da pesquisa, na falta de um conselho para fiscalizar o PAA, o CAE acaba exercendo este papel.

Sobre a participação da prefeitura no programa da merenda escolar, a presidente ressalta sobretudo o grande papel desempenhado pela nutricionista que abre espaço para associação, no sentido de elaborar o cardápio com os produtos que a agricultura familiar do município tem a oferecer.

> [...] a merenda é um projeto elaborado pela associação com a nutricionista, o bom é que a gente tem uma excelente nutricionista aqui, ela é 10 em tudo, até no sentido de assim de falar que não tem abacaxi e vai mandar melancia, não tem problema, desde que seja alguma coisa equivalente e que vai suprir a necessidade da criança, não tem problema nenhum, então a gente tem muita facilidade pra conversar dialogar, então antes da gente fazer à venda, a gente senta, conversa, ela vai elaborar o cardápio dela dizendo vou precisar disso e disso, às vezes ela pede algumas coisas que a gente não, então substituímos por outro produto. Talvez se um dia não for ela dificulte, mas a gente tem essa facilidade aqui, então isso é muito bom e é até por conta disso, que nós conseguimos atingir a meta de 100% na merenda, é bom pra ela, bom pro município, e muito bom para os nossos produtores, mais até então não existia

> um envolvimento da prefeitura, no geral do município com relação a merenda escolar e o produtor, antes de 2009 na verdade eles nem tomavam conhecimento da situação, tanto que ainda tem muitas prefeituras que não fazem isso, que não atendem os 30% (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Dessa forma, observamos que a nutricionista elabora o cardápio, mas aceita a opinião da associação a respeito da necessidade de substituir os produtos, quando necessário, para atender as escolas de Dracena. Em relação aos outros municípios, a presidente da associação afirma que não existe essa relação recíproca entre a associação e a nutricionista e essa facilidade de troca de produtos na merenda escolar, uma vez que as nutricionistas não se mostram flexíveis e, portanto, não aceitam alterações de produtos no cardápio, tornando-se difícil manter uma comercialização com a agricultura familiar que nem sempre vai ter o produto requerido.

Para a venda dos produtos no PAA, o preço de referência é conforme se apresenta na tabela da Conab, que varia muito de produto à produto, tendo mercadorias com preços muito altos e outros com preços muito baixos. Já no PNAE, os parâmetros utilizados é por meio de uma média estabelecida entre a pesquisa de preços feita no mercado regional pela nutricionista e o preço dado pelos produtores rurais.

Com relação à quota total por produtor no PNAE ser de até R$ de 20.000,00 por projeto, a presidente da associação coloca que tem produtor que consegue entregar e ainda sobra mercadoria, isso depende muito do produto, e também do preço da mercadoria na merenda escolar, por que se no mercado local estiver melhor, o produtor prefere entregar nos mercados por um certo período do que na merenda, portanto para atingir o valor total da quota depende de muitos fatores, como observado por ela:

> Depende do que ele vende, por exemplo repolho, alface, tomate e berinjela então essas coisas são em grandes quantidades, então dependendo do produtor ele sozinho não dá conta de entrega os R$ 20.000,00 mesmo por que são vários municípios e ele só pode entregar R$ 20.000,00 mesmo que seja em outro município. Alguns também têm compromissos com os mercados, por que querendo ou não tem época também que o preço da merenda está ruim, então ele também tem que honrar os compromissos de entregar neles (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2014).

Sobre o pagamento dos produtos entregues ao PAA e ao PNAE pelos agricultores participantes, segundo a presidente, este é realizado via associação, ou seja, a prefeitura, no caso do PNAE, por meio do recurso repassado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e no caso do PAA, por meio do recurso repassado pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), para a conta da associação.

Esse recebimento pelo produtor é mensal, onde se contabiliza o que o produtor vendeu até o dia 20 de cada mês, recebendo tanto aqueles que participam do PAA[43] e do PNAE. Para o produtor receber é exigido o talão de notas fiscais na associação que emite uma nota de venda para o mesmo.

Sobre o armazenamento dos produtos entregues ao PAA e ao PNAE, verificamos pela presidente que o mesmo se realiza no mesmo local onde está a sede da associação, só que separado desta (figura 11). A entrega para a merenda escolar se realiza nas segundas feiras e nas terças feiras até 10 horas da manhã (figura 12); e o PAA nas terças feiras após as 12:00 horas, para qualquer produto (figura 13) e nas quartas feiras, até as 10 horas da manhã para folhas. Assim, para os produtos do PAA as entidades buscam as mercadorias e para a merenda escolar a associação faz a distribuição nas escolas.

Figura 11: Local de armazenamento dos produtos entregues ao PAA e do PNAE, situado no Recinto de Exposições da Fapidra em Dracena-SP. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014.

[43] Vale ressaltar, que do valor total recebido em mercadorias vendidas ao PAA, 10% desse valor é cobrado pela associação aos produtores, que segundo a presidente da APRD, o dinheiro é utilizado para a própria manutenção e despesas com os produtos que chegam a associação, como os funcionários que cuidam do recebimento dos produtos, as caixas utilizadas, pessoas para limpar, tudo relacionado diretamente ao PAA, mas que segundo a entrevistada os 10% não cobrem todas as despesas gastas.

Figura 12: Produtos entregues na merenda escolar, no recinto de Exposição da Fapidra em Dracena-SP **Fonte:** Pesquisa de campo, Abril de 2014.

Figura 13: Produtos entregues no PAA, no recinto de exposição da Fapidra em Dracena-SP
Fonte: Pesquisa de Campo, Maio de 2014.

No que se refere ao número de entidades da rede socioassistencial que a APRD atende diretamente com o PAA, estas correspondem ao total de nove (9), no município de Dracena, e alcançam 25.000 pessoas, além do grupo de famílias do Cadastro Único do Bolsa Família, que a assistência social do município atende e faz a distribuição por bairro.

Sobre o número de toneladas já distribuídas pela associação no PAA e do PNAE, segundo dados da APRD, para o ano de 2013 foram 465 toneladas no PAA e 80 toneladas no PNAE considerando somente o município de Dracena. O PAA para os anos de 2006, 2008 e 2009 e 2010 distribuiu 250, 470, 530 e 490 toneladas, respectivamente, uma média, portanto, de 500 toneladas em cada projeto, desconsiderando somente o primeiro projeto em que o valor se mostrou bem abaixo. Já do PNAE, em 2010, foram distribuídos 5 toneladas de produtos, uma quantidade pequena já que era o primeiro projeto. Em 2011 se distribuiu no PNAE um total de 50 toneladas de alimentos e em 2012 um total de 99,5 toneladas.

Sobre o controle de qualidade dos produtos entregues na associação destinados ao PAA e ao PNAE, a presidente informou que existem funcionários da associação e da prefeitura responsáveis, sendo que os mesmos identificam se o produto está com aspecto saudável, fresco, limpo e com boa aparência para assim ser entregue as escolas e entidades.

Sobre a utilização de tecnologias por parte dos produtores associados da APRD participantes do PAA e do PNAE, a presidente da associação informa que alguns produtores adquiriram financiamento para melhorar a produção como a aquisição de estufas, porém, diante do número de produtores esse quadro é muito pequeno:

> Houve melhora em algumas coisa, em primeiro lugar eles não tem recursos então o banco do Brasil através do PRONAF oferece algumas vantagens, ai pra facilitar eu cadastrei a associação como uma representante dos produtores e o engenheiro agrônomo da associação, para estar representando os produtores no Banco do Brasil então ai a gente conversa explica, convence a participar então o agrônomo elabora os projetos e faz os financiamentos para os produtores ou para vacas ou para matrizes, ou para estufa ou para poder preparar a terra. Durante 2011/2012 nossos produtores adquiriram uma média de 30 veículos utilitários para trabalhar. Devagar os produtores estão adotando tecnologias, ai o que acontece nos temos produtores de horta que já estão melhorando, nós temos produtor de pepino de tomate, pimentão, berinjela já está melhorando então são alguns produtores que já estão conscientizando já estão tentando melhorar a condição deles de trabalho, mais é muito pequeno diante da quantidade de produtores, o avanço (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Sobre a informação se existem produtores que estão conseguindo manter a produção fora de sua época, e entregá-las nos programas, a presidente da associação informou que,

algumas produções sim, em especial de frutas, por conta do uso de irrigação, mas o número ainda é pouco de produtores:

> A produção da uva o ano inteiro não mais duas vezes no ano já está conseguindo é maracujá, melancia, tem que ter irrigação se não, não vai e eles conseguiram via Pronaf faz o projeto individual do produtor, ai financia mais isso está indo aos poucos, e um dos maiores motivos é mão-de-obra não tem você não acha **(**PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Quanto ao número de produtores participantes do PAA e do PNAE, se estes diminuíram ou aumentaram, a presidente da associação coloca que eles continuaram nos programas, e no caso específico do PAA, houve substituições, por que alguns produtores deixaram de produzir produtos alimentícios e partiram para a pecuária leiteira.

Quanto aos preços pagos aos produtores pelo PAA e pelo PNAE, a presidente da APRD considera que os mesmos são compensadores, sendo que, segundo ela, o que precisa ser melhorado dentro de cada programa em prol dos agricultores familiares participantes:

> É a facilidade de negociar, a gente precisa adequar o preço, por que tem uns produtos que o preço é muito bom no PAA, mais tem outros que não pagam o custo, então o produtor acaba não produzindo aquela mercadoria por que é inviável, agora a merenda só é bom aqui em Dracena por que a gente pode negociar, por que a gente pode trocar uma mercadoria, fazer uma substituição, que a gente tem esse relacionamento, agora, por exemplo, em outro município a gente fecha o preço para o ano inteiro então se acontece de chegar lá em julho e ter um problema sério, não existe a possiblidade de conversar no PNAE, é mais difícil aqui a gente não tem problema (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Assim, considerando se ela prefere as formas de comercialização do PNAE do que do PAA, ela considera o PNAE mais seguro, pelo valor da quota ser maior, pela flexibilidade que o programa oferece na escolha dos preços dos produtos, diferentemente do PAA em que o preço é tabelado:

> [...] eu acho que o PNAE é mais seguro é mais certo, é mais vantajoso, por que você pode entregar a mercadoria o ano inteiro, vamos dizer R$,20.000,00 dividido em 10 meses, que é o tempo de duração das aulas, então você tem uma renda de R$,2.000,00 por mês certo; o PAA, se você dividir a cota dele dá uma média de R$ 400,00 por mês entendeu, então é muito limitado, e o produtor não enxerga isso, então isso às vezes dificulta o trabalho da gente por que eu gostaria que todos os produtores entregassem na merenda, é vantagem pra ele, o preço é um preço que a gente discute, é um preço que a gente busca não é ditado por tabela, então não dá pra vender o milho a R$0,30 centavos nós vamos lá negociar, que não é a R$ 0,30 centavos que é a R$1,00 é R$ 1,20, então isso o produtor não está vendo com os olhos eles não conseguem enxergar que o fato dele ter compromisso, rende dinheiro no bolso dele, por que o único compromisso que ele precisa é de ter o compromisso da

> mercadoria, e o retorno dele vai ser muito maior (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Sobre o que precisa ser melhorado em cada programa, a presidente coloca que precisaria incentivar mais os produtores, conscientiza-los dentro da propriedade, levando tecnologia e informação, por que, segundo ela, se não tiver a associação para ajudar, dificilmente algum produtor participa desses programas:

> O que precisa ser melhorado é isso é a conscientização dos produtores eu acho que isso precisa ser melhorado, por que é assim vem os programas e são muito bons, mas falta estrutura, incentivo, aplicação, falta levar exatamente o funcionamento disso aos produtores, além disso, fazer com que ele possa produzir pra suprir esses programas, por que criar programa não é tão difícil assim, difícil é você conseguir encaixar os produtores em todos eles entendeu, por que vem os programas mas se não tiver, por exemplo, a associação para estar brigando por eles para estar ajudando pra estar formalizando as coisas pra estar organizando não tem um produtor que vai entrar num programa desse, então isso dificulta. Eu acho que o PAA e o PNAE só falham lá na propriedade então precisa ter os programas, ter o agrônomo lá, então por que que não vem junto no pacote, então a gente teria como levar toda tecnologia, toda a informação ao produtor, só não estaria andando certinho aquele que não quisesse por que acesso ele teria (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

A presidente da associação também destaca que a burocracia é outro problema. Segundo ela precisaria de mais agilidade nos programas, em especial no PAA, sobretudo por que na ausência de assinatura de algum conselho da prefeitura no projeto e nas prestações de conta do programa, os documentos são devolvidos e é necessário reorganiza-los, levando um certo tempo, que impede que o programa seja mais ágil.

Sobre os benefícios que o programa da merenda escolar trouxe para os produtores e as escolas participantes, a presidente da APRD ressalta que:

> Eu acho que muito mais para a merenda, facilidade e qualidade, é muito melhor do que comprar no mercado, como se fazia antes, então eles sabem que o produto é de qualidade e tem facilidade de estar lá, ter certeza que os nossos filhos estão comendo uma alimentação saudável, a nutricionista é parte fundamental disso por que é ela que faz acontecer não tem jeito, o programa acontece e funciona bem por que a nutricionista é boa não é por que os produtos são bons, os produtos só são bons quando o pessoal que executa transforma ele em bom senão ele não vai prestar se ele ficar lá a semana inteira. Agora para o produtor eu acho que ele trouxa estabilidade é a certeza de que se você produzir em pequenas quantidades não em exagero por que não vai consumir tudo isso, se você conseguir produzir com qualidade em pequenas escalas gradativamente toda semana, todo mês, é um recurso que vai entrar no seu bolso certinho todo mês, então eu vou produzir 50 kg de batata doce toda semana , com certeza ele vai entregar e receber os 50 kg por semana, não tem aquele negócio de vou levar no mercado se vender eu recebo se não vender eu tenho que recolher e jogar fora, então é a certeza são benefícios

> muito grandes conquista muito boa, é muito importante (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Sobre os benefícios que o programa o PAA trouxe para os produtores e as entidades receptoras, bem como as populações atendidas pela assistência social do município, a presidente da APRD ressalta que:

> Para os produtores, o maior benefício foi abrir os olhos foi fazer ele enxergar que existiam possibilidades que ele é capaz, que ele pode dar preço na mercadoria deles, ele é dono daquilo que ele produz, que ele comanda que não é o comandado, então eu acho que o PAA fez isso, o PAA mostrou para o produtor, que o mundo, o Brasil precisa dele então hoje talvez o produtor se valorize um pouquinho mais, ele já tem consciência do valor do trabalho dele, da mercadoria dele, então o PAA fez isso agora para as entidades e as populações atendidas pela assistência social, é muito mais do que isso, é a certeza de ter mercadoria gratuita de boa qualidade pra atender as pessoas que eles dão assistência então acho que isso ai não tem preço, isso não tem igual (PRESIDENTE DA APRD, Abril de 2013).

Assim, entendemos pelas informações fornecidas pela presidente da associação, que o produtor tem preferência em participar mais do PAA do que do PNAE, mesmo esse possibilitando um valor superior ao produtor, pois não quer entregar semanalmente como o programa exige e prefere entregar como considera melhor, dentro de suas condições, conforme é permitido, portanto, no PAA.

Para a entrevistada, todavia, o PNAE é um programa que oferece melhores condições de participação, tanto na decisão dos preços dos produtos quanto no valor da quota por produtor. Mesmo assim a presidente da associação não deixa de colocar que o PAA é um programa importante, pois o mesmo abriu novas oportunidades de comercialização aos produtores.

7.2 Análise das características dos produtores rurais pertencentes à APRD

Neste item trataremos a respeito dos produtores rurais associados à APRD e participantes do PAA e PNAE, bem como daqueles que não são participantes desses programas, buscando averiguar sob a perspectiva dos produtores, quais os benefícios que os programas têm trazido para eles que os utilizam como canal de comercialização, e quais os motivos da não participação de alguns produtores rurais, respectivamente. Além disso será apresentado características dos 20 produtores selecionados ao que corresponde a sua identificação como

idade, escolaridade, entre outras e também referente a sua unidade de produção, relacionada ao tipo de lavoura, renda mensal, uso de mão-de-obra, entre outras.

7.2.1 Identificação do produtor rural associado

De acordo com a denominação de cada produtor, podemos afirmar que dos 20 entrevistados, 19 se denominaram agricultores e apenas um (1) se identificou como produtor rural, mostrando, portanto, que 95% dos entrevistados consideram-se agricultores na área rural.

No que se refere à idade dos produtores entrevistados, podemos observar que todos possuem idade acima de 30 anos e inferior a 80 anos, sendo que a faixa etária predominante é daqueles que possuem entre 50 e 60 anos, correspondendo a 8 produtores, representando 40% do total. Dos demais produtores (12), 5 (25,0%) possuem entre 60 e 70 anos; 4 produtores tem entre 40 e 50 anos correspondendo a 20%; dois produtores têm idade entre 70 e 80 anos; e apenas um produtor tem idade entre 30 e 40 anos, como mostra os dados da tabela 38.

Tabela 38: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados

Idade	N° de Produtores	N° de Produtores (%)
Entre 30 e 40 anos	1	5
Entre 41 e 50 anos	4	20
Entre 51 e 60 anos	8	40
Entre 61 e 70 anos	5	25
Entre 71 e 80 anos	2	10
Total	**20**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Pelos dados da tabela, podemos assim inferir que a maioria dos produtores tem idade entre 50 e 60 anos e 60 e 70 anos, mostrando assim que estes já possuem uma idade avançada e, portanto, há o predomínio dos produtores mais idosos nas atividades agropecuárias quando comparado à permanência dos jovens, já que apenas um produtor respondeu ter idade entre 30 e 40 anos.

Quanto aos produtores entrevistados, 95% são do sexo masculino e apenas 5% correspondem a uma produtora entrevistada. Referente à situação civil dos produtores, 80% disseram que são casados (correspondendo a 16 produtores), 10% afirmaram que são solteiros (2 produtores), um produtor disse que é viúvo (5%) e outro produtor afirmou ter outra forma de situação civil (5%), como mostra a figura 14.

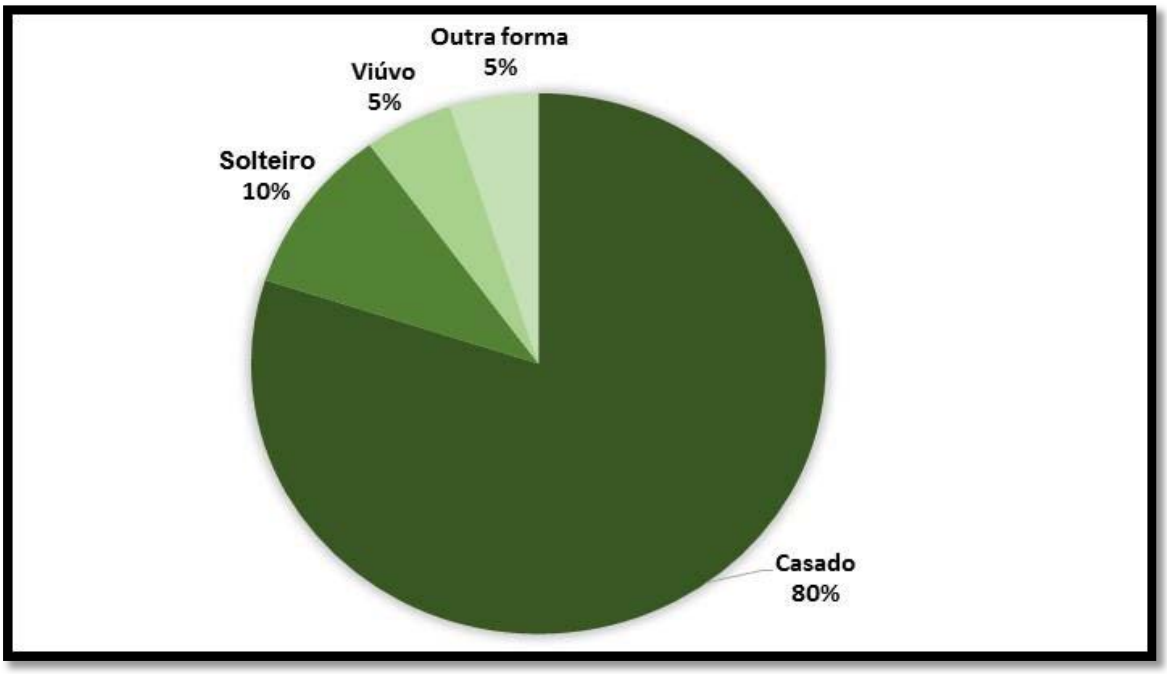

Figura 14: Situação civil dos produtores entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Dos 20 produtores entrevistados, 95% afirmaram que possuem filhos, e apenas um produtor disse não possuir. Dos 19 produtores que afirmaram ter filhos: 63,15% dos produtores disseram ter dois filhos; 15,78% afirmaram ter três filhos; 10,5% afirmaram ter um filho; um produtor (5,26%) afirmou ter cinco (5) filhos; outro produtor (5,26%) afirmou ter oito (8) filhos. Verificamos pelos resultados obtidos que o número de filhos por produtor que tem prevalecido é dois filhos, se estendendo para no máximo três, como mostra a tabela 39.

Tabela 39: Número de filhos por produtor rural entrevistado

Quantidade de filhos	Número de Produtores	Número de Produtores (%)
2	12	63,15
3	3	15,78
1	2	10,5
5	1	5,26
8	1	5,26
Total	**19**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Quanto à escolaridade dos entrevistados, 35% (7 produtores) afirmaram ter cursado o ensino fundamental incompleto; 25% (5 produtores) apontaram ter estudado até o ensino fundamental completo; outros 25% (5 produtores) indicaram que estudaram até o ensino médio completo; 10% (2 produtores) informaram possuir o ensino superior; e apenas 1 produtor (5%)

disse não possuir nenhuma escolaridade, afirmando ser analfabeto, o que mostra a pouca escolaridade de alguns produtores, já que 35% destes não terminaram o ensino fundamental.

Porém, considerando que a maioria dos produtores tem entre 50 e 70 anos e que 50% dos entrevistados afirmaram ter cursado o ensino fundamental e o ensino médio completo, isso mostra que estes possuem algum tipo de escolaridade básica, e alguns produtores se destacam por possuírem um curso superior, assim como outro produtor por não ter alfabetização, mostrando que nesta variável, as respostas dos produtores mesclaram-se muito mostrando diferentes graus da escolaridade dos produtores entrevistados (figura 15).

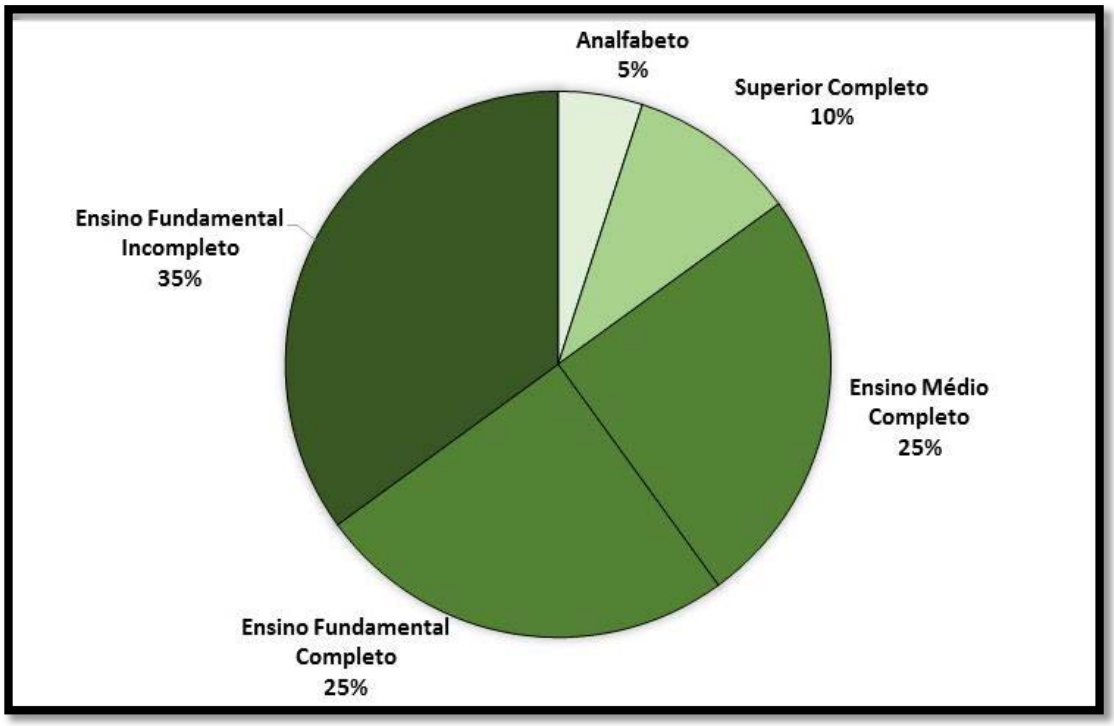

Figura 15: Escolaridade dos produtores entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Sobre o local de residência dos produtores entrevistados, observamos que 80% (16 produtores) moram no município de Dracena, na propriedade rural, seja este proprietário ou não, e 20% (4 produtores) apontaram que moram na sede urbana do município de Dracena.

Referente aos produtores que moram na propriedade rural, quatro produtores (25%) apontaram morar a mais de 40 anos na propriedade; três produtores (18,75%) afirmaram morar entre 10 e 15 anos; dois produtores (12,5%) afirmaram acima de 50 anos, outros dois (12,5%) entre 15 a 20 anos e mais dois produtores (12,5%), entre 1 e 5 anos, os demais: um produtor (6,25%) apontou que mora acima de 30 anos, outro produtor (6,25%) informou que mora acima de 20 anos e, por fim, outro produtor (6,25%) apontou que mora menos de um ano na propriedade, como mostra a tabela 40.

Tabela 40: Tempo de moradia dos produtores entrevistados na propriedade rural

Quantidade em anos	N° de Produtores	N° de Produtores (%)
Menos de um ano	1	6,25
Entre 1 e 5 anos	2	12,5
Entre 10 e 15 anos	3	18,75
Entre 15 a 20 anos	2	12,5
Acima de 20 anos	1	6,25
Acima de 30 anos	1	6,25
Acima de 40 anos	4	25
Acima de 50 anos	2	12,5
Total	**16**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Já os quatro produtores que residem na área urbana, estes apontaram tempos distintos sobre o período que estão na cidade, como que um produtor mencionou morar menos de um ano; o outro entre 1 e 5 anos; e, por fim, os outros dois num período de 5 a 10 anos e 15 a 20 anos, respectivamente, se configurando num período com menos tempo quando comparada a maioria dos produtores que mora na propriedade rural.

A preferência por morar na cidade se deve: à melhor infraestrutura na área urbana, como a presença de asfaltamento, enquanto que na área rural, as estradas permanecem com qualidade inferior quando comparada às cidades; ao acesso mais fácil para os filhos irem na escola; à assistência médica e hospitalar ser mais facilitada aos produtores mais idosos; além do que um produtor mencionou que se mudou para a cidade para ficar mais próximo da mãe que é idosa para assim cuidar melhor dela.

Enfim, esses foram alguns dos motivos que os produtores entrevistados nos deram sobre sua saída da área rural e a opção para se morar na área urbana.

7.2.2 Características da Unidade Produtiva

Com relação à condição dos produtores, observamos que 95% dos entrevistados disseram ser proprietários e apenas um produtor (5%) declarou ter o acesso à terra por meio do sistema de parceria[44] com o irmão.

[44] O sistema de parceria pode ser entendido "como uma forma de contrato em que as partes, [...] comprometem-se a explorar a atividade de forma conjunta, com o objetivo de dividir os retornos obtidos. O Proprietário da terra geralmente fornece equipamentos e insumos, enquanto o parceiro entra com o seu trabalho. [...] O Proprietário da terra e o trabalhador dividem a produção com base no montante investido, pelo proprietário e nos serviços prestados pelo trabalhador" (SILVA; BAPTISTELLA; VERDI, 2008, p. 42).

Em relação ao número de propriedades rurais que os produtores possuem, 60% declararam que possui apenas a propriedade em que mora; 15% dos produtores tem apenas uma propriedade e não mora nela; outros 15% tem mais de uma propriedade e mora em uma das propriedades; 5% (um produtor) tem mais de uma e não mora em nenhuma propriedade; e outro produtor (5%) disse morar na propriedade em que desenvolve o sistema de parceria com o irmão, como mostra na tabela 41.

Tabela 41: Número de propriedades rurais dos produtores entrevistados

Número de Propriedades rurais	N° de Produtores	N° de Produtores (%)
Apenas uma onde mora	12	60
Apenas uma e não mora na propriedade	3	15
Mais de uma e mora em uma das propriedades	3	15
Mais de uma e não mora em nenhumas das propriedades	1	5
Apenas uma em que desenvolve o sistema de parceria	1	5
Total	**20**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Considerando desta forma aqueles que possuem apenas uma propriedade rural, independente de morar ou não nela, podemos inferir que estes correspondem a 15 produtores, portanto, a maioria dos entrevistados, ou seja, 75% tem apenas uma propriedade, enquanto que 20% possuem mais de uma propriedade rural.

Sobre as formas de aquisição da propriedade, 45% (9 produtores) dos entrevistados afirmaram ter adquirido por compra; 35% (7 produtores) adquiriram por herança; 15% (3 produtores) adquiriram tanto por compra como por herança; e apenas um produtor não adquiriu de nenhuma forma, pois é parceiro na propriedade do irmão, como mostra a figura 16.

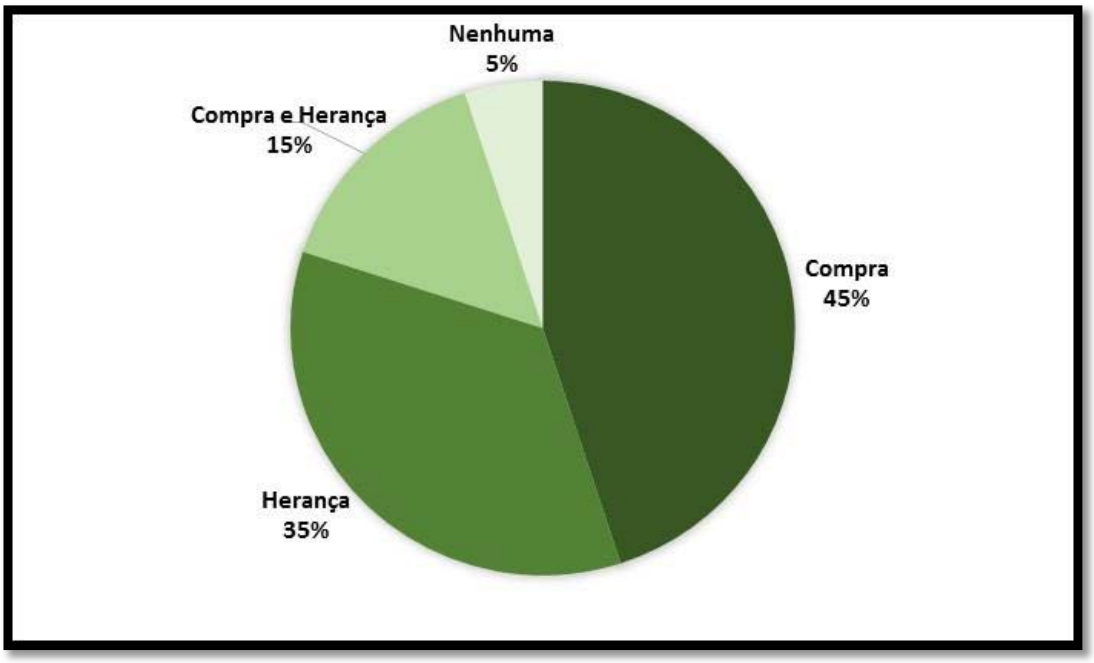

Figura 16: Formas de aquisição das propriedades rurais pelos produtores entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

As propriedades rurais dos produtores entrevistados no município de Dracena se diversificam muito quanto à localização das mesmas, pois seis propriedades localizam-se em bairros diferentes, tais como: Bairro das Antas, Jatobá, Mercesol, Manequinho, Java Paulista e Espigão. As demais, duas, se localizam no Bairro Sete Casas; outras duas no Distrito de Jaciporã e dez propriedades se concentram no Bairro Palmeiras.

Com relação ao tamanho das propriedades dos produtores pesquisados, observamos que estas variam em termos de área de 2,4 à 72 hectares, ou seja, apesar dessa grande variação podemos inferir que todas as propriedades apresentadas na tabela 42 se enquadram no tamanho de área exigido pela lei 11.326 de Julho de 2006, a qual utiliza como um dos critérios para definir o agricultor familiar como aquele que não tem uma área superior a quatro (4) módulos fiscais[45], e que permite aos produtores, portanto, terem acesso ao Pronaf e aos programas de comercialização como o PAA e o PNAE.

Considerando que em Dracena, um (1) módulo fiscal equivale a 20 ha, como informado pelo agrônomo do EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) do mesmo município, todos os produtores entrevistados são por lei considerados como agricultores familiares, conforme estabelecido pela DAP, seja este proprietário, arrendatário ou parceiro.

[45] Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária, que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais serem consideradas economicamente viáveis. O tamanho do módulo fiscal varia de 5 à 110 hectares, conforme o munícipio. Para defini-lo são levados em conta, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração, entre outros (EMBRAPA, 2012). Para mais informações <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77505/1/doc-146.pdf > Acesso em: 26 Ago.2014.

Tabela 42: Área em ha das propriedades dos produtores entrevistados

Produtor*	Área (ha) das propriedades
1	4,8
2	19,2
3	56,4
4	6
5	7,2
6	2,4
7	5
8**	15,6
9	14,4
10	3
11	72
12	12
13	4,8
14	8,6
15	16,8
16	14,4
17	7,2
18	3,5
19	3
20	4,8

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago
* A numeração dada aos produtores entrevistados, corresponde, respectivamente, aos questionários aplicados.
** Produtor entrevistado que trabalha sob o sistema de parceria na propriedade do irmão.

Quanto à exploração das atividades agropecuárias, estas se realizam para 85% dos produtores (17) entrevistados com apenas um núcleo familiar, já que a propriedade tem um único dono, enquanto que para 10% dos entrevistados (2 produtores) os mesmos mantém a exploração das atividades agropecuárias com mais de um núcleo familiar, segundo a manutenção da propriedade por irmãos. Outros 5% (1 produtor) entram no caso particular de análise, tratando-se do entrevistado que é parceiro e desenvolve a exploração agropecuária na propriedade do irmão.

Assim, mesmo observando estas singularidades, verificamos que a maioria dos produtores tem a sua família como gestora da propriedade, mantendo o seu núcleo familiar como único proprietário.

Em relação à contratação de mão-de-obra na produção agropecuária, além da familiar, verificamos que dos 20 entrevistados: 55% (11 produtores) não contratam mão de obra externa à propriedade, enquanto que nove (9) produtores (45%) empregam algum tipo de mão-de-obra contratada. A considerar que destes nove (9) produtores, oito (8 ou 89%) utilizam mão-de-obra temporária em algumas fases do processo produtivo, como na fase de plantio ou no período da

colheita dos produtos, como destacado pelos entrevistados, e apenas um produtor (11%) possui dois empregados permanentes.

Quanto às principais atividades agrícolas realizadas pelos produtores, observamos que as mesmas se mantém bem diversificadas com a produção de hortaliças, como alface, acelga; frutas como poncã, acerola, maracujá; e legumes como abobrinha, berinjela, entre outros, além da produção do café, o qual se mantém sobre pequenas áreas, como se verifica na tabela 43.

Tabela 43: Principais lavouras cultivadas pelos produtores entrevistados**.**

	Produção Agrícola			
Produtor	Culturas	Área (ha)	Produção total (kg, sac., ton., maços)	N° de Pés
1	Mandioca	1,2	7.500 kg	25
	Coco	-*	-*	300
	Feijão	-*	-*	2
	Milho	-*	-*	2
2	Manga	2,4	-*	240
	Poncã	-*	-*	15
	Urucum	2,4	-*	-*
	Café	9,6	300 sacas	-*
3	Couve Flor	Todas as culturas ocupam 1,5 ha	500 kg	400
	Acerola		40.000 kg	320
	Maracujá		15.000 kg	350
	Café		40 sacos	2.000
	Abobrinha Paulista		1.000 kg	180
	Repolho		500 kg	500
4	Abóbora Paulista	Todas as culturas ocupam 2,4 ha	-*	200
	Mandioca		-*	600
	Berinjela		-*	100
	Quiabo		-*	100
	Melancia		5.000 kg	-*
	Laranja		6.250 kg	50
5	Abóbora Paulista	0,6	500g	-*
	Cana-de-açúcar	24	-*	-*
6	Alface	Todas as culturas ocupam 0,5 ha	20.000 maços	-*
	Acelga		20.000 maços	-*
	Cheiro Verde		-*	-*
	Repolho		20.000 kg	-*
	Beterraba		-*	-*
7	Seringuela	2		1.300
	Café		80 sacos	-*
	Alface	1	1.000 kg	-*
	Berinjela		400 kg	-*
	Abóbora		500 kg	-*
8	Melancia	Todas as culturas ocupam 4,8 ha	-*	-*
	Abóbora		-*	-*
	Milho		-*	-*
	Mandioca		-*	-*

Produtor	Culturas	Área (ha)	Produção total (kg, sac., ton., maços)	N° de Pés
9	Berinjela	Todas as culturas ocupam 2,4 ha	-*	-*
	Repolho		-*	-*
	Couve		-*	-*
	Couve-Flor		-*	-*
	Abobrinha		-*	-*
10	Melancia	Todas as culturas ocupam 0,5 ha	-*	-*
	Leite		-*	-*
	Pepino		-*	-*
11	Abacate	Todas as culturas ocupam 1,2 ha	500 kg	8
	Banana Maça		-*	300
	Mandioca		3 toneladas	-*
12	Alface	Todas as hortaliças ocupam 2 ha	20.000 maços	
	Almeirão		20.000 maços	
	Couve		20.000 maços	
	Café	3	-*	-*
	Manga	-*	-*	-*
	Limão	0,5	-*	-*
13	Coco	-*	3.000 kg	70
14	Pimenta Doce	Todas as culturas ocupam menos de 0,5 ha	500 kg	-*
	Abóbora		1.200 kg	-*
15	Acerola	0,5	2.000 kg	470
	Berinjela	1,5	7.500 kg	300
16	Acerola	-*	-*	500
17	X**	-**	-**	-**
18	Café	3,12	1.505 sacos (em coco)	3.500
19	X**	-**	-**	-**
20	Milho	-*	-*	-*
	Banana	-*	-*	-*
	Abacate	-*	-*	-*
	Limão	-*	-*	-*
	Acerola	-*	-*	-*

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

-* representa o produtor que não especificou o número.

-** representa o produtor que não desenvolve atividade agrícola na propriedade.

Considerando essa diversidade de produção, verificamos que a partir do produtor n° 16 esta torna-se menor comparado aos produtores que compõem a numeração do 1 ao 15. O que podemos inferir a esse respeito é que, considerando os produtores do n° 1 ao 10 como participantes do PAA e do PNAE, e os do n°11 ao 15 como participantes somente do PAA e do n° 16 ao 20 como não participantes desses programas, fica notável, portanto, que os produtores participantes do PAA e PNAE mantém uma diversidade maior de produtos, do que os não participantes. Essa maior diversificação está relacionada ao estímulo que essas políticas públicas oferecem aos produtores, pois isso garante que os participantes possam variar sua

produção e entregar diversos produtos para os programas, garantindo formas de comercialização e segurança alimentar para quem vende, no caso dos produtores, e para quem recebe esses alimentos, ou seja, as entidades e a população atendida pela assistência social do município, e as escolas.

Com relação à atividade pecuária realizada pelos produtores, observamos que dos 20 entrevistados, nove (9 ou 45%) não trabalham com a produção pecuária e 11 (55%) produtores desenvolvem a criação de bovinos nas propriedades. Destes 11 produtores, seis 6 (55%), trabalham somente com bovinos de leite, três (3) produtores (27%) possuem a produção de bovinos de corte e dois (2) produtores entrevistados (18%), trabalham tanto com a produção de bovinos de leite como de corte.

A considerar que dos produtores que possuem bovinos de leite, todos realizam sua produção para consumo, e destes seis (6) produtores, quatro (4ou 67%) realizam também a produção para a comercialização. Já os produtores que trabalham com bovinos de corte, dois (2 ou 67%) destinam essa produção somente para consumo e um produtor (33%) para comercialização. Dos produtores que trabalham com bovinos de leite e de corte, um produtor (50%) destina a produção de leite para consumo e comercialização, e a de corte somente para comercialização, já o outro produtor (50%) destina o leite somente para comercialização e deixa o gado de corte para consumo, como mostra a tabela 44.

Tabela 44: Produção pecuária exercida pelos produtores

	Produção Pecuária					
	Bovinos	**Bovinos de Leite**			**Bovinos de Corte**	
Produtor	**N° total de cabeças**	**N° de cabeças (vaca)**	**Produção litros por dia**	**Finalidade da produção**	**N° de cabeças**	**Finalidade da produção**
1	-*	-*	-*	-*	-*	-*
2	-*	-*	-*	-*	-*	-*
3	16	-*	-*	-*	16	Comerciali-zação
4	13	-*	-*	-*	13	Consumo
5	25	5	7	Consumo e comercializa-ção	12	Comerciali-zação
6	-*	-*	-*	-*	-*	-*
7	-*	-*	-*	-*	-*	-*
8	10	10	10	Consumo	-*	-*
9	-*	-*	-*	-*	-*	-*
10	10	10	50	Comerciali-zação	-*	-*

Produtor	Bovinos	Bovinos de Leite			Bovinos de Corte	
	N° total de cabeças	N° de cabeças (vacas)	Produção litros por dia	Finalidade da produção	N° de cabeças	Finalidade da produção
11	48	16	50	Comerciali-zação	-*	-*
12	-*	-*	-*	-*	-*	-*
13	21	10	70	Comerciali-zação e consumo	10	Consumo
14	40	25	160	Comerciali-zação	-*	-*
15	16	-*	-*	-*	16	Consumo
16	-*	-*	-*	-*	-*	-*
17	101	4	-**	Consumo	-*	-*
18	-*	-*	-*	-*	-*	-*
19	16	16	150	Comerciali-zação	-*	-*
20	-*	-*	-*	-*	-*	-*

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago
-* Produtor não realiza a produção.
-** Produtor que não especificou a informação.

Já quanto à produção de suínos e de outros pequenos animais, verifica-se que 12 produtores (60%) não tem esse tipo de criação e somente oito (8 ou 40%) desempenham alguma atividade desse tipo. Dos produtores que realizam essas atividades, dois (2 ou 25%) mantém somente a produção de suínos para consumo, outros dois produtores (25%) mantém a produção de galinhas para consumo e um produtor mencionou que destina também para comercialização. Dos três (3) produtores restantes (38%), estes afirmaram possuir tanto a produção de suínos como a de galinhas, a mencionar que um deles produz somente para consumo, outro produtor para comercialização, e, por fim, o terceiro produtor tanto produz para consumo quanto para comercialização. Lembrando que na variável outros animais, dos produtores que afirmaram possuir, cinco (5) afirmaram possuir galinhas e apenas um produtor (12%) disse produzir frango caipira semi-confinado, além de suínos voltados para consumo e comercialização, como podemos observar na tabela 45.

Tabela 45: Criação de suínos e outros pequenos animais realizada pelos produtores pesquisados.

Produtor	Produção Pecuária		Outros Animais	
	Suínos			
	N° de cabeças	**Finalidade da Produção**		
1	-*	-*	Galinhas	
	-*	-*	N° de cabeças	Finalidade da Produção
	-*	-*	30	Consumo e comercialização
2	-*	-*	-*	
3	-*	-*	-*	
4	-*	-*	-*	
5	-*	-*	-*	
6	-*	-*	-*	
7	20	Comercialização	Galinhas	
			N° de cabeças	Finalidade da Produção
			10	Comercialização
8	4	Consumo	-*	
9	-*	-*	-*	
10	-*	-*	-*	
11	-*	-*	-*	
12	-*	-*	-*	
13	3	Consumo	-*	
14	12	Comercialização e consumo	Frango Caipira (semi-confinado)	
			N° de cabeças	Finalidade da Produção
			60	Comercialização e Consumo
15	-*	-*	-*	
16	-*	-*	-*	
17	12	Comercialização e consumo	Galinha	
			N° de cabeças	Finalidade da Produção
			100	Comercialização e consumo
18	-*	-*	-*	
19	2	Consumo	Galinha	
			N° de cabeças	Finalidade da Produção
			40	Consumo
20	-*	-*	Galinha	
			N° de cabeças	Finalidade da Produção
			10	Consumo

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago
-* Produtor não realiza a produção.

Sobre os meios de produção utilizados pelos produtores, verificamos que dos 20 entrevistados, apenas dois (2 ou 10%) informaram não possuir nenhum meio de produção, já

que os demais (90%) trabalham com algum meio de produção nas propriedades, a destacar que os mais utilizados pelos produtores são trator, arado mecânico, grade, roçadeira e pulverizador costal, mostrando assim que os produtores buscam se utilizar das tecnologias disponíveis, mesmo quando estas se tornam difíceis de obter, dada as condições incertas e imprevisíveis dos ganhos na agropecuária.

Vale destacar que, enquanto existem 10 produtores (56%) que possuem vários meios de produção, temos o caso de seis (6) produtores (33%) que possuem apenas um tipo de meio de produção e de dois (2) produtores (11%) que possuem somente dois meios de produção (ver quadro 1). Destaca-se que aqueles que possuem poucos meios de produção ou nenhum, são os mesmos que não entregam para o PAA e PNAE (produtores do n° 16 ao 20), talvez por isso que estes não mantém uma produção tão diversificada como aqueles que utilizam esses programas como um dos seus canais de comercialização.

Quadro 1: Meios de produção utilizados pelos produtores

Produtor	**Meios de produção (quantidade)**
1	Trator (1), Arado de tração animal (1)
2	Trator (1), Arado Mecânico(1), Grade (1), Roçadeira (1), Plantadeira de plantio direto (1), Pulverizador de tração mecânica (1)
3	Trator (1), Arado mecânico (1), Grade (1), Roçadeira (1), Plantadeira de plantio direto (1), Pulverizador de costal (1)
4	Trator (1), Arado de tração animal (1), Arado mecânico (1), Grade (1), Roçadeira (1), Plantadeira de plantio direto (1), Pulverizador de tração mecânica (1)
5	Trator (1), Arado mecânico (1), Grade (1), Roçadeira (1), Distribuidor de calcário (1), Ordenhadeira Mecânica (1)
6	Trator (1), Pulverizador costal (1)
7	Trator (1), Roçadeira (1) Arado mecânico (1), Grade (1), Pulverizador Costal (1)
8	Trator (1), Arado de tração animal (1), Arado de tração mecânico (1)
9	Trator (1), Arado mecânico (1), Grade (1), Roçadeira (1), Pulverizador Costal (1)
10	Trator (1), Arado de tração animal (1), Pulverizador Costal (1)
11	Arado de tração animal (1)
12	Arado Mecânico (1), grade (1), Roçadeira (1), Pulverizador de tração Mecânica (1)
13	Ordenhadeira Mecânica (1)
14	Trator (1), Arado Mecânico (1), Grade (1), Roçadeira (1), Pulverizador de tração mecânica (1), Ordenhadeira mecânica (1)

Produtor	Meios de produção (quantidade)
15	Pulverizador Costal (1)
16	-*
17	-*
18	Pulverizador Costal (1)
19	Ordenhadeira Mecânica (1)
20	Trator (1)

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago
-* Não possui

Sobre as técnicas empregadas na produção pelos produtores, verificamos que os mesmos realizam análise do solo regularmente, adubação química e orgânica, calagem, consorciação e rotação de culturas, terraceamento, entre outras. Isso vem reforçar que o produtor mantém cuidados com a sua produção, além de também se preocupar com o meio ambiente, já que muitos afirmaram possuir áreas de preservação nas propriedades rurais, como sistematizado no quadro 2.

Quadro 2: Técnicas empregadas pelos produtores na produção

Produtor	Técnicas utilizadas com frequência
1	Análise do solo, adubação química, calagem, consorciação de culturas
2	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento
3	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, rotação de culturas, consorciação de culturas, vacinação.
4	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, terraceamento, rotação de culturas, vacinação, ração.
5	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, rotação de culturas, consorciação de culturas, áreas de preservação, inseminação artificial, vacinação e ração.
6	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, rotação de culturas, consorciação de culturas.
7	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, rotação de culturas, consorciação de culturas.
8	Análise do solo, adubação química, calagem, terraceamento, rotação de culturas, áreas de preservação.
9	Adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, áreas de preservação, vacinação.

Produtor	Técnicas utilizadas com frequência
10	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, áreas de preservação, vacinação.
11	Vacinação, ração.
12	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, rotação de culturas.
13	Adubação orgânica, vacinação, ração.
14	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, consorciação de culturas, áreas de preservação, vacinação, ração.
15	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, ração.
16	Adubação orgânica, terraceamento.
17	Terraceamento, áreas de preservação, áreas com erosão, vacinação.
18	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem.
19	Análise do solo, adubação química, adubação orgânica, calagem, terraceamento, consorciação de culturas, áreas de preservação, vacinação, ração.
20	Adubação orgânica.

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

A respeito de como é feita a comercialização da produção pelos produtores, observamos que dos 20 entrevistados, 80% (16 produtores) afirmaram utilizar a APRD como canal de comercialização, seja entregando para o PAA e PNAE, ou somente para o PAA, seja para a comercialização do leite que depois a associação se encarrega de entregar no laticínio Trevisan em Dracena.

Assim, destes 16 produtores que comercializam com a APRD, apenas um produtor (6,25%) utiliza a associação para comercializar somente o leite, sendo que os demais (4), que também comercializam o leite, 1 produtor (6,25%) também comercializa na APRD através dos programas PAA e PNAE e vende produtos na feira em Dracena, e os outros três (3) produtores de leite (19%) comercializam na associação entregando somente no PAA.

Dos demais nove (9) produtores (56%) que afirmaram entregar para o PAA e o PNAE, somente dois (22%) informaram que utilizam apenas esses programas como canal de comercialização; sete (7) produtores (78%) destacaram outros canais de comercialização, como o mercado local e/ou regional (mencionado 4 vezes), as feiras em Dracena (mencionadas 2 vezes), o Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) (mencionado

duas vezes), a agroindústria Fruteza[46] localizada no município de Dracena, apontada uma vez, a Cooperativa CAMDA apontada uma vez, e outras duas formas de comercialização apontadas uma vez também, como o café de um produtor comercializado com máquinas de torrefação, e a participação de um produtor em outro programa de comercialização criado pelo governo do Estado de São Paulo, o PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social).

Os outros dois (2) produtores (12,5%) que também entregam para o PAA, apontaram que comercializam em outros canais de comercialização como os mercados locais e regionais e também com a agroindústria Fruteza.

Para os quatro (4) produtores (20%) que não comercializam por meio da APRD, as respostas foram variadas, pois um deles apontou comercializar com locais já mencionados, como a Fruteza e outro produtor apontou a CAMDA de Junqueirópolis-SP, e as máquinas de torrefação de café localizadas em Tupi Paulista-SP. Os outros dois produtores restantes citaram formas de comercialização ainda não apontadas, como um deles que vende para os que vão até a sua propriedade comprar e o outro que no momento produz apenas para consumo próprio e não comercializa sua produção.

A respeito das dificuldades que os produtores enfrentam de comercialização, a resposta obtida foi que dos 20 entrevistados, 16 (80%) afirmaram que não possuem dificuldades e apenas 20% (4 produtores) mencionaram que enfrentam problemas em comercializar seus produtos, apontando como empecilhos: a existência de muitos produtores produzindo, tendo muitos produtos à oferta para os canais de comercialização; a dificuldade enfrentada por não conseguirem vender toda a produção para o PAA por causa do limite da quota por produtor, e dessa forma o restante da produção acaba sendo escoado em outros canais de compra que, muitas vezes, não adquire toda a produção ofertada.

Outro motivo levantado seria a pouca procura dos compradores nos mercados locais em adquirir certos produtos que acabam não sendo vendidos tão bem como o próprio produtor menciona que é o caso da berinjela, além de que fora esses motivos envolvidos com a comercialização, outro problema seria a dificuldade em conseguir mão-de-obra para trabalhar na produção, pois cada vez menos se consegue encontrar pessoas dispostas a trabalhar temporariamente nas propriedades rurais.

[46] A empresa, constituída com capital local, processa os seguintes produtos: abacaxi, acerola, goiaba, manga e maracujá, com 60% da produção destinada ao mercado interno e 40% ao mercado externo. São seus importadores: Estados Unidos, Canadá, Jamaica, Martinica, Guadalupe, República Dominicana, Porto Rico, Holanda, Alemanha e Ucrânia. Informações da diretoria da empresa, em 25/10/2006 e disponível em Gil (2007, p.159).

Sobre o uso de algum tipo de assistência técnica nas propriedades, 55% (11 produtores) disseram não utilizar a assistência técnica, enquanto que 45% (9 produtores) disseram que utilizam algum tipo de assistência técnica, tanto as oficiais como a presente na Casa da Agricultura do município, como a da APRD, mencionado por cinco produtores (56%) e também de particulares contratando agrônomos e veterinários, como apontado por 2 produtores (22%), nos quais um deles também utiliza a assistência oferecida pela associação. Os outros 2 produtores (22%) restantes que utilizam assistência particular, afirmaram: o primeiro utilizar os serviços do SEBRAE e também da APRD, e o segundo, a assistência técnica oferecia pela Cooperativa CAMDA.

Sobre a avaliação da assistência técnica oferecida para aqueles que a utilizam sazonalmente como apontada por todos, esta se conserva para um produtor (11%) como excelente, porque sempre é muito bem atendido, quando necessita. Os demais cinco produtores (56%) apontam a assistência técnica utilizada como boa, pois atendem as necessidades apresentadas, mas ainda sim para um produtor mesmo a considerando boa, este ressalta que faltam técnicos para atender a demanda dos produtores, existem assim pouca assistência para muitos produtores.

Outro entrevistado (11%) avalia a assistência técnica utilizada como regular, porque, segundo ele, os técnicos não visitam mais as propriedades e, por fim, outros dois produtores (22%) afirmaram que a assistência é ruim, pois segundo eles há pouca prestação de serviço e não existe um especialista próprio para cada atividade.

Dos produtores que não utilizam a assistência técnica, quatro produtores (36%) apontaram seus motivos, alegando que a mesma não atende constantemente o produtor, pois não existem técnicos suficientes para auxiliar a todos os produtores que precisam de assistência em suas propriedades.

Dessa forma, considerando as opiniões tanto dos que utilizam como daqueles que não utilizam a assistência técnica na propriedade, o que se observa é que para aqueles que estão descontentes com seu uso e até para aqueles que avaliam como boa, mas também reconhecem falhas, como para aqueles que não as utilizam, existe a necessidade de um aumento do número de técnicos para assim existir um acompanhamento mais frequente junto às atividades realizadas pelos produtores.

Referente à renda familiar mensal dos produtores entrevistados, podemos observar que 30% (6 produtores) dos mesmos afirmaram receber entre 1 e 2 salários mínimos[47]; 30% (6

[47] Valor do salário mínimo em 2014: R$ 724,00.

produtores) entre 2 e 3 salários mínimos; 15% (3 produtores) entre 3 e 4 salários mínimos; e 25% (5 produtores) mais que 4 salários mínimos. Portanto, a maioria dos produtores ganha uma faixa salarial mensal de 1 a 2 salários e de 2 a 3 salários, como mostra a tabela 46.

Tabela 46: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados

Renda familiar mensal	N° de produtores	N° de produtores (%)
Entre 1 e 2 salários mínimos	6	30
Entre 2 e 3 salários mínimos	6	30
Entre 3 e 4 salários mínimos	3	15
Mais de e 4 salários mínimos	5	25
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Do total da renda familiar gerada mensalmente, cinco produtores (25%) vivem integralmente da renda retirada da produção agropecuária; um produtor (5%) vive da renda agropecuária e mais do arrendamento terra para a cana-de-açúcar em sua propriedade, no qual o mesmo não especificou a proporção de cada uma das atividades que gera a sua renda total.

Outro produtor (5%) também declarou que sua renda é composta de 80% da produção agropecuária e 20% do complemento vindo da pesca.

Outros 12 produtores (60%) vivem da renda oriunda da produção agropecuária e da aposentadoria, no qual quatro produtores tem a proporção maior da renda derivada da aposentadoria, a destacar que dois produtores colocam o peso da aposentadoria no total da geração da renda mensal em 60%, um produtor em 90% e o outro em 80%. Há cinco produtores que tem o montante total da renda mensal gerado de uma proporção maior para as atividades agropecuárias e menor para a aposentadoria a considerar que três produtores tem o rendimento derivado da produção agropecuária em 80% e dois produtores em 70%.

Os demais aposentados, dois produtores recebem 50% da aposentadoria e 50% da atividade agropecuária e um produtor declarou também receber das duas formas, mas não soube precisar a porcentagem de cada uma.

Um produtor entrevistado (5%) também afirmou que não possui renda agropecuária, sem justificar a porcentagem de outros ganhos, apenas afirmando que recebe a aposentadoria do filho que recebe cuidados na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Sobre a existência de membros da família que não trabalham na propriedade e trabalham em outras atividades, seis produtores (30%) afirmaram que os filhos e, no caso particular de um produtor, os filhos e a esposa trabalham fora das atividades agropecuárias, para fins com uso pessoal, e a família em atividades de consumo.

Em relação à a necessidade de desenvolver outro tipo de atividade que não seja a agropecuária, os produtores buscaram justificar afirmando que isso ocorre pela incapacidade da renda agropecuária promover a sobrevivência da família; pela busca de ascensão social, sobretudo dos filhos, e pela independência financeira tanto dos filhos como da esposa que passam a ter um dinheiro que não necessariamente necessita ser administrado pelo chefe da família, mas sim é gerado por um trabalho individual e não por todos como acontece com as famílias que dependem exclusivamente das atividades agropecuárias.

7.3 Políticas Públicas e inserção do produtor

Neste item trataremos sobre os participantes dos programas PAA e PNAE, considerando duas amostras: uma de 10 produtores participantes das duas políticas e a outra de 5 produtores que participam somente do PAA, afim de conhecer um pouco dos benefícios gerados, bem como da opinião dos entrevistados, sobre o que necessita de melhorias nessas políticas.

Além de conhecer um pouco sobre os resultados desses programas juntamente com os produtores, pretendemos averiguar se existe alguma diferença na produção como aumento de cultivo, da variedade dos produtos, entre outras variáveis, para aqueles que participam dos dois programas e aqueles que somente participam do PAA.

7.3.1 Produtores participantes do PAA e PNAE

Os produtores participantes do PAA e do PNAE começaram a entregar suas mercadorias em datas variadas a considerar o PAA: quatro produtores começaram a participar a partir do ano de 2006, que foi o primeiro ano de implantação deste programa no município de Dracena, portanto, esses produtores fizeram parte do primeiro projeto do PAA. Os demais começaram a entregar no ano de 2010 (2 produtores), 2011 (2 produtores), 2012 (1 produtor) e, por fim, mais recente em 2013 (1 produtor), como primeira participação no programa.

Para esses mesmos produtores, sua participação no PNAE ocorreu primeiramente, para dois produtores a partir de 2010, ano que o programa começou a funcionar no município de Dracena, portanto, esses dois produtores fizeram parte da primeira chamada pública do programa. Quanto aos outros produtores, dois informaram que passaram a entregar a partir de 2011; três produtores em 2012; e, por fim, mais três produtores mencionaram começar a participar em 2013.

Assim, verificamos que no município de Dracena, o PAA iniciou-se primeiro e, posteriormente, foi o PNAE, dado que as compras obrigatórias no âmbito a da merenda escolar, surgiu obrigatoriamente no "ano de 2009 com a lei 11.957" (BRASIL, 2012), e portanto, produtores já inseridos no PAA passaram a comercializar também no PNAE.

Sobre a existência dos programas e conhecimento destes pelos produtores, cinco destes (50%) afirmaram que os conheceram pela APRD, dois produtores (20%), mencionaram que foram informados da existência dos mesmos pela APRD e pela Casa da Agricultura do município de Dracena, e os demais (3) produtores (30%) disseram que foram informados por terceiros (a considerar um produtor ficou sabendo sobre os programas por outro produtor participante, o segundo produtor teve informação dos mesmos por um amigo e o terceiro produtor, por uma amiga que trabalha em uma escola do município).

Assim, os principais meios de divulgação foram a associação, e conhecimentos a parte de outras pessoas sobre os programas, e, por fim, e com o menor percentual, a Casa da Agricultura e APRD juntas, como mostra a figura 17.

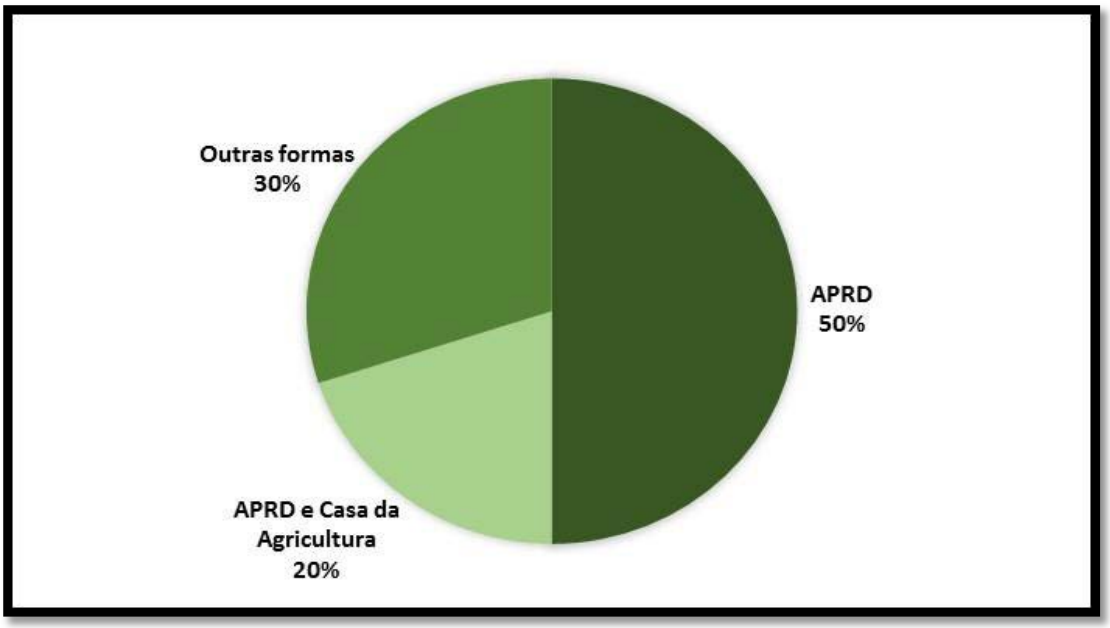

Figura 17: Principais meios de divulgação da existência do PAA e do PNAE segundo os produtores entrevistados **Fonte:** Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Referente ao estímulo que os produtores receberam para participar dos programas, 60% (6 produtores) os receberam da APRD, 10% (1 produtor) mencionou a APRD e a Casa da Agricultura, 30% (3 produtores) receberam o estímulo de outra forma a mencionar: 20% (2 produtores) de outro produtor participante e outros 10% (1 produtor) de uma amiga que trabalha em uma escola do município de Dracena, como mostra a figura 18.

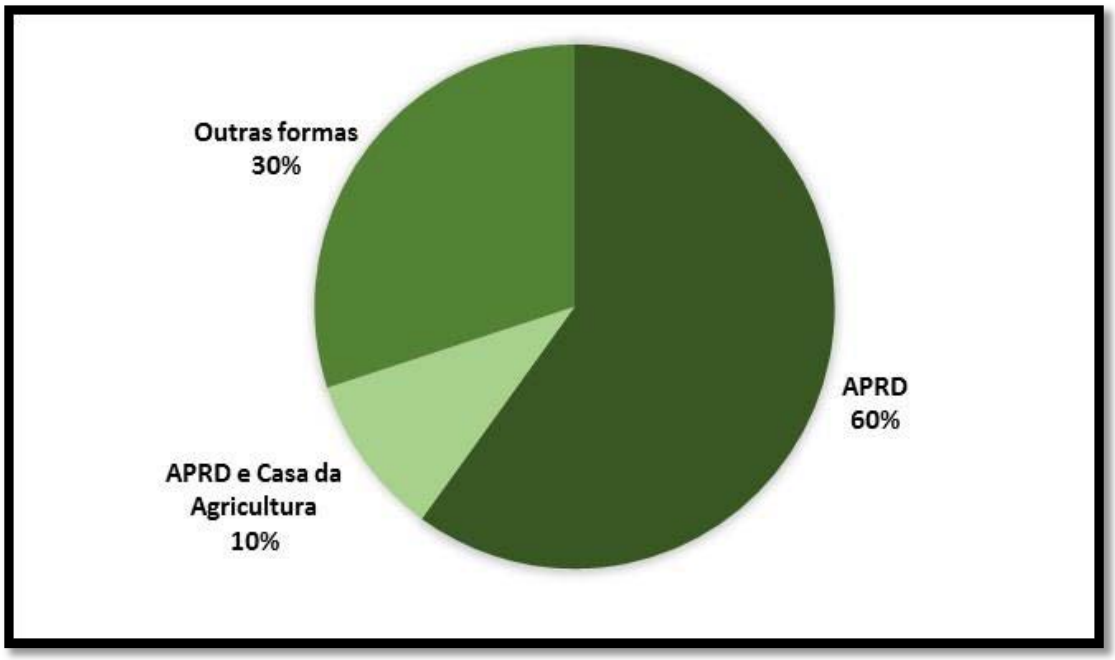

Figura 18: Órgãos responsáveis por estimular a participação dos produtores no PAA e no PNAE
Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Quanto aos principais produtos entregues no PAA e no PNAE, verificamos que 50% (5 produtores) entregam as mesmas mercadorias para os dois programas, enquanto que os outros 50% (5 produtores) entregam produtos diferentes para cada programa. Destes cinco produtores, quatro (80%) apesar de afirmarem que entregam produtos diferentes nos programas, o que podemos observar pelas respostas é que sempre há um ou dois produtos que se repetem, portanto, algum produto entregue no PAA acaba sendo o mesmo do PNAE, e vice-versa, e apenas um produtor (20%) informou realmente que entrega produtos específicos para o PAA e para o PNAE, como mostra o quadro 3.

Quadro 3: Produtos entregues no PAA e no PNAE pelos produtores entrevistados

Produtor	Produtos entregues no PAA/PNAE	Produtos entregues no PAA	Produtos entregues no PNAE
1	-*	Mandioca, coco, abóbora, milho	Abóbora, cebola, mandioca
2	-*	Poncã, abacaxi, abacate, abobrinha	Poncã, abacaxi, acerola,
3	-*	Acerola, mandioca, abobrinha, maracujá, couve-flor, repolho	Couve-flor, repolho
4	-*	Melancia	Laranja
5	Abóbora	-**	-**
6	-*	Melancia, tomate, mandioca, alface	Cheiro verde, repolho, limão, acelga, berinjela, melancia

Produtor	Produtos entregues no PAA/PNAE	Produtos entregues no PAA	Produtos entregues no PNAE
7	Berinjela, abóbora, pimenta, alho, tomate	-**	-**
8	Cenoura, mandioca, abóbora	-**	-**
9	Berinjela, repolho, couve-flor, couve, abobrinha, cebolinha.	-**	-**
10	Melancia, pepino	-**	-**

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago
-* Produtores que não entregam a mesma mercadoria para o PAA e o PNAE.
-** Produtores que não entregam mercadoria diferentes para os programas.

Sobre a quantidade ou o volume entregue para os programas, os produtores não especificaram todos os produtos afirmados anteriormente na tabela 46, além de apontarem tempos (períodos) diferentes de entrega dos mesmos, pois enquanto alguns especificaram a quantidade entregue semanalmente, outros deram já a quantidade total anual da entrega e outros uma quantia mensal, sem, contudo, a maioria dos produtores também não mencionar a quantidade entregue em cada programa, apenas dois produtores ressaltaram a quantidade que se destina dos produtos para o PAA e para o PNAE, como mostra a tabela 47.

Tabela 47: Quantidade (volume) entregue em mercadoria aos programas PAA e PNAE pelos produtores entrevistados

Produtor	Mercadoria	Quantidade das mercadoria (kg)	Período
1	Abóbora	420	Semanal
2	Abacaxi	700	Anual (total)
	Acerola	200	
	Poncã	500	
3	Acerola	300	Semanal
	Maracujá	300	
	Abobrinha	80	
	Repolho	80	
4	Melancia	30	Semanal
	Laranja	30	
5	Abóbora	PAA: 500 PNAE: 1.000	Mensal
6	-*	-*	-*
7	Abóbora	500	Semanal
	Pimenta	200	
	Acerola	300	
	Alface	1.000 (maços)	
8	-*	-*	-*
9	-*	-*	-*
10	Melancia	PAA:5.000 PNAE:1.500	Anual (Total)
	Pepino	PAA: 2.000 PNAE:300	

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago -* Produtor não especificou.

Em relação às medidas tomadas pelos produtores para obter os produtos de característica sazonal, anualmente e entregá-los no PAA e PNAE, 30% (3 produtores) dos entrevistados se utilizam de técnicas de irrigação para assim conseguir manter em épocas que não produzem. Desses 3 produtores, um (33,3%) também especificou que além da irrigação, mantém a produção em estufas. Os demais produtores (30%) afirmaram que entregam nos programas só quando possuem os produtos, outros dois produtores (20%), afirmaram que quando acaba a produção deles, os mesmos continuam entregando nos programas, sobretudo no PNAE, pegando mercadoria de outros produtores, enquanto que um entrevistado (10%) negocia dentro dos programas e faz a troca de um produto por outro, enquanto outro produtor (10%) faz a sua substituição dentro dos programas no caso mais recorrente do PNAE, com outro produtor.

Essas medidas diferenciadas tomadas pelos produtores são formas deles obterem produtos frequentemente, só que comparando relativamente os dois programas, para aqueles que não se utilizam de nenhuma tecnologia para obter os produtos anualmente é mais fácil o produtor entregar dessa forma para o PAA do que para o PNAE, pois o produtor dentro do PAA possui uma quota que deve ser cumprida ao longo do projeto, e quando não consegue entregar a quota por completo, ele pode substituir o seu produto ou ser trocado por outro produtor que não tenha esgotado sua quota e que possua o produto, enquanto que no PNAE pode-se fazer também essas substituições, todavia, a necessidade da entrega durante o ano é semanal, enquanto que no PAA não se tem essa obrigação, quando o produtor entrega semanalmente no PAA, em poucos meses ele atinge a sua quota.

Dessa forma, considerando a entrega dos produtos no PAA pelos 10 produtores entrevistados, se verificou que todos entregam semanalmente, assim como no PNAE. Sobre as dificuldades de entregar semanalmente os produtos para o segundo programa mencionado, dos 10 produtores, 90% afirmaram que não possuem dificuldades, já que quando não tem, ele empresta ou compra de outro produtor para entregar no PNAE, enquanto os demais produtores, ou seja, 80% não apresentaram justificativas. O único produtor (10%) que mencionou ter dificuldades não apresentou justificativas, para tal afirmação.

Com relação à necessidade dos produtores terem que plantar outros tipos de cultivos para entregar nos programas, das respostas obtidas: 60% (6 produtores) disseram que não e 40% (4 produtores) alegaram que sim, sendo que destes 4 produtores, dois (50%) justificaram dizendo um produtor que passou a produzir a laranja e a melancia para entregar nos programas, e o outro produtor, tinha café, mas passou a ter outros cultivos como a mandioca, o coco, ou seja, os mesmos foram produzindo outras culturas, se adequando de alguma forma ao que os programas necessitavam, para assim passarem a participar dos mesmos.

Se os produtores aumentaram a área de cultivo após participarem do PAA e do PNAE, 50% dos entrevistados alegaram que não, enquanto que os outros 50% disseram que aumentaram sua área de cultivo, de produtos como o feijão, alface, berinjela, cebolinha, abóbora, entre outros.

Sobre a melhoria de algum aspecto da produção após ter entrado nos programas, dos 10 entrevistados: 90% (9 produtores) afirmaram que obtiveram melhorias com a participação no programa, sendo mencionado por 3 produtores (33,4%) o acrescimento na renda; por outros 3 produtores (33,4%), a utilização da irrigação na produção, já que antes não era utilizada; e para 1 produtor (11,1%) passou-se a ter mais cuidado com a produção e o aumento na utilização de insumos como o adubo.

Para outro produtor (11,1%) criou-se mais um canal de comercialização para seus produtos e para um entrevistado (11,1%) melhorou bem a sua produção, mas ele não explicou como. Apenas um produtor (10%) disse não ter melhorado ou modificado algo na sua produção.

Referente ao uso de algum tipo de financiamento para melhorar a produção entregue ao PAA e PNAE, 60% (6 produtores) disseram que não utilizaram nenhum financiamento para esta finalidade, enquanto que 40% (4 produtores) disseram ter utilizado o Pronaf Investimento na produção.

Sobre a situação do produtor ter uma quantidade maior de produtos sobre a demanda do PAA e do PNAE, e como o mesmo faz para comercializá-los, 60% (6 produtores) disseram que possuem uma quantidade de produção maior daquela comercializada nos programas, vendendo o restante no caso de 4 produtores (67%) na cidade de Dracena nos mercados locais, na agroindústria Fruteza e, as vezes, de modo informal, na rua para conhecidos; os outros 2 produtores (33%) disseram que perdem a produção por não conseguir comercializá-las. Os demais 3 produtores (30%) disseram não possuir uma quantidade maior de produção daquela entregue nos programas, e um produtor (10%) alegou como justificativa que já produz tendo em vista a entrega no PAA e no PNAE e no Ceasa.

Se os produtores tiveram uma ampliação das possibilidades de comercialização com outros canais de venda após a participação nesses programas, para 60% (6 produtores) não houve ampliação de novas possibilidades de venda, apenas para 40% (4 produtores) que alegaram ter aumentado sua participação nos mercados locais, e para terceiros, ou seja, para muitos não houve uma modificação de estabelecimentos ou de outros canais de comercialização, mas sim um aumento na quantidade e na variabilidade das mercadorias nesses mesmos estabelecimentos.

Sobre a venda dos produtos alimentícios dos produtores no período de transição da implantação de um projeto a outro no PAA e PNAE, o destino da produção dos entrevistados passa a ser: para 3 produtores (30%) dos 10 entrevistados, o mercado local, a destacar que desses três produtores, além do mercado local, ressaltou um produtor a Agroindústria Fruteza e outro produtor a feira livre da cidade.

Outros 2 produtores (20%) mencionaram que vendem na área urbana para conhecidos, enquanto que as demais respostas seguiram-se variadas, como: a venda de um produtor (10%) para o Ceasa; de outros 10% nesse período para o PPAIS; um outro produtor (10%) declarou que nesse período só comercializa o leite via APRD; e mais um outro produtor (10%) afirmou que pouco da sua produção entrega na feira, o restante acaba perdendo, dando para o gado, pois existe muita produção e os mercados locais acabam não comprando os excedentes. Apenas um produtor (10%) não especificou para onde destina sua produção nesse período de transição dos projetos.

Quanto à existência de alguma dificuldade de participação no PAA e PNAE, todos os produtores afirmaram que não possuem. E com relação aos pagamentos recebidos tanto no PAA como no PNAE se os produtores tiveram problemas como atrasos, 70% (7 produtores) afirmaram que sim, mas alegaram que não são frequentes e são solucionados. Os demais 30% (3 produtores) alegaram que não tiveram esse problema.

Sabendo que os produtores podem entregar até R$20.000,00 conforme a "resolução n° 25 de 4 julho de 2012" (BRASIL, 2012), em mercadorias para o PNAE, sobre o valor total recebido pelos produtores entrevistados com relação aos seus produtos entregues na merenda escolar, para 70% (7 produtores) o valor recebido varia entre R$ 1.000 e R$ 5.000 reais; para 20% (2 produtores) menos de R$ 1.000,00; e para apenas um produtor (10%), o valor permanece entre R$ 5.000 e R$ 10.000.

Ou seja, nenhum dos entrevistados conseguiu até o presente momento, vender uma quantidade de produtos que atingisse a cota de R$20.000, 00, como mostra a figura 19:

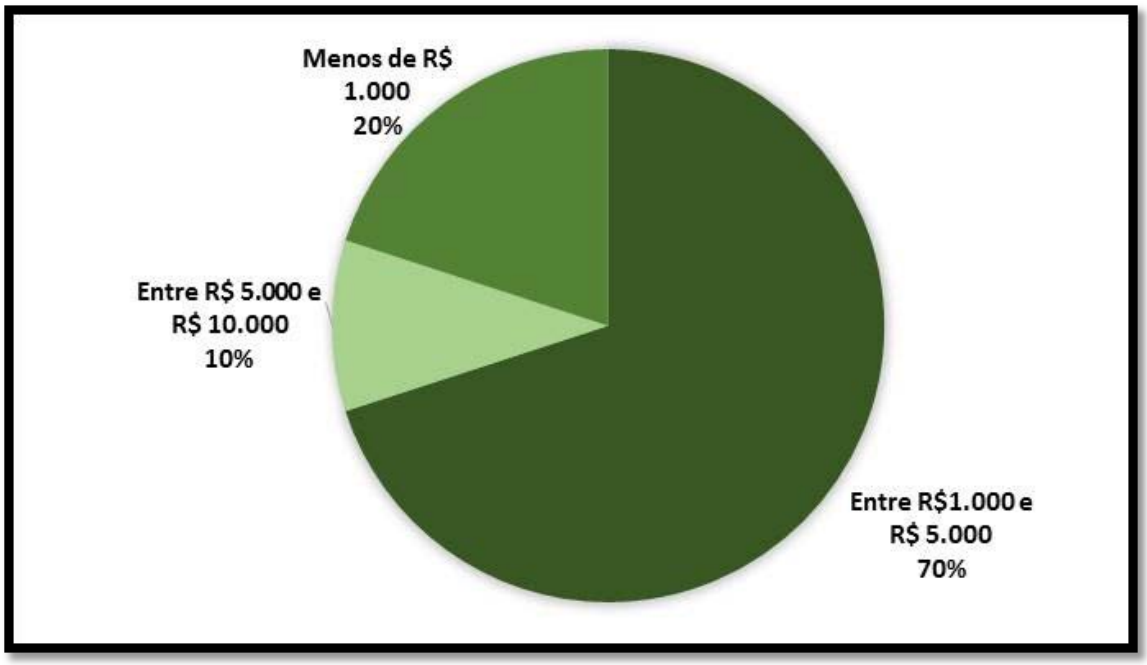

Figura 19: Valores recebidos pelos produtos entregues ao PNAE pelos produtores entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Referente ao conhecimento dos produtores sobre as entidades e escolas que são atendidas com seus produtos, 70% (7 produtores) disseram que sabem quais são as entidades e escolas que são atendidas com seus produtos. Todavia, de forma geral, eles sabem que as entidades de Dracena e as escolas de Dracena e região são atendidas com seus produtos, agora especificar as mesmas, muitos não conhecem. Os demais 30% (3 produtores) disseram que não sabem para quais escolas e entidades são entregues os produtos.

Na opinião dos produtores sobre qual dos dois programas os mesmos preferem entregar seus produtos, 50% (5 produtores) afirmaram que preferem os dois, alegando que os mesmos trazem garantia de preço, de comercialização, e um produtor alegou que se tivesse um outro programa como estes seria ótimo para a venda da sua produção. Para 40% (4 produtores) dos entrevistados, eles afirmaram preferir o PAA, pois, segundo eles, qualquer produto que cultivarem na propriedade pode vender, não é muito grande a quantidade requerida, e não exige também muito investimento do produtor. Desses quatro produtores, um afirmou que o preço no PAA é melhor. Somente um produtor (10%) colocou que não tem preferência por nenhum, pois, o importante é ter segurança de venda nesses canais de comercialização.

Sobre a participação dos produtores entrevistados em outros programas como o Microbacias 2, 90% (9 produtores) afirmaram que não participam e apenas um produtor (10%) afirmou que participa, mas, sem especificar de que maneira e quais os benefícios que ele adquiriu participando deste programa.

Já no Microbacias 1, 70% (7 produtores) afirmaram que participaram, adquirindo poços artesianos, calcário, roçadeira, calcadeira, terraceamento nas propriedades, melhorias na estrada rural, entre outros, todavia, destes 7 produtores, 5 mencionaram uma vez dentre os benefícios adquiridos, os poços artesianos, portanto, foi o que mais os produtores conquistaram participando deste programa.

Referente ao PAA e PNAE e se existe alguma porcentagem cobrada pela associação com a venda dos produtos nesses programas, os 10 produtores afirmaram que sim, sendo que 80% dos produtores alegaram que a mesma é retirada somente do PAA, e serve para a manutenção de funcionários, equipamentos (como caixas utilizadas para colocar os produtos entregues no programa), entre outros. Os demais 20% (2 produtores) não sabiam para qual finalidade era retirada esses 10% da quota recebida pelo produtor no PAA.

O não conhecimento ainda que da pequena parte dos entrevistados, referente aos 10% cobrados pela associação dos produtos entregues ao PAA, leva-nos a pensar que nem todos tem pleno conhecimento dos recursos utilizados pela associação.

Com relação à DAP, sobre quantas pessoas da família dos produtores possuíam a mesma, 60% (6 produtores) alegaram possuir uma DAP na família, considerando que 2 produtores tem uma para o casal; outros 4 produtores só eles possuem a DAP. Os outros produtores que possuem mais de uma DAP na família, colocaram que 1 produtor (10%) que possui a DAP do casal, mais a do seu pai, o segundo produtor (10%), a uma DAP para ele e a esposa e uma do parceiro que trabalha em sua propriedade, o terceiro produtor (10%) possui 3 DAPs, uma dele e a outra dos dois filhos e o quarto produtor (10%) possui a sua DAP e também tem as DAPs de dois filhos.

Com relação ao número de pessoas da família que fazem entrega no PAA e no PNAE e que possuem DAP, 3 produtores (30%) afirmaram que o casal trabalha na produção e entrega nos programas pela DAP conjunta, outros 4 produtores (40%) afirmaram que só eles possuem a DAP e entregam no PAA e no PNAEt, um produtor (10%) colocou que a mulher auxilia na produção, porém, só ele possui a DAP; e os outros dois produtores (20%) afirmaram possuir três DAPs (a dos produtores e dois filhos), sendo que as mulheres auxiliam, mas sem possuir a DAP, apenas eles entregam nos programas.

Assim, o que observamos é que está aparecendo a participação das mulheres nos programas por meio da DAP conjunta, e que existem muitas mulheres que auxiliam na produção, porém sem possuir a DAP.

Referente a uma avaliação do PAA e PNAE pelos produtores, 60% (6 produtores) o avaliaram dando nota 10, alegando que os mesmos auxiliam na facilidade de comercializar os

produtos, pois conseguem vender com garantia para os programas, e um produtor justificou que nunca teve problemas no PAA e no PNAE.

Para os demais produtores: um produtor (10%) deu nota 8 para os dois programas, justificando que sua participação é recente, considerando a experiência que está tendo de venda, esta é ótima; outro produtor (10%) deu nota 8 para o PAA e 7 para o PNAE, não apresentando justificativas; e um terceiro produtor (10%) deu nota 9, afirmando que os programas garantem sua comercialização. Apenas um produtor (10%) não quis avaliar os programas.

Quanto a opinião dos produtores sobre o que poderia ser modificado nos programas, 3 produtores (30%) alegaram que precisaria aumentar a quota por produtor no PAA, sendo que um produtor sugeriu que o valor fosse acima de R$ 8.000,00 ou R$10.000,00. Desses 3 produtores, dois também enfatizaram a necessidade de aumentar os preços dos produtos nos projetos do PAA e do PNAE.

As outras opiniões foram: um produtor (10%) destaca que é preciso diversificar mais a demanda de produtos nos programas, assim como um outro produtor (10%) coloca que para o PAA é necessário que não se atrase mais os pagamentos e também coloca a questão do aumento da quota por produtor, e para o PNAE, aumentar a quantidade de produtos, ou seja, a demanda para os produtores.

Um terceiro produtor (10%) destacou a necessidade de ter assistência técnica para auxiliar na produção que é entregue nos programas; um produtor (10%) não soube opinar; enquanto os demais 20% (2 produtores) afirmaram que não há necessidade de melhorarias nos programas.

O que se observa é que as opiniões são bem diversificadas sobre o que precisa ser aperfeiçoado nos programas, mas vários produtores alegam a necessidade de aumentar a quota no PAA e o preço dos produtos, tanto no PAA como no PNAE.

Mesmo considerando que na visão dos produtores existem aspectos que precisam ser aprimorados, também observamos que a grande parte dos produtores está satisfeito com os programas, pois a maioria destes deu nota 10, sendo que a menor nota atribuída foi 7, portanto, os programas estão sendo muito bem aceitos e avaliados pelos produtores, mostrando que os mesmos tem trazido novas oportunidades de comercialização e de garantia de renda para os produtores participantes.

7.3.2 Produtores participantes do PAA

Considerando os produtores que entregam seus produtos somente no PAA, verificamos que dos cinco (5) entrevistados, três (3) produtores (60%) iniciaram sua participação no programa no ano de 2006, um produtor (20%) em 2009 e outro produtor (20%) em 2012.

Os produtores entrevistados que participam do PAA ficaram sabendo da existência do programa pela APRD, mostrando assim a forte atuação da associação para o engajamento dos produtores para a execução do programa. A influência da APRD também se faz presente entre os participantes do PAA e do PNAE, pois informaram que tem a organização coletiva como a principal informante da existência dos programas.

Sobre o estímulo que os produtores receberam para participar do PAA, 80% (4 produtores) disseram que o mesmo veio também da APRD, enquanto que 20% (1 produtor) disseram ter recebido incentivos do engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura.

Quanto aos produtos que os entrevistados participantes do PAA entregam no programa, estes se mostraram bem diversificados, a mencionar frutas, como o abacate, limão coco, acerola; verduras, como almeirão, rúcula; legumes, como a berinjela, entre outros, como sistematizados no quadro 4. Verificou-se na pesquisa de campo que muitos destes produtos também são entregues para o PNAE, que recebe ainda dos produtores coco, abóbora, couve etc.

Quadro 4: Principais produtos entregues pelos produtores entrevistados no PAA

Produtor	Produtos entregues no PAA
1	Abacate, milho verde, abóboras
2	Almeirão, rúcula, cebolinha, couve, limão
3	Coco
4	Abóbora, pimenta doce
5	Berinjela, acerola

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Sobre a quantidade ou o volume dos produtos entregues no PAA, observamos que os entrevistados deram quantidades que se expressam em tempos diferentes, uns informando a quantidade por mês e outros semanalmente, além do que, de cinco (5) produtores, dois não souberam especificar, e entre os que mensuraram, um produtor apenas especificou um produto, e não mencionou os demais, já que os mesmos tornam-se difíceis de precisar, segundo ele, como exemplificado na tabela 48.

Tabela 48: Quantidade (volume) entregue de mercadorias no PAA pelos produtores entrevistados

Produtor	Mercadoria	Quantidade das mercadorias (kg)	Período
1	-*	-*	-*
2	Limão	500	Mensal
3	Coco	100	Semanal
4	-*	-*	-*
5	Berinjela	15	Semanal
	Acerola	50	

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago
-* Produtor não soube especificar

O que podemos inferir pelas respostas obtidas sobre a quantidade de produtos entregue ao PAA, e aqueles que entregam no PAA e no PNAE, é que os produtores apontaram a quantidade entregue pelo período que lhes convém melhor informar, já que na entrega do PAA diversificaram períodos semanais e mensais nas entregas dos dois programas, além dos períodos destacados, os produtores também informaram a quantia total entregue durante um ano.

Referente às medidas tomadas pelos produtores para obterem uma produção que é sazonal e assim entregá-las no PAA, das respostas que obtivemos, verificamos que: 2 produtores (40%) utilizam-se de técnicas de irrigação na produção, enquanto que nos demais as respostas foram variadas, pois um produtor (20%) apontou que quando não tem o produto, substitui por outro até completar a quota; outro produtor (20%) só entrega quando tem o produto; e, por fim, outro entrevistado (20%) entrega também só no período que tem a produção, a sua vantagem é que o produto (a berinjela) entregue, produz quase o ano inteiro mesmo sem o uso de irrigação, e a acerola ele também entrega no período que produz no caso 4 meses, completando a quota.

O que se verifica é que mesmo sendo mais fácil para o produtor entregar para o PAA comparado ao PNAE, já que o mesmo dispõe de um largo período de tempo, considerando o início e fim dos projetos para cumprir a quota, existem produtores que somente entregam no PAA e que se utilizam de tecnologias como a irrigação para manter a produção constantemente, igualmente a outros produtores que entregam no PAA e no PNAE, como pode ser observado pelos resultados obtidos por meio das entrevistas.

Todavia, a maioria do produtores (60%) que entregam somente no PAA, procuram entregar seus produtos quando possuem a produção, sem a adoção de tecnologias para obtê-las por um período maior de tempo, bem como 70% daqueles que entregam no PAA e no PNAE procuram recorrer a outras formas como entregar no período que possui a produção, substituir

o produto, buscar as mercadorias com outros produtores, ser substituído nos programas, sobretudo no PNAE, como fora apresentado no item anterior.

Percebe-se, assim, que poucos produtores adotam tecnologias para manter a produção constantemente, buscando entregar quando possuem a produção ou de outras formas, conforme permitido pelos programas.

Sobre a frequência com que os produtores entregam suas mercadorias somente para o PAA, 80% (4 produtores) apontaram que entregam semanalmente, enquanto que um produtor (20%) informou que entrega num período a cada 15 dias até atingir a quota.

Referente à necessidade dos produtores produzirem outros tipos de cultivos para entregá-los no PAA, 80% (4 produtores) afirmaram que não houve necessidade, enquanto que um (1) produtor (20%) informou que passou a produzir pimenta para entregar no programa.

Observa-se pelos resultados que, tanto os que entregam somente para o PAA como aqueles que entregam para os dois programas (PAA e PNAE), poucos produtores (33%) modificaram sua produção, enquanto os demais (67%) continuaram com o que vinham produzindo em suas propriedades rurais.

Com relação à necessidade de aumentar a área de cultivo dos produtos após a participação no PAA, 80% (4 produtores) afirmaram que não foi preciso, enquanto que 20% (1 produtor) disseram aumentar a área de cultivo de produtos como jiló, pimentão e berinjela, mensurando um total de 30.000 metros, como nos afirmou o produtor.

Verifica-se, assim, que os produtores que participam do PAA e do PNAE tiveram uma necessidade maior de aumentar a área de cultivo dos produtos do que aqueles que entregam somente para o PAA, pois enquanto 50% dos produtores que entregam nos dois programas sentiram essa necessidade e aumentaram as áreas de cultivo, 80% dos que entregam para o PAA não mostraram ter essa necessidade, fato que pode estar ligado a não participação destes produtores no PNAE e, portanto, a demanda de cumprir apenas a quota do PAA.

Em relação à melhoria de aspectos relacionados à produção, todos os entrevistados informaram que, após ter entrado no PAA: um produtor (20%) disse que passou a fazer financiamentos para aumentar a produção e ter renda maior; outro produtor (20%) disse que passou a procurar mais o auxílio da assistência técnica na propriedade; outro entrevistado (20%) disse que passou a irrigar sua produção, utilizando recursos próprios; e outros dois produtores (40%) não justificaram o que melhoraram na produção, apenas respaldaram que a participação no PAA trouxe mais segurança de não perder o que se produz e auxiliou na renda familiar.

Dessa forma, verifica-se que a participação no PAA trouxe melhorias na produção dos produtores, assim como para aqueles que também entregam no PAA e no PNAE, pois 100% dos que entregam no PAA e 90% dos que entregam nos dois programas, afirmaram ter melhorado ou modificado algum aspecto da produção, seja levando em conta a adoção de novos recursos ou os benefícios que a participação do PAA e para alguns também do PNAE, trouxeram para eles.

Com relação ao uso de financiamento para melhorar a produção entregue no PAA, 80% (4 produtores) disseram que não utilizaram, alegando um produtor que tem medo, enquanto outro produtor (20%) disse ter utilizado o PRONAF Investimento. Para os produtores participantes das políticas públicas, tanto do PAA como do PAA e PNAE, a maioria (80% no caso do PAA e 60% no caso do PAA e PNAE) não se utilizou de nenhum financiamento para melhorar a produção para entregar nos programas, como mostra os resultados das entrevistas.

Referente à situação dos produtores participantes do PAA terem uma quantidade maior de produtos do que aquele entregue no programa, e como os mesmos comercializam o restante da produção, 60% (3 produtores) alegaram que não possuem uma produção maior do que aquela entregue no PAA, enquanto que 40% (2 produtores) afirmaram que: um produtor vende nos mercados locais e o outro produtor perdeu a produção, pois não conseguiu comercializar com os mercados locais que estavam saturados de produtos.

Considerando um comparativo entre os produtores que entregam no PAA e aqueles que entregam no PAA e no PNAE verifica-se que estes últimos possuem uma quantidade maior de produção do que aquela entregue nos programas, já que 60% dos produtores afirmaram tal assertiva, enquanto que outros 60% que entregam somente para o PAA disseram não manter uma produção além daquela ofertada no programa.

Podemos inferir que pela entrega em dois programas, os produtores acabam tendo uma quantidade de produção maior do que os que entregam apenas no PAA, e como no PNAE o produtor não precisa atingir a quota de R$ 20.000,00 ao final de cada projeto de compra, em cada ano, dependendo da quantidade que ele vende no programa, ele pode obter lucros diferenciados e, dessa forma, torna-se complicado produzir com uma certa precisão já que, como afirmado, os lucros podem variar ano a ano, assim como a venda em outros locais de comercialização.

Com relação à ampliação dos leques de comercialização dos produtores após participarem do PAA, 80% (4 produtores) afirmaram que não, enquanto que 20% (1 produtor) afirmaram que sim, ou seja, que ampliaram para outros mercados, mas sem exemplificar muito os detalhes desta informação.

Dos produtores que entregam para o PAA e PNAE, 60% disseram também não ter ampliado os canais de comercialização, fato por vezes preocupante, pois a intenção dessas políticas é abrir outros canais de venda para os produtores, para atuarem em outros mercados, como nos relatou os agrônomos do EDR de Dracena em uma entrevista realizada em Abril de 2013.

Referente ao período de transição que ocorre para a implantação dos projetos de venda do PAA, os produtores entrevistados, representando 60% (3 produtores), afirmaram que vendem para outros locais nesse período, como de forma direta na rua, destinando para os mercados, ou vendendo para particulares ou atravessadores. Os demais 40% (2 produtores) perdem a produção, porque não conseguem vender em outros locais de comercialização, destes dois produtores: um disse que isso ocorre com a berinjela e, no caso da acerola, ele consegue vender para a Fruteza nesse período.

Já os produtores que entregam no PAA e no PNAE, 90% comercializam com outros canais de compra nesse período, mostrando, assim, que possuem mais opções de comercialização do que somente os participantes do PAA, como o caso de um produtor que inclusive participa de uma política de comercialização do governo do Estado de São Paulo (o PPAIS), mostrando dessa forma os vários leques e opções de comercialização que o produtor pode ter desde que ele tenha produção excedente.

Sobre a existência de alguma limitação de participação dos produtores no PAA, 80% (4 produtores) afirmaram que não tem; enquanto que um produtor (20%) alegou que existem dificuldades em participar, porque, segundo ele, é necessário que se aumente a quota do produtor no programa, para assim o mesmo ter mais garantia de venda, e menos perda na produção, diferentemente dos resultados apresentados pelos participantes do PAA e PNAE que afirmaram, em sua totalidade, não possuírem nenhuma dificuldade de comercialização.

Quanto ao o atraso do pagamento dos produtos entregues ao PAA, 80% dos produtores afirmaram que já tiveram esse problema, porém, não são frequentes, e são resolvidos, e as vezes está relacionado à demora do repasse pela CONAB dos valores destinados à compra. Um produtor apenas (20%) disse ainda não ter enfrentado esse tipo de problema.

Para os participantes do PAA e do PNAE, esse problema também já ocorreu com 70%, considerando que todos fazem da parte da mesma associação e, portanto, se um produtor tem atraso em seu pagamento, independente do programa, isso ocorre com todos que estão participando do mesmo projeto de venda, pois os recursos programados são repassados à associação e é ela que realiza o pagamento aos produtores, como nos informou a presidente da associação (Abril de 2014).

Referente às entidades atendidas com os produtos entregues no PAA pelos produtores, dos entrevistados houve uma surpresa, pois 80% (4 produtores) afirmaram não conhecer as entidades para o qual destinam sua produção, enquanto que apenas um produtor (20%) apresentou conhecer várias, mas não exemplificou com nomes.

Apesar de 70% dos produtores participantes do PAA e do PNAE entrevistados, terem afirmado que conhecem as entidades e escolas atendidas com seus produtos, inclusive que muitos produtos do PNAE são destinados para fora da região, afirmaram que conhecem, de forma geral, não exatamente quais são cada uma delas.

Sobre a participação dos produtores que entregam no PAA em outros programas como o Microbacias 2, entre outros, 80% (4 produtores) afirmaram que não participam, apenas um produtor (20%) disse participar do Microbacias 2 em um projeto, no qual foi requerido um minilaticínio, via associação, com um custo de R$ 10.000,00 por produtor.

Igualmente com os produtores que entregam no PAA e no PNAE, os produtores pouco participam de outros programas, apenas no Microbacias 2 constando dois produtores, sendo que um vende para o PAA e outro para os dois programas (PAA e PNAE).

Referente à participação dos produtores do PAA no programa Microbacias 1 do governo do Estado de São Paulo, 60% apontaram que não participaram enquanto que 40% (2 produtores) conseguiram, por meio deste programa, poços artesianos; aliás considerando também as aquisições dos 70% dos produtores que entregam no PAA e no PNAE, pelo Microbacias 1, a maioria das respostas tinha como principal os poços artesianos, mostrando que este foi uma das principais conquistas dos produtores com o programa.

Sobre a existência de alguma cobrança da associação para com os produtores participantes do PAA, todos afirmaram que 10% do que os mesmos recebem no programa é descontado para a associação. Destes 5 produtores, 60% (3 produtores) sabem para que é utilizado esta retirada de 10% do que eles recebem no PAA, para a associação manter gastos com funcionários e equipamentos utilizados no acondicionamento das mercadorias entregues no próprio programa enquanto que 40% (2 produtores) não sabem para qual finalidade se destina.

Quanto aos demais participantes do PAA e que entregam no PNAE, todos sabem para qual finalidade é empregada essa porcentagem descontada.

Em relação à DAP, 80% (4 produtores) afirmaram possuir uma DAP, enquanto que 20% (1 produtor) afirmou possuir duas DAPs na família, uma dele e a da esposa. Com relação à entrega no PAA, os que possuem uma DAP, um produtor disse que ele e a esposa trabalham na produção, mas entregam no PAA com a DAP da esposa; outro produtor mencionou que ele tem

a DAP e entrega no PAA por meio desta, mas a esposa auxilia na produção, sem possuir este documento. Outro produtor informou que o casal faz entrega no PAA, porém, só ele possui a DAP. E outros dois produtores colocaram que só eles fazem a entrega no PAA, mas tem o auxílio das mulheres na produção, sendo que uma delas possui a DAP, só que como o produtor disse apenas uma DAP por família pode receber pelo PAA, era necessário, segundo ele, que ela também pudesse entregar no PAA com a sua DAP.

Assim, verifica-se que as mulheres auxiliam seus maridos na produção, mas muitas não possuem a DAP, enquanto que apenas um produtor disse entregar no programa pela DAP da mulher, resultados que parcialmente se combinam com os apresentados pelos produtores que entregam no PAA e no PNAE, pois muitos produtores informaram que as mulheres auxiliam na produção sem possuir a DAP, e outro fato observado é que muitos produtores entregam nos programas possuindo a DAP conjunta com sua esposa.

Em relação à avaliação dos produtores sobre o PAA, 60% (3 produtores) deram nota 10, alegando um produtor que não perde sua produção, já que tudo é aproveitado no programa; outro produtor destacou que tem a sua venda garantida, e sob a mesma linha, outro produtor menciona que o programa garante a comercialização. Os demais 40% (2 produtores) deram nota 8, porque segundo um produtor, as vezes, ocorrem atraso nos pagamentos, enquanto que outro produtor apontou que não depende estritamente desta renda, por isso essa nota.

Comparando as notas dos outros produtores que entregam no PAA (aqueles que também entregam no PNAE), estes também mostraram-se contentes com o programa, assim como para aqueles que deram nota 8, foram menos rígidos, alegando um produtor que é novo no programa, e o outro não apresentou justificativas.

Sobre o que precisa ser melhorado ou modificado no PAA, 40% (2 produtores) alegaram que é necessário aumentar a quota do PAA, enquanto que os demais 20% (1 produtor) apresentaram que é preciso aumentar a demanda de produtos do programa, para assim abrir novas possibilidades de maiores produções; outros 20% (1 produtor) informaram que não é preciso ser melhorado nada; e outro produtor (20%) não justificou.

Das afirmativas dadas, observa-se que o aumento da quota para os participantes do PAA, incluindo aqueles que entregam no PAA (e entregam no PNAE), é algo que precisa acontecer, pois os produtores sugerem a necessidade de aumentá-la, além de mostrarem que é preciso aumentar a demanda de produtos nos programas, tanto os que participam no PAA, como do PNAE, para que os produtores possam cada vez mais ampliar suas produções.

Verifica-se que os participantes do PAA estão contentes com o programa, considerando tal assertiva pelas notas atribuídas pelos produtores. Todavia, deixam percebem que mudanças

precisam se efetivar a exemplo do aumento da quota, e da demanda de produtos, assim como os produtores que entregam tanto no PAA como no PNAE também afirmaram necessitar de transformações, para que assim os programas possam atender as necessidades dos produtores.

Colocado pois, que os produtores apresentam a necessidade de aumentar a quota do PAA, devemos considerar que não se deve pensar somente em aumentá-la, mais também no crescimento do número de produtores participantes no PAA e no PNAE, afim de que os programas passem a beneficiar diversos agricultores que necessitam de um canal de comercialização.

Todavia para participar o produtor precisa investir na produção e deixar apenas entregar o que ele já possui na propriedade, como acontece. A ideia principal dos programas é essa, abrir possibilidades ao produtor para ele entregar o que ele já produz, mas também diversificar e aumentar a produção, atitudes que só beneficiam a participação cada vez mais presente dos produtores no programa. Algo que faz pensar portanto, que diversificar a produção torna-se uma necessidade ao produtor caso ele queira fazer parte de programas como o PAA e o PNAE.

7.3.3 Políticas Públicas e a não participação de produtor associado

Neste item trataremos dos não participantes dos programas PAA e PNAE afim de conhecermos os motivos pelos quais os mesmos não participam, já que fazem parte da associação APRD e, portanto, podem ter acesso de forma mais fácil a essas políticas.

Perguntado se esses 5 produtores entrevistados conhecem os programas (PAA e PNAE), 60% (3 produtores) afirmaram que sim, e que ficaram sabendo da existência dos mesmos por meio da associação, enquanto que 40% (2 produtores) afirmaram não conhecer esses programas.

Com relação às finalidades dos programas e se os produtores as conhecem, 60% (3 produtores) afirmaram que não, enquanto que 40% (2 produtores) afirmaram que sim, destacando um produtor que o PAA ajuda as pessoas mais carentes e melhora a renda dos produtores, enquanto que o segundo sabe que entrega na associação os alimentos, e conhece só o PAA, já que o PNAE ele não conhece. Portanto, os dois produtores que conhecem os programas conhecem na verdade somente o PAA, estando o primeiro produtor mais inteirado que o segundo, mostrando conhecimento vago que estes possuem dos programas.

Perguntado aos produtores por que eles não participam dos programas, as respostas foram distintas, sendo que: um produtor mencionou que não participa em virtude da falta de conhecimento dos programas; um segundo produtor disse que é por causa da idade, já que é

idoso e isso impede que continue na produção; um terceiro produtor disse que para participar, seria necessário plantar outros produtos, pois trabalha com o café, e além de tudo é idoso; um quarto produtor colocou que não participa por causa do tamanho da área, considerando-a muito pequena; e, por fim, um outro produtor disse que não participa porque não foi convidado pela associação.

Assim, existem fatores distintos que impedem a não participação nesses programas, apontando empecilhos como necessidade de investimentos na produção, idade, tamanho da área, enfim, mas dois produtores chamaram a atenção: um por mostrar que não participa por falta de conhecimento dos programas e o outro porque não fora convidado, enfim mostra-se que existe um interesse destes em conhecer e quem saber participar do PAA e do PNAE.

Dessa forma, em relação ao interesse destes produtores em participarem, 60% (3 produtores) alegaram que não tem interesse, justificando para tanto: um produtor porque já é aposentado; outro produtor porque é aposentado e tem a atividade voltada para o café; e outro entrevistado porque a propriedade é voltada mais para a pecuária leiteira.

Os demais 40% (2 produtores) alegaram ter interesse em participar, justificando um produtor que os programas auxiliam as pessoas, além de aumentar a renda, e o segundo coloca somente que seria bom poder participar dos programas.

Com relação à participação destes produtores em outros programas, todos afirmaram que sim, sendo que 80% (4 produtores) disseram ter participado do Microbacias 1, sendo beneficiados por meio da construção de poço artesiano, terraceamento e melhoria da estrada rural. Os outros 20% (1 produtor) disseram ter participado de cursos do SEBRAE e tem uma avaliação positiva desta experiência, todavia, não nos informou mais detalhes.

Verifica-se, assim, que mesmo estando longe de políticas de comercialização, a maioria desses produtores acabou participando do Microbacias 1 e adquirindo benfeitorias para as propriedades rurais como o poço artesiano e os terraceamentos.

Sobre a utilização de algum tipo de financiamento para melhorar a produção, 60% (3 produtores) disseram que nunca utilizaram, alegando que não querem ficar com dívidas e que os vencimentos geralmente ocorrem em épocas em que a cotação dos preços dos produtos na agricultura passam por períodos de baixa, e assim, fica em dívida com o banco, e por que também não confiam em financiamentos.

Os demais 40% (2 produtores) disseram ter utilizado o PRONAF Investimento, sendo aplicado na produção; um produtor utilizou o mesmo para comprar ordenhadeira, e outro produtor informou que já fazem mais de 15 anos que fez um empréstimo via PRONAF para ser

utilizado na produção do algodão, e há 9 anos fez um outro empréstimo, empregando na compra de cabeças de gado.

Quanto à existência de alguma dificuldade de comercialização, 80% afirmaram que não possuem, enquanto que 20% (1 produtor) afirmaram que possuem dificuldades, sobretudo com relação aos preços, que geralmente são baixos.

Para aqueles que disseram que não possuem problemas em comercializar seus produtos: um produtor deu sua opinião a respeito do que precisa ser feito para minimizar os problemas relacionados com a comercialização da produção agropecuária, alegando que é necessário equilibrar a demanda e a oferta (produção), e aumentar a concorrência entre os compradores, pois como ele aponta, quando não há concorrência, certos canais de comercialização dominam os preços e, consequentemente, esses são baixos para o produtor.

Com relação ao PAA e ao PNAE, se os produtores já pensaram que os mesmos poderiam garantir-lhes a compra de seus produtos, as respostas obtidas foram que: para um produtor participar dos programas não compensa, pois considera a quota baixa; outro produtor afirmou que não pensa em produzir mais em virtude da idade, pois exige muito investimento e uso de mão-de-obra; um terceiro produtor disse que já pensou que os programas poderiam lhe auxiliar na garantia de comercialização, porém, ainda não deu certo sua participação, sem mais justificativas; e; por fim; um outro produtor nos colocou que não apresenta dificuldades de comercialização por isso não pensou em participar dos programas.

Se os produtores receberam algum tipo de incentivo para participar do PAA e do PNAE, três (3) produtores (60%) alegaram que não receberam incentivos, enquanto que dois (2) produtores (40%) disseram ter recebido motivações para participar, porém, resolveram não participar porque um produtor considera ter uma propriedade muito pequena e o outro produtor como já é aposentado, também não quer voltar a investir e pretende só continuar com o café que vem produzindo.

Assim, observa-se que para os entrevistados a não participação no PAA e no PNAE é afirmada não somente por alguns não conhecerem o funcionamento dos programas, mas também porque consideram que não há necessidade de participação, no caso dos aposentados. Para aqueles que não querem modificar sua produção, e aqueles que querem participar, mas consideram a área da propriedade pequena para produzir e render lucros, todavia, foi apontado que existem produtores que tem o interesse em conhecer os programas, porém, ainda não tiveram oportunidades, ou seja, muitos dos que não participam necessitariam transformar a sua produção para participar, pois pelas respostas obtidas, indica-se que estes estão trabalhando

com outras atividades e também não pretendem investir em culturas que são necessárias para vender nos programas, como frutas, legumes, verduras etc.

7.4 Perspectivas e Avaliação do Produtor

Considerando os 20 produtores entrevistados, a respeito do interesse que os mesmos possuem em continuar investindo na produção agropecuária, das respostas que obtemos: 35% (7 produtores) dispõem de um alto interesse em continuar, sendo apresentado como justificativas: a vontade de aumentar a produção, investindo em tecnologias para melhorá-la; para manter a produção da forma como esta; porque gostam da profissão; necessidade de investir na agricultura para melhorar a produção; e porque sempre há espera de que, com investimentos, se consiga melhorar os lucros.

Os demais 50% (10 produtores) apontaram que possuem interesse médio em continuar investindo nas lavouras cultivadas nas propriedades, pois apontam que: não pretendem mais investir, pois os investimentos são caros; que só vivem para o trabalho; problemas com o clima, afirmando que existem muitas perdas; que já trabalharam muito; existem problemas de contratação de mão-de-obra, alegando a ausência cada vez maior de pessoas interessadas em trabalhar nas propriedades, além de um produtor afirmar que até para quem pretende começar a produzir está difícil.

Outros 15% (3 produtores) disseram que possuem baixo interesse em continuar, afirmando como empecilhos a questão da idade avançada e a baixa remuneração advinda das atividades agropecuárias.

A respeito das principais dificuldades enfrentadas na atualidade pelos entrevistados em suas atividades agropecuárias, o mais declarado pelos produtores está relacionado aos problemas com o clima (14 vezes mencionado pelos produtores), ou seja, lidar com o excesso ou a ausência de chuvas que trazem desequilíbrios e perdas na produção; outro problema que existe é falta de assistência técnica para suprir as necessidades dos produtores (citada 8 vezes); Falta de acesso as melhores técnicas e equipamentos, ou seja, de tecnologias para melhorar a produção (citada 6 vezes); e a falta de incentivos do Estado (citada 6 vezes) que, segundo um produtor, se faz pela burocracia existente para a aquisição de financiamentos, enquanto outro produtor menciona a necessidade de minimizar a burocracia para quem está iniciando a produção, e apenas uma vez foi mencionado dificuldades com a comercialização.

Outras dificuldades foram apontadas como a escassez cada vez maior de mão-de-obra para trabalhar na produção (citada 2 vezes) e poucos retornos financeiros, como mostra o quadro 5.

Quadro 5: Principais dificuldades enfrentadas pelos produtores na produção agropecuária

Produtor	Principais dificuldades
1	Problemas relacionados ao clima
2	Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima.
3	Falta de acesso a melhores técnicas e equipamentos de cultivo; Problemas relacionados ao clima; Outra: Escassez de mão-de-obra.
4	Problemas relacionados ao clima; Falta de acesso a melhores técnicas e equipamentos de cultivo.
5	Falta de incentivo do Estado; Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima.
6	Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima, Falta de acesso a melhores técnicas e equipamentos de cultivo.
7	Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima; Falta de acesso a melhores técnicas e equipamentos de cultivo.
8	Problemas relacionados ao clima
9	Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima; Falta de acesso as melhores técnicas e equipamentos de cultivo.
10	Falta de incentivo do Estado
11	Outro: Escassez de mão-de-obra
12	Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima;
13	Falta de incentivo do Estado; Falta de assistência técnica; Problemas relacionados ao clima.
14	Falta de incentivo do Estado
15	Dificuldades de comercialização; Problemas relacionados ao clima; Falta de acesso as melhores técnicas e equipamentos de cultivo.
16	Dificuldades de comercialização
17	Falta de incentivo do Estado; Falta de assistência técnica.
18	Problemas relacionados ao clima; Falta de acesso as melhores técnicas e equipamentos de cultivo.
19	Problemas relacionados ao clima
20	Falta de incentivo do Estado

Fonte: Pesquisa de campo**,** abril de 2014 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Quanto à opinião dos produtores referente ao estímulo que os jovens sentem para permanecerem nas atividades agropecuárias, todos os entrevistados acreditam que, na atualidade, os mesmos recebem poucos estímulos para continuarem no campo, apresentando como justificativas que na zona rural a renda adquirida é insuficiente, limitada, que o trabalho é árduo e difícil e, portanto, não compensa. Alguns produtores também mencionaram que faltam incentivos do governo para os jovens permanecerem no campo, além de um produtor ter colocado uma opinião importante, que os jovens filhos de agricultores desde pequenos não são envolvidos com as atividades agrícolas e pecuárias, já que os pais desejam uma outra profissão para os mesmos.

Referente à opinião dos entrevistados sobre o que o governo poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores, dentre as respostas obtidas os produtores mostraram que é necessário melhorar os preços pagos pelos produtos, diminuir as taxas de juros dos financiamentos, aumentar a assistência técnica, diminuir o preço dos insumos ou que o governo os subsidiassem, pois estes são caros, já que "tinha que melhorar o preço dos produtores e abaixar dos insumos, por isso que o produtor arrenda a propriedade para a cana, porque ele recebe o dinheiro livre".

Outros, de forma geral, consideram que precisa de mais apoio para a agricultura familiar, e um produtor até menciona a questão de aumentar a quota do PAA para facilitar a comercialização. Um produtor disse que seria necessário pagar salários mínimos aos agricultores, melhorar o PAA e PNAE e outro produtor mencionou que o agricultor teria que ter um seguro, para que se perdesse sua produção, se sentisse mais tranquilo ou quando nesta mesma situação o mesmo pudesse adiar o pagamento de algum empréstimo realizado, ou dividir em parcelas menores, e outro entrevistado nos colocou não saber o que precisar melhorar, das ações governamentais voltadas ao pequeno agricultor.

Quanto ao papel que o PAA e o PNAE tem desempenhado para melhorar as condições dos produtores no campo, a totalidade dos entrevistados, inclusive aqueles que não participam, acreditam que estes programas tem ajudado em vários sentidos, como no estímulo a produção de alimentos, sendo uma forma do produtor permanecer na atividade agropecuária; outros colocam que os mesmos tem dado garantia de comercialização e de preço, já que com esses mercados institucionais, a figura do atravessador tornou-se menos frequente, pois este lucrava muito com a venda dos produtos; e para outros produtores, os programas tem possibilitado aos agricultores diversificarem suas plantações, o que tem concedido uma renda extra ou complementar para os mesmos.

No que se refere à existência de alguma dificuldade dos entrevistados para continuar vivendo da produção agropecuária, 70% (14 produtores) afirmaram que não tem; enquanto que 30% (6 produtores) afirmaram que sim, alegando ter poucos retornos financeiros, idade avançada, dificuldades de acesso aos créditos, mas outro produtor coloca que mesmo com as dificuldades, dá para continuar, já que tem uma segurança entregando no PAA.

E com relação às perspectivas dos entrevistados e da família dos mesmos sobre a unidade produtiva de cada um, 65% (13 produtores) afirmaram que pretendem permanecer produzindo no meio rural, considerando dentre as respostas, que gostam de produzir e morar no campo, pensam em aumentar a produção porque gostam da vida do campo já que alegam que na cidade tudo é comprado e caro, e outros pretendem continuar deixando de herança para os filhos, e um produtor coloca que no momento continua produzindo, mas, futuramente pensa em vender a propriedade.

Em relação aos outros entrevistados, 15% (3 produtores) afirmaram que pretendem vender as propriedades e irem morar na cidade, afirmando que na área urbana é mais fácil para se viver, já que não tem problemas de ordem climática, além de que com o dinheiro da propriedade, pode-se comprar uma casa na cidade e que você pode alugar e ter uma renda garantida mensalmente, já que os filhos não possuem interesse na terra.

Outros 10% (2 produtores) assinalaram que não pretendem vender suas propriedades e nem continuar produzindo, pois está difícil permanecer na agricultura apenas dependendo do clima, sem o uso de tecnologias, e, portanto, já colocam o interesse de apenas continuar morando na propriedade. Somente um produtor (5%) disse que vai deixar de herança para os filhos.

Verifica-se, assim, que grande parte dos entrevistados, apesar das dificuldades apontadas para permanecerem sobrevivendo da produção agropecuária, pretende continuar morando no campo, pois dentro da propriedade é onde o produtor coloca em prática o “saber fazer” e, dessa forma, é onde ele está acostumado, seja a lidar com as próprias dificuldades da profissão, e por também gostar, já que muitos colocaram que apreciam morar na zona rural.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança alimentar e nutricional apreendida enquanto um conceito, tomou contornos mais precisos a partir da 2° Guerra Mundial, quando vários países da Europa viram-se passando por um momento de crise alimentar. A criação da FAO trouxe um marco para a problematização da fome no mundo, com a consciência de que tal situação deveria ser tratada pelo Estado. Medidas para garantir a Segurança alimentar e nutricional foram adotadas, como a expansão da produção agrícola, com a adoção de alta tecnologia e insumos químicos, processo que ficou conhecido como "Revolução Verde".

Tais medidas mostraram que o problema da fome não se continha apenas com o aumento da produção de alimentos, e dessa forma percebeu-se que para garantir a segurança alimentar era necessário priorizar o acesso e qualidade dos alimentos, como fora apontado pelos eventos promovidos pela FAO a partir da década de 1990.

Com a definição dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, em 2002, dentre os quais um propunha diminuir pela metade o número de pessoas desnutridas até 2015, a FAO convocou diversos países a tomarem medidas, entre eles o Brasil.

No caso brasileiro, a segurança alimentar passou a se constituir, pelo menos em termos oficiais, como ação central do governo, exemplificada pela criação do Programa Fome Zero em 2003. Como desdobramentos do Fome Zero foi formulado políticas de segurança alimentar que valorizam, por um lado, a produção local realizada pela agricultura familiar, para o abastecimento as populações atendidas pelos seus programas a exemplo do PAA por entidades e famílias cadastradas na assistência social do município e, no caso do PNAE, para alunos matriculados regularmente no ensino público.

Esses programas possibilitaram um marco importante no que diz respeito à valorização da agricultura familiar, uma vez que estabeleceram a criação de mercados institucionais que passaram a comprar a produção deste segmento, que ao mesmo tempo tem possibilitado a garantia da segurança alimentar em escala local.

Tais desdobramentos não poderiam ser mencionados sem a valorização do associativismo, compreendido enquanto uma estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar, uma vez que é por meio desse tipo de organização coletiva, que os produtores rurais tem acesso ao PAA e ao PNAE.

Os programas podem ser compreendidos enquanto políticas que promovem o desenvolvimento territorial, uma vez que estimulam a participação da sociedade local e envolver agentes dessas localidades para discutir e melhorar suas ações, procurando gerar

resultados positivos aos seus beneficiários, seja os agricultores familiares, de um lado, ou as populações atendidas por outro.

Tanto o PAA como o PNAE, possuem características próprias, mas que não se excluem, ou seja, se complementam, pois visam à garantir a segurança alimentar por meio da oferta regular de alimentos fornecidos pelos produtores rurais.

Dados estatísticos sobre o PAA apresentaram que as regiões que mais utilizaram recursos do programa para o ano de 2014 foram as regiões, Sudeste e Nordeste, seguidas das regiões, Sul, Norte e Centro Oeste, com destaque em especial ao Estado de São Paulo que nesse período contou com 138 municípios participantes no programa, valor correspondente ao maior número de municípios participantes de todos os estados brasileiros.

Em relação ao PNAE, podemos observar várias facetas a começar destacando o seu processo histórico, seu funcionamento considerando os passos principais para a compra direta da agricultura familiar, os benefícios gerados no Estado de São Paulo, com a diversificação da produção, a partir da participação da agricultura familiar e de programas como o PAA e, posteriormente, o PNAE. Os resultados presenciados, mostram que o mesmo apresenta alguns problemas de funcionamento que se ligam às questões diretas do poder público local e sua relação com o produtor que, de se certa forma, ainda se mantém distante.

Dados sobre o programa também ressaltaram que o número de recursos investidos na merenda escolar após a criação da lei n° 11.947 de junho de 2009, aumentaram significativamente, dada a expansão que o programa possibilitou de atendimento a alimentação escolar das escolas no Brasil, com a compra de produtos oriundos da agricultura familiar.

Partindo para o contexto local de estudos dos programas, observamos que a história do município de Dracena está intimamente relacionada ao contexto de formação da região da Nova Alta Paulista, tendo como importantes para esse processo a atuação de empresas loteadoras, no caso mais específico de Dracena, a empresa do Sr. Irio Spinardi, e a presença do café como principal atividade econômica do período.

O café, por sua vez, foi a principal atividade econômica da região até a década de 1970, quando uma forte geada atingiu o setor produtivo e outros cultivos começaram a despontar como a fruticultura, a pecuária e a cana-de-açúcar, mantendo-se, porém, as plantações de café, só que em número bem reduzido se comparado ao início do processo de ocupação da região.

Percebemos, através das análises realizadas sobre os dados de fonte secundária, no Censo Agropecuário, que a MRG e o município de Dracena passaram por muitas transformações, principalmente no que se refere à diversificação da produção para fruticultura,

além de considerar os avanços da criação de gado e da cana-de-açúcar a partir da década de 1990.

Verificamos pelos dados dos Censos Demográficos que a população nas décadas de 1980 a 2010 se urbanizou, assim como o número de população idosa aumentou na MRG e no município de Dracena.

Com relação à operacionalização do PAA e PNAE no município de Dracena-SP, verificamos que um dos fatores, senão o principal para o desenvolvimento dos programas, está relacionado à forte atuação dos agrônomos da Casa da Agricultura junto aos produtores rurais, como apontado várias vezes ao longo das entrevistas, como sendo primordial para o alavancamento desses mercados, sem contar a presença do Escritório de Desenolvimento Rural (EDR) no município de Dracena, e de organizações coletivas com associações bem estruturadas, outro fator muito importante.

Um problema em comum mencionado ao longo das entrevistas está relacionado à falta de mão-de-obra para se trabalhar nas atividades agropecuárias, o que, por sua vez, está intimamente ligado à falta de jovens no campo, ao envelhecimento da população rural e a indisponibilidade das pessoas para trabalharem temporariamente, o que nos leva a pensar que as políticas públicas passam a ser uma das formas encontradas para o retorno da população jovem, mas não podemos ser muitos otimistas, como nos apontou os engenheiros agrônomos do EDR, pois o retorno da população jovem depende de uma infinidade de variáveis, entre elas se os jovens vão querer perder a facilidade de locomoção que tem nas cidades.

Com relação ao desenvolvimento das políticas, observamos no contexto do município, o PAA e o PNAE vêm funcionando e que os mesmos são fiscalizados por um único conselho, o CAE, dada ausência de um conselho especifico para fiscalizar o PAA.

Em relação ao desenvolvimento dos programas na APRD, verificou-se que os produtores são, em sua maioria, segundo a presidente da associação, participam mais do PAA do que do PNAE, fator ligado as características do programa que permitem ao produtor entregar o que ele já produz na propriedade não necessitando de grandes investimentos, respeitando inclusive a sazonalidade dos produtos. O produtor participante tem o período de vigência dos projetos de venda ao PAA, geralmente de um ano para entregar toda a sua quota.

Dessa forma, mesmo sendo maiores os preços pagos aos produtos entregues no PNAE, os produtores prefere continuar entregando no PAA, do que participar do programa que abastece a alimentação escolar, uma vez que no PNAE os produtores necessitam ter uma diversificação e regularidade maior de produção para atender a entrega semanalmente do programa.

Para a presidente da APRD, o agricultor familiar precisaria ter o apoio de uma assistência técnica mais ativa, dentro da propriedade, que o ajudasse a melhorar a produção e diversificá-la para entregar sobretudo no PNAE, pois considera que o PAA é uma política importante que ofereceu o primeiro estimulo ao produtor. Todavia, é necessário que o produtor diversifique seus cultivos e invista na produção para entregar no PNAE em que a flexibilidade da venda é maior por um lado, quando se coloca o valor da quota, e a negociação dos preços entregues. Por outro lado, quando se abre a necessidade de novas formas de produção para atender uma demanda mais ampla de produtos como a apresentada nos cardápios da merenda escolar, vê-se que a diversificação produtiva é o principal caminho para o produtor ter plena participação no programa, condição que muitas vezes limita a participação de vários produtores que não investem em suas produções agropecuárias.

Apesar da APRD possuir mais produtores associados participantes do PAA, observamos, porém, que a compra de produtos para a alimentação escolar torna-se cada vez mais importante, uma vez que as escolas conseguem se abastecer integralmente no município de frutas, legumes e verduras, vindos diretamente da agricultura familiar.

Os resultados observados empiricamente no município de Dracena para os produtores participantes dos programas, mostram que os mesmos veem trazendo novas oportunidades de comercialização, bem como tem proporcionado novas formas de geração de renda, como muitos entrevistados enfatizam.

Todavia, existem pontos a serem aperfeiçoados no PAA e no PNAE, nos tramites de compra e venda dos produtos da agricultura familiar a considerar: o aumento do valor da quota anual do PAA e da demanda de produtos alimentícios, no caso dos dois programas, como ressaltado pelos entrevistados. Isso mostra que os produtores reconhecem transformações que resultariam positivamente na garantia de preço e obtenção de renda para os mesmos. Percebemos, assim, que os produtores estão cada vez mais envolvidos com os programas, sugerindo inclusive modificações.

Além do que percebemos que, aqueles que não participam de nenhuma dessas políticas acabam justificando como empecilhos à idade, a existência de pouca terra para produzir e diversificar a produção, ou a própria ausência de informações ou de “convites”, como colocado por um dos entrevistados para participar desse programas.

Os produtores que entregam no PAA e no PNAE e aqueles que somente entregam no PAA mostraram muitas vezes compartilharem de opiniões que são convergentes a respeito do que precisa melhorar em cada programa, bem como dos estímulos que os mesmos receberam

para participar dessas políticas públicas, já que grande parte dos produtores indica a associação de Dracena, como a principal responsável por eles participarem dos programas.

Além do que poucos produtores mostraram se utilizar de tecnologias para melhorar a sua produção após a participação dos mesmos nos programas. Por sua vez, quanto à necessidade de aumento da área de cultivo, percebemos que os produtores participantes dos dois programas sentiram mais essa necessidade do que somente os que entregam no PAA. Isso porque, os mesmos possuem uma produção excedente maior do que a ofertada nos programas, quando comparado aos produtores que entregam apenas no PAA e que para muitos a sua produção é suficiente, não acarretando muitas perdas ou necessidade da procura de outros mercados, como mostraram os produtores que entregam para o PAA e o PNAE.

Enfim, verificou-se que entre aqueles que apenas entregam seus produtos no PAA e aqueles que entregam no PAA e PNAE, existem inúmeras variáveis que os produtores compartilham das mesmas respostas e pouco divergem sobre elas, mostrando assim que os programas vem atingindo resultados, apesar de considerarem que necessitam de alterações.

O município de Dracena se converte em um exemplo de estudo de caso bem sucedido de desenvolvimento dos programas PAA e PNAE, quando comparado a outros municípios no contexto regional de Dracena, assim como com diversos municípios brasileiros. Os resultados no município estudado mostram, que os programas possuem deficiências nas suas ações e que precisam ser melhoradas, todavia o envolvimento dos agrônomos seja do EDR, seja da casa da agricultura do município, assim como de outros órgãos municipais como a nutricionista responsável pelo cardápio da merenda escolar, mostram a preocupação dos mesmos em beneficiar a agricultura familiar, com a elaboração de projetos de venda que possibilitem a garantia de comercialização.

Novas oportunidades de comercialização surgem dessa forma para os produtores rurais, e novas possibilidades se abrem cada vez mais para que os produtores superem uma das principais dificuldades enfrentadas por eles que se exemplifica na garantia de venda para parte daquilo que produzem.

Com os programas, os produtores vêm desfrutando de novas formas de comercialização de seus produtos, ainda que existam entraves e, muitas vezes, mudanças consideradas necessárias para cada um dos programas, tanto o PAA como o PNAE, têm trazido para seus participantes a garantia de venda, e para os beneficiários segurança alimentar e nutricional, mostrando assim resultados que implicam numa articulação necessária entre produtores, associações e beneficiários, que se convertem em ações que podem promover o desenvolvimento territorial.

9. REFERÊNCIAS

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH); INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Projeto Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada.** Relatório de pesquisa apresentado a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, Brasília, 2012.

ALMEIDA, L.M.M.C; FERRANTE, V.L.S.B. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **IN: XLVII ENCONTRO DO SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 2009, Porto Alegre. Anais do XLVII Encontro da Sociedade brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009, p. 1-21. Disponível em:< http://www.sober.org.br/palestra/13/810.pdf > Acesso em: 23 nov.2013.

ANDRADE, M.C. **Modernização e pobreza**. **A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2014. **2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar.** Editora: Bota Amarela, p.12-21, 2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2014. 2014 ano internacional da agricultura familiar. **Programa de Aquisição de Alimentos:** caminho para inclusão produtiva e combate à fome. Editora: Bota Amarela, p.132-135, 2014.

ARISTIDES, M.J.S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Pirapozinho (SP).** 2013. 194f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ARRUDA, E. E.; ALMEIDA, C. M. A mercantilização do Programa Nacional de Merenda Escolar. **Intermeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**,
UFMS, Campo Grande/MS, v.11, n. 22, p. 88-110, 2005. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/158>. Acesso em: 23 set.2013.

ARTIGIANI, E. L.; ARRAES, N. A. M. O estudo de estratégias de produtores rurais. In: **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural,** 2004, Cuiabá. Anais do XLII Congresso da SOBER. Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/12/02O095.pdf. Acesso em: 12 de Jul.2013

AOKI, P; FONTES, L, AMORIM, B, SALAGADO, J. S. A organização da agricultura familiar e a política governamental do Programa Nacional de Alimentação Escolar: o caso de Pedro Canário, Espírito Santo. IN: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2013, Porto Alegre**. Anais do VIII Congresso brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre, 2013, p. 1-5. Disponível em: < http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/14967/9376 > Acesso em: 12 fev. 2014.

BASTOS, F; GOMES DA SILVA, A. **Instituições na Agricultura Familiar: Ampliando a discussão sobre arranjo e ambiente institucional**. Texto de revisão teórica para a pesquisa CNPq: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais – IPODE, 2008.

BELIK, W.; Introdução ao Projeto Nutre. In: BELIK, Walter; CORÁ, Maria Amélia J. (orgs). **PROJETO NUTRE SP**: análise da inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, vol. 12, nº 01, p. 12-20, jan.-jun. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf >. Acesso em: 14 Jun.2014.

BELIK, W; CHAIM, N. A; WEIS, B. O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. **In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2004, Cuiabá. Anais do XLII congresso da SOBER. Brasília: SOBER, 2004 p. 1-12.

BELIK, W; CHAIM, N. A. A gestão do programa nacional de alimentação escolar e o desenvolvimento local. **In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural,** 2006, Fortaleza. Anais do XLIV Congresso da SOBER, 2006. Disponível em: < http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf > Acesso em: 28 fev.2013

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, 15(4), out/dez, 2001.

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. A Agricultura Familiar e o Atendimento à Demanda Institucional das Grandes Cidades. In: BELIK, Walter; CORÁ, Maria Amélia J. (orgs.). **PROJETO NUTRE SP**: análise da inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012, p. 63-76.

BECKER, C.; CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: **XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL,** 2009, Porto Alegre-RS. Anais do 47º Congresso da SOBER, 2009.

BECKER, C.; COSTA, L. C.; SACCO DOS ANJOS. F. Consumo social e mercados institucionais: a agricultura familiar frente aos mercados de qualidade. In: XIII ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPEL, 2011, Pelotas. **Anais XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel**, 2011. Disponível em: < http://ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CA/CA_00247.pdf > Acesso em: 20 de Ago.2013.

BENJAMIN, Roberto Schuray. **A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz: gênese – auge – decadência – perspectivas de recuperação.** Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-apresentacao> Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados estatísticos.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos> Acesso em: 16 jan.2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Decreto nº 11.947/2009.** Dispõe sobre a destinação de recursos à alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>. Acesso em 15 Nov. 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico PNAE**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> Acesso em: 14 jan.2014

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução N° 26 de 17 de Junho de 2013.** Disponível em: < http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013 > Acesso em: 03 fev. 2014.

BRASIL. Lei n° 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República Casa Civil**: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.emater-ro.com.br/arquivos/publicacoes/31012012165001.pdf > Acesso em: 20.set. 2013

BRASIL. Lei n° 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre as normativas do PNAE. **Caderno de legislação do PNAE**. Florianópolis, p. 4-27, 2011. Disponível em: < http://www.cecanesc.ufsc.br/Arquivos/Caderno_de_legislacao_PNAE_CECANE-SC__2011.pdf > Acesso em: 25 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combata a Fome. **Brasil sai do mapa da fome das nações unidas, segundo FAO**. Notícias MDS, Setembro de 2014. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao> Acesso em: 20 set. 2014

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Modalidades PAA.** Programa de Aquisição de Alimentos. 2014. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1> Acesso em: 12 jan.2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Controle Social.** Programa de Aquisição de Alimentos. 2014. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1> Acesso em: 12 jan.2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução N° 59 de 10 de Julho de 2013.** Estabelece as normas que regem a modalidade Doação Simultânea no Programa de Aquisição de Alimentos. Resoluções Grupo Gestor do PAA. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/resolucoes-do-grupo gestor/ResolucaoP2059,P20GGPAA.pdf.pagespeed.ce.JJ2ohMrLku.pdf> Acesso em: 23 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução N° 62 de 24 de Outubro de 2013**. Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resoluções Grupo Gestor do PAA. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/resolucoes-do-grupo-gestor > Acesso em: 23 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Alimentação Escolar. **Cartilha o encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**. 2011.

Disponível em: < http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=8291399> Acesso em: 18 out. 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto Nutre SP:** análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São de São Paulo. 2012. 104p. Disponível em: < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos-2012/Publica%C3%A7%C3%A3oNutreS%C3%83OPAULO.pdf > Acesso em: 02 de Set. 2013.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Agricultura familiar já produz 70% dos alimentos consumidos no mercado interno do país, informa Pepe Vargas.** 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/agricultura-familiar ja-

produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-mercado-interno-do-pais-informa-pepevargas> Acesso em: 12 Ago.2013

CALDEIRA, F. **Consumo alimentar em Presidente Prudente-SP:** subsídios para políticas públicas. 2008. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

CAMPOS, A; BIANCHINI, V. Agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: DEL GROSSI, M.E; KROEFF, D.R. (Org). **PAA, 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, 2013, p.11-25.

CARDOSO, Ruth. Carta da D. Ruth. In: **Presidência da República Federativa do Brasil/Casa Civil/Secretaria Executiva da Comunidade Solidária. Construindo a agenda social: síntese preliminar das seis rodadas de interlocução política do Conselho da Comunidade Solidária**. 1996-1997. Brasília. Documento do Programa Comunidade Solidária, 1997. Disponível em: <www.comunidadesolidaria.org.br.> Acesso em**:** 25 jul. 2013.

CENSO AGROPECUÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO**. Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.** Rio de Janeiro, parte II, vol.III.

CHMIELEWSKA, D; SOUZA, D; LOURETE, A.A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: Estudo de caso no estado de Sergipe. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)**. Brasília, p.1-42, 2010. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1510.pdf> Acesso em 15 jan.2014

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Ações da Conab-PAA**. 2013. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1493&t=2 > Acesso em 15 jan. 2014

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Ações da Conab-PAA**. 2014. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1493&t=2 > Acesso em 25 jan. 2014

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Compra com Doação Simultânea – CDS**. COMUNICADO CONAB/MOC N.º 019, DE 01 de Setembro de 2014. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/conabweb/download/moc/titulos/T30.pdf> Acesso em: 12 jan.2015.

CÔRREA, E.S. **Programa Nacional de Alimentação Escolar- Um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.** 2011. 62f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Tecnólogo em Planejamento e Gestão para Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço

do Sul, 2011. Disponível em< http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38150/000820613.pdf?...1 > Acesso em: 14 jan.2014

COSTA. L.M.C. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários:** um estudo de caso. 2004. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: < http://www.prodema.ufc.br/dissertacoes/091.pdf > Acesso em: 20 Nov. 2012

CRUZ, C.M.S. VIEGAS, G. L; VIANA, C.A.S; SILVA, G.C.A ; GOMES, M.C.C. G . **O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas: a evolução do programa de aquisição de alimentos. Conab. Histórico PAA.** 2014. p.1-11. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_15_16_03_05_artigo_evolucao_do_paa_2.pdf> Acesso em: 22 set. 2014

COUTINHO DE PAULA, L. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Presidente Prudente (SP).** 2012. 156f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

DANELON, M.A.S. **Programa de alimentação escolar em unidades de tempo integral:** experiências e desafios de gestão. 2007. 233f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../DissertacaoMariaDanelon.pdf > Acesso em: 20 out.2012.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE ROMA. Disponível em: <www.feedingminds.org/level3/lesson3/WFSdecl_pt.htm>. Acesso em: 26 fev. 2015

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICIPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, v.28, 1957, p. 294

FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário (1995/1996 e 2006).** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=1&p=CA&z=t&o=3> Acesso em: 10 de Jul.2013

FONSECA, Z. L. **Formas de intervenção institucional**; percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias. Viçosa: UFV (Dissertação de Mestrado), 1998.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos Municípios Paulistas – IMP. **Censo Demográfico 2010** Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=new&tema=1&tabs=1&aba=tabela1&origem=pesquisa_basica> Acesso em: 19 de Jul. 2013.

GARNICA, L. A.; LYRIO SANTOS, F. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso. **Informações Econômicas**, São Paulo v. 36, n.10, p. 88-95, 2006.

GIL, I.C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006:** entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007. 411f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GRAZIANO DA SILVA, J. Distribuição de Renda, Preço dos Alimentos e Padrão de Desenvolvimento Agrícola. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1996.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, p. 97-129, Jul. 2009

HESPANHOL, A. N. Da revolução verde ao desenvolvimento territorial. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA, João Lima (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.583-597.

HESPANHOL, R.A.M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Campo-Território**, Minas Gerais, v.5, n°10, p.123-147, ago. 2010. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11964> Acesso em: 29 Jul.2014.

HESPANHOL, R.A.M. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: Alternativas econômicas na Microrregião Geográfica de Dracena-SP. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2007, Londrina- PR p. 01-17.

HESPANHOL, R. A. M**.** O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena (SP)**.** In: **XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 2009, Porto Alegre - RS. CD - Rom do XLVII Congresso da SOBER. Brasília: SOBER, 2009. p. 01-18.

HESPANHOL, R. A. M. Perfil das associações de produtores rurais na Região de Presidente Prudente - SP. **Revista Geografia: Associação de Geografia Teorética**. Rio Claro. Impresso v. 32, p. 133-142, 2007

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, v. 25, p.469-483, 2013. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/viewFile/22638/pdf_4 > Acesso em: 12 jan. 2014.

HIRAI, W. G.; SACCO DOS ANJOS, F. Estado e Segurança Alimentar: Alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre v. 6, n.2, p.335-353, Jul./Dez. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, Censo Demográfico**. 2010, Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 08 de Ago.2012

LAZZAROTTO, J. J. O associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: **XXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração (ENANPAD)**, 2000, Florianópolis. Anais do XXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração (ENANPAD). Florianópolis: Anpad 2000.

LEÃO, C.S. **Rede urbana e cidades pequenas:** Os casos de Ouro Verde e Dracena (SP). 2008. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

LIMA, J. S. A apropriação dos conceitos de desenvolvimento territorial, capital social e economia solidária pelos coletivos organizados no território do sisal. IN: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, 2010, p.1-11. Disponível em: < file:///C:/Users/notebook/Downloads/download(1064).PDF> Acesso em: 16 jan.2014

MACIEL, L.R. **Mercado Institucional de Alimentos:** Potencialidades e Limites para a agricultura familiar. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) -Faculdade de Agronomia e Medicina e Veterinária, Universidade de Brasília, Distrito Federal- DR. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1460/1/2008_DissertacaoLucasMaciel.pdf > Acesso em 15 de Mai.2013

MALUF, R. S. Políticas Agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** 2ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 147-170.

MALUF, R.; MENEZES, F. Segurança Alimentar: pelo direito à alimentação. **Cadernos de Propostas sobre Segurança Alimentar**. 2001. Versão preliminar (mimeo.)

MARTINE, G; GARCIA, R.C. (Org). O**s impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, 271p.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM**, UnB, v. 07, p. 33-44, 2007.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. de Ary França e R. de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1952 – 1984.

MONTEIRO, C. A. (Org). **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil**: a evolução do país e suas doenças. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. **Ratzel.** 1ª. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 1. 200p.

NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. Os resultados do Programa de Microbacias no município de Assis, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas** v. 41, p. 19-32, 2011 Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2011/tec2-0511.pdfAcesso em: 18 de Nov.2013.

OLIVEIRA, A.R. **O Associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP:** Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Presidente Prudente, 2010, 219p. Tese (Doutorado em Geografia, Produção do Espaço Geográfico) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/10/adriano_dr.pdf. Acesso em: 15 de Jun.2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Brasil reduz em 50% o número de pessoas que passam fome, diz ONU.** Notícias ONU, de 16 de setembro de 2014. Disponível em: < http://www.onu.org.br/brasil-reduz-em-50-o-numero-de-pessoas-que-passam-fome-diz-onu/ > Acesso em: 20 set.2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório da ONU:** fome diminui, mas ainda há 805 milhões de pessoas no mundo com desnutrição crônica. Notícias ONU, de 16 de

setembro de 2014. Disponível em: < http://www.onu.org.br/relatorio-da-onu-fome-diminui-mas-ainda-ha-805-milhoes-de-pessoas-no-mundo-com-desnutricao cronica/ > Acesso em: 20 set.2014.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 909-916, 2013. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232013000400002&script=sci_arttext > Acesso em 24 Jul.2014.

TAKAGI, M. **A implantação da política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil:** seus limites e desafios. 2006. 208p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada, Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) Instituto de Economia, Universidades Estadual de Campinas.

PERES, T.H.A. Comunidade solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v.5, p.109-126, 2005. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/37/1609> Acesso em: 14 out.2013.

RAUPP, I.D; RINALDI, R.N; JUNIOR, W.F.R. O Programa de Aquisição de Alimentos como canal de distribuição dos produtos da agricultura familiar: um estudo na região de Toledo – PR. **In: XLVIII Congresso da Sociedade brasileira de economia, administração, e sociologia rural**, 2010, Campo Grande. Anais do XLVIII Congresso Brasileiro de Economia Administração e Sociologia Rural, 2010 p.1-17

SANTOS, L. M. P; SANTOS,S.M.C; SANTANA, L.A.A ; HENRIQUE, F.C.S ; MAZZA, R.P.D ; SANTOS, L.A.S ; SANTOS, L.S. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, nov. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2007001100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2013.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B.; SILVA, C. A. F. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SANTOS. R.E. **Viajando na História**. 1. ed. Dracena: Produção Independente, 1998. v.1.

SANTOS, S.M.C; PACHECO SANTOS, L.M. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de1995-2002. Abordagem metodológica. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23 n. 5 p. 1029-1040, mai. 2007.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.17, n°60, p. 1-21, Jan/Jun. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/notebook/Downloads/4043-8911-2-PB.pdf> Acesso em: 15 jan. 2014.

SILVA, Rubens Galdino da**. Incorporação da Nova Alta Paulista no setor produtivo do Estado de São Paulo:** município de Adamantina (1973 a 1959). (Dissertação de Mestrado em História) Assis: Unesp, 1989. 196 p.

SILVA, P.R; BAPTISTELLA, C.S.L; VERDI, A.D. Parceria como forma de trabalho rural no Estado de São Paulo, início do século XXI. **Rev. Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n 2, p. 42-51, fev. 2008. Disponível em: < file:///C:/Users/notebook/Desktop/parceria.pdf > Acesso em: 29 mai.2014.

SILVEIRA, P. R. C; NEUMANN, P.S; VELLA, H. A.G; LAGO, A, OLIVEIRA, A.E; PELEGRINI, G. A diversidade do associativismo na região do Corede-centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: **XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 1999, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Congresso da SOBER, 1999. Disponível em: < http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/03.pdf > Acesso em 20 de Out.2012.

SOUZA, L.B.B. Organizações da agricultura familiar no Estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. In: BELIK, Walter; CORÁ, Maria Amélia J. (orgs). **PROJETO NUTRE SP**: análise da inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012, p.31-45.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo**. Revista Geocrítica Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, v. 5, n. 93, jul, 2001. Disponível em: <http:// www.ub.es/geocrit/sn-93.htm >. Acesso em: 05 de Fev. de 2013.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** Dissertação (Mestrado em Economia). Campinas, São Paulo. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2008.

VALENTE, F.L.S. **O combate à fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do direito humano à alimentação** – um eixo estratégico do

desenvolvimento humano sustentável. Disponível em:< http://www.gajop.org.br/portugueses/alim_p.htm/>. Acesso em: 22 out. 2013.

VANNUCHI, L.V.B; REINACH, S. Estudo de Caso de Sucesso na Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar: Município de Tambaú – SP. **Projeto Nutre São Paulo**, p.49-60, 2012. Disponível em: < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos-2012/Publica%C3%A7%C3%A3oNutreS%C3%83OPAULO.pdf > Acesso em: 12 set. 2013.

VELOSO, F. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP):** O Pronaf e o PAA. 2011. 229f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. PAA – Evolução das Operações. In: **Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura e Abastecimento Alimentar**: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009, p. 146-154.

VOGT, S.P.C. **A construção social do mercado institucional de alimentos:** Estudo de caso do Programa de aquisição de alimentos na região Celeiro-RS. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: < http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2866 > Acesso em: 20 de Ago.2013.

VOGT, S. P. C; SOUZA, R. S. Políticas Públicas e Segurança Alimentar: Estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com doação simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2007, Fortaleza-CE. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção-Agricultura Familiar**, **Políticas Públicas e Inclusão Social**, Fortaleza, 2007, p. 1-12. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/01_regiao_20celeiro.pdf > Acesso em: 14 out.2013.

10. APÊNDICES

Apêndice A:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGRÔNOMOS DO ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE DRACENA

Nome dos entrevistados:

Profissão:

1.4. Data: ___/____/____

1. De que forma o EDR auxilia na execução do PAA e PNAE nos municípios e, em particular, em Adamantina e Dracena?
2. Como era o desenvolvimento do PNAE nos municípios de responsabilidade do EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) antes de 2009 e com a implantação da lei que garante a compra de 30% da agricultura familiar?
3. Qual era o número de agricultores familiares participantes dos programas (PAA/PNAE)? E atualmente (2012) quantos agricultores participam por município? Quais foram as principais dificuldades no início da implantação? Como foram resolvidas?
4. No início do processo de implantação dos programas (PAA/PNAE) houve uma seleção de agricultores para participar? E, atualmente, se um produtor deseja participar, como ele deve proceder?
5. No caso das associações participantes do PAA/PNAE, você considera que a participação dos associados tornou-se mais frequente com a implantação destas políticas públicas nos município de abrangência do EDR?
6. Quantas entidades são beneficiadas pelo PAA e quantas escolas são atendidas pelo PNAE nos municípios que compõem o EDR? E de outros municípios? Quais? Quantas pessoas aproximadamente frequentam tais entidades e escolas?
7. Os preços de referência para os agricultores familiares que participam do PAA/PNAE são compensadores? Qual é o parâmetro de referência dos preços para os programas?

8. Quais são os tipos de alimentos produzidos pelos agricultores incluídos no PAA/PNAE? Existe um controle ou vigilância sobre a qualidade dos alimentos distribuídos? Como isso é feito?

9. Houve melhoria na qualidade destes produtos depois que passaram a ser entregues nos programas? Em caso afirmativo, a que se deve isso? E de que maneira é realizado o processo de distribuição desses alimentos nos municípios abrangidos pelo EDR?

10. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas ao público alvo, desde o início da adesão dos municípios ao programa? E atualmente (2011 ou 2012)?

11. Houve uma adequação dos agricultores participantes do PAA/PNAE em adoção de tecnologias em suas propriedades? De que maneira isso ocorreu, eles se utilizaram de algum de tipo de financiamento (Pronaf)?

12. Qual é o nível de dinamismo da economia dos municípios atendidos pelo EDR? Você o considera alto ou baixo? Isso está ligado diretamente com a implantação do PAA/PNAE? Você considera que os programas trouxeram dinamicidade para economia local? Como? Por quê?

13. Quais são os aspectos positivos dos programas?

14. Quais são as limitações do PAA/PNAE?

15. Quais são as sugestões para a melhoria dos programas?

16. Qual é a importância da continuidade dos programas?

17. Em sua opinião, com os programas houve aumento e/ou diversificação da oferta de alimentos nos municípios? Em caso afirmativo, por que/como?

18. Você considera que o PAA e o PNAE trazem benefícios em relação á garantia de segurança alimentar? Por quê?

19. E quanto à redução do êxodo rural dos municípios pertencentes ao EDR?

20. Em sua opinião, esses programas podem estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhoram as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Por quê?

21. Quais são suas expectativas em relação a essas políticas? E quanto ao PPAIS, qual sua opinião? Há municípios no EDR participando das chamadas públicas? Quais?

Apêndice B:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGRÔNOMO DA CASA DA AGRICULTURA DE DRACENA-SP

Nome do entrevistado:

Profissão:

1.4. Data: ___/____/____

1. Como ocorreu no município de Dracena a implantação dos programas PAA e PNAE? Você teve algum tipo de participação? De que forma?

2. Em relação à Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), você auxiliou no primeiro projeto elaborado para o PAA? Como procedeu tal ajuda? Você também ajudou a associação a fazer o projeto para o PNAE? E hoje, de que forma você auxilia os produtores associados da APRD?

3. No início da implantação dos programas PAA e PNAE houve uma seleção de produtores para participar dos programas na APRD? Em caso afirmativo, quais critérios foram levados em consideração? Quais foram as principais dificuldades? Elas foram resolvidas? Como?

4. Como você avalia os impactos gerados por esses programas (PAA e PNAE) para o segmento da agricultura familiar no município e na região de Dracena? Eles foram positivos? Quais foram as principais mudanças alcançadas?

5. E para o município de Dracena, de forma geral os programas trouxeram uma significativa transformação em termos sociais e econômicos? Houve uma diversificação e aumento da oferta de alimentos? Seria possível quantificar essas informações (em termos de área cultivada/ variedade de produtos cultivados, número de produtores rurais participantes?)

6. Quais foram os resultados alcançados nas entidades beneficiadas com o PAA e nas escolas com o PNAE no município de Dracena?

7. Que outros tipos de benefícios a seu ver os programas podem acarretar? Existem aspectos negativos que se tornam empecilhos para o desenvolvimento do programa? Quais? Como podem ser resolvidos na sua opinião?

8. Em sua opinião, o que precisaria ser alterado nos programas? Você considera os preços de comercialização compensadores para os produtores rurais? Em média, é maior ou menor ao praticado pelos intermediários ou outros canais de comercialização?

9. Podemos afirmar que esses programas podem estimular a permanência dos mais jovens ou o seu retorno às atividades agropecuárias no campo? Ou apenas melhoram as condições daqueles produtores que permaneceram no campo? Qual sua visão sobre esse aspecto?

10. Em relação às associações de produtores e, em especifico a APRD, você acredita que programas como o PAA e o PNAE têm ajudado a fortalecê-las? Em quais aspectos?

11. Há assentamentos rurais no município de Dracena? Em caso afirmativo, são quantos? Envolvem quantas famílias e em termos de área? Nesse caso, essas associações (que são quantas?) fazem parte do PAA e do PNAE? Desde quando? Fornecendo quais produtos?

Apêndice C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA – APRD

Nome do entrevistado:
Escolaridade:
1Profissão:
Data: ___/____/____

2. A APRD e o desenvolvimento dos programas PAA e PNAE em suas instâncias:

1. Em que ano foi implantado o PAA e o PNAE na associação? Quais foram as principais dificuldades encontradas nessa fase inicial?
2. Quem elabora os projetos do PAA e do PNAE? No início da implantação do programa, vocês contaram com apoio de algum órgão como a CATI ou a casa da agricultura do município? E atualmente vocês contam com o apoio de algum órgão?
Qual? Qual é o período de execução de cada projeto?
3. Como os produtores associados da APRD foram informados sobre a existência do PAA e do PNAE?
4. Quantos produtores associados à APRD possuí? Destes quantos entregavam para o PAA e para o PNAE em 2013 (número inteiro e percentual)? E destes quantos entregavam para os dois programas? (Número inteiro e percentual) E no início da implantação de cada programa, qual era o número de associados participantes em cada programa (número inteiro e percentual)?

5. Dos agricultores associados da APRD que entregam produtos ao PAA e ao PNAE, quantos são do município de Dracena (número inteiro e percentual)? Existem produtores fora do município que entregam para o PAA e o PNAE em Dracena? Em quantos eles são (número inteiro e percentual)?

6. Há produtores associados que entregam tanto ao PAA como ao PNAE? Isso está diretamente relacionado aos valores pagos pelo projeto da merenda em relação ao PAA? Ou a quais outros fatores? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores para participarem dos dois programas?

7. Como os associados podem ser classificados como produtores: Grandes:____, Médios_____, Pequenos____. Quais critérios são utilizados para classificá-los dessa forma?

8. Qual é a área em há, em média, que os produtores rurais associados possuem? Quais são os principais produtos cultivados por eles? Todos são proprietários ou se encaixam em outras categorias (arrendatários, parceiros etc.)? E em quantos eles são em termos percentuais sobre cada categoria apresentada?

9. Dos agricultores associados da APRD que entregam produtos ao PAA e ao PNAE, quantos são do município de Dracena (número inteiro e percentual)? Existem produtores fora do município que entregam para o PAA e o PNAE em Dracena? Em quantos eles são (número inteiro e percentual)?

10. A APRD entrega ou já entregou produtos do PAA e do PNAE para outros municípios da região de Dracena? (No caso de sim) Quais? Por quê?

11. Para o produtor associado participar do PAA e do PNAE como ele deve proceder? Quem emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?

12. Você sabe se existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) no município de Dracena? (No caso de sim) Você participa? Por quê?

13. Qual órgão é responsável pela execução do PAA e do PNAE no município de Dracena? Ex: Prefeitura, ou é a própria associação?

14. Vocês auxiliam na elaboração do cardápio da merenda escolar ou isso fica por conta somente da nutricionista?

15. Para a venda no PAA, vocês utilizam a tabela de preços da Conab. E no PNAE quais são os parâmetros de referência utilizados para os preços dos produtos?

16. Dos produtos entregues ao PNAE, qual foi o valor do projeto de 2012 e agora em 2013? Houve uma mudança dos valores de R$,9.000 para R$ 20.000? Você acredita que os produtores participantes do programa tem uma produção suficiente para vender até o valor de R$,20.000 (em cada projeto) a partir da lei decretada em 4 Julho de 2012?

17. Como os produtores associados participantes do PAA e do PNAE recebem pelos produtos entregues? É via associação o pagamento ou é diretamente na conta bancária de cada produtor?
18. O produtor recebe mensalmente pela quantia que ele entrega, ou uma única vez com o valor total de acordo com o período de cada projeto? O que é exigido de documento do produtor para que ele tenha seu pagamento (Ex: nota fiscal)?
19. Em qual local é armazenado os produtos entregues no PAA e do PNAE? É na própria associação? Quais são os dias de entrega de cada programa? São os próprios produtores que trazem os produtos?
20. Como é entregue os produtos do PAA para as entidades socioassistenciais e do PNAE para as escolas?
21. Quantas entidades a APRD atende com a entrega de alimentos pelo PAA? E quantas famílias, em média, são atendidas por projeto em 2012? E quantas escolas a associação atende pelo PNAE e quantas crianças e adolescentes são atendidas em média por projeto conforme os dados de 2012?
22. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas ao público alvo, do PAA e do PNAE desde o início da adesão do município ao programa? E atualmente (2012 ou 2013)?
23. Como é feito o controle de qualidade dos produtos entregues pela associação ao PAA e ao PNAE? Existe algum critério? Há alguma diferença nesse sentido de um programa para outro?
24. Houve uma adequação dos pequenos produtores associados da APRD participantes do PAA e do PNAE em adoção de tecnologias em suas propriedades? Eles se utilizaram de algum de tipo de financiamento (Pronaf)? *(No caso de Sim)* Esse financiamento ocorreu de maneira individualizada ou de forma coletiva por intermédio da associação?
25. Desde a implantação do PAA e do PNAE, os que aderiram ao programa continuam ou houve um processo de diminuição ou substituição desses produtores no âmbito dos programas? Por quê?
26. Em sua opinião, os preços pagos aos produtores no PAA e no PNAE são compensadores? O que precisa ser melhorado dentro de cada programa, para que aja benefício em prol aos agricultores familiares participantes?
27. Quais foram os benefícios que o programa da merenda escolar trouxe para os produtores rurais e para a merenda das escolas?
28. Quais foram os benefícios que o PAA trouxe para os produtores e para as entidades socioassistenciais receptoras?

29. Você acredita que programas como o PAA e o PNAE tem ajudado a fortalecer a associação em termos de participação dos associados na tomada de decisões?

Questões gerais sobre a associação:

1. A associação atualmente ela recebe algum tipo de apoio da prefeitura? Qual?
2. Na associação atualmente, quais são os principais problemas que dificultam suas ações?
3. Quais são as exigências que a APRD coloca para o produtor se tornar associado?
4. Do total dos seus associados, quantos destes são do município de Dracena? E quantos são do distrito de Jamaica? E quantos são de outros municípios? Quais municípios?
5. A associação dispõe de uma sede? Onde são realizadas as reuniões da associação? Qual é a frequência delas? Ela dispõe de algum local para armazenamento da produção ou de insumos etc.??
6. Qual é o número de funcionários que a associação possui: Permanentes:___ Temporários___. Exercem quais funções?
7. De que recursos vocês utilizam para realizar o pagamento dos funcionários? A pessoa é contratada por dia ou é mensalista?
8. Atualmente a associação dispõe de implementos agrícolas que podem ser utilizados pelos associados? Quais?
9. A associação realiza compras coletivas de insumos entre os associados? (*No caso de sim*) Quais? Com qual frequência? Qual a vantagem das compras coletivas?

Apêndice D

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Nome do entrevistado:
Escolaridade:
1Profissão:
Data: ___/____/____

1. Quais são as atribuições do Conselho de Alimentação Escolar no município de Dracena?

2. Quem pode compor o CAE? Por quantos membros ele é composto? De que maneira é realizada a escolha dos membros do conselho? É por votação? Por quanto tempo permanece uma equipe de gestão do CAE? E possível numa mesma gestão ocorrer a entrada e/ou a saída de membros do CAE?

3- Como são distribuídas as funções do CAE entre seus membros? O que faz cada integrante?

4- Há quanto tempo você está na gestão do CAE? Como você entrou no Conselho, foi por escolha própria ou indicado por alguém? No caso de indicação, quem fez? No caso de ter sido escolha sua, como você ficou sabendo da existência do CAE?

5- Desde que ano o Conselho de alimentação escolar funciona no Município de Dracena? Por que a criação do CAE ocorreu nesse ano? O que motivou sua criação? Quem teve a iniciativa de cria-lo/ Quais foram as dificuldades iniciais?

6- Vocês tem o papel de fiscalizar os produtos entregues para a merenda escolar na associação? Como é a relação entre os membros do CAE com a associação de produtores? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

7- E com os produtores rurais, vocês (membros do CAE) tem contato direto? (No caso de sim) De que forma isso ocorre? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

8- E com as escolas participantes do programa, como CAE atua perante elas? É difícil essa relação ou não? Já ocorreram problemas? Em caso afirmativo quais? E como foram resolvidos?

9- Qual é a importância que você atribui ao papel desempenhado pelo CAE junto ao programa da merenda escolar (PNAE)? Existe alguma coisa que precisa ser mudado e melhorado no CAE?

10- Qual sua opinião sobre o programa da Merenda Escolar (PNAE), considerando seus aspectos positivos ou negativos? O que você acredita que precisa melhorar para o melhor funcionamento do PNAE?

Apêndice E

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ANÁLISE DO PAPEL DESEMPENHADO PELA NUTRICIONISTA NO CONTEXTO DA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE DRACENA

Nome do entrevistado:

Escolaridade:

1Profissão:

Data: ___/____/____

1. Quais são suas atribuições em relação à alimentação escolar no município de Dracena? Há quanto tempo você está nesta função?

2. O que modificou na alimentação oferecida nas escolas com a adoção do programa de merenda escolar (PNAE)? Houve significativa transformação com a entrada dos produtos da agricultura familiar? Como? (Os alunos aceitaram bem os novos cardápios)?

3. Quais foram as principais dificuldades encontradas no início da implantação do PNAE no município? Essas dificuldades estavam relacionadas à entrada dos produtos da agricultura familiar ou teve outros motivos? Como essa mudança foi aceita pelas merendeiras? Houve mudança em relação ao preparo dos alimentos? Como?

4. Quais são os critérios utilizados para a elaboração do cardápio a ser consumido nas escolas? Existe uma adequação dos produtos a serem consumidos como o que o produtor possui para entregar? Quem participa da elaboração do cardápio? Como ele é elaborado? Em que período do ano? Existe transformação do cardápio ao longo do ano como isso funciona?

5. Na elaboração do cardápio para a merenda escolar, já ocorreu à situação de vários produtores terem o mesmo produto a ser entregue no programa? No caso da resposta ser afirmativa, qual medida foi tomada para solucionar esse problema? Esse problema ainda vem ocorrendo? Com qual frequência? Existe comum acordo entre os produtores na entrega dos produtos? É por intermédio da associação. Como funciona?

6- Como é a relação estabelecida com os produtores para a aquisição do produto da merenda? Já aconteceu alguma vez do produtor não ter o produto solicitado para a merenda? Como vocês solucionaram esse caso?

7- Como é estabelecido o preço dos produtos comercializados dentro do PNAE? Existe a participação dos produtores opinando nos preços? Quais são os parâmetros que vocês utilizam para atribuir os valores dos produtos entregues na merenda? Como funciona?

8-. A merenda escolar do município é atendida somente com os produtos do agricultor familiar, ou existem outras formas de aquisição desses alimentos? (Exemplo mercado varejista ou outras formas). No caso afirmativo, Por que você acha isso ocorre? Isto está intimamente ligado com a falta de produtos oferecidos pelos produtores segundo as exigências criadas na merenda das escolas? Ou há outros fatores? Quais?

9. No programa da merenda escolar (PNAE) é obrigatória a compra de no mínimo 30% da agricultura familiar do município. Dessa forma, quando o produtor participa do programa e não entrega a mercadoria seja por que acabou ou outro motivo, como vocês fazem para obter o mesmo produto? De que forma vocês operacionalizam? Vocês substituem o produto ou o produtor, ou vocês compram do mercado varejista? No caso da substituição por outro produto ou por outro produtor ou a compra de mercado varejista é possível essa flexibilidade dentro do programa, ou a prioridade de compra é dada somente ao produtor? Explique como funciona.

10. Como ressaltado anteriormente, o município tem obrigação de comprar 30% da agricultura familiar os produtos para a merenda escolar. Qual é a porcentagem de compra dos produtores no município de Dracena? Ela ultrapassa ou é menor do que os 30%? Na sua opinião, por que isso ocorre?

11. Das duas associações presentes no município de Dracena, qual delas entrega uma quantidade de produtos maior para o PNAE? Como é resolvida essa questão da entrega dos produtos com as duas associações? Existe comum acordo? Descreva os principais produtos entregues pela associação de Jaciporã e os principais entregues pela associação de Dracena (APRD). Por que comprar determinados produtos de uma associação torna-se mais barato do que adquiri-los da outra?

12. Você saberia me informar quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram distribuídas às crianças e adolescentes desde o início da adesão do município ao programa da merenda escolar? E atualmente (2012 ou 2013)?

13. E quantas escolas do município de Dracena são atendidas pelo PNAE? Quantas crianças e adolescentes foram atendidas, em média, por projeto, pelo programa, conforme os dados de 2013?

14. Como é realizado o pagamento dos produtos fornecidos? É via associação ou diretamente como os produtores? É mensal, semanal, trimestral? Como funciona?

15. Como você avalia a adoção do PNAE para a merenda escolar do município? Quais são seus aspectos positivos e negativos? Em sua opinião, o precisaria ser modificado ou transformado no programa para torná-lo melhor?

Apêndice F

Questionário

Questionário a ser aplicado aos produtores rurais pertencentes à Associação do Produtores Rurais de Dracena (APRD). Município: Dracena-SP

Número do questionário: _____ Participante do PAA ( ) Sim ( ) Não
PNAE ( ) Sim ( ) Não
Nome do entrevistado:_____ Local da entrevista_____

1- IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR RURAL ASSOCIADO:

1.1 Profissão:_____

1.2
Idade:_____

1.3 Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

1.4 Situação civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Outra. Qual?

1.5 Possui filhos? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, quantos:_____Idade dos filhos: _____

1.6 Escolaridade do responsável pela unidade produtiva:
( ) Analfabeto
( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Fundamental incompleto
( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo
( ) Superior completo ( ) Superior incompleto

1.7. Local de residência:
( ) No Município de ....., em sua propriedade rural
( ) Na sede urbana (cidade) de.....
( ) No Distrito de ..... (Município de.....)
Outro: _____

1.8 Há quanto tempo mora neste local:
( ) Menos de um ano; ( ) Entre 1 a 5 anos; ( ) Entre 5 a 10 anos;
( ) Entre 10 a 15 anos; ( ) Entre 15 a 20 anos ( ) acima de 20 anos
( ) acima de 40 anos ( ) acima de 50 anos

1.9.Quais os motivos que levaram a preferir morar na cidade do que em sua propriedade rural?
_____
_____
_____
_____
_____

2. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA:

2.1. Condição do produtor em relação à propriedade**:** ( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) Parceiro Outro:_____

2.2. Quantas propriedades rurais possui

( ) Apenas uma onde mora;

( ) Apenas uma e não mora na propriedade;

( ) Mais de uma e mora em uma das propriedades;

( ) Mais de uma e não mora em nenhuma das propriedades

2.3 Formas de aquisição da propriedade: ( ) Compra ( )Herança ( ) Compra e Herança ( )Outra forma Qual? _____

2.4 Onde se localiza sua(s) propriedade(s) ou área arrendada: Bairro_____

Município_____

2.5 Soma da área das propriedades rurais que possui ou arrenda ou desenvolve outro sistema de produção (____) ha (____) alq e área da propriedade rural em que mora (____) ha (__) alq.

2.6. De acordo com a atividade econômica, a exploração da propriedade rural ocorre segundo:

( ) A produção é realizada por apenas um proprietário rural, ou um núcleo familiar, já que a propriedade tem apenas um dono;

( ) A produção é realizada por mais de um proprietário rural ou mais de um núcleo familiar, já que a propriedade possui mais de um dono, segundo a manutenção da propriedade por irmãos;

( ) Outra forma: qual?_____

2.7. É utilizado outro tipo de mão-de-obra além da familiar na produção agropecuária?

( )Sim ( )Não

2.8. Qual é o tipo de mão de mão-de-obra empregada:

( ) Empregados Permanentes. Quantos?_____ Em qual fase do processo produtivo?_____

( ) Empregados Temporários. Quantos?_____ Em qual fase do processo produtivo?_____

( ) Outros_____

2.9. Principal atividade econômica realizada pela unidade familiar

Culturas	**Área (ha. /alq.)**	**Produção total anual (ton. /sac. /kg)**	**Número de pés**

2.10. Produção pecuária:

Pecuária: nº total de cabeças: _____Tipo de gado? _____

Número de cabeças de vacas: _____

Quantos litros de leite são produzidos por dia? _____

Destino da produção de leite: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação. Qual?

Gado de corte (nº de cabeças)_____

Destino da produção: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação. Qual?
Suínos (nº de cabeças)_____
Outros animais (quais e n° de cabeças) _____
Destina da produção: ( ) comercialização ( ) consumo da família ( ) outra destinação. Qual?
_____

2.11. Meios de produção disponível

Máquinas/Implementos	**Número**	**Máquinas/Implementos**	**Número**
Trator		Pulverizador de tração mecânica	
Arado de tração animal		Distribuidor de Calcário	
Arado Mecânico/ Grade/ Roçadeira		Ordenhadeira Mecânica	
Plantadeira p/ Plantio Direto		Outros_____ _____	

2.12. Nível tecnológico: Utiliza ou pratica com frequência nas principais atividades (culturas e/ou criações)

Especificação	**Sim**	**Não**	**Especificação**	**Sim**	**Não**
Análise do Solo			Áreas com erosão		
Adubação Química			Boas práticas agrícolas		
Adubação Orgânica			Inseminação Artificial		
Calagem			Vacinação		
Terraceamento			Ração		
Rotação de Culturas			Inseminação Artificial		
Consorciação de Culturas			Plasticultura		
Área de preservação			Outros_____		

2.13 Como é feita a comercialização da produção?
( ) Cooperativa. Qual? Localizada onde? _____
( ) Associação APRD PAA e PNAE ( ) sim ( )não outra forma? _____
( ) Agroindústria. Qual? Localizada onde?_____
( ) Mercado local e/ou regional
( ) Laticínio. Qual? Localizado onde?_____
( ) Outra: Qual? Localizada onde? _____
2.14. O Sr (a) tem dificuldades de comercialização da produção? ( ) Sim ( )Não
Em caso afirmativo, quais? _____
2.15. Você utiliza algum tipo de assistência técnica em sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não
2.16. No caso de sim, qual é o tipo de assistência técnica prestada?
( )Oficial (Casa da Agricultura) ( )Particular. Qual?_____
( )Cooperativa. Qual?_____
( )Associação. Qual?_____
2.17. Com qual frequência? Como você avalia a assistência técnica prestada?
( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima
Justificar:
_____
2.18. Em relação à renda (monetária) familiar total mensal gira em torno de:

( ) Menos de 1 salário mínimo
( ) Entre 1 e 2 salários mínimos
( ) Entre 2 e 3 salários mínimos
( ) Entre 3 e 4 salários mínimos
( ) Mais que 4 salários mínimos

2.19. O total da renda familiar mensal é gerado:
Pode ser assinalada mais de uma alternativa
( )Somente por meio da produção agropecuária ( ) da aposentadoria ( ) de outras rendas (arrendamento de terras, aluguel de casas) ( ) Trabalho fora da propriedade; Outros: _____

2.20. Do total da renda familiar, quanto se consegue com: (% com relação a renda monetária familiar) Renda proveniente da produção agropecuária: _____
Renda proveniente de atividades não agropecuárias (ex: Aposentadoria, trabalho fora da propriedade etc..):_____

2.21. Quem são os membros da família que não trabalham na propriedade rural e trabalham fora? _____

2.22. A renda gerada por essas atividades não agropecuárias é utilizada para:
( ) manutenção da propriedade auxiliando sobretudo no processo de produção
( ) para uso pessoal ( ) para a família em atividades de consumo Outros: _____

2.23. Porque é necessário o desenvolvimento de outro tipo de atividade não agropecuária?
( ) incapacidade da renda agrícola de prover a sobrevivência da família.
( ) independência financeira de mulheres e filhos;
( ) ascensão social
( ) manutenção da propriedade
(...)Outros_____

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E INSERÇÃO DO PRODUTOR (QUESTÕES DESTINADAS SOMENTE AOS PRODUTORES PARTICIPANTES DO PAA E DO PNAE)

3.1 Desde que ano você entrega seus produtos para o PAA e para o PNAE?
_____
_____
_____

3.2.Como você ficou sabendo da existência dos programas?

( ) por intermédio da associação de produtores

( ) por intermédio do engenheiro da Casa da Agricultura

( ) por intermédio de outro produtor rural

( ) outra forma. Qual? _____

3.3. Quem te estimulou a participar?

_____
_____

3.4 Quais produtos você entrega para o PAA?_____
_____
_____

3.5. Quais produtos você entrega para o PNAE?

3.6. São os mesmos produtos entregues nos dois programas? ( ) sim. ( ) não. Quais?

3.7. E quanto à quantidade (volume) entregue. Qual è? (Especificar a unidade – caixa de 60 quilos -, quilogramas etc.).

_____

_____

3.8 No caso de ser uma produção de época (sazonal), como você faz para obtê-la anualmente e entregar nos programas? Ou é possível fazer a substituição de um produto por outro?_____

_____

3.9. Você teve que plantar outros tipos de cultivos para entrega-los nos programas?
( ) sim. Quais?_____( ) não.

3.10. Você aumentou a área de cultivo de alguns produtos? ( ) Sim ( ) Não. No caso de sim, quais produtos você passou a produzir com sua participação nos programas?

_____

_____

3.11. Você melhorou algum aspecto da produção após ter entrado no PAA/PNAE ( )Sim ( )Não Em caso afirmativo, quais aspectos foram melhorados?

_____

_____

3.12. Você utilizou de algum tipo de financiamento para melhorar a produção a ser entregue no PNAE/PAA?
( ) Sim. Qual linha de financiamento? Qual foi o valor obtido? Em que ano? ( ) Não Porquê_____

_____

3.13. Você já se deparou com a situação de ter uma quantidade maior de produto e a demanda de entrega para o PAA ou PNAE ser menor? ( ) Sim ( ) Não
No caso da resposta ser afirmativa, o que você fez para comercializar o restante da sua produção?

_____

_____

3.14. Você, após começar a entregar seus produtos nesses programas, ampliou seu leque de comercialização com outros canais de venda? (..) Sim Quais_____

_____

( ) Não, apenas continuou naqueles em que comercializava antes de entrar nos programas. Quais são?

_____

_____

3.15. E no período de transação da implantação dos projetos de venda, tanto para o PAA como para o PNAE, onde você passa a destinar sua produção que eram entregues no (s) programa(s)?

_____

_____

_____

3.16. Você tem alguma dificuldade de participação nos programas (PAA e PNAE)? Sim ( ) Não ( )
Em caso afirmativo, quais? _____

3.17 Com relação ao PAA, qual é sua frequência de entrega dos seus produtos?
( )semanal. Quantas vezes por semana?

( ) quinzenal.
( ) mensal.
3.18. Em relação ao PNAE, você tem dificuldade de entregar seu produto semanalmente? ( ) Sim
( )Não
Por quê? _____
3.19. Vocês já tiveram problemas com atrasos no pagamento dos produtos entregues para o PAA e o PNAE.
( ) Sim. No caso de sim, esses atrasos eram e são frequentes ou já foi solucionado esse problema?
_____
_____
_____
( ) Não
3.20. Qual é o valor que você já chegou a receber entregando no PNAE ao fim de cada projeto? (Para aqueles que já concluíram algum projeto)
( ) Menos de R$ 1.000,00
( ) Entre R$ 1.000,00 e R$ 5.000,00
( ) Entre R$ 5.000,00 e R$ 10.000,00
( ) Entre R$ 10.000,00 e R$ 15.000,00
( ) Entre R$ 15.000,00 e R$ 20.000,00
( ) Conseguiu entregar os R$ 20.000,00 e tinha mais mercadoria para entregar.
3.21. Se você iniciou sua participação no PNAE recentemente, qual foi o valor que você se comprometeu a receber? _____
_____
3.22. Você sabe quais entidades e escolas são atendidas com os produtos que você entrega no PAA e PNAE?
( ) Sim ( ) Não Quais _____
3.23. Em quais dos dois programas você prefere entregar seus produtos? ( ) PAA ( ) PNAE ( ) Os dois
( ) Não tenho preferência. Por quê? _____
3.24. Você participa de algum outro tipo de programa como o Microbacias 2, Bolsa família? ( ) Sim ( ) Não. Qual? _____
3.25. Em no Microbacias 1, você participou? ( ) sim ( ) não
Em caso de ter participado, de que forma esse programa trouxe benefícios para sua produção, para sua propriedade e/ou para sua família?
_____
_____
3.26. Como você avalia os programas PAA e PNAE (numa escala de 0 a 10). (Pedir para o entrevistado justificar a nota atribuída aos programas)_____
_____

3.27. Na sua opinião**,** o que poderia ser modificado ou melhorado em cada programa?
_____
_____
cobra alguma quantia (ou porcentagem) do que você recebe pelo PAA e pelo PNAE? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, com qual finalidade? _____

3.28. E referente a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), quantas e quais pessoas em sua família possui?

_____
_____ Quantas pessoas da sua família entregam para o PAA e o PNAE? Existe a participação das mulheres? Elas possuem a DAP, ou apenas auxiliam na produção sem ter este documento?
_____

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A NÃO PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES (QUESTÕES DESTINADAS AOS PRODUTORES NÃO PARTICIPANTES DO PAA E DO PNAE)

4.1 Você conhece os programas PAA e PNAE? ( )Sim ( ) Não. No caso de sim, como você ficou sabendo da existência desses dois programas? _____
_____
4.2 Você sabe qual é a finalidade dos dois programas? ( )Sim ( )Não. Em caso afirmativo, quais são? _____
4.3 Por que você não participa?_____
_____
4.4. Possui interesse em participar? ( ) Sim ( ) Não**.** Por quê?_____
4.5 Você participa ou já participou de algum outro programa? (Exemplo microbacias). ( ) Sim ( ) Não.
Em caso afirmativo, qual foi sua avaliação desse programa?
_____
_____

4.6 Você utiliza ou já utilizou algum tipo de financiamento para melhorar sua produção? ( ) Sim . Qual tipo, em que ano e obteve qual valor?
_____
_____
( ) Não. Por quê _____
4.7 Você possui alguma dificuldade de comercialização? ( ) Sim ( ) Não. O que você acha que poderia ser feito para melhorar os problemas relacionados à comercialização da produção agropecuária?
_____
_____
4.8 Você já pensou que o PAA e o PNAE poderiam ajuda-lo a minimizar seus problemas de comercialização a partir da garantia de compra?
_____
_____
4.9 Você recebe ou já recebeu incentivos para participar do PAA e do PNAE pela associação e técnicos da Casa da Agricultura de Dracena? ( ) Sim ( ) Não. No caso de sim, por quê mesmos com os incentivos você não quis participar do programa?
_____
_____
No caso de não ter recebido esse incentivo, por que mesmo assim você participa da associação?
_____
_____

5. PERSPECTIVAS E AVALIAÇÃO DO PRODUTOR:
5.1 Qual é o grau de interesse que você tem de continuar investindo nas atividades agropecuárias?

( ) alto; ( ) médio; ( ) baixo Porquê dessa avaliação (alto, médio ou baixo)?
_____
_____
_____

5.2 Quais são, na sua opinião, as principais dificuldades enfrentadas na atividade? (Pode assinalar mais de uma alternativa):
( ) falta de incentivo do Estado. De que tipo?
( ) dificuldade de comercialização;
( )falta de assistência técnica; ( ) problemas relacionados ao clima;
( ) falta de melhores técnicas e equipamentos de cultivo;
( ) outras, quais?_____ __
5.3 Na sua opinião, os jovens de hoje se sentem pouco estimulados a permanecer na zona rural?
( ) sim
( ) Não. Por quê?_____
_____
_____
5.4 O que o Sr. acha que o Governo poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores brasileiros?
_____
_____
_____
5.5. Você considera que as políticas públicas destinadas aos agricultores, como o PAA e o PNAE, têm ajudado a melhorar as condições dos produtores rurais?
( ) Sim ( ) Não Por quê? _____
_____
5.6 Você tem alguma dificuldade para continuar vivendo da produção agropecuária? ( ) Sim ( ) Não. Quais dificuldades são essas?
_____
_____
_____
5.7 Em sua opinião, com relação ao futuro, quais são as perspectivas da família na unidade produtiva?
( ) Permanecer produzindo no meio rural
( ) Permanecer apenas morando na propriedade
( ) arrendar a propriedade
( ) deixar como herança para os filhos
( ) vender e ir para a cidade. Por quê?_____